

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

**Brasília – DF
2018**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; das Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017; da Portaria TCU nº 65/2018 e da Portaria CGU nº 500/2016.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABCOMM	Associação Brasileira de Comércio Eletrônico
ABOL	Associação Brasileira de Operadores Logísticos
AC	Administração Central
ACR	Acre
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AG	Assembleia Geral
AGC	Agência de Correios Comunitária
AGF	Agência Franquiada
AGO	Assembleia Geral Ordinária
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANS	Agência Nacional de Saúde
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AP	Amapá
APF	Administração Pública Federal
AR	Aviso de Recebimento
AUDIT	Auditoria Interna
BA	Bahia
BD	Plano de Benefício Definido
BPM	<i>Business Process Management</i>
BPMN	<i>Business Process Modeling Notation</i>
BSB	Brasília
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CA	Conselho de Administração
CAC	Central de Atendimento dos Correios
CAP	Ciclos de Atendimento Permanente
CBP	Sistema de Atendimento do Correspondente Bancário
CCD	Centros Corporativos de Dados
CDD	Centro de Distribuição Domiciliária
CDIP	Centro de Digitalização e Produção de Objetos Postais
CE	Ceará
CEBAS	Certificação de Entidade Beneficentes da Assistência Social
CECOM	Central de Compras
CEE	Centro de Entrega de Encomendas
CEGEP	Central de Estação de Pessoas
CEINT	Centro de Tratamento do Correio Internacional
CEOFI	Central de Operações Financeiras
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEREL	Central de Relacionamento com o Cliente
CESER	Central de Serviços Gerais
CESUP	Central de Suprimento
CET	Comissão de Ética da ECT
CF	Conselho Fiscal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGC	Cadastro Geral de Contribuintes
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COAUD	Comitê de Auditoria
COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>
CODIS	Comissão de Disciplina da ECT
COERI	Comitê de Estratégia e Riscos
COETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
COGSI	Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação
COMEX	Comitê Executivo
COMGC	Comitê de Governança Corporativa
COP	Conselhos de Administração e de Operações Postais
COREC	Coordenadoria Regional de Recursos Humanos
CORES	Comitê de Remuneração e Sucessão
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
COSUP	Coordenadoria Regional de Suporte
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRM	<i>Customer Relationship Management</i>
CRTR	Custo de Referência do Transporte Rodoviário
CS	Correios-Sede
CTE	Centro de Tratamento de Encomendas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAPB	Universalização Atendimento
DCOMP	Departamento de Compliance e Gestão de Riscos
DCORE	Departamento de Comunicação Corporativa Estratégica
DCORP	Departamento Jurídico Corporativo
DCT	Departamento dos Correios e Telégrafos
DCUST	Departamento de Custos
DEAPE	Departamento de Administração de Pessoal
DEAUT	Departamento de Automação e Tecnologia Operacional
DECIN	Departamento de Controles Internos
DECOD	Departamento de Controle Disciplinar
DECOE	Departamento de Comunicação Estratégica
DECOM	Departamento Comercial
DECON	Departamento de Contabilidade
DECOR	Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos
DEFIN	Departamento Financeiro
DEGEC	Departamento de Gestão Cultural
DEGEM	Departamento de Gestão Estratégica de Marketing
DEGEP	Departamento de Serviços de Gestão de Pessoas
DEGER	Departamento de Gestão de Relações de Trabalho
DEGOR	Departamento de Governança e Relacionamento de TIC
DEGSS	Departamento de Gestão da Cadeia de Suprimento e Serviços Gerais
DEINT	Departamento Internacional
DEJUR	Departamento Jurídico
DEMKT	Departamento de Marketing
DENEF	Departamento de Negócios Financeiros
DENGE	Departamento de Engenharia
DENIL	Departamento de Negócios Internacionais de Logística
DEOPE	Departamento de Operações
DEORC	Departamento de Orçamento e Custos
DEPAN	Departamento de Apoio ao Negócio
DEPEN	Departamento Estratégia do Negócio
DEREL	Departamento de Relações Institucionais

DERIC	Departamento de Relações Institucionais e Comunicação
DERIN	Departamento de Relacionamento Institucional
DESAO	Departamento de Suporte ao Atendimento e Operação
DESAU	Departamento de Saúde
DESMT	Departamento de Engenharia, Medicina, Segurança do Trabalho
DESTI	Departamento de Estratégia e Inovação
DETRA	Departamento de Transporte Operacional
DETRAN	Departamento de Trânsito
DETRI	Departamento de Tributos
DEVAR	Departamento de Varejo e Outros Negócios
DEVEM	Departamento de Vendas
DF	Distrito Federal
DGCOR	Departamento de Gestão e Prevenção Correcional
DHL	<i>Dalsey, Hillblom and Lynn</i>
DINPP	Departamento de Inovação, Projetos e Processos
DIPPE	Departamento de Imagem, Marcas, Patrocínio, Publicidade e Eventos
DIREX	Diretoria Executiva
DJCON	Departamento Jurídico Contencioso
DJEST	Departamento Jurídico Estratégico
DJTRA	Departamento Jurídico Trabalhista
DNE	Diretório Nacional de Endereços
DOU	Diário Oficial da União
DPLAN	Departamento de Planejamento Estratégico
DPOST	Departamento de Negócios Postais
DPROR	Departamento de Infraestrutura e Produção da Rede
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DR	Diretoria Regional
DSEMP	Departamento de Segurança Empresarial
EAD	Educação a Distância
EAD	Entidade Administradora da Digitalização de Canais TV e RTV
eCoa	Espaço virtual do conhecimento
EDEI	Entrada Direta de Encomendas Internacionais
EFI	Exporta Fácil Integrado
EFPC	Entidades Fechada de Previdência Complementar
EMS	Expresso Internacional dos Correios
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCEJA	Exame para Certificação de Conclusão de Ensino Fundamental e Médio para Jovens e
Adultos	
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERP	<i>Enterprise Resouce Planning</i> (Sistema Integrado de Gestão Empresarial)
ES	Espirito Santo
FAC	Franqueamento Autorizado de Correspondência
FEDEX	<i>Federal Express.</i>
FGP-Web	Ferramenta Específica de Gerenciamento de Projetos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNQ	Fundação Nacional da Qualidade
GAAN	Gerência Corporativa de Auditorias em Atividades de Negócio
GAAS	Gerência Corporativa de Auditorias em Atividades de Suporte
GAPRE	Gabinete da Presidência
GCAU	Gerência Corporativa de Acompanhamento e Controle de Auditorias
GCIC	Gestão da Carteira Imobiliária dos Correios

GCOR	Gerência de Correição
GCR	Gerenciamento de Competências e Resultados
GEP	Sistema de Gestão de Endereço Postal
GERT	Gerência de Relações do Trabalho
GGEC	Gerência de Custos
GIEM	Gerência de Inteligência e Estratégia de Mercado –
GO	Goiás
GPAC	Sistema de Gerenciamento de Processos de Apuração Corporativo
GPOA	Gerência Corporativa de Planejamento e Organização de Auditoria
GUT	Gravidade, Urgência e Tendência
GVIE	Gestão de Vale Internacional Eletrônico
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ID	Índice Digital
IDSPR	Índice de Disponibilidade de Sistemas Prioritários e Relevantes
IEP	Indicador de Entrega no Prazo
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IFT	Informações Financeiras Trimestrais
iGovTI	Índice de Governança de TI
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IP	Índice de Produtividade
IPS	<i>International Postal System</i>
ISC	Indicador de Satisfação do Cliente
ISP	Índice de Serviços Postais
LIES	Leitura, Impressão e Entrega Simultânea
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTN	Linha de Transporte Nacional
LTR	Linha de Transporte Regional
LTU	Linha de Transporte Urbano
MA	Maranhão
MANAFI	Manual de Administração de Recursos, Operações e Controle Financeiro
MANAUD	Manual de Auditoria
MANCAT	Manual de Comercialização e Atendimento
MANCOD	Manual de Controle Disciplinar
MANENG	Manual de Engenharia
MANORG	Manual de Organização
MANPES	Manual de Pessoal
MANPLA	Manual de Planejamento
MC	Ministério das Comunicações
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MG	Minas Gerais
MGP	Metodologia de Gerenciamento de Projetos
MOT	Mão de obra temporária
MP	Ministério do Planejamento
MPE	Micro e pequenas empresas
MRE	Matriz de Riscos Estratégicos
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
MVNO	Rede Virtual

NA	Não aplicável
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NO	Não ocorreu no período
OBZ	Orçamento Base Zero
OGU	Ouvidoria Geral da União
OI	Orçamento de Investimento
OTT	Operador de Triagem e Transbordo
OUVID	Ouvidoria
PA	Pará
PAAC	Plano de Ações Ambientais Corporativas
PAC	Serviço de Encomenda não Expressa – Encomenda Econômica
PAEC	Plano Anual de Educação Corporativa
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAR	Processos Administrativos de Responsabilização
PAs	Posições de Atendimento
PB	Paraíba
PBD	Plano de Benefício Definido
PCCS	Plano de Carreira Cargos e Salários
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDI	Plano de Desligamento Incentivado
PDPE	Percentual de Distritos com Entrega Postal Externa
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE	Pernambuco
PEI	Plano Estratégico Institucional
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PGA	Programa de Gestão Administrativa
PGE	Pregão Eletrônico
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIE	Plano de Implementação da Estratégia
PIP	Plano de Implantação do Processo
PJ	Pessoa Jurídica
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
POPULIS	Módulo de Gestão de Pessoas - ERP
POSTALIS	Plano de Benefícios e de Custeio do POSTALIS
POSTALPREV	Plano de Benefícios e de Custeio do POSTALPREV
PPA	Plano Plurianual
PPP	Plano de Providência Permanente
PPR	Processo de Promoção por Resultados
PR	Paraná
PRESI	Presidência
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRT	Portaria
PS	Pontos Suspensos
PVP	Preenchimento de vagas nas áreas finalísticas no prazo estabelecido
R(H1)	Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1
R(H2)	Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2
R(H3)	Valor de Receitas Horizonte 3 –
RAE	Relatório de Avaliação Empresarial
RAINT	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
REDIR	Reunião de Diretoria

REVALIDA	Exame para Revalidação de Diplomas Médicos
RFID	<i>Radio Frequency Identification</i>
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga
RO	Rondônia
ROCA	Reunião Ordinária do Conselho de Administração
RPN	Rede Postal Aérea Noturna
RPS	Relatório de Prestação de Serviços
RS	Rio Grande do Sul
RVA	Remuneração Variável Anual
SAD	Sistema de Apoio à Decisão.
SAPPP	Sistema de Acompanhamento da Padronização do Processo Produtivo
SARA	Sistema de Automação da Rede de Atendimento
SC	Santa Catarina
SCOL	Sistema de Coleta
SDE	Sistema de Distritamento de encomendas
SE	Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Média Empresa
SEDEX	Serviço de Encomenda Expressa
SEGER	Secretaria Geral
SEGES	Superintendência Executiva de Gestão Estratégica
SEGOPE	Sistema de Segurança Operacional
SEGOV	Secretaria de Governança Corporativa
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEJUR	Superintendência Executiva Jurídica
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SFR	Sistema de Faturamento
SGAC	Sistema de Gestão Ambiental dos Correios
SGDE	Sistema de Gerenciamento de Demandas
SGM	Sistema de Gerenciamento de Mensagens
SGPB	Sistema de Gestão de Preços e Benefícios
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SID	Solicitação de Defesa
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão de Malotes
SIM	Programa Sensibilizar, Inserir e Mobilizar dos Correios
SL	Solucionado
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMP	Serviço Móvel Pessoal
SMS	<i>Short Message Service</i>
SMTP	Simple Mail Transfer Protocol
SOA	Service-oriented architecture (arquitetura orientada a serviços)
SP	São Paulo
SPE	Serviço Postal Eletrônico
SPI	São Paulo Interior
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPM	São Paulo Metropolitana
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRO	Sistema de Rastreamento de Objetos
SRR	Sistema de Recuperação de Receita

STDE	Sistema de Tratamento de Dimensionamento de Encomendas
STER	Sistema de Terceiros
SUCGE	Superintendência de Compliance, Governança e Estratégia
SUCON	Superintendência de Controladoria
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAM	TAM Linhas Aéreas
TAP	Termo de Abertura de Projeto
TC	Termo de Convênio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TLT	Treinamento no Local de Trabalho
TMS	<i>Transport Management System</i>
TNT	<i>Thomas National Transport</i>
TO	Tocantins
UEN	Unidade Estratégica de Negócio
UniCorreios	Universidade Corporativa dos Correios
UPS	<i>United Parcel Service</i>
UPU	União Postal Universal
VDI	Virtualização de <i>Desktops</i>
VICAN	Vice-Presidência de Canais
VICOM	Vice-Presidência Comercial
VICOR	Vice-Presidência Corporativa
VIENC	Vice-Presidência de Encomendas
VIFIC	Vice-Presidência de Finanças e Controladoria
VIGEP	Vice-Presidência de Gestão Estratégica de Pessoas
VILOG	Vice-Presidência de Logística
VINEP	Vice-Presidência de Negócio Públicos
VIOPE	Vice-Presidência de Operações
VIPAD	Vice-Presidência de Administração
VIPOS	Vice-Presidência do Negócio Postal
VIREV	Vice-Presidência da Rede de Agência e Varejo
VITEC	Vice-Presidência de Tecnologia da Informação
VPN	<i>Virtual Private Network</i>
WEBCONT	Sistema WebCONT
WMS	<i>Warehouse Management System</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Núcleo de Governança.	30
Figura 2 - Organograma Presidência (PRESI).	31
Figura 3 - Organograma Vice-Presidência de Administração (VIPAD).	32
Figura 4 - Organograma Vice-Presidência de Tecnologia da Informação (VITEC).	33
Figura 5 - Organograma Vice-Presidência de Gestão Estratégica de Pessoas (VIGEP).	34
Figura 6 - Organograma Vice-Presidência de Finanças e Controladoria (VIFIC).	35
Figura 7 - Organograma Vice-Presidência Comercial (VICOM).	36
Figura 8 - Organograma Vice-Presidência de Canais (VICAN).	37
Figura 9 - Organograma Vice-Presidência de Negócios Públicos (VINEP).	38
Figura 10 - Organograma Vice-Presidência de Operações (VIOPE).	39
Figura 11 - Mapa de governança.	60
Figura 12 - Principais causas de processos disciplinares.	71
Figura 13 - Macroprocesso do controle disciplinar.	71
Figura 14 - Mapa Estratégico de TI	97
Figura 15 - Quantitativo manifestações recebidas.	107
Figura 16 - Relação Denunciante.	109
Figura 17 - Distribuição do Patrimônio Líquido.	113
Figura 18 – Fonte da base de dados.	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Parceiros.	27
Quadro 2 - Detalhamento do macroprocesso finalístico “Operação Postal”.	40
Quadro 3 - Principais insumos, fornecedores e parceiros.	41
Quadro 4 - Investimentos permanentes em outras sociedades.	41
Quadro 5 - Quantitativo de distritos-alvo atendidos ao final de 2017.	44
Quadro 6 - Metas – Prestação do serviço de atendimento postal.	44
Quadro 7 - Regionalização da meta 2017.	44
Quadro 8 - Metas – Prestação do serviço de atendimento postal.	44
Quadro 9 - Qualidade dos serviços postais básicos – Regionalizado.	44
Quadro 10 - Qualidade dos serviços postais básicos.	45
Quadro 11 - Consolidação da transferência de recursos para AGC.	47
Quadro 12 - Acordos de Cooperação Técnica.	48
Quadro 13 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos por modalidade.	49
Quadro 14 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas - Convênio.	49
Quadro 15 - Situação da análise das contas prestadas em 2017.	50
Quadro 16 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.	50
Quadro 17 - Variação convênios.	50
Quadro 18 - Despesas por modalidade de contratação.	51
Quadro 19 - Despesas por grupo e elemento de despesa.	52
Quadro 20 - Indicadores Estratégicos 2017.	53
Quadro 21 - Participação segmento Marketing.	54
Quadro 22 - Participação segmento Mensagem.	54
Quadro 23 - Participação segmento Encomenda.	55
Quadro 24 - Participação segmento Financeiro.	55
Quadro 25 - Participação segmento Logística Nacional.	55
Quadro 26 - Participação segmento Internacional.	56
Quadro 27 - Participação segmento Conveniência.	56
Quadro 28 - Dirigentes e Colegiados – Caracterização, Composição e Requisitos.	61
Quadro 29 - Classificação das constatações de auditoria.	68
Quadro 30 - Classificação dos relatórios de auditoria.	68
Quadro 31 - Resumo das denúncias recebidas no exercício de 2017.	69
Quadro 32 - Resumo das avaliações de admissibilidade no exercício de 2017.	70
Quadro 33 - Resumo das avaliações de investigação preliminar até 31/12/2017.	70
Quadro 34 - Resumo dos Processos Administrativos de Responsabilização até 31/12/2017.	70
Quadro 35 - Modalidades de Processos Administrativos-Disciplinares e Termo de Ajustamento de Conduta.	70
Quadro 36 - Sanções disciplinares aplicadas no exercício de 2017.	71
Quadro 37 - Remuneração da Diretoria Executiva.	73
Quadro 38 - Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.	74
Quadro 39 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.	74
Quadro 40 - Síntese da Remuneração – Diretoria Executiva.	74
Quadro 41 - Síntese da Remuneração – Conselho de Administração.	75
Quadro 42 - Síntese da Remuneração – Conselho Fiscal.	75
Quadro 43 - Força de trabalho.	77
Quadro 44 - Distribuição da Lotação Efetiva.	77
Quadro 45 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.	77
Quadro 46 - Ações de Educação Corporativa.	78
Quadro 47 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade.	79
Quadro 48 - Força de trabalho quanto a idade.	79
Quadro 49 - Força de trabalho quanto ao tempo de serviço.	80
Quadro 50 - Indicadores gerencias.	80

Quadro 51 - Conta Contábil Gratificação de Função.....	81
Quadro 52 - Cargos e Atividades.....	82
Quadro 53 - Despesa com pessoal.	83
Quadro 54 - Quantitativo de estagiários ativos – 2017.....	85
Quadro 55 - Dados evolutivos de estagiários ativos – 2017.....	85
Quadro 56 - Quantidade de servidores contemplados – Postalís.....	86
Quadro 57 - Contribuições - Plano POSTALPREV.....	87
Quadro 58 - Contribuições - Plano PBD Saldado.....	87
Quadro 59 - Valores repassados que não sejam contribuições.....	88
Quadro 60 - PBD – Plano de Custeio 2017.	88
Quadro 61 - Resultado – PBD – 31/12/2017.	90
Quadro 62 - Postal Prev – Plano de Custeio – 31/12/2017.....	92
Quadro 63 - Valores assumidos pelos Correios deduzidos do valor da locação.	94
Quadro 64 - Objetivos Estratégicos TI x Plano Estratégico dos Correios.....	97
Quadro 65 - Manifestação/Reclamação de clientes.....	106
Quadro 66 - Motivo da Solicitação de Intervenção.....	108
Quadro 67 - Motivos das denúncias – 2017.....	108
Quadro 68 - Assuntos sugestões – Ouvidoria.....	109
Quadro 69 - Fluxo de entradas e saídas. Fluxo de entradas e saídas.....	111
Quadro 70 - Fluxo de entradas e saídas do ano de 2017.....	111
Quadro 71 - Fluxo de caixa 2017.....	112
Quadro 72 - Fundos de investimentos -2017.....	112
Quadro 73 - Fundos de investimentos 2012-2017.....	112
Quadro 74 - Fundos de investimentos 2017.....	113
Quadro 75 - Julgamento das contas anuais dos exercícios anteriores.....	116
Quadro 76 - Acompanhamento Recomendações CGU.....	118
Quadro 77 - Recomendações CGU.....	118
Quadro 78 - Medidas adotadas ou a serem implementadas.....	118
Quadro 79 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2017.....	124
Quadro 80 - Cronograma de pagamentos para os contratos assinados dos Correios.....	124
Quadro 81 - Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	125
Quadro 82 - Despesas com publicidade.....	125
Quadro 83 - Contratos firmados com agências de publicidades e propaganda.....	126

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Informações sobre Áreas/Subunidades Estratégicas.....	127
Anexo 2 - Descrição das estruturas de governança.	138
Anexo 3 - Plano de Ação – Atendimento à Lei das Estatais.	143
Anexo 4 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos dos Correios.....	149
Anexo 5 - Principais Sistemas de Informações.....	186
Anexo 6 - Capacitação do Pessoal de TI – Relação dos Cursos realizados em 2017.....	190
Anexo 7 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.....	193

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	3
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE ANEXOS.....	13
1 APRESENTAÇÃO	18
2 VISÃO GERAL DOS CORREIOS.....	21
2.1 Finalidades e competências	21
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento	21
2.3 Ambiente de atuação	22
2.3.1 Atuação dos Correios	22
2.3.2 Concorrentes e parceiros	26
2.3.2.1 Principais concorrentes	26
2.3.2.2 Principais parceiros	27
2.3.3 Expectativa da população e estrato da população quanto à atuação dos Correios.....	28
2.3.4 Ameaças e oportunidades.....	28
2.4 Organograma.....	30
2.5 Macroprocessos finalísticos	40
2.6 Participação em outras sociedades	41
2.7 Principais eventos societários ocorridos em 2017.....	41
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	42
3.1 Planejamento organizacional.....	42
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	43
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	43
3.1.3 Vinculação dos planos dos Correios com as competências institucionais e outros planos..	43
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	45
3.3 Desempenho orçamentário	46
3.3.1 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	47
3.3.1.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias	47
3.3.1.2 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	48
3.3.1.3 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos	49
3.3.1.4 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores	49
3.3.1.5 Visão gerencial da análise das contas prestadas	50
3.3.1.6 Análise crítica sobre a gestão das transferências	50
3.3.2 Informações sobre a execução das despesas	51
3.3.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação	51
3.3.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa	52
3.3.2.3 Análise crítica da execução da despesa.....	52
3.4 Desempenho operacional	53

3.4.1	Indicadores e resultados obtidos nas metas.....	53
3.4.2	Dificuldades e análise crítica	56
4	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	60
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	60
4.1.1	Atendimento à Lei das Estatais	61
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados.....	61
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna	64
4.3.1	Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna	65
4.3.2	Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.....	66
4.3.3	Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura dos Correios.....	67
4.3.4	Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações	67
4.3.5	Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência	68
4.3.6	Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes	68
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	69
4.5	Gestão de riscos e controles internos	72
4.6	Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado	72
4.6.1	Demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos.....	74
4.6.2	Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos	74
4.6.3	Demonstrativo da remuneração variável dos administradores	76
4.7	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	76
5	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	77
5.1	Gestão de pessoas.....	77
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	77
5.1.1.1	Força de trabalho dos Correios	77
5.1.1.2	Distribuição da lotação efetiva.....	77
5.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargo em comissão e função gratificada dos Correios.....	77
5.1.1.4	Qualificação e capacitação da força de trabalho	78
5.1.1.5	Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas	80
5.1.1.6	Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal	81
5.1.1.7	Ações adotadas para identificar irregularidades	82
5.1.1.8	Mão-de-obra Temporária	82
5.1.1.9	Análise crítica	82
5.1.2	Demonstrativos das despesa com pessoal	83
5.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	83
5.1.4	Contratação de pessoal de apoio e estagiários	84
5.1.4.1	Contratos de prestação de serviços não abrangidas pelo plano de cargos dos Correios.....	84
5.1.4.2	Contratação de estagiários	84
5.1.5	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	86

5.1.5.1	Identificação da entidade fechada de previdências	86
5.1.5.2	Visão gerencial dos valores envolvidos	86
5.1.5.2.1	Quantidade de servidores contemplados	86
5.1.5.2.2	Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora.....	87
5.1.5.2.3	Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses.	87
5.1.5.2.4	Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições. 88	
5.1.5.3	Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar.....	88
5.1.5.4	Conclusões do relatório de auditoria independente	88
5.1.5.5	Conclusões do último estudo atuarial	88
5.1.5.5.1	Plano de Benefício Definido do Postalís – PBD	88
5.1.5.5.2	Plano de Benefícios e de Custeio do Postalís – Postalprev	92
5.1.5.6	Ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001	93
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	93
5.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	93
5.2.2	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	94
5.3	Gestão da tecnologia da informação	95
5.3.1	Principais sistemas de informações.....	95
5.3.2	Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação	96
5.3.3	Comitê estratégico de TIC	98
5.3.4	Infraestrutura e projetos de tecnologia da informação.....	99
5.3.5	Pessoal de TI.....	102
5.3.6	Capacitação do pessoal de TI.....	102
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	102
5.4.1	Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelos Correios.....	102
5.4.2	Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	103
5.4.3	Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme o Decreto 5.940/2006.....	103
5.4.4	Contratações realizadas - Utilização de parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.	103
5.4.5	Plano de gestão de logística sustentável (PLS) - Decreto 7.746/2012.....	104
5.4.6	Análise crítica da atuação dos Correios	104
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	106
6.1	Canais de acesso do cidadão	106
6.2	Carta de serviços ao cidadão	110
6.3	Aferição dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários	110
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos Correios	110
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES.....	111
7.1	Desempenho financeiro do exercício	111
7.1.1	Fluxo financeiro	111
7.1.2	Aplicações Financeiras	112
7.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.	113
7.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	113

7.3.1	Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos	113
7.3.2	Identificação das subunidades administrativas dos Correios das quais os custos são apurados	114
7.3.3	Sistema informatizado de apuração dos custos.....	114
7.3.4	Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos.....	114
7.3.5	Impactos observados na atuação dos Correios, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos	115
7.3.6	Relatórios utilizados pelos Correios para análise de custos e tomada de decisão	115
7.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.	115
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE...	116
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	116
8.1.1	Quantidade de determinações e recomendações recebidas do TCU no exercício	116
8.1.2	Determinações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores.....	116
8.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.....	117
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	123
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto do art. 5º da Lei 8.666/1993	124
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento Reintegra – TIC e Transporte aéreo de carga.....	124
8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	125
9	ANEXOS E APÊNDICES.....	127

1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) referente ao exercício de 2017 está em conformidade com as normas e procedimentos vigentes na Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, modificada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013 e nas Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017. Segue, ainda, as orientações técnicas relativas a sua formalização emanadas da Portaria TCU nº 65/2018, da Portaria CGU nº 500/2016 e do detalhamento dos itens de conteúdo atribuídos aos Correios no sistema e-Contas.

O presente relatório está estruturado da seguinte forma: visão geral dos Correios contendo finalidades e competências; normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento; ambiente de atuação; organograma; macroprocessos finalísticos; participação em outras sociedades; principais eventos societários ocorridos em 2017; planejamento organizacional e resultados, contemplando planejamento organizacional; formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos; desempenho orçamentário e desempenho operacional; governança, gestão de riscos e controles internos abrangendo descrição das estruturas de governança; informações sobre dirigentes e colegiados; atuação da unidade de auditoria interna; atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos; gestão de riscos e controles internos; política de remuneração dos administradores e membros do colegiado e informações sobre a empresa de auditoria independente contratada; áreas especiais da gestão contendo gestão de pessoas; gestão do patrimônio e infraestrutura; gestão da tecnologia da informação e gestão ambiental e sustentabilidade; relacionamento com a sociedade incluindo canais de acesso do cidadão; carta de serviços ao cidadão; aferição dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários e mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos Correios; desempenho financeiro e informações abrangendo desempenho financeiro do exercício, tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade e demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas; conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle contemplando tratamento de determinações e recomendações do TCU; tratamento de recomendações do órgão de controle interno (CGU); medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário; demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto do art. 5º da Lei 8.666/1993; informações sobre a revisão dos contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento Reintegra – TIC e transporte aéreo de carga e informações sobre ações de publicidade e propaganda.

Como principais realizações de 2017, cabe mencionar:

- Lançamento do Programa DEZ em 1, que consiste em uma das ações dos Correios que busca a reversão da situação financeira da empresa. Os principais resultados obtidos no 1º ano do programa foram: definição e divulgação da nova Estratégia Correios; implantação do novo modelo operacional; adoção da Metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), visando maior controle de custos; priorização de 22 processos-chave, divididos em quatro ondas de otimização de processos: tratamento; captação de atacado; distribuição; e coleta e entrega final.

- Implantação do novo modelo operacional, abrangendo estrutura organizacional e revisão da cadeia de valor, com o propósito de explorar as sinergias operacionais, otimizar a eficiência dos serviços corporativos, aumentar controle e responsabilização, reforçar as capacidades e cooperações comerciais, promover a otimização do enfoque em vendas e fortalecer a capacidade digital e de inovação.

- Aprovação dos direcionadores do Modelo Operacional Futuro dos Canais de Atendimento dos Correios, no qual constam análise qualitativa e quantitativa (atividades, dimensionamento, localização, receita e perfil dos clientes), benchmark com outras administrações postais e afins, canais digitais utilizados no mercado e o modelo arquitetônico futuro. Adicionalmente, foi aprovado o Modelo Operacional Futuro de Canais dos Correios, onde foi definida a estratégia de ocupação e segmentação de mercado (portfólio, localidade, perfil dos clientes, porte de unidade por volume de negócios, visão integrada dos canais e atuação de unidades próprias e terceirizadas).

- Implantação do novo modelo operacional. A estrutura dos Correios passou a contar com o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), dividido nas centrais Financeira, Administrativa,

Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas. Desde outubro de 2017, a Vice-Presidência de Administração (VIPAD) adota as ações necessárias à consolidação deste modelo. A implantação dos CSCs visa promover maior eficiência, geração de valor, redução de custos e melhoria da prestação dos serviços.

- Implantação da nova Política Comercial dos Correios, com a sistematização do relacionamento com seus clientes, contemplando um conjunto de benefícios disponibilizados em função do volume global de negócios e da prestação das contrapartidas previstas.
- Implantação do novo modelo de importação, o qual permite o aprimoramento de ferramentas de auxílio aos usuários para recebimento de suas encomendas internacionais, reduzindo riscos e agilizando os prazos de entrega. Esta funcionalidade está disponível no Portal Importador, no site dos Correios.
- Formalização do Plano de Marketing, contendo a estratégia de atuação junto aos entes governamentais, em alinhamento com os direcionadores da Estratégia Correios.
- Implantação do serviço de envio de exportações postais com DUE (Declaração Única de Exportação) com o emprego de tecnologia que permite intercâmbio de informações e agiliza o desembaraço aduaneiro no destino.
- Criação de Códigos de Endereçamento Postal (CEP) por logradouro, em 21 municípios brasileiros beneficiando uma população estimada de 1,8 milhão de habitantes.
- Lançamento de novos serviços: Correios Celular, Serviço de Consulta de Proteção ao Crédito (CPF e CNPJ), Postal Resposta, Clique e Retire, dentre outros, com vistas a consolidar a rede de atendimento dos Correios como um balcão multisserviços.
- Encerramento do projeto de atuação como operador logístico oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, sendo o primeiro correio público no mundo a realizar a operação, com oportunidades de comunicação e novos negócios relacionados a encomenda, marketing direto, conveniência e mensagem.
- Criação da Vice-Presidência de Negócios Públicos (VINEP), uma estrutura dedicada com a função de gerir e desenvolver o relacionamento com todos os entes da Administração Pública (federal, estadual e municipal), modelando e comercializando soluções customizadas e a criação da Vice-Presidência de Canais (VICAN), que tem a função de buscar alternativas rentáveis para estar acessível a todos os clientes e proporcionar experiência diferenciada nas interações com seus clientes;
- Implantação do processo de monitoramento de compras públicas com o objetivo de posicionar a empresa nos negócios por meio da participação em licitações e da fiscalização do cumprimento dos serviços monopolísticos juntos à Administração Pública.

Principais dificuldades:

O setor postal mundial e nacional, como outros setores econômicos da sociedade, está sendo pressionado pelas novas mídias eletrônicas de comunicação e informação, pelos novos comportamentos da sociedade, pelo processo de globalização e pela proliferação de operadores de baixo custo, que exploram nichos do mercado postal, e pelas crises econômicas recorrentes, quando não locais e internacionais, as quais reverberam globalmente em função das interdependências, cada vez mais patentes, dos países.

O setor postal mundial continua sendo impactado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Mesmo que ainda haja baixa popularidade das novas mídias em alguns países, esse é um movimento que não pode ser desconsiderado por nenhum correio que tenha a meta de operar com sustentabilidade financeira.

Além das dificuldades relacionadas ao setor postal mundial, os Correios enfrentaram em 2017, outras específicas em sua atuação, a saber:

- Agências próprias com prejuízos: receitas dos serviços realizados nas unidades se apresentam insuficientes frente à despesa de manutenção da suas estruturas, sendo deficitárias quanto à geração de receitas para seu cobertura das despesas de funcionamento;
- Atuais benefícios monopolísticos não compensam os custos de universalização;
- Segurança pública: o atual cenário de violência e criminalidade urbana vivido pela sociedade brasileira tem reflexo direto sobre a atividade postal, como roubo a carteiros, cargas e a agências.

- Orçamento: execução do Plano Extraordinário de Contingenciamento de Despesas de Custeio e de Investimento com o objetivo buscar a recomposição das reservas financeiras necessárias à sustentabilidade da empresa e contingenciou o orçamento global de custeio para R\$ 20,0 bilhões;

- Dificuldades de modernização tecnológica: os Correios, ao longo do último biênio (2016-2017), programaram no seu planejamento investir na área de TI cerca de R\$ 408,0 milhões em ativos de TI (hardware e software), que visavam atender às necessidades (modernização e expansão tecnológica) das áreas de negócio e suporte dos Correios. Entretanto, face às medidas de contingenciamento promovidas no período, foram efetivados investimentos na ordem de R\$ 134,0 milhões.

- Alto custo do plano de saúde: considerado o principal benefício oferecido aos empregados, pois em função da forma de custeio, em média 93% das despesas eram arcadas pela empresa, o que culminou no ajuizamento no TST de dissídio coletivo e decisão parcialmente favorável aos Correios (em 2018), possibilitando a oferecimento de outro plano com custeio da assistência médica/hospitalar e odontológica e a previsão de cobrança de mensalidades e coparticipação.

- Despesas com pessoal: considerando o contexto econômico em que a empresa está inserida e a queda gradativa na sua receita, houve a necessidade de, no decorrer de 2017, realizar o Programa de Desligamento Incentivado-PDI, o que ocasionou a saída de 6.294 empregados e, em dezembro, com a abertura do segundo ciclo, diante das inscrições realizadas tem-se a previsão de desligamento de mais 1.965 empregados.

Outras informações sobre as dificuldades vivenciadas em 2017 encontram-se detalhadas ao longo do relatório.

2 VISÃO GERAL DOS CORREIOS

2.1 Finalidades e competências

O Decreto nº. 8.016/13, de 17 de maio de 2013, instituiu como objeto social da empresa:

- a) Planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- b) Explorar serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;
- c) Explorar atividades correlatas; e
- d) Exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, doravante Correios, por meio do Programa Temático 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia – constante do Plano Plurianual do Governo (PPA) 2016-2019, tem como objetivo expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

A Portaria nº 6.206 do Ministério das Comunicações, publicada em 13 de novembro de 2015, estabeleceu as metas para a universalização e de qualidade dos serviços postais básicos a serem cumpridas pelos Correios e dispõe sobre a entrega de objetos destes serviços, visando assegurar a existência e disponibilidade de oferta de serviços postais básicos em todo território nacional em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis, buscando ampliar o serviço postal, por meio de seus canais de atendimento, ou por outras formas de prestação de serviço, objetivando a ampliação do serviço de distribuição postal externa.

A Portaria nº 6.202 do Ministério das Comunicações, publicada em 13 de novembro de 2015, estabeleceu as diretrizes que deverão nortear a elaboração e a aprovação da estrutura organizacional dos Correios pelos competentes órgãos sociais, de acordo com o disposto em seu estatuto social e com o objetivo de padronização de sua rede de agências, de forma a melhorar a prestação do serviço de atendimento postal à população.

A Estratégia Correios 2017-2022 é composta por um conjunto de elementos que direcionam o caminho a ser percorrido pelos Correios nos próximos anos para o alcance de seus objetivos. Ela se caracteriza pela busca do reposicionamento dos Correios no mercado, visando trazer resultados positivos, gerar valor e garantir sua sustentabilidade.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), com sede e foro em Brasília - DF, é uma empresa pública de direito privado, da administração indireta, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de capital fechado, tendo seu capital social constituído integralmente pela União.

Os Correios foram criados pelo Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, em substituição ao antigo Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), regendo-se pela legislação federal e por seu estatuto social. Em 2011, foi aprovada a Lei 12.490, de 16 de setembro de 2011, originada da Medida Provisória 532/2011, que amplia o âmbito de sua atuação, podendo operar no exterior, bem como, dentro das atividades compreendidas em seu objeto, constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas, podendo ainda, obedecida a regulamentação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de seus canais de atendimento. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também passou a ser permitida. Em decorrência desta lei, foi realizada mudança no Estatuto dos Correios por meio do Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, ficando revogado o Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011. Já em janeiro de 2018, foi aprovado pela Assembleia Geral, o novo Estatuto dos Correios contemplando adequações para atendimento da Lei 13.303/2016.

O entorno regulatório dos Correios (leis, decretos, instruções normativas, resoluções, portarias governamentais), demonstrado abaixo, veicula diretrizes que direcionam a atuação da empresa.

- Lei 6.404/1976 - Dispõe sobre as sociedades por ações

- Lei 6.538/1978 - Dispõe sobre os serviços postais.
- Lei 12.353/2010 - Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências.
 - Lei 12.490/2010 - Alterou Decreto-Lei n.º 509/1969 que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública;
 - Lei 12.527/2011 - Regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal
 - Lei 12.846/2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
 - Decreto n.º 8.016/13 - Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
 - Portaria n.º 6.202, de 13 de novembro de 2015 - Norma de Diretrizes para a Padronização da Rede de Unidades de Atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
 - Portaria n.º 6.206, de 13 de novembro de 2015 - Estabelece metas de universalização e qualidade dos serviços postais básicos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
 - Lei 13.303/2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - Decreto n.º 8.945/16 – Regula a Lei 13.303/2016;
 - Novo Estatuto dos Correios aprovado pela Assembleia Geral em 30/01/2018;

Os documentos normativos se constituem nos manuais da empresa, que consolidam a descrição dos processos na empresa e da estrutura organizacional, com suas responsabilidades e competências.

2.3 Ambiente de atuação

2.3.1 Atuação dos Correios

As administrações postais mundiais, por sua grande capilaridade, auxiliam a produção e a distribuição de bens e serviços para a população, inclusive em áreas rurais e remotas e em pequenos povoados.

Nesse contexto, a União Postal Universal (UPU) destaca o poder das administrações postais no apoio ao fortalecimento de comunidades marginalizadas, via acessibilidade física e financeira a serviços básicos ofertados.

Ainda, sobre o setor postal, o II Fórum Global da União Postal Universal reuniu em Moscou, no mês de setembro/2017, 60 presidentes de correios de todo o mundo para discutir a questão: “Crescimento Multidimensional Avançado - Estratégia Postal”. O diagnóstico constata que o crescimento da economia e do comércio, a mudança demográfica e a explosão do e-commerce são fatores que vêm, nos últimos anos, afetando os operadores postais. Esses fatores combinados com o desejo dos clientes por serviços digitais personalizados e imediatos e as regulamentações governamentais para disseminação desses serviços criaram, por sua vez, desafios e oportunidades.

Também, uma pesquisa sobre o setor de e-commerce divulgada pela Comissão Europeia, apresenta os seguintes resultados:

- Grandes fabricantes decidiram ao longo dos últimos 10 anos vender seus produtos diretamente para os consumidores por meio de suas lojas próprias de varejo on-line, competindo assim, com seus distribuidores.
- Crescente uso de sistemas seletivos de distribuição, pelos quais os produtos só podem ser vendidos por vendedores previamente selecionados e autorizados. Isso permite que os produtores controlem melhor as suas redes de distribuição, principalmente em termos de qualidade e de preço.

- Crescente uso de restrições contratuais para aprimorar o controle da distribuição dos produtos.

Dessa maneira, resta claro que o setor postal mundial está sendo impactado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, pelo processo contínuo de globalização e pelas mudanças de comportamento dos consumidores (Era da Conveniência - comodidade dos clientes, com o oferecimento de facilidades para a postagem e a retirada de objetos).

Além disso, para enfrentar o processo acelerado de substituição da correspondência em suporte de papel pelas novas mídias eletrônicas, os operadores postais, em especial os de países industrializados, têm promovido a diversificação seletiva para diminuir a dependência do segmento de correspondências na composição de suas receitas, ao mesmo tempo em que estão defendendo esse segmento em declínio, uma vez que ainda gera receitas relevantes. Paralelamente, têm efetuado revisões e reajustes das tarifas dos serviços postais e a implementado serviços postais eletrônicos para mensagens e marketing direto – híbrido e digital.

Para se manterem rentáveis, relevantes e atenderem às novas demandas dos clientes, os correios têm também incorporado novas tecnologias em todos os eventos da cadeia produtiva postal. Desde a coleta/recebimento dos objetos até a entrega final, têm adotado a gestão rigorosa de despesas e a otimização dos custos. Ainda, a tônica dos principais correios no mundo tem sido o enxugamento das estruturas de apoio/suporte para que os empreendimentos se tornem ágeis, flexíveis e possam atender melhor às atividades-fim. Ao mesmo tempo, mantêm seu foco no meio ambiente.

No processo de substituição de correspondência, observa-se que o tráfego de Mensagem apresenta comportamento semelhante ao longo dos últimos anos, onde o quantitativo de carga distribuído vem apresentando tendência de queda consecutiva a cada ano. Em 2017 foram distribuídos 6,297 bilhões de objetos.

Dessa maneira, as sinalizações dos mercados são de que as atividades de encomendas, logística e serviços financeiros têm potencial para recompor as receitas dos correios perdidas com o segmento de correspondência, uma vez que são atividades em rede as quais podem gerar ganhos de escala e escopo.

Diante deste contexto, os correios dos países industrializados e o brasileiro estão adotando as seguintes iniciativas: diversificação das atividades para compensar as perdas com o negócio correspondências; parcerias com outros setores econômicos; incorporação de tecnologias de ponta para simplificar e reduzir despesas em toda a cadeia produtiva postal e facilitar a vida dos consumidores; foco em atividades geradoras de receitas relevantes e estratégias para conquistar novos mercados e clientes, inclusive com a compra de empresas.

Ainda para se manterem rentáveis, relevantes e atenderem às novas demandas dos clientes, os correios mundiais têm incorporado novas tecnologias em todos os eventos da cadeia produtiva postal, desde a coleta/recebimento dos objetos até a entrega final, adotando a gestão rigorosa de despesas e a otimização dos custos. Além disso, a tônica dos principais correios no mundo tem sido o enxugamento das estruturas de apoio/suporte para que os empreendimentos se tornem ágeis, flexíveis e possam atender melhor às atividades fins.

O consumidor está cada vez mais confiante nas vendas on-line e para esse mercado os Correios possuem uma ampla opção de serviços expressos e econômicos, cabendo destacar: SEDEX, SEDEX Hoje, SEDEX 10, SEDEX 12, PAC, Logística Reversa.

O crescimento da inclusão digital permite que os moradores de regiões periféricas das grandes cidades tenham acesso aos serviços de e-commerce, podendo adquirir produtos de alto valor agregado pela internet que na maioria das vezes terão os Correios como único operador logístico disposto a entregar nessas localidades desprovidas de requisitos mínimos de segurança pública.

De igual forma, nos pequenos municípios, o serviço de correspondente bancário (Banco Postal), que traz o benefício da inclusão bancária para os cidadãos dessas localidades contribui para um estoque elevado de numerário nas agências, fazendo dos Correios alvos preferenciais para ações delituosas nesses municípios, que geralmente contam com escasso efetivo de policiamento ostensivo. Essa crescente atratividade dos serviços oferecidos e as vulnerabilidades da segurança pública continuarão a exigir dos Correios o desafio de operar em um ambiente adverso, com dispêndios crescentes em recursos de segurança.

No Brasil, os principais segmentos de atuação dos Correios são: logística, encomendas, conveniência, serviços financeiros, mensagem, malote, marketing e internacional.

A logística dos Correios abrange soluções nacionais e internacionais. A logística nacional disponibiliza ao mercado soluções para gestão da cadeia de suprimentos, desde a coleta, consolidação, tratamento e transporte, até a armazenagem, transferência de carga, gestão de estoques, distribuição e logística reversa para bens diversos, incluindo soluções de importação e exportação, soluções para comércio eletrônico, rastreamento de objetos e serviços de pós-venda. Entre as diversas operações logísticas realizadas no ano de 2017, destacam-se: (i) entrega e coleta das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame para Certificação de Conclusão de Ensino Fundamental e Médio para Jovens e Adultos (Enceja), do Exame para Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em todo o Brasil, para 10,8 milhões de candidatos em cerca de 22,6 mil pontos de entrega; (ii) parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para distribuição de 196 milhões de livros didáticos, acondicionados em 19 milhões de encomendas, para atender cerca de 124 mil instituições de ensino; (iii) distribuição de kits para recepção de canais digitais, em parceria com a Seja Digital (EAD - Entidade Administradora da Digitalização de Canais TV e RTV), às famílias cadastradas em programas sociais do Governo Federal.

No segmento de encomendas, nos últimos anos a empresa se vê diante de um mercado cada vez mais competitivo e que tem atraído diversos players, inclusive empresas multinacionais, principalmente, para atuarem no mercado de entrega de encomendas fracionadas para o segmento de e-commerce, aquele que vem apresentando evolução, apesar do ambiente econômico ainda desfavorável. Empresas que atuam no comércio eletrônico vêm impulsionando os números dos Correios. Observa-se uma elevação do montante distribuído em 12,8% em relação a 2016, ou seja, elevou-se o montante de encomendas distribuídas de 235,3 milhões em 2016 para 265,2 milhões em 2017.

O segmento conveniência é constituído de uma variedade de produtos e serviços destinados ao atendimento de necessidades dos clientes, pessoas físicas, jurídicas, empreendedores autônomos, micro e pequenos empresários e instituições públicas em seus três níveis de governo: federal, estadual e municipal. O portfólio de produtos e serviços disponibilizados por este segmento distingue as agências dos Correios como verdadeiros centros de conveniência, com diferencial de mercado, em razão da capilaridade da rede de atendimento, que permite aos Correios estar presente em todo o território nacional e, sobretudo, próximo aos cidadãos e clientes em geral, proporcionando facilidades no atendimento às suas demandas em um único local, com comodidade e economia de tempo.

Este segmento atua em três principais frentes - filatelia, produtos e serviços especiais - ampliando o potencial da rede física dos Correios, transformando-a em pontos de atendimento geradores de receitas, tornando mais rentáveis a estrutura instalada, os investimentos e a modernização contínua da empresa:

- **Filatelia:** cumpre o papel de disseminar a cultura dos países emissores de selos postais, por meio da integração de pessoas do mundo, amparada pelos princípios da universalidade, inovação, comunicação e cooperação em torno da prática do colecionamento das emissões filatélicas. Registra os valores culturais das sociedades, preservando o legado histórico a ser transmitido às gerações futuras, dado o volume de informações que os selos veiculam. Com 17 emissões de selos postais comemorativos e especiais em 2017, a produção em quantidade de selos foi de aproximadamente 12 milhões.

- **Produtos:** representam itens de linhas convencionais, básicas e temáticas disponibilizados nas agências físicas e na loja virtual Correios On-line. São embalagens, personalizados (selos e demais produtos de valor para pessoas físicas e jurídicas), aerogramas de datas comemorativas e nacionais, cartões-postais, cartões comemorativos, entre outros.

- **Serviços especiais:** possibilitam o atendimento aos clientes, ampliando o conceito de comodidade e o posicionamento dos Correios como empresa focada no cidadão. Por meio de atendimento presencial, os clientes contam com os seguintes serviços: Certificação Digital; Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT); recarga virtual; recebimento de inscrições; serviços referentes ao CPF (inscrição, regularização e alteração); caixa

postal; Achados e Perdidos; consulta de proteção ao crédito – CPF/CNPJ; Correios Celular e aporte e saque.

Dentre os novos serviços especiais, destaca-se o Correios Celular, relativo à implantação do serviço móvel pessoal (SMP) por meio de rede virtual (MVNO) em mais de 1.500 municípios, oferecendo venda do chip, planos pré-pagos e recarga. No ano de 2017 ocorreu o lançamento de aplicativo móvel para recarga e consultas para acompanhamento do plano contratado e ainda a portabilidade do número de qualquer operadora.

O segmento financeiro possui o seguinte portfólio de produtos e serviços: Banco Postal, Vale Postal Nacional e Internacional, Recebimento de Contas, TeleSena, PostalCap e Consórcio, destacando-se o Banco Postal, que representa cerca de 85% deste segmento.

No segmento financeiro, o Banco Postal opera em conjunto com o Banco do Brasil desde 2012 e constitui-se em uma grande rede de atendimento de serviços bancários disponibilizada à sociedade brasileira. Presente em 5.150 municípios e perfazendo uma cobertura de mais de 94% do total de localidades, o Banco Postal segue firme em sua missão de atuar como importante instrumento de inclusão financeira e agente participativo na promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

Destaca-se também o Vale Postal, que constitui o serviço de transferências financeiras, tanto em âmbito nacional quanto internacional, suprimindo necessidades de pessoas que não possuem conta bancária, atuando também no segmento de transferências de pessoas jurídicas para pessoas físicas com finalidades diversas como pagamento de salários, transferências de fundos de caráter social (TRES, Renda Cidadã, Bolsa Família) dentre outros.

O segmento de mensagem oferece serviços para o envio de correspondências de natureza administrativa, social ou comercial, que contenham informação de interesse específico do destinatário. Os principais produtos do segmento são carta e FAC, os quais podem ser associados a serviços adicionais como Aviso de Recebimento, entrega mão própria e registro, o que permite o acompanhamento da entrega por SMS. Além disso, enquanto o FAC destina-se a clientes de grandes postagens, para envio de contas e boletos diversos, a carta pode ser utilizada para envios unitários ou em grandes quantidades, por pessoas físicas ou jurídicas, de qualquer porte. A maior parte dos objetos postados nesses serviços apresentam peso unitário de até 20g.

O segmento malote consiste no serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos de mesma ou de diversas naturezas quando, pelo menos, um deles for sujeito ao regime de exclusividade.

Permite o trâmite de documentos/objetos entre unidades de um mesmo órgão e/ou de órgãos diferentes, agilizando e facilitando o fluxo de informações, documentos e objetos. O contratante escolhe os dias de frequência semanal de expedição dos malotes e os Correios coletam e entregam nos destinos conforme programação.

O segmento de marketing oferece ao mercado soluções para a comunicação dirigida de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, por meio das quais os clientes podem promover seus produtos, serviços ou negócios. Os principais serviços são mala direta e entrega direta.

A mala direta permite o envio de mensagens publicitárias, já a entrega direta é um serviço específico para a distribuição em domicílio de publicações periódicas, como revistas, boletins, catálogos e tabloides promocionais.

No contexto internacional, os Correios atuam em consonância com a Convenção Postal Universal e demais regulamentos da União Postal Universal (UPU). Nesse contexto, o correio brasileiro forma, juntamente com os demais operadores designados de outros países, a maior rede logística do planeta. Com essa atuação global, a empresa oferece os serviços postais que chegam a mais de 200 países e, ao mesmo tempo, garante a entrega em todo o Brasil de remessas postais oriundas desses países. Essa extensa cobertura logística torna os Correios um parceiro fundamental para o desenvolvimento do e-commerce transfronteiriço. No Brasil, os Correios oferecem várias modalidades de serviços internacionais para o envio de documentos, correspondências, bens e mercadorias. Destacam-se os serviços Importa Fácil e o Exporta Fácil. As administrações postais mundiais, por sua grande capilaridade, auxiliam a produção e distribuição de bens e serviços para a população, inclusive em áreas rurais e remotas e em pequenos povoados.

2.3.2 Concorrentes e parceiros

Os serviços postais no Brasil são regulados pela Lei nº. 6.538, de junho de 1978, que estabelece as diretrizes norteadoras da sua execução, e são prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública federal, criada pelo Decreto-lei nº. 509, de 20 de março de 1969, a qual compete executar e controlar, em regime de exclusividade, os serviços postais em todo o território nacional.

No que tange aos serviços postais exclusivos, a Lei nº. 6.538/78, em seu artigo 9º, estabelece as atividades que são de prestação exclusiva dos Correios:

“Art. 9º - São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão-postal;

II - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada;

III - fabricação, emissão de selos e de outras fórmulas de franqueamento postal.”

O negócio mensagem é altamente regulado, sujeito e dependente da exclusividade do monopólio postal, assegurado constitucionalmente aos Correios, conforme decisão mais recente do Supremo Tribunal Federal - STF, por meio da ADPF 46, de 05/08/2009.

Para os serviços no segmento concorrencial, os principais produtos são: SEDEX; SEDEX 10; SEDEX 12; SEDEX Hoje; PAC; Disque Coleta; logística reversa; mala direta e serviços de envio internacional.

2.3.2.1 Principais concorrentes

O mercado de operadores logísticos no Brasil é composto atualmente por cerca de 160 empresas, com faturamento médio mensal por empresa estimado em R\$ 279 milhões/ano, segundo dados da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol). Ressalte-se que, pela ausência de regulamentação no setor logístico brasileiro, outras empresas de transporte também concorrem com os Correios, levando este número para próximo de 770 mil concorrentes inscritos no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O mercado de operadores logísticos no Brasil é composto atualmente por operadores logísticos e por outras empresas que se beneficiam da ausência de regulamentação no setor, tais como empresas de transporte ou de manuseio de carga.

No segmento de encomendas, nos últimos anos, com o crescimento do e-commerce, a concorrência no serviço de entregas fracionadas cresceu exponencialmente. Além disso, com o amadurecimento do mercado, a oferta de serviços no segmento se tornou comoditizada, ou seja, os atributos prazo, informação e muitas vezes abrangência se tornaram equiparados, fazendo com o que o preço se tornasse um grande diferencial na escolha do prestador do serviço. Tal constatação acaba por pressionar as empresas a reduzirem suas margens, enxugando custos para oferecer preços ainda mais competitivos no mercado.

A concorrência no segmento de logística internacional, ao lado do setor das encomendas nacionais, é uma das mais acirradas para os Correios no Brasil. Nesse sentido, cita-se a atuação de empresas de courier (DHL, Fedex, TNT e UPS), operadores logísticos globais. No mercado de encomendas, citam-se as empresas nacionais concorrentes: Transfolha, Total Express, Direct, JadLog, TAM Cargo, Gollog e Braspress, dentre outras.

O negócio Marketing Direto está sujeito à concorrência com outros distribuidores de comunicação dirigida física, os quais atuam posicionados frente à cadeia de valor dos clientes, propiciando soluções modulares para criação de peças promocionais, impressão, fornecimento de mailing, coleta, manuseio, triagem, higienização de dados, rastreamento, gestão da devolução e performance da campanha promocional, quer seja a partir da entrega, quer seja na conversão em vendas.

2.3.2.2 Principais parceiros

Quadro 1 - Principais Parceiros.

Principais Parceiros	Descrição
Agências de Correios Comunitárias (AGC)	Parcerias formalizadas por meio de convênio ou acordo de cooperação técnica com os entes públicos interessados, na sua maioria prefeituras municipais, a fim de viabilizar atendimento, no mínimo, da prestação de serviços básicos postais em distritos com população superior a 500 habitantes, bem como em áreas urbanas onde predomine o interesse social e a exploração econômica de serviços postais não se mostre viável.
Agência Franqueada (AGF)	Franquia postal criada pela Lei 11.668/2008, regulamentada pelo Decreto 6.639/2008 e pela Portaria nº 6.202/2015 do MC, por meio da qual a unidade de atendimento contratada é operada mediante contrato de franquia postal, por pessoa jurídica de direito privado selecionada em procedimento de licitação específico, destinada à prestação de serviços e à venda de produtos comercializados pelos Correios, conforme definido em edital de licitação, observadas a legislação em vigor e as normas internas dos Correios.
Agência de Correios Comercial (ACC)	Unidade de atendimento contratada operada, mediante contrato de permissão, por pessoa jurídica de direito privado selecionada em procedimento de licitação específico, destinada à prestação de serviços e à venda de produtos comercializados pelos Correios, compartilhada com negócios compatíveis e não concorrentes com os dos Correios, conforme definido em edital de licitação, observadas a legislação em vigor e as normas internas dos Correios.
Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara-e.net)	Há mais de 12 anos os Correios mantêm parceria com a Câmara-e.net, por meio de patrocínio ao Ciclo MPE.Net e integrando o conselho da associação. O Ciclo MPE.Net tem o objetivo de capacitar o microempreendedor em comércio eletrônico, com foco em infraestrutura, operação e marketing. Durante os ciclos, os Correios realizam palestras, oficinas e ações promocionais orientadas à logística do comércio eletrônico.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	Os Correios atuam em conjunto com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e com a Receita Federal do Brasil na implementação do novo processo de exportação, realizado por meio de Declaração Única de Exportação (DUE), que busca adequar o controle aduaneiro e administrativo ao processo logístico das exportações.
Banco do Brasil	Contrato de correspondente no país – Banco Postal, com vistas à prestação de serviços. O serviço é regulado pelo Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções 3954/2011, 3959/2011, 4035/2011 e 4042/2011 do Conselho Monetário Nacional, e pelo Ministério das Comunicações, nos termos da Portaria 588/2000.
EUTV Consultoria e Intermediação e Negócios S.A	Firmada parceria com a EUTV, por meio de seleção pública, com vistas à operacionalização do Correios Celular, serviço móvel pessoal (SMP) por meio de rede virtual (MVNO) em mais de 1500 municípios, com a realização de diversos serviços, como venda do chip, planos pré-pagos e recarga.
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	Convênio de parceria para prestação de serviço de Certificação Digital como autoridade registradora.
Casa da Moeda	Contrato para produção de selos.
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)	O Sebrae atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. É parceiro dos Correios em grandes projetos como o Cartão Correios Fácil, Ciclos de Atendimento Permanente (CAP) e o Movimento Compre do Pequeno. Vale destacar também o patrocínio dos Correios nas etapas da Feira do Empreendedor pelo Brasil.
Secretaria da Receita Federal	Convênio de parceria para prestação de serviço de CPF nas agências dos Correios. Desenvolvimento do Novo Modelo de Importação pelo Canal Postal, que tem como objetivo agilizar o processo de nacionalização das remessas postais, aliado à melhoria do controle aduaneiro dessas remessas. O novo modelo estabelece uma prevalência da fiscalização eletrônica em substituição à inspeção física das remessas postais, mantendo-se um regime especial de tributação para essas importações por via postal.
Polícia Federal	Os Correios possuem acordo de cooperação técnica com a Polícia Federal visando a coordenação e/ou execução de ações integradas, destinadas à prevenção e à

Principais Parceiros	Descrição
	repressão a ilícitos penais, bem como ao planejamento de ações e desenvolvimento de projetos institucionais e de interesse comum, voltados para a área de recursos humanos, inteligência e tecnologia da informação, dentre outros.

Fonte: VICAN/VICOM/VINEP/VIOPE

2.3.3 Expectativa da população e estrato da população quanto à atuação dos Correios

Por ser um mercado onde os procedimentos envolvidos são bastante complexos, não basta entregar, é preciso atender às expectativas dos clientes. Por isso a necessidade dos operadores logísticos de se adaptarem a este mercado oferecendo prazos e preços adequados. Daí a necessidade de acordos de nível de serviço e informações de entrega, sempre preparados para atender as tendências para transporte, armazenagem e distribuição nesse setor, o que envolve conhecer as perspectivas de crescimento do mercado, principalmente com a entrada de consumidores da classe C e D, adequação dos preços dos produtos/serviços, logística reversa eficaz e tecnologia aplicada à gestão operacional, incluindo ferramentas de visibilidade e softwares de gestão de armazéns (WMS) e gestão de transporte (TMS). O rastreamento (*tracking*) de todas as etapas do transporte é um diferencial, juntamente com a confirmação em tempo real da efetivação da entrega.

Os Correios atendem a todas as camadas sociais, níveis de renda ou educação, visto que a infraestrutura postal exerce relevante influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.570 municípios do país, acesso aos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo o encaminhamento e recebimento de objetos postais (cartas, telegramas e encomendas) e viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos) por intermédio do Banco Postal.

Alinhados às metas de universalização postal estipuladas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), os Correios desenvolveram esforços com a finalidade de expandir os serviços de atendimento postal e distribuição postal aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, conforme se segue:

Atendimento Postal - Em 2017, os Correios disponibilizaram serviços postais básicos a 89,91% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, ou seja, atenderam 3.831 distritos dos 4.261 estabelecidos pela Portaria 6.206 de 13 de novembro de 2015 do Ministério das Comunicações. O percentual atingido representa 93,12% da meta ministerial prevista para 2017, abrangendo uma população de 32.898.916 habitantes.

Distribuição Postal – Em relação ao ano de 2016, a entrega de objetos postais foi ampliada a 361 distritos com população superior a 500 habitantes, possibilitando que 187.086.327 habitantes sejam favorecidos com a prestação serviços de distribuição postal com base nos últimos dados censitários. Assim, atingiu-se um percentual anual acumulado de 89,58%, superando a meta de universalização postal estabelecida de 89,22% para distribuição postal externa. Convém enfatizar que os Correios realizam distribuição domiciliária em 8.800 localidades com mais de 500 habitantes, considerando toda a sua rede.

Os serviços postais se subordinam às metas de universalização e qualidade operacional, definidas e acompanhadas diretamente pelo MCTIC por meio da PRT 6.194, de 27/12/2016.

Os canais de atendimento dos serviços postais finalizaram o exercício com 22.318 pontos, dos quais 12.710 são unidades de atendimento, sendo 6.374 agências próprias e 6.336 terceirizadas e 9.608 caixas de coleta. Algumas agências hoje também realizam distribuição interna de objetos postais, em situações de impossibilidade da entrega externa em área com restrição de entrega; objetos a cobrar pelo destinatário e entrega de objetos internacionais quando há necessidade de pagamento de tributos.

2.3.4 Ameaças e oportunidades

Uma ampla variedade de mídias de comunicação compete pelos mesmos tipos de transações e comunicações que historicamente têm sido realizadas pelos serviços de correios. Dessa maneira, vários operadores postais estão adotando medidas para se manterem perenes e sustentáveis, tais como: adoção de modelos sustentáveis de negócio, incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação, gestão de custos, diversificação de negócios, adoção de práticas de gerenciamento já

consagradas pela iniciativa privada, revisão de todos os processos para melhorar a produtividade e a eficiência, aumento da automação, mudança da cultura organizacional orientada para o mercado, lançamento sistemático de serviços e produtos com possibilidades de customização, incorporação de novos atributos aos negócios com o objetivo de aumentar a competitividade, inovação em processos, produtos e serviços e definição de políticas claras em relação ao social e ao meio ambiente.

Em razão da nova Estratégia Correios, a matriz SWOT dos segmentos de negócio foi atualizada, visando identificar os fatores que afetam sua capacidade de manter-se sustentável e verificar a capacidade dos elementos do ambiente interno (forças e fraquezas) em otimizar ou neutralizar os elementos do ambiente externo (oportunidades e ameaças). Dentre as ameaças identificadas, destacam-se: queda do número de correspondência, crescimento da concorrência, surgimento de produtos substitutos, surgimento de redes de entregas fundadas por economia compartilhada. Por outro lado, as principais oportunidades identificadas são: crescimento do e-commerce, surgimento dos *marketplaces* (reúnem várias lojas em um ambiente virtual único para comercialização de produtos) e políticas públicas.

O negócio postal, essencialmente amparado por soluções físicas, oferece oportunidades para produtos híbridos e digitais utilizarem reconhecidos atributos, como universalidade, capilaridade, proximidade e privacidade, que devem ser explorados pelas novas soluções.

A estratégia propõe transportar de forma inequívoca a imagem de integrador nacional, conquistada ao longo de sua existência, do mundo físico para o digital. Essa vantagem competitiva, se bem explorada tempestivamente, dificilmente pode ser alcançada por outro concorrente.

A percepção da abrangência nacional e de referência no envio seguro das mensagens a toda a população, inclusive no digital, deve ser explorada, permitindo a clientes e destinatários visualizarem os Correios como player multicanal seguro e oficial do Brasil.

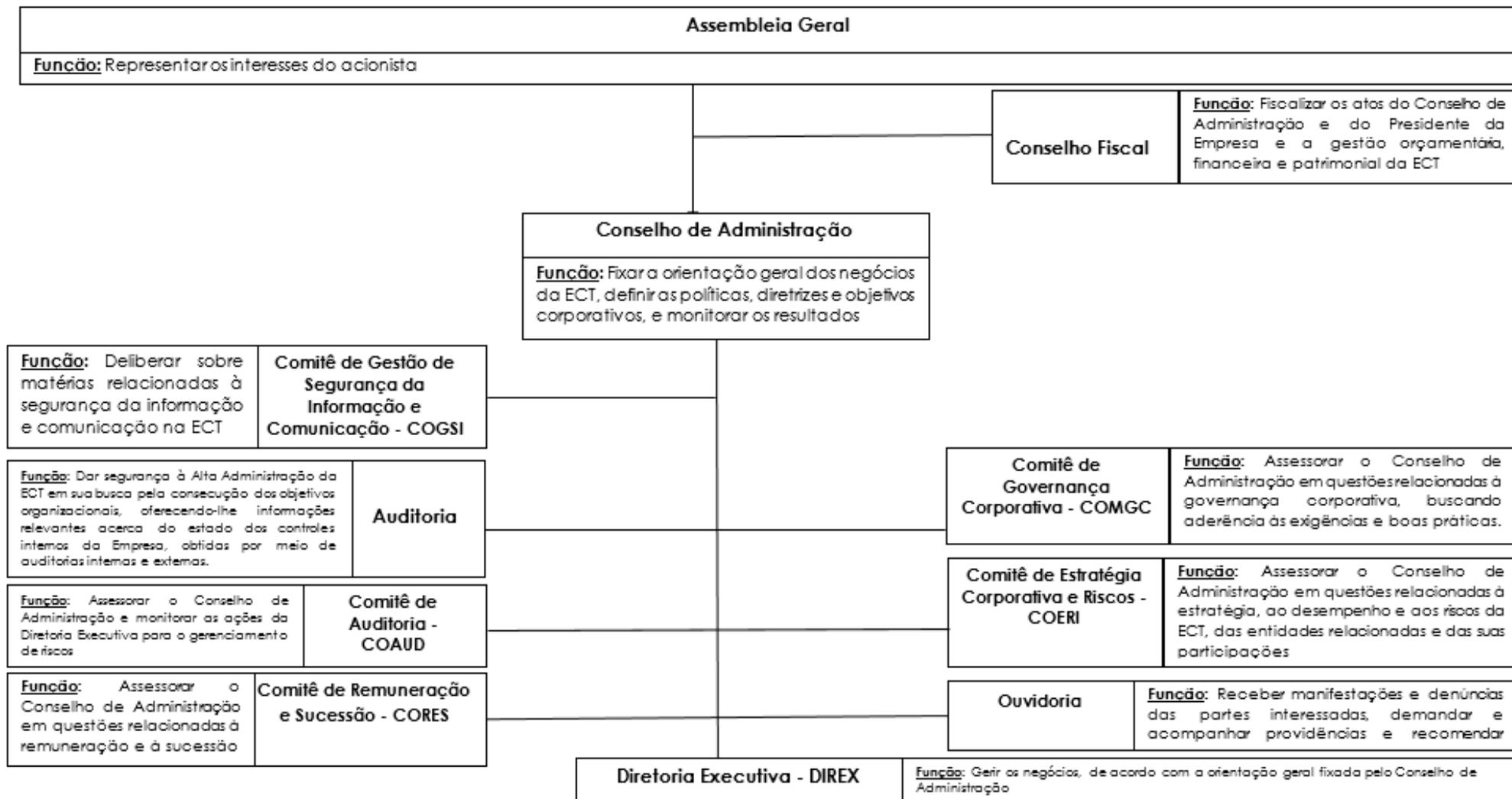
Com o objetivo de mapear as oportunidades de novos negócios e eventuais ameaças de perdas de clientes/negócios junto aos principais clientes com contrato, os Correios utilizam a ferramenta corporativa Sistema de Apoio à Decisão (SAD).

Nos Correios, o SAD exerce o mesmo papel do *Customer Relationship Management* (CRM) ou Gestão do Relacionamento com o Cliente, pois permite o registro, de forma padronizada, de todas as informações sobre os clientes com contrato, sendo este importante fonte de consulta e geração de relatórios gerenciais.

Os Correios reconhecem seu papel na sociedade e no desenvolvimento da economia nacional/internacional e buscam adotar medidas com vistas a incentivar o crescimento do mercado e dos serviços postais frente às ameaças e o aproveitamento das oportunidades, com o envolvimento dos parceiros para o desdobramento de informações e atividades mais assertivas.

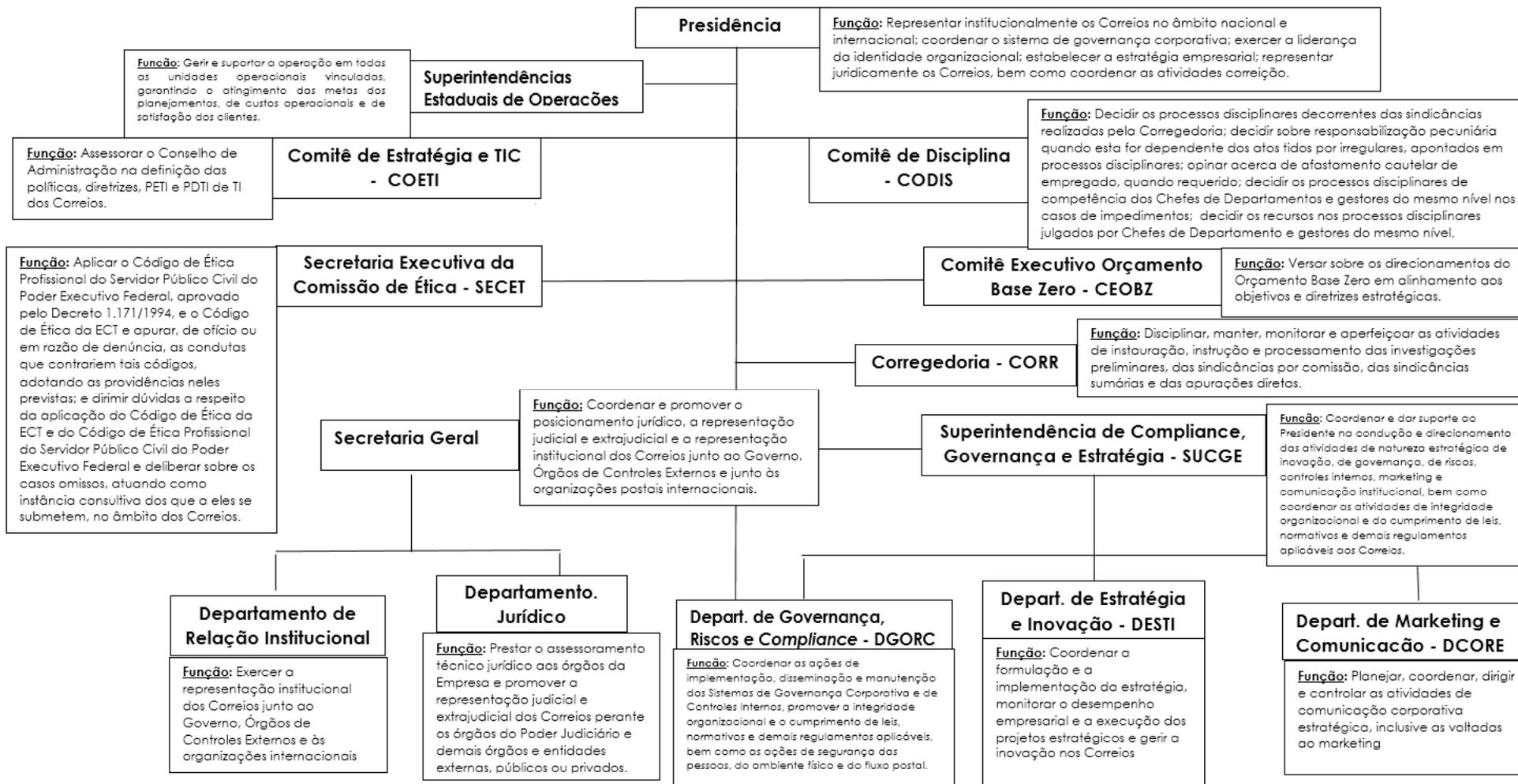
2.4 Organograma

Figura 1 - Organograma Núcleo de Governança.



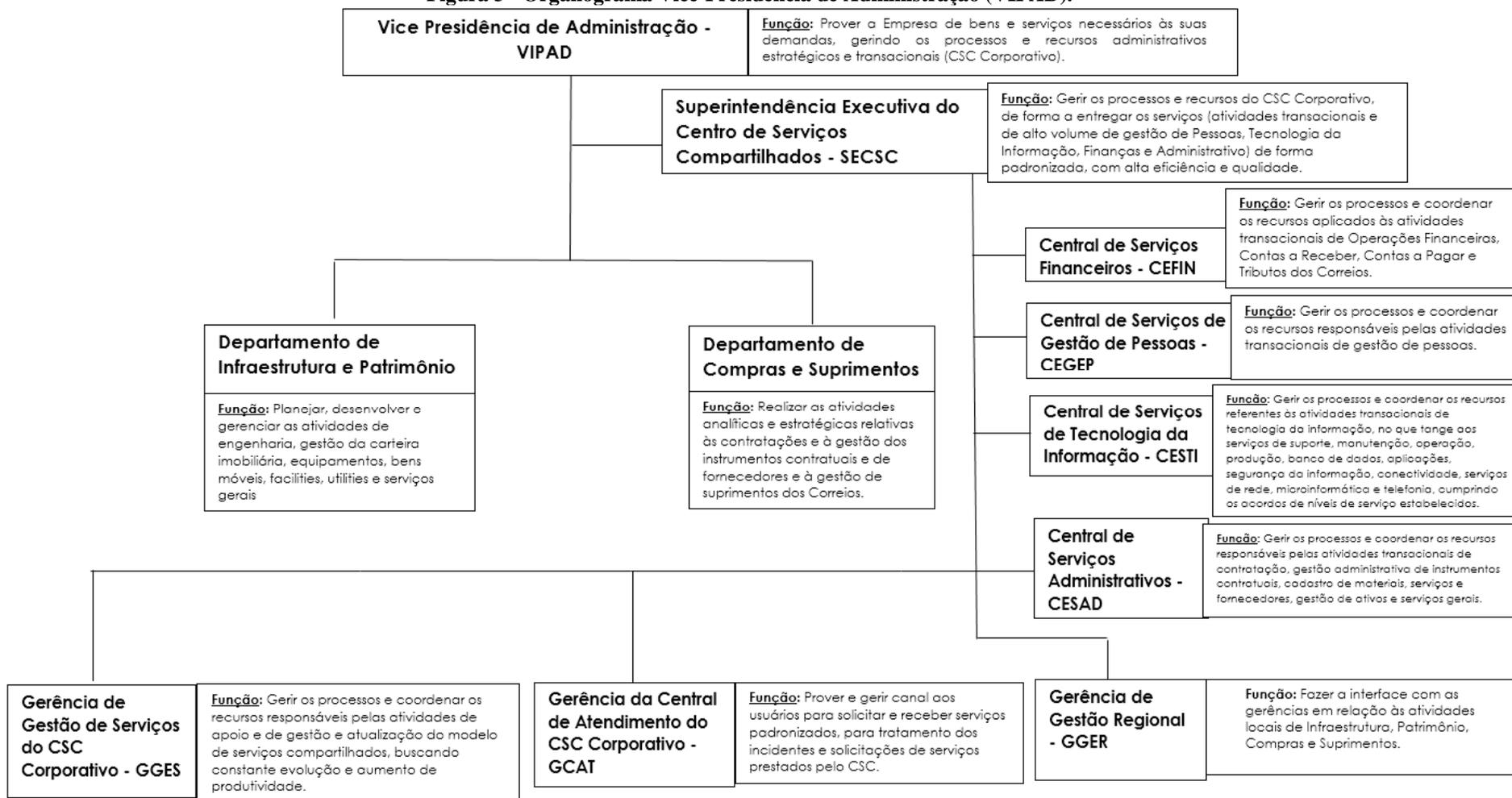
Fonte: DGORC

Figura 2 - Organograma Presidência (PRESI).



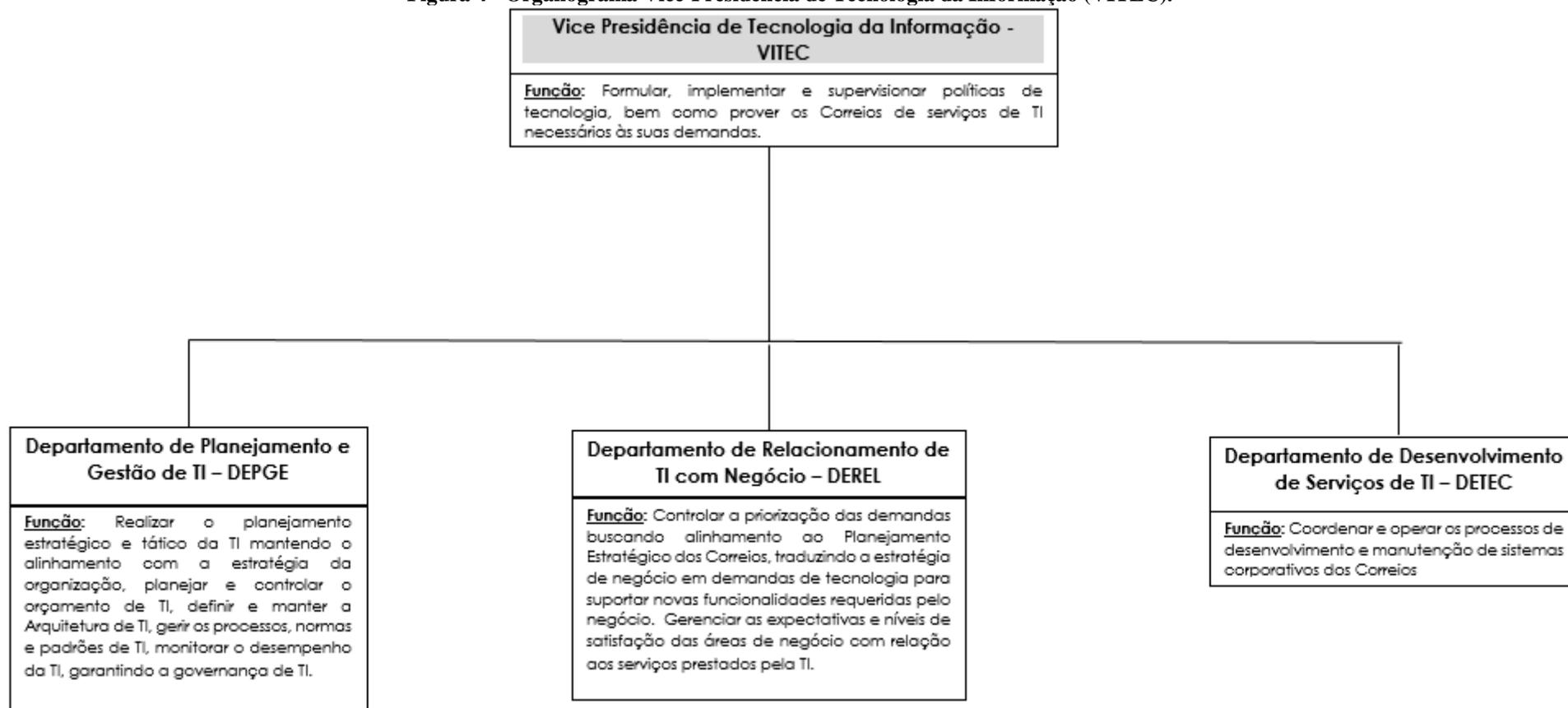
Fonte: DGORC

Figura 3 - Organograma Vice-Presidência de Administração (VIPAD).



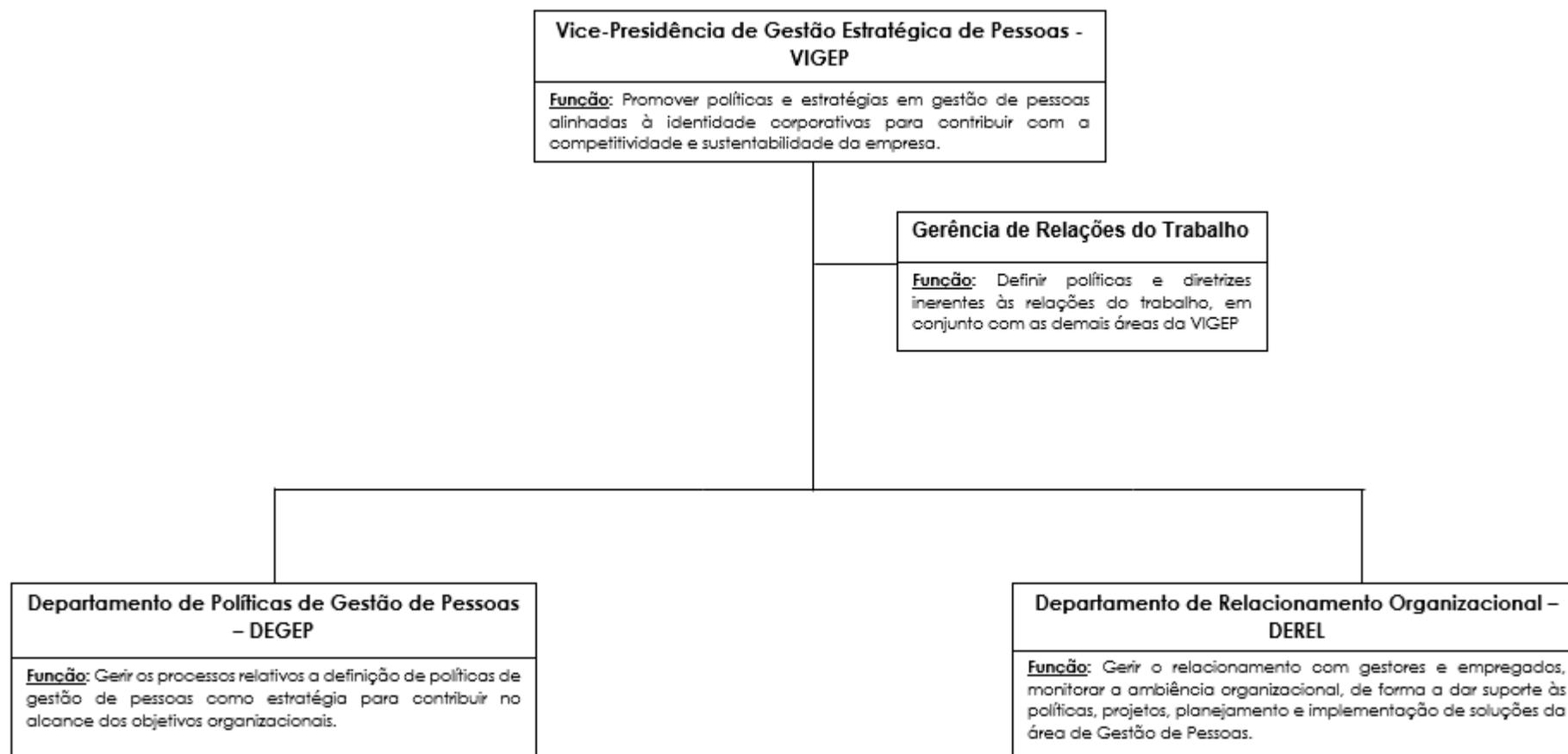
Fonte: DGORC

Figura 4 - Organograma Vice-Presidência de Tecnologia da Informação (VITEC).



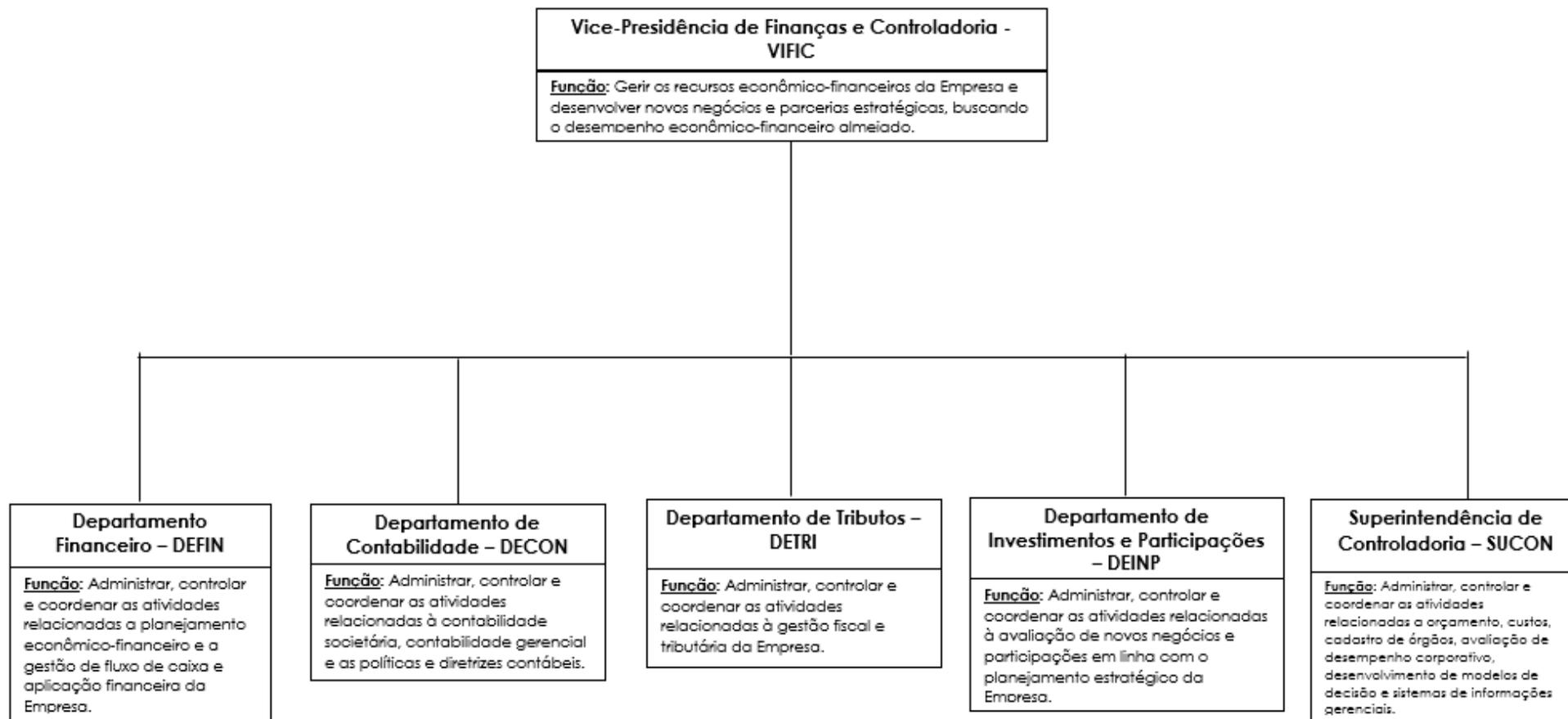
Fonte: DGORC

Figura 5 - Organograma Vice-Presidência de Gestão Estratégica de Pessoas (VIGEP).



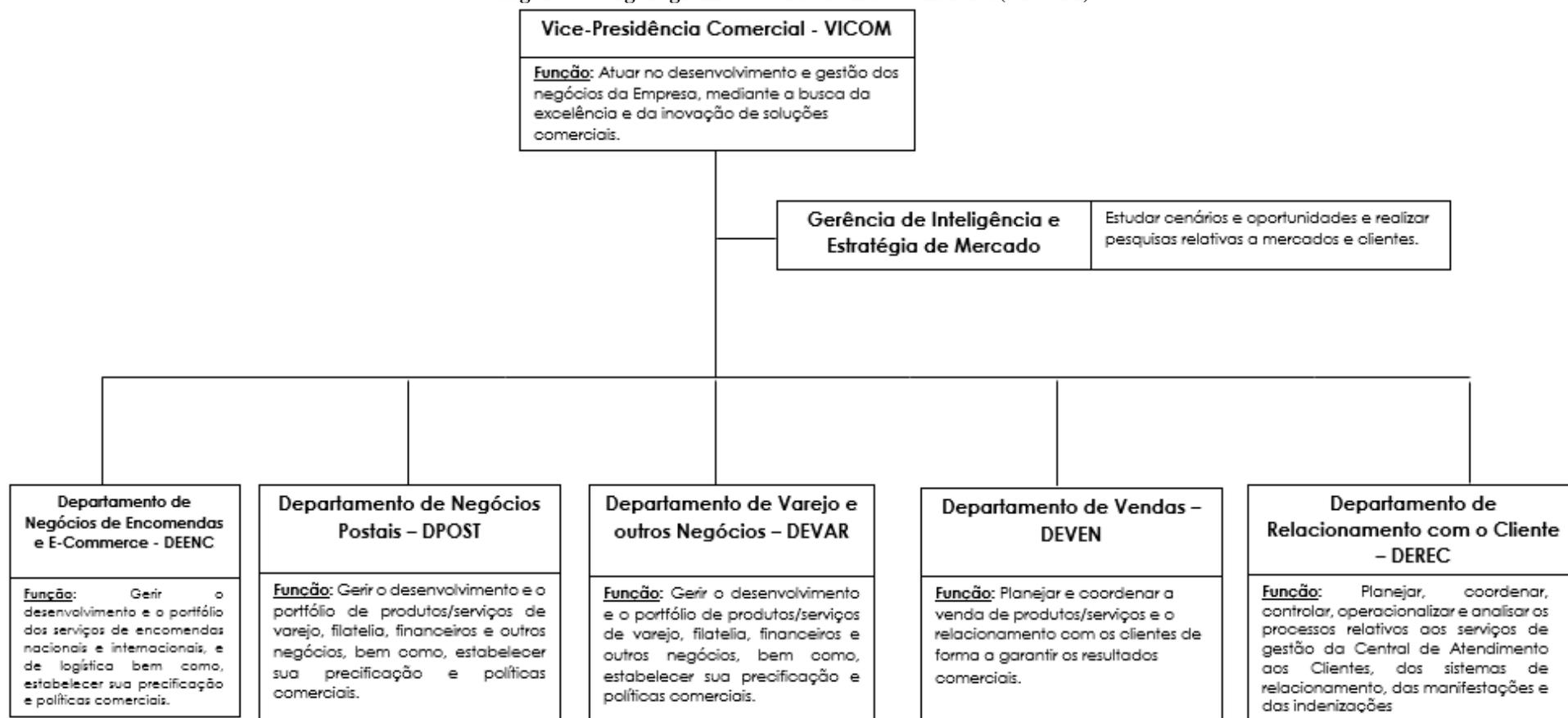
Fonte: DGORC

Figura 6 - Organograma Vice-Presidência de Finanças e Controladoria (VIFIC).



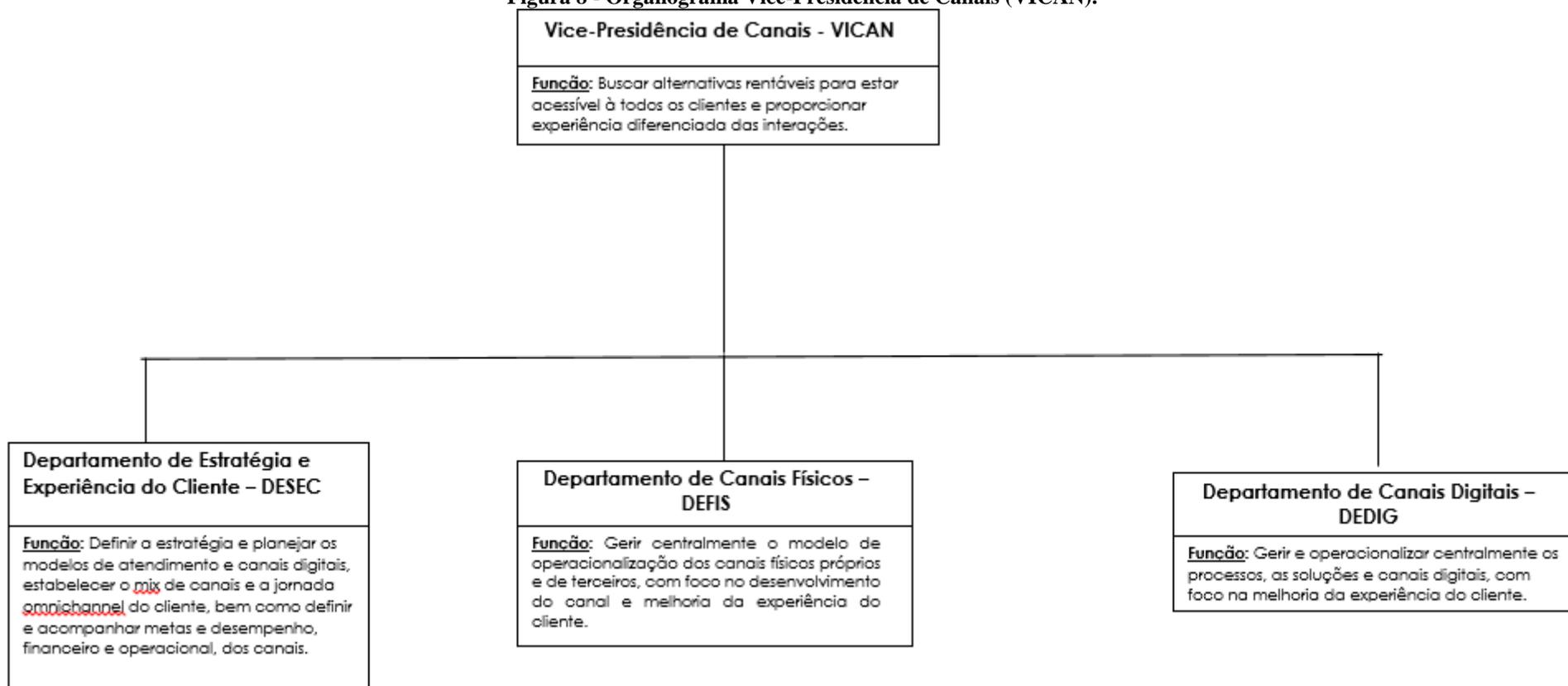
Fonte: DGORC

Figura 7 - Organograma Vice-Presidência Comercial (VICOM).



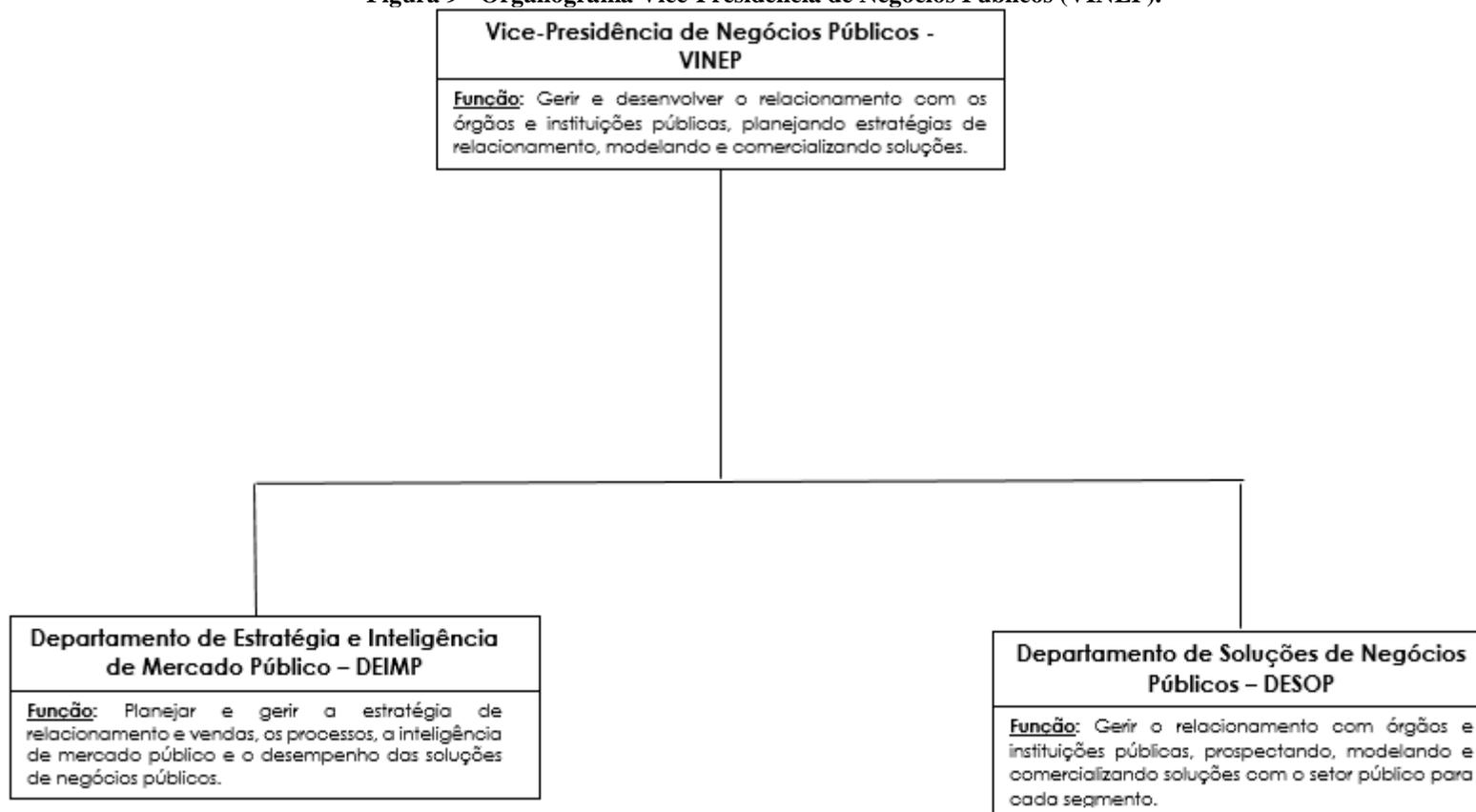
Fonte: DGORC

Figura 8 - Organograma Vice-Presidência de Canais (VICAN).



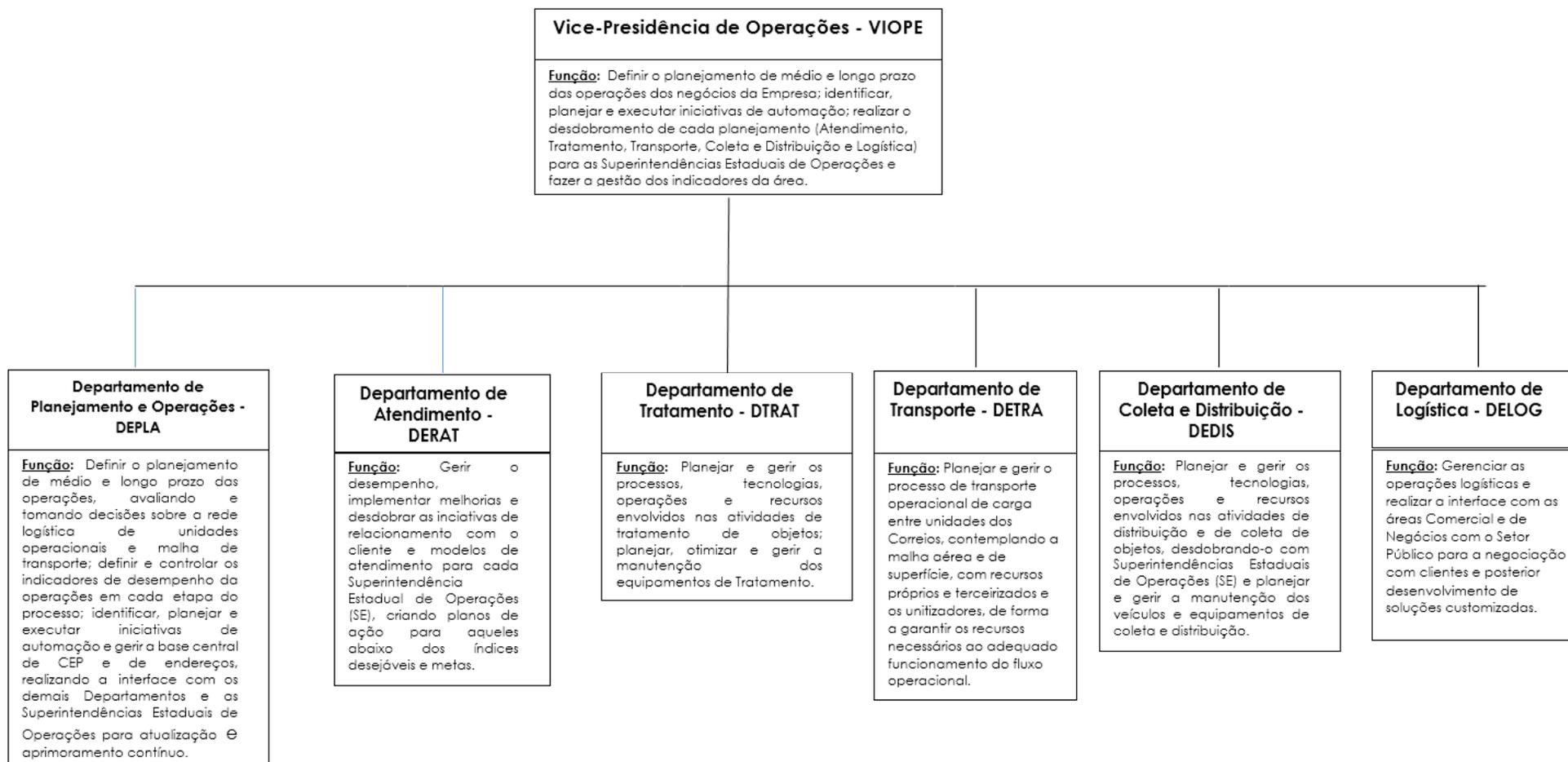
Fonte: DGORC

Figura 9 - Organograma Vice-Presidência de Negócios Públicos (VINEP).



Fonte: DGORC

Figura 10 - Organograma Vice-Presidência de Operações (VIOPE).



Fonte: DGORC

O **anexo 1** traz informações sobre os titulares responsáveis pelas áreas/subunidades estratégicas com os respectivos períodos de atuação e cargos. As competências de cada subunidade estão descritas nos organogramas anteriores.

2.5 Macroprocessos finalísticos

O Programa Dez em 1 entregou um novo Planejamento Estratégico para os Correios, além de um novo modelo organizacional e uma nova Cadeia de Valor, que foi elaborada evidenciando o macroprocesso finalístico da Operação Postal (contemplando o processos de “Varejo/Atendimento”, “Captação”, “Tratamento”, “Operação de transporte” e “Distribuição”), além dos processos relacionados ao Planejamento que compõem essa mesma Operação Postal.

A Cadeia de Valor está alinhada ao Horizonte 2 definido pela Estratégia Correios, de buscar a Excelência Operacional, por meio de foco no cliente, gestão rigorosa do desempenho, forte engajamento da liderança e equipe e capacidade robusta de melhoria contínua.

Os quadros a seguir demonstram os principais insumos e fornecedores que concorreram para execução dos processos, bem como aos principais parceiros externos aos Correios, que contribuíram para consecução dos resultados e serviços decorrentes de cada processo.

Quadro 2 - Detalhamento do macroprocesso finalístico “Operação Postal”.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Operação (Planejamento)	Dimensionamento da capacidade operacional para atendimento da demanda	Dados de desempenho financeiro Dados de desempenho operacional	Finanças Partes Interessadas (Mercado, Clientes ECT, Cidadãos, Governos, entre outros)	DEPLA/VIOPE
Operação (Varejo e Atendimento)	Atendimento e interação com os clientes e atividades operacionais de back office do varejo	Dados de desempenho operacional Dados de desempenho financeiro Prestar serviços postais, de encomendas, logísticos, financeiros, entre outros	Tecnologia da Informação. Comercial Negócios com Setor Público Administrativo	DERAT/VIOPE
Operação (Captação)	Coleta de objetos nos clientes e agências para tratamento	Relatórios de utilização da capacidade		DERAT/VIOPE DTRAT/VIOPE
Operação (Tratamento)	Produção, preparação e separação dos objetos, para transferência	Forecast de prazos de entrega e atendimento dos níveis de serviço acordados em contratos		DTRAT/VIOPE
Operação (Operação de Transporte)	Consolidação de objetos, execução e monitoramento do transporte	Avaliação dos Fornecedores e matéria-prima		DETRA/VIOPE
Operação (Distribuição)	Separação e última milha de entrega dos objetos aos endereços finais	Relatórios de utilização da capacidade		DEDIS/VIOPE
Operação (Serviços Logísticos e Suplementares)	Implantação e operação de serviços logísticos adicionais a cadeia postal	Demandas e especificações de compras		DELOG/VIOPE
Operação (Serviços Financeiros)	Operacionalização dos serviços financeiros captados pela rede de atendimento	Avaliação de desempenho dos sistemas		DERAT/VIOPE
Operação (Outros Serviços)	Operacionalização de outros serviços prestados pelos Correios (ex: MVNO, Filatelia)	Necessidades de manutenção / substituição de sistemas		-

Fonte: DGORC

Quadro 3 - Principais insumos, fornecedores e parceiros.

Processo	Principais insumos	Principais fornecedores	Principais parceiros
Operação (Planejamento)	Definição de políticas e padrões Planejamento e projetos de Engenharia Planejamento de Manutenção e vistorias Compras e fornecimento de matéria-prima Compras e fornecimento de equipamentos Contratos, níveis de serviços e termos de serviços de transportes Normas de segurança empresarial Planejamento e estratégia de TI Serviços de TI	Administrativo Tecnologia da Informação	Mercado Livre e fornecedores de soluções de comércio eletrônico. Agências Contratadas (AGF e ACC).
Operação (Varejo e Atendimento)			
Operação (Captação)			
Operação (Tratamento)			
Operação (Operação de Transporte)			
Operação (Distribuição)			
Operação (Serviços Logísticos e Suplementares)			
Operação (Serviços Financeiros)			
Operação (Outro Serviços)			

Fonte: DGORC

2.6 Participação em outras sociedades

Quadro 4 - Investimentos permanentes em outras sociedades.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios		
Ações Ordinárias (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	31/12/2017	31/12/2016
CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A – CORREIOSPAR	100%	100%
Ações Preferenciais (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	31/12/2017	31/12/2016
-	-	-

Fonte: VIFIC

Em que pese na Correiospar não ter havido a formalização de aquisição ou criação de subsidiárias, encontram-se em fase de estudos e planejamento projetos de constituição e aquisição de empresas nos segmentos de logística, transporte e financeiros dentre outros segmentos alinhados aos segmentos de atuação do controlador. Ressalte-se que o perfil das empresas constituídas ou adquiridas pela Correiospar estará, em todos os casos, aderente ao objeto social dos Correios. A Correiospar atua em iniciativas, juntamente com os Correios, em projetos que estão em desenvolvimento e outras que estão em estágio preliminar, mas que direcionam as ações da empresa na busca de apoio ao controlador na geração de receitas.

2.7 Principais eventos societários ocorridos em 2017

Os Correios, no exercício de 2017, não venderam ou adquiriram ações do capital social de empresas bem como não concretizaram participação em outras sociedades.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

A Estratégia Correios 2017/2022 busca reposicionar os Correios no mercado, visando trazer resultados positivos, gerar valor e garantir a sustentabilidade da empresa. Esta Estratégia foi construída a partir do diagnóstico empresarial, que considerou a análise do Plano Estratégico 2020, a análise do ambiente (interno e externo), as tendências de mercado – internacional e nacional, as melhores práticas adotadas pelas administrações postais no mundo e a situação econômico-financeira da empresa. A partir do resultado do diagnóstico, a Identidade Corporativa foi atualizada.

Ainda, a Estratégia é estruturada em horizontes e fases. Os horizontes são definidos pela maturidade dos produtos e serviços, permitindo uma avaliação dos negócios de forma abrangente e simultânea, objetivando manter a sustentabilidade financeira da empresa, bem como enfrentar a concorrência tempestivamente, em sintonia com as expectativas do consumidor. Enquanto que as fases possuem caráter temporal, com foco em aumentar a rentabilidade, melhorar a execução operacional e viabilizar o crescimento dos negócios. A partir do estabelecimento dos horizontes e fases e da análise do diagnóstico empresarial, foram definidos os objetivos estratégicos.

Após esta definição, o diagnóstico empresarial apontou os principais desafios estratégicos a serem superados pela empresa, sendo estes agrupados em grandes temas, a saber:

a) Operação e custos:

- Alto custo de pessoal: o custo de pessoal representa 77,5% (inclui o benefício do pós-emprego e o PDI)
- Agências próprias com prejuízos: receitas dos serviços realizados nas unidades apresentam insuficientes frente à despesa de manutenção da suas estruturas, sendo deficitárias quanto à geração de receitas para cobertura das despesas de funcionamento.
- Contratação de transporte terrestre pouco flexível, baixo nível de automação do tratamento e modelo de distribuição não é competitivo.

b) Impulsionadores:

- Potencial de relação comercial com o governo não capturado.
- Baixa visibilidade da margem do produto e modelo de desempenho baseado em receita e não em margem de contribuição dos produtos
- Atuais benefícios monopolísticos não compensam os custos de universalização.
- Arquitetura de tecnologia com baixa agilidade e escalabilidade.

c) Produtos e serviços:

- Queda do volume de mensagem, devido a substituição da correspondência em suporte de papel pelas novas mídias eletrônicas.
- Novos entrantes com modelo de operação mais flexível, ágil e enxuto.

Para enfrentar os desafios identificados, a Estratégia Correios foi desdobrada e sintetizada em nove Eixos de Atuação, com o propósito de direcionar os esforços para execução da Estratégia, possibilitando melhores condições de se alcançar os resultados em Postal, Encomendas e Outros Negócios.

Igualmente, no desdobramento da Estratégia, foram definidas as iniciativas estratégicas – conjunto de ações para alcançar os objetivos estratégicos e as metas futuras em um determinado período de tempo. Cabe ressaltar que, as Iniciativas Estratégicas foram elaboradas considerando os desafios estratégicos. Tais iniciativas estão alinhadas à cesta de indicadores estratégicos e respectivas metas, também definidos no desdobramento e que irão auxiliar o acompanhamento e a mensuração da execução da Estratégia, por meio de um processo de governança da Gestão Estratégica dos Correios, estruturado em 4 (quatro) fóruns de avaliação periódica.

O detalhamento da Estratégia Correios está à disposição dos órgãos de controle para consulta.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A Estratégia Correios 2017/2022 é composta por objetivos estratégicos relacionados ao negócio e à gestão. Os objetivos estratégicos de negócios têm por finalidade manter a empresa competitiva frente às oscilações do mercado e visam: geração de caixa, crescimento dos segmentos de negócio, desenvolvimento de soluções inovadoras. Os objetivos estratégicos referentes à gestão visam rentabilidade, produtividade com excelência operacional, crescimento e diversificação dos negócios. Para que os objetivos estratégicos definidos na Estratégia tenham êxito, foi realizado o desdobramento, que resultou em um rol de iniciativas estratégicas que balizam a implementação da estratégia. Ainda, a Estratégia Correios busca auxiliar a viabilização do Programa Temático 2025 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 (Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia), estando vinculada ao objetivo 1022: “Ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase no Sistema Público”.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Na busca de um novo posicionamento competitivo da Empresa, com maior foco no cliente e na geração de valor, no primeiro semestre de 2017, o Conselho de Administração (CA) aprovou a nova Estratégia Correios, que direciona a empresa na busca pela sustentabilidade e perenidade da Empresa.

Com o intuito de se viabilizar a sua execução, em prol do alcance dos objetivos estratégicos, e conseqüentemente superar os desafios estabelecidos, a Estratégia Correios foi desdobrada em 47 iniciativas estratégicas. Dessas, 39 oriundas da nova Estratégia Correios 2017/2022, aprovadas na 26ª REDIR/2017, e as 08 restantes são remanescentes do antigo Plano Estratégico Correios 2020, perfazendo assim, um total de 47 iniciativas estratégicas.

Os responsáveis pelas novas iniciativas irão desdobrá-las em projetos, elaborando, para tanto, o Termo de Abertura de Projeto (TAP) e o Plano de Projeto, com base na Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP) adotada pelos Correios. Após assinatura desses documentos (TAP e Plano de Projeto) pelos patrocinadores (Vice-Presidentes das Áreas), as iniciativas passam a ser acompanhadas na qualidade de um “projeto estratégico”, por meio de uma ferramenta específica de gerenciamento de projetos (FGP-Web).

Visando contribuir com a elevação da maturidade em gerenciamento de projetos nos Correios, foi criado um órgão em nível hierárquico de gerência, que possui como uma de suas atribuições o apoio e a orientação permanentes às áreas na MGP, bem como o monitoramento periódico da execução dos projetos estratégicos.

É realizado, periodicamente, o acompanhamento dos projetos estratégicos sendo que estes objetivam a implementação de novas tecnologias, a otimização de processos, o aumento da produtividade, a diversificação do portfólio de negócios.

O detalhamento das iniciativas estratégicas está à disposição dos órgãos de controle para consulta.

3.1.3 Vinculação dos planos dos Correios com as competências institucionais e outros planos

Conforme mencionado no item 3.1, a empresa definiu a Estratégia Correios, sendo a construção desta a partir do diagnóstico organizacional e como o resultado deste, também a identidade corporativa foi atualizada, a saber: a) Negócio: Soluções que aproximam; b) Missão: Conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções postais e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas; c) Visão: Ser a primeira escolha do cliente nos produtos e serviços oferecidos; d) Valores: Integridade; Respeito às pessoas; Responsabilidade; Orgulho; Compromisso com o resultado; e Orientação ao futuro.

Tendo por base o diagnóstico e a Identidade Corporativa, a Estratégia Correios foi definida.

Em relação ao PPA (Plano Plurianual) 2016/2019, a Estratégia Correios buscar contribuir no alcance do Programa Temático 2025 (Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia), constante no PPA 2016/2019. Os Correios estão vinculados a três metas do PPA, detalhadas a seguir:

Meta 1: Disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Realizado em 2017: Os Correios atenderam 3.831 distritos, o que corresponde a, aproximadamente, 93,12% da meta deste ano, que foi de 4.114 distritos, abrangendo uma população de 32.898.916 habitantes.

Quadro 5 - Quantitativo de distritos-alvo atendidos ao final de 2017

Região Geográfica	Meta 2017	Realizado 2017	Data
	%	%	
Centro-Oeste	96,55	95,87	31/12/2017
Nordeste	96,55	90,00	
Norte	96,55	62,18	
Sudeste	96,55	98,40	
Sul	96,55	95,17	
Total	96,55	93,12	

Fonte: VIOPE

Quadro 6 - Metas – Prestação do serviço de atendimento postal.

Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, com prestação do serviço de atendimento postal, até o final de cada exercício (percentual e quantidade de distritos).

Referências Iniciais			Metas Físicas – Unidades de Atendimento							
Data	%	Qtd.	Dezembro 2015		Dezembro 2016		Dezembro 2017		Dezembro 2018	
			%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Dez/2014	86,25	3.675	89,67	3.821	93,10	3.967	96,55	4.114	100	4.261

Fonte: Portaria 6.206/2015- Ministério das Comunicações – Anexo I

Meta 2: Disponibilizar os serviços postais de distribuição postal externa a 97,5% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Realizado em 2017: Os Correios atenderam 8.800 distritos, alcançando o resultado de 89,58% e superando a meta de 89,22% estabelecida pelo então Ministério das Comunicações.

Quadro 7 - Regionalização da meta 2017.

Região Geográfica	Meta 2017	Realizado 2017	Data
	%	%	
Centro-Oeste	89,22	89,58	31/12/2017
Nordeste	89,22	90,63	
Norte	89,22	74,62	
Sudeste	89,22	96,26	
Sul	89,22	82,89	
Total	89,22	89,58	

Fonte: VIOPE

Quadro 8 - Metas – Prestação do serviço de atendimento postal.

Distritos a serem atendidos com a entrega postal externa, com a população igual ou maior do que 500 habitantes

Referências Iniciais			Metas Físicas – Unidades de Atendimento							
Data	%	Qtd.	Dezembro 2015		Dezembro 2016		Dezembro 2017		Dezembro 2018	
			%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Dez/2014	82	8.056	83,21	8.175	85,83	8.432	89,22	8.765	92,94	9.130

Fonte: Portaria 6.206/2015- Ministério das Comunicações – Anexo II

Meta 3: Entregar objetos postais, dentro do prazo, em 92,5% das remessas.

Realizado em 2017: os Correios alcançaram o resultado de 86,50% de objetos entregues nos prazos, ficando abaixo da meta prevista no PPA 2016 - 2019, conforme descrito abaixo:

Quadro 9 - Qualidade dos serviços postais básicos – Regionalizado

Região Geográfica	Meta 2017	Realizado 2017	Data
	%	%	

Região Geográfica	Meta 2017	Realizado 2017	Data
	%	%	
Centro-Oeste	92,50	85,59	31/12/2017
Nordeste	92,50	74,31	
Norte	92,50	70,17	
Sudeste	92,50	91,29	
Sul	92,50	85,48	
Total	92,50*	86,50	

Fonte: VIOPE

* Meta constante no PPA 2016 – 2019.

Quadro 10 - Qualidade dos serviços postais básicos.

Metas de qualidade para a prestação de serviços postais básicos			
Prazos de entrega de objetos postais.			
Natureza do Objeto	Prazos a partir da efetivada de postagem ou hora de expedição	Percentual de entrega dentro do prazo - Estabelecido	Percentual de entrega dentro do prazo - Realizado
Carta e Cartão Postal Simples	Até 5 dias úteis	93%*	86,50%
Carta e Cartão Postal Registrados			
Impresso Simples ou Registrados	Até 10 dias úteis		
Encomenda Econômica			

Fonte: VIOPE

* Meta estabelecida na Portaria 6.194/2016 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Anexo

Com este trabalho, os Correios buscam cumprir as determinações das portarias nº 6.206, de 13 de novembro de 2015, e nº 6.194, de 27 de dezembro de 2016. Essas portarias trouxeram definições quanto às obrigações de atendimento postal e de entrega domiciliária, estabelecendo, entre outros aspectos, níveis de qualidade e metas para ampliação do atendimento dos serviços postais básicos.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O atingimento dos objetivos estratégicos, definidos na Estratégia Correios, é verificado por meio do monitoramento periódico dos projetos e indicadores estratégicos e pelas iniciativas de redução de custo do Orçamento Base Zero (OBZ).

O monitoramento da Estratégia Correios ocorre por meio do modelo de Governança da Gestão Estratégica dos Correios, aprovado pelo Conselho de Administração na 8ª ROCA/2017. A governança está estruturada em 4 (quatro) fóruns de acompanhamento, com instâncias, pautas, participantes e periodicidade definidas, conforme segue:

- Fórum 1 – Conselho de Administração: Aprova a Estratégia Correios, bem como as suas revisões e acompanha a execução da estratégia.
- Fórum 2 – Diretoria Executiva: Acompanha a execução da Estratégia Correios, propõe diretrizes e delibera sobre a execução da Estratégia Correios. Cabe ressaltar que está prevista na governança a realização de reunião exclusiva para o acompanhamento da implementação da Estratégia Correios.
- Fórum 3 – Vice-Presidentes: Acompanham a execução da Estratégia Correios, no que se refere a projetos estratégicos; identificam riscos e definem, conseqüentemente, ações para mitigá-los.
- Fórum 4 – Gestores de projetos estratégicos: monitoramento da execução dos projetos e suporte metodológico em gestão de projetos, junto aos seus gestores.

No que se refere aos Indicadores Estratégicos, mensalmente, quando todas as informações relacionadas a tais indicadores já se encontram disponíveis, é apresentado o Relatório de Avaliação Empresarial (RAE) para a Diretoria Executiva.

De posse das informações fornecidas por meio da apresentação, a direção da empresa tem a oportunidade de analisar o desempenho da organização.

Após ciência da Diretoria Executiva, o RAE é apresentado ao Conselho de Administração (CA).

Outro instrumento de monitoramento da Estratégia Correios ocorre pelo acompanhamento das etapas do Programa Orçamento Base Zero (OBZ), que possui em uma de suas fases a revisão mensal para identificar as variações do orçamento e a sua apresentação ao Comitê Executivo OBZ.

Na visão governamental, o acompanhamento mensal do Programa de Dispêndios Globais dos Correios (PDG) e do Orçamento de Investimento (OI) é submetido aos órgãos colegiados dos Correios para posterior encaminhamento aos órgãos governamentais.

3.3 Desempenho orçamentário

A metodologia adotada pelos Correios para planejar os recursos orçamentários de dispêndios correntes para 2017, na ordem de R\$ 21,6 bilhões, considerou:

- Histórico de execução do último período (executado até maio e projetado para os demais meses do ano);
- Aplicação de indicadores inflacionários projetados para o próximo período;
- Projeção da taxa de crescimento esperada para o exercício de 2017;
- Planejamento orçamentário realizado no sistema de planejamento dos Correios, que teve a aplicação da projeção dos respectivos indicadores vinculados ao segmento, além de algumas novas demandas em grupos de despesas que estão acima da média do histórico de execução;
- Para o grupo pessoal e encargos, os valores informados pela área de gestão de pessoas.

A alocação dos recursos orçamentários foi realizada em função da definição ocorrida na REDIR 039/2016 que adotou o Plano Extraordinário de Contingenciamento de Despesas de Custeio e de Investimento com o objetivo buscar a recomposição das reservas financeiras necessárias à sustentabilidade da empresa e contingenciou o orçamento global de custeio para R\$ 20,0 bilhões.

Quanto aos dispêndios de capital, o PPA 2016–2019, aprovado pela Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, previu R\$ 1,3 bilhão de investimentos para os Correios em 2017. Estes dispêndios de capital deveriam ser suportados por meio de aumento de capital do acionista controlador (União), de forma a permitir a expansão e manutenção da plataforma tecnológica dos Correios. Diante da negativa da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, o orçamento foi limitado pela secretaria em R\$ 800 milhões. Em virtude do Plano Extraordinário de Contingenciamento aprovado na REDIR 039/2016, este valor foi contingenciado para R\$ 400 milhões.

Em 2017 foram investidos R\$ 285,7 milhões, representando 39% do valor planejado para o ano, sendo inferior em 8,3% ao valor executado no ano anterior. Do valor realizado, 92,6% está enquadrado no Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura das Empresas Estatais Federais, que envolve a manutenção e adequação da infraestrutura dos Correios, compreendendo a reforma de unidades e a aquisição de bens móveis, máquinas, equipamentos, ativos de informática e veículos.

Composição dos investimentos realizados pelos Correios em 2017:

- Máquinas de triagem: R\$ 174 milhões;
- Tecnologia da informação: R\$ 54 milhões;
- Bens, máquinas e equipamentos: R\$ 16 milhões;
- Obras: R\$ 27 milhões e
- Veículos: R\$ 16 milhões.

O programa temático “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”, que representa o plano de governo em que os Correios estão inseridos, possui execução de R\$ 21,1 milhões, que representa 21,1% do valor planejado neste programa em 2017.

Destaca-se como principal fator que motivou a baixa execução orçamentária em 2017 o contingenciamento das despesas orçamentárias, devido à situação financeira da empresa, e o

direcionamento da maior parcela dos recursos limitados para os projetos de aquisição de máquinas de triagem em detrimento de outros investimentos, como informática e veículos. A não execução do valor total disponibilizado para a aquisição das máquinas de triagem deve-se a dificuldades na entrega dos fornecedores e ao atraso de algumas obras necessárias para recebimento dos equipamentos, impactando o cronograma de recebimento e instalação das máquinas de triagem e ocasionando reflexos no tratamento da carga.

Com o direcionamento/priorização dos recursos orçamentários para os projetos de aquisição de máquinas de triagem, desde 2015 houve redução nos investimentos para aquisição de veículos com vistas à renovação da frota, impactando o custo de manutenção da frota.

3.3.1 Execução descentralizada com transferência de recursos

3.3.1.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias

A meta de universalização dos serviços postais, estipulada pelo então Ministério das Comunicações, define que os Correios devem suprir com atendimento postal básico os distritos com população superior a 500 habitantes, conforme a base de dados do IBGE, censo de 2010.

Para atender à meta ministerial são firmadas parcerias, por meio da celebração de convênios entre os Correios e o ente público municipal, para a instalação e operacionalização de Agências de Correios Comunitárias (AGCs), que passam a ser geridas pela entidade.

A vigência do termo de convênio (TC) é de 60 meses e seu cadastro é realizado no ERP, onde são registrados os dados do órgão público e o valor de repasse estipulado.

O TC dispõe que a AGC deve, a partir da sua abertura, executar atividades e prestar serviços postais sob a supervisão do ente público municipal. Em contrapartida, os Correios realizarão repasse financeiro mensalmente à prefeitura em parcela fixa para cada AGC vinculada ao município, mediante encaminhamento aos Correios de formulário específico que relata a prestação dos serviços contratados.

Em 2017 não houve reajuste no valor da remuneração, mantendo-se o valor aplicado em 2016 (R\$ 1.420,29).

Quadro 11 - Consolidação da transferência de recursos para AGC.

SE	Quantidade de instrumentos vigentes em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (montantes pagos)		
				(Valores em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
ACR	1	1	1	25.565,22	14.203,00	21.054,48
AL	21	30	36	278.671,26	576.521,00	673.260,33
AM	15	13	14	197.278,39	196.000,00	213.795,71
AP	9	9	9	59.652,21	89.478,00	148.380,84
BA	270	276	320	3.607.018,98	5.126.742,00	5.389.247,18
BSB	19	23	23	253.115,92	386.414,00	431.612,10
CE	610	611	594	7.041.416,03	9.431.132,00	9.673.402,82
ES	212	222	230	3.072.700,92	3.703.896,00	4.179.567,58
GO	50	52	59	345.962,06	952.261,00	844.488,15
MA	16	24	23	337.332,12	327.519,00	524.167,30
MG	829	846	849	11.618.444,42	15.938.506,00	15.518.645,89
MS	69	72	73	969.918,39	1.267.513,00	1.353.216,10
MT	115	122	132	1.609.005,22	1.937.718,00	2.449.563,54
PA	17	14	12	184.037,97	274.487,00	165.014,85
PB	108	116	126	1.588.479,14	2.076.259,00	2.267.746,99
PE	213	256	259	3.552.876,39	3.976.019,00	4.600.351,30
PI	45	48	48	783.620,38	777.277,00	941.457,35
PR	258	392	468	4.339.752,63	6.697.779,00	8.126.970,51
RJ	225	274	280	2.703.625,88	3.704.356,00	4.255.755,39
RN	73	101	111	726.942,13	1.662.270,00	1.900.638,13
RO	19	23	22	233.537,91	257.192,00	456.881,72

SE	Quantidade de instrumentos vigentes em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (montantes pagos) (Valores em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
RR	1	1	1	0,00	0,00	0,00
RS	367	438	461	6.175.328,56	7.322.350,00	8.125.735,36
SC	86	162	166	2.401.033,57	2.650.504,00	2.963.320,23
SE	8	22	22	115.668,90	306.342,00	388.239,38
SPI	236	267	285	3.883.336,01	4.306.901,00	5.365.593,18
SPM	0	27	29	363.276,08	452.220,00	530.198,48
TO	12	13	16	166.173,93	201.681,00	286.164,64
Total	3.904	4.455	4.669	56.633.770,62	74.616.540,00	81.794.469,53

Fonte: Relatório do Sistema ERP.

As despesas decorrentes do objeto dos termos de convênios ocorreram por meio da classificação orçamentária: Projeto Metas de Universalização de Serviços de Atendimento, Conta 44406.010010 e descrição da conta remuneração fixa – agências comunitárias

Em 2016, foi criado o instrumento de Acordo de Cooperação Técnica para a localidades fora da meta de universalização com interesse da municipalidade em sua manutenção, cujo custeio passou a ser assumido pelas prefeituras municipais. Os Correios disponibilizam o apoio técnico operacional necessário para a execução dos serviços pela AGC nessas localidades.

No exercício de 2017 foram assinados 677 Acordos de Cooperação Técnica em 22 diferentes unidades da federação (UF), em contrapartida com 107 Acordos de Cooperação Técnica em 2016, em oito diferentes UFs.

Quadro 12 - Acordos de Cooperação Técnica.

SE	Número de Acordos de Cooperação Técnica.
AL	10
AM	1
BA	19
BSB	7
CE	14
ES	41
GO	16
MA	7
MG	135
MS	18
MT	29
PB	24
PE	35
PR	64
RJ	58
RN	55
RO	6
RS	44
SC	22
SE	11
SPI	54
SPM	7
TOTAL	677

Fonte: VIOPE

3.3.1.2 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Vice-Presidência de Rede de Atendimento e Varejo (VIREV) foi o órgão responsável pela orientação corporativa às estruturas operacionais no âmbito das UFs sobre Agências de Correios Comunitárias até o primeiro semestre de 2017, cuja gestão passou a ser desempenhada pela Vice-Presidência de Operações mediante diretrizes emanadas da Vice-Presidência de Canais a partir da

implantação da nova estrutura. Os gestores da rede realizam gestão e controle da prestação dos serviços de forma a garantir que:

- a) Os termos de convênios sejam assinados por pessoas devidamente autorizadas (legalmente constituídas);
- b) Seja realizado o devido cadastro das AGCs no ERP, bem como processadas as alterações pertinentes;
- c) Os formulários de prestação de contas sejam recebidos e analisados para que se processe o repasse;
- d) Seja informada, formalmente, à área financeira antes do encerramento de cada mês, a relação das AGCs que permanecem ativas e em efetivo funcionamento, assim como das AGCs que porventura tenham sido desativadas para que se realizem a atualização e o processamento da sistemática de pagamento correspondente aos repasses previstos dos Correios.

A agência vinculadora do município (unidade própria de atendimento – AC) é responsável pela fiscalização da AGC, cabendo-lhe comunicar mensalmente à área de atendimento o adequado funcionamento da unidade, o cumprimento das exigências previstas no termo de convênio, a conferência da prestação de contas e do recebimento do atesto de execução das atividades, bem como, o encaminhamento das informações à Gerência de Contas a Pagar do Departamento Financeiro da Vice-Presidência de Finanças para adoção das ações afetas ao repasse financeiro à prefeitura.

3.3.1.3 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, sendo que os valores referem-se à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro 13 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos por modalidade.

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos					
CNPJ	34.028.316/0001-03					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	3.904	4.455	4.669	56.633.770,62	74.616.540,00	81.794.469,53
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Totais	3.904	4.455	4.669	56.633.770,62	74.616.540,00	81.794.469,53

Fonte: VIOPE

* Instrumentos de transferência são: convênios, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de parceria, etc.

3.3.1.4 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Quadro 14 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas - Convênio.

Unidade Concedente				
Nome: Correios				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos. (Quantidade e Montante Repassado) Valores em R\$ 1,00	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão – 2017	Contas Prestadas	Quantidade	3.904	0
		Montante Repassado	R\$56.633.770,62	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Exercícios anteriores (2016)	Contas Prestadas	Quantidade	4.455	0
		Montante Repassado	R\$ 74.616.540,00	0

Fonte: Relatório do Sistema ERP – VIOPE

3.3.1.5 Visão gerencial da análise das contas prestadas

Quadro 15 - Situação da análise das contas prestadas em 2017.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Correios			
UG/GESTÃO: Correios			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios (Valores em R\$ 1,00)	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	3.904	0
	Quantidade reprovada	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0
	Montante repassado (R\$)	R\$ 56.633.770,62	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
	Montante repassado (R\$)	0	0

Fonte: VIOPE – Razão Contábil

Quadro 16 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Correios					
UG/GESTÃO: Correios					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	0

Fonte: VIOPE

3.3.1.6 Análise crítica sobre a gestão das transferências

Por meio do processo de padronização e melhoria de agências, que usa o Sistema de Acompanhamento da Padronização do Processo Produtivo (SAPPP), há a supervisão na AGC, que ocorre pelo menos uma vez por ano. Os fiscais de convênios, chefes das agências de Correios próprias as quais as AGCs estão vinculadas, buscam identificar e minimizar pontos de inconformidades aferidas no Relatório de Prestação de Serviço.

A área de atendimento estabelece, por meio de cronograma, ao menos uma visita anual a cada AGC, programada de janeiro a novembro, concentrando no primeiro semestre 60% das visitas, por meio das quais é elaborado relatório circunstanciado, que apresenta a situação geral das AGCs supervisionadas durante o ano.

A localização de AGC em áreas distantes e de difícil acesso representa o principal motivo para o atraso do envio do Relatório de Prestação de Serviços, o que explica as oscilações mensais na quantidade e no volume de transferência de recursos repassados. Quanto às oscilações de valores transferidos nos últimos exercícios, atribui-se notadamente às alterações ocorridas nos valores de repasses aos convenientes de AGC, sendo a última ocorrida em janeiro de 2015.

O acompanhamento da efetividade das transferências é feito de forma sistemática, por meio do ERP, pelo gestor regional.

Quadro 17 - Variação convênios.

2015*		2016		2017	
Quantidade convênios	Valor total – R\$	Quantidade convênios	Valor total – R\$	Quantidade convênios	Valor total – R\$
4.669		4.455	74.616.540,00	3.904	56.633.770,62
-	-	Variação(2015)	Variação(2015)	Variação(2016)	Variação(2016)
-	-	- 4,58% (2015)	-8,79%(2015)	-12,37% 2016)	-22,10% (2016)

Fonte: Relatório do Sistema ERP

Para cada convênio é realizado o acompanhamento de forma a coibir possíveis irregularidades na execução do convênio, visando a regularidade, eficiência e eficácia dos processos.

A descentralização das ações de gestão e fiscalização dos convênios está aderente aos procedimentos adotados na empresa e às diretrizes previstas em normativo interno afetas ao acompanhamento dos instrumentos firmados pelos Correios. A respectiva transferência de recursos para as AGCs ocorre após a prestação dos serviços mediante apresentação de documento válido, devidamente atestado pela agência vinculadora, que é a responsável pelo controle do processo. O processamento do repasse ocorre na área financeira dos Correios. Todo o processo de controle está descrito no Manual de Comercialização e Atendimento (MANCAT-22/1, anexo 3) e demais normativos aplicáveis subsidiariamente ao processo.

As informações referentes aos convênios celebrados pelos Correios com prefeituras municipais para prestação de serviços postais básicos (agências comunitárias) e os respectivos repasses estão disponibilizados no site dos Correios: http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/compras_contratos/resultado_contratos.cfm.

3.3.2 Informações sobre a execução das despesas

3.3.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 18 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.714.316.911	27,5	4.392.548.173	22,2	4.703.297.185	24,5	4.386.289.119	23,7
a) Convite	79.939	0,0	171.914	0,0	79.939	0,0	171.914	0,0
b) Tomada de Preços	7.701.355	0,2	11.640.194	0,3	7.701.355	0,2	11.640.194	0,3
c) Concorrência	33.169.293	0,7	151.627.959	3,5	33.169.293	0,7	151.627.959	3,5
d) Pregão	4.673.366.324	99,1	4.229.108.106	96,3	4.662.346.598	99,1	4.222.849.053	96,3
e) Concurso	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
f) Consulta	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2. Contratações Diretas (h+i)	682.877.658	4,0	686.825.436	3,5	682.408.320	3,6	685.952.496	3,7
h) Dispensa	539.638.954	79,0	508.703.550	74,1	539.201.677	79,0	507.847.229	74,0
i) Inexigibilidade	143.238.704	21,0	178.121.886	25,9	143.206.643	21,0	178.105.266	26,0
3. Regime de Execução Especial	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
j) Suprimento de Fundos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	11.675.412.030	68,5	10.731.992.241	54,3	10.162.085.126	52,9	10.225.946.697	55,2
k) Pagamento em Folha	11.668.510.275	99,9	10.720.932.861	99,9	10.155.480.929	99,9	10.215.364.124	99,9
l) Diárias	6.901.755	0,1	11.059.380	0,1	6.604.197	0,1	10.582.573	0,1
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	17.143.364.487	100,0	15.811.365.850	80,0	15.547.790.630	80,9	15.298.188.312	82,6
6. Total das	20.197.217.989	100,0	20.262.156.356	100,0	19.206.812.176	100,0	18.512.469.759	100,0

Despesas da UPC								
-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: VIFIC / VIPAD

3.3.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 19 - Despesas por grupo e elemento de despesa.

DESPESAS CORRENTES				
Grupos de Despesa	Liquidada		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016
1. Pessoal				
Salário Base	2.897.586.751	2.802.377.344	2.810.672.280	2.670.236.867
Horas-extras	128.850.994	142.530.035	124.985.834	135.809.317
Comissões por função	543.998.713	628.013.864	527.679.595	598.401.131
Demais elementos do grupo	8.104.975.572	7.159.070.998	6.698.496.194	6.821.499.380
2. Juros e Encargos da Dívida	2017	2016	2017	2016
Operações Internas	166.586.654	254.697.392	-	0
Operações Externas	107.603	16.293	107.603	16.293
Demais elementos do grupo	6.656.890	2.210.058	6.657.177	130.294.274
3. Outras Despesas Correntes	2017	2016	2017	2016
Materiais e produtos	215.330.492	292.409.630	125.113.900	180.494.081
Serviços de terceiros	5.931.786.075	6.536.528.297	6.079.535.783	6.856.934.466
Tributos e encargos parafiscais	772.741.388	872.268.142	519.808.520	539.309.037
Demais elementos do grupo	1.142.910.286	1.262.548.749	1.021.258.256	1.129.565.648
DESPESAS DE CAPITAL				
Grupos de Despesa	Liquidada		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos				
Aquisição e manutenção de equipamentos de TI	24.710.948	45.996.334	18.833.619	19.209.632
Aquisição e manutenção de softwares de processamento de dados	28.792.500	34.124.375	27.640.362	14.251.498
Demais elementos do grupo	232.183.123	229.364.848	209.928.219	95.790.552
5. Inversões Financeiras	2017	2016	2017	2016
Participação em Sociedade Controlada	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	2017	2016	2017	2016
Operações Externas	388.955.729	15.000.000	388.955.729	15.000.000

Fonte: VIFIC

3.3.2.3 Análise crítica da execução da despesa

Em relação aos dispêndios correntes, destacam-se a seguir os principais fatores que impactaram a execução de R\$ 19,9 bilhões em 2017: nas contas de pessoal, a execução de R\$ 11,7 bilhões em 2017 foi 0,26% menor (R\$ 31 milhões) em relação ao aprovado e superior em R\$ 10% em relação ao executado em 2016. Relativamente às contas de pessoal, o aumento em 2017 comparativamente a 2016 foi motivado principalmente pela contabilização das despesas com o incentivo financeiro diferido pago aos empregados que aderiram ao Programa de Demissão Incentivada, mas cujo desembolso financeiro (caixa) será diluído em 96 meses.

A rubrica de dispêndio com pessoal fixo foi reduzida 1,61% em função do PDI e dos cortes de funções gratificadas (13,38%). A rubrica de dispêndio de pessoal variável teve um aumento de 123,68% provocado pela obrigatoriedade do registro contábil da indenização com o PDI, em que pese o respectivo valor seja pago ao longo dos próximos oito anos. A conta de obrigações patronais teve um aumento de 2,47%.

Ressalta-se, ainda, que as despesas de pessoal fixo foram impactadas positivamente por aumento concedido no Acordo Coletivo (2,07%), pelas promoções por mérito e antiguidade em consonância com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS 2008) e pelo aniversário do anuênio. Por outro lado, o desligamento de pessoal (PDI) e os cortes de funções gratificadas tiveram

resultado superior aos aumentos da despesa, resultando num decréscimo da rubrica em relação a 2016 de 1,61% (R\$ 87,7 milhões).

A rubrica de dispêndios indiretos com pessoal também teve decréscimo de 1,61% (R\$ 27,8 milhões), sendo que o vale alimentação/refeição representou 91% do valor total da despesa nesta conta. Ainda sobre a matéria, e relativamente aos benefícios concedidos por força do ACT 2017/2018, salienta-se que no mesmo acordo foi mantido o percentual de compartilhamento do vale-refeição/alimentação variando de 0,5% a 10%.

As despesas referentes aos benefícios sociais com o Postalís tiveram aumento de 26,8%, provocadas principalmente pela necessidade de contribuição extra para o Postalís. A rubrica de saúde assistencial teve aumento de 4% em relação a 2016, impactada principalmente pelo aumento da despesa de saúde com aposentados (40,54%).

Cumprе sinalizar que a política remuneratória dos Correios é basicamente orientada por dois dispositivos: o PCCS (cargos e funções) e o Acordo Coletivo de Trabalho. Em síntese, os principais itens remuneratórios constantes desses normativos, que se atrelam ao corpo da remuneração direta (desconsiderando os benefícios) são: salário-base; diferencial de mercado; adicionais de atividades; gratificação de função; anuênios; despesas extraordinárias; gratificação de férias e adicionais de transferência.

O valor aprovado para a rubrica do Programa de Dispêndios Globais (PDG) - Serviços de Terceiros foi de R\$ 7,3 bilhões. A execução de R\$ 5,9 bilhões correspondeu à economia de R\$ 1,4 bilhão em relação ao programado, representando um decréscimo de 11% em relação ao exercício anterior. Quanto à rubrica Materiais e Produtos, houve uma economia de 21% em relação ao aprovado para 2017, no montante de R\$ 56 milhões. Essas ocorrências foram motivadas pela adoção do Plano de Medidas Extraordinárias de Contingenciamento de Despesas para o período de 15 meses (outubro/16 a dezembro/17), aprovado pela Diretoria Executiva na 39ª REDIR de 2016.

Com relação às Despesas de Capital, foi programado o valor de R\$ 270 milhões a título de inversões financeiras para adquirir o controle ou a participação acionária em empresas já estabelecidas, além da constituição de subsidiárias. Considerando que esses projetos não foram realizados em 2017 foi proposto o planejamento de R\$ 270 milhões para 2018, sendo aprovado pela Secretaria de Coordenação Governança das Empresas Estatais (SEST) o montante de R\$ 20,0 milhões.

Para investimentos no ativo imobilizado foi programado para 2017, o montante de R\$ 1.320 milhões, de forma a permitir a expansão e manutenção da plataforma tecnológica dos Correios. Tais investimentos deveriam ser suportados por meio de aumento de capital do acionista controlador (União), tendo como objetivo principal a recuperação da qualidade dos serviços em níveis outrora mantidos pelos Correios. Diante da negativa da concessão do referido aporte, a SEST limitou o orçamento de investimentos a R\$ 800,0 milhões.

O contingenciamento de despesas adotado na REDIR 039/2016 restringiu esse valor a R\$ 400 milhões sendo a execução total de investimentos em 2017 na ordem de R\$ 285,7 milhões. Tal medida foi necessária para buscar a recomposição das reservas financeiras necessárias à sustentabilidade da empresa.

3.4 Desempenho operacional

3.4.1 Indicadores e resultados obtidos nas metas

O quadro a seguir apresenta a relação dos indicadores estratégicos, metas e resultados alcançados em 2017:

Quadro 20 - Indicadores Estratégicos 2017.

Indicadores Estratégicos	Meta 2017	Resultado 2017	Realização da Meta
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 – R(H1)	9,67%	1,83%	18,92%
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 – R(H2)	5,20%	1,29%	24,81%
Valor de Receitas Horizonte 3 – R(H3) - R\$ Milhões	171,15	48,36	28,26%

Indicadores Estratégicos	Meta 2017	Resultado 2017	Realização da Meta
Margem EBITDA sem Pós-Emprego	4,5%	9,77%	217,11%
Margem EBITDA com Pós-Emprego	2,0%	6,20%	310,00%
Indicador de Satisfação do Cliente – ISC	7,81	Não apurado em 2017	-
Indicador de Entrega no Prazo – IEP	95,28%	88,53%	92,92%
Índice de Produtividade – IP - R\$ Mil	7,6	18,17	239,08
Índice Digital – ID	1,80	1,67	92,78%
Universalização Distribuição – PDPE	89,22%	89,58%	100,40%
Universalização Atendimento – DAPB	96,55%	89,91%	93,12%

Fonte: SUCON

A seguir, são abordados os resultados comerciais, com o detalhamento por segmento de negócios.

Os Correios classificam seus clientes nos segmentos: atacado, governo, micro e pequenas empresas (MPE) e varejo. Os produtos e serviços estão divididos em oito segmentos de negócio: marketing, mensagem, encomendas, financeiro, malote, logística nacional, logística internacional e conveniência.

Segmento Marketing

O segmento marketing respondeu em 2017 por 3,04% do total da receita de vendas. Os principais serviços que compõem o segmento de marketing estão assim representados:

Quadro 21 - Participação segmento Marketing.

Marketing	% Participação
Mala Direta (Básica, Especial, Postal)	77,21%
Entrega Direta	11,02%
Impresso	8,45%
Outras receitas de Marketing	1,18%
Mala Direta Domiciliária	1,63%
Serviços de Resposta	0,51%
Total	100,00%

Fonte: WEBCONT

Mensagem

O segmento de mensagem representou em 2017, 46,24% do total da receita de vendas. No quadro a seguir estão representados os desempenhos dos principais produtos que compõem esse segmento.

Quadro 22 - Participação segmento Mensagem

Mensagem	% Participação
FAC	60,78%
Carta	29,73%
Filatelia - Selos Regulares	3,39%
Remessa Expressa	2,97%
Correio Híbrido Postal e Reverso	0,89%
Correio Híbrido Telemático	1,40%
Distribuição de Contas Água/Luz/Gás e LIES	0,84%
Total	100,00%

Fonte: WEBCONT

Segmento Encomendas

O desempenho do segmento encomendas foi positivo. A evolução nominal foi de 13,1% em relação a 2016. Considerando o impacto médio dos reajustes (6,4%), o desempenho obtido indica crescimento real, com índice de 6,3%. O aumento no tráfego faturado foi de 13,3%. Em 2017, foram postados 32,2 milhões de pacotes a mais na comparação com 2016.

Quadro 23 - Participação segmento Encomenda.

Serviço	% Participação
Sedex	48,61%
PAC	38,16%
E-Sedex	4,53%
Logística Reversa	4,08%
Sedex 10	3,01%
SPP	0,76%
Sedex 12	0,62%
Coleta	0,11%
Outras Encomendas	0,10%
Transporte de Jornais	0,02%
Sedex Hoje	0,01%
Correios Net Shopping	0,00%
Total	100,00%

Fonte: WEBCONT

Segmento Financeiro

O segmento financeiro representou 1,52% do total da receita de vendas dos Correios, totalizando R\$ 281,3 milhões em 2017.

O portfólio de serviços que integra o segmento financeiro inclui: Banco Postal, Vale Postal Nacional e Internacional, recebimento de contas, TeleSena, PostalCap e consórcio, destacando-se o Banco Postal, que representa cerca de 84,87% deste segmento.

O Banco Postal opera em conjunto com o Banco do Brasil desde 2012 e constitui-se em uma grande rede de atendimento de serviços bancários disponibilizada à sociedade brasileira. Presente em 5.150 municípios e perfazendo uma cobertura de mais de 94% do total de localidades, o Banco Postal segue firme em sua missão de atuar como importante instrumento de inclusão financeira e agente participativo na promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

Destaca-se também o Vale Postal, cuja representatividade no segmento financeiro é de 7,15%. O Vale Postal é um serviço baseado em transferências financeiras, tanto em âmbito nacional quanto internacional, que permite suprir necessidades de pessoas que não possuem conta bancária. Também é utilizado para transferências de pessoas jurídicas para pessoas físicas com finalidades diversas, como pagamento de salários e transferências de fundos de caráter social (TRES, Renda Cidadã, Bolsa Família), entre outros.

Quadro 24 - Participação segmento Financeiro.

Financeiro	% Participação
Banco Postal	82,02%
Transferência de Numerários	7,07%
Títulos de Capitalização	6,96%
Consórcio	3,07%
Recebimentos Contas	0,88%
Total	100,00%

Fonte: WEBCONT

Segmento Logística Nacional

O segmento de logística integrada correspondeu a 3,35% do total da receita de vendas. No quadro a seguir estão representados os desempenhos dos principais produtos que compõem esse segmento:

Quadro 25 - Participação segmento Logística Nacional.

Logística	% Participação
Logística Integrada	57,51%
FNDE	41,25%
Pré-postagem e manuseio	1,24%

Logística	% Participação
Total	100,00%

Fonte: WEBCONT

Segmento Logística Internacional Serviços internacionais

O segmento internacional respondeu, em 2017, por 2,52% do total da receita de vendas dos Correios. No quadro a seguir estão representadas as participações dos principais produtos que compõem esse segmento:

Quadro 26 - Participação segmento Internacional.

Internacional	% Participação
Serviço de Distribuição – Importação	70,34%
Exportação – SEM	13,30%
Exportação - Mercadoria Econômica e Leve Internacional	8,07%
Exportação - Documetos Prioritário e Econômicos	6,76%
Exportação – SEDEX Mundi	1,02%
Exportação – Correio híbrido internacional	0,02%
Outras Receitas Internacionais	0,49%
Total	100,00%

Fonte: WEBCONT

Segmento Conveniência

O segmento conveniência respondeu em 2017 por 1,35% do total da receita de vendas, com uma receita de R\$ 251,5 milhões. No quadro a seguir estão representados os desempenhos dos principais produtos que compõem esse segmento:

Quadro 27 - Participação segmento Conveniência.

Conveniência	% Participação
Embalagem e Acessórios	30,40%
Receita Federal	21,23%
Outras Receitas de Conveniência	17,27%
Filatelia	13,43%
Caixa Postal	9,60%
Certificação Digital	6,63%
Mensagem Social	1,41%
Recebimento de Inscrição	0,03%
Total	100,00%

Fonte: WEBCONT

3.4.2 Dificuldades e análise crítica

O mundo está passando por uma revolução tecnológica que está reverberando em todos os setores da economia, incluindo o postal. Há um progresso contínuo em termos de conectividade digital global e do uso de novas tecnologias de informação e comunicação, modelando novos comportamentos dos consumidores, os quais estão demandando conveniência, qualidade e rapidez no que diz respeito à entrega de correspondências e encomendas/pacotes, à medida que o varejo físico cede espaço ao varejo on-line (Era do e-commerce global).

Um dos grandes desafios colocados pelas novas tecnologias para os correios no mundo é a crescente substituição em relação às correspondências em suporte de papel. A quantidade desse tipo de correspondência continua declinando ano após ano na maioria dos países, sobretudo nos países em que o índice de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (indicador da União Internacional das Telecomunicações) é mais alto. Esta queda é estrutural e a avaliação dos grandes pesquisadores e empresas de consultorias em todo o mundo é de que ela é irreversível e cada vez mais rápida.

Diante desse ambiente, os operadores postais de modo geral estão promovendo a diversificação seletiva para diminuir a dependência do segmento de correspondências em suporte de papel na composição de suas receitas, ao mesmo tempo em que estão defendendo esse segmento em declínio, uma vez que ainda gera receitas relevantes.

Nesse contexto, complementando as dificuldades mencionadas no item 1 (apresentação), discorre-se a seguir sobre outros fatores relevantes.

No que tange aos indicadores, dos 11 mensurados em 2017, quatro alcançaram a meta estabelecida para o ano. O “Indicador de Satisfação do Cliente - ISC” não foi mensurado em 2017 por não ter ocorrido em tempo hábil a contratação de empresa para realizar a pesquisa. Os seis demais indicadores ficaram abaixo da meta.

Os indicadores da categoria “Financeiros” apresentaram resultado abaixo do esperado para os indicadores relacionados a receita “Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 – R(H1)”, “Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 – R(H2)” e “Valor de Receitas Horizonte 3 – R(H3)”. Os indicadores “Margem EBITDA sem Pós-Emprego” e “Margem Ebitda com Pós-Emprego” superaram a meta estabelecida pra o ano de 2017 devido à redução das despesas com benefício pós-emprego.

Em relação aos resultados dos indicadores da categoria “Operação”, o indicador de “Entrega no Prazo – IEP” não alcançou o resultado planejado para 2017, principalmente em função de não atingimento dos resultados da entrega no prazo de encomendas, que compõem a maior parte desse indicador. O indicador “Índice de Produtividade – IP” até dezembro apresentou resultado superior à meta devido ao componente “Ebitda sem Pós-Emprego”.

Em relação aos indicadores da categoria “Universalização”, considera-se como fator para o não atingimento da meta estabelecida para 2017 para o indicador Universalização Atendimento – DAPB” a descontinuidade no atendimento em alguns distritos, que não foi compensada pela abertura de agências em outros distritos. O indicador “Universalização Distribuição – PDPE” superou a meta.

Especificamente quanto aos segmentos de negócios dos Correios, são apresentados a seguir fatores de impacto sobre os mesmos.

Segmento Mensagem e Marketing – Negócio Comunicação

Ao comparar o desempenho de receita de 2017 em relação a 2016 do segmento mensagem, que atua em segmento sujeito a monopólio postal da União, identifica-se a manutenção do movimento, capitaneado pelos segmentos de bancos e teles – o mais representativo dos Correios - de trocar os envios físicos pelo digital (virtualização das faturas), inclusive com a retirada de seus consumidores do direito de escolher o recebimento físico ou digital e apenas informando-os de que o envio será apenas pelo meio digital. Em função disso, a receita do FAC decresceu 4,1% em relação a 2016 e ficou 11% a menos da meta prevista para 2017. Como o produto representou 61% da receita do segmento mensagem, seu desempenho afetou o do segmento.

No que se refere ao segmento marketing direto, que atua em mercado 100% concorrencial, profundamente impactado pelo desempenho econômico do país, entre os fatores que impactaram o desempenho de vendas destaca-se o comportamento de compra dos segmentos de captadores de recursos, varejo, bancos e gráficas e agências de publicidade, os quatro maiores mercados clientes de marketing direto, que reduziram seus envios de malas diretas, priorizando as mídias sociais como plataforma de divulgação.

Em termos de receita, o segmento de marketing apresentou redução de 9,9% em relação a 2016 e o segmento de mensagens apresentou redução de 4,2%, em que pese a aplicação de aumentos de tarifas ocorridos em junho/2016 (10,64%), em maio/2017 (7,485%) e em outubro/2017 (1,209%), além da política de retirada de descontos do produto FAC, de -4,7% de um total de 10% a que faziam jus, a partir 2/5/2016.

Ademais, dificuldades internas contribuirão significativamente para o dispêndio de esforços do negócio postal para administrá-las, buscando minimizar seus impactos junto aos clientes finais, a saber:

- a) Qualidade operacional oferecida aos produtos do negócio comunicação, que motivaram mensagens negativas na imprensa acerca da efetividade da entrega dos objetos postados;
 - b) Implantação da nova política comercial, cujo foco predominante foi para o negócio de encomendas, desmobilizando recursos e atenção ao negócio comunicação;
 - c) Reestruturação da força de vendas, com descontinuidade das campanhas de vendas para o negócio comunicação;
 - d) Indisponibilidade dos sistemas de postagem eletrônica de alguns produtos, de até duas semanas, gerando perda de clientes para a concorrência;
- Atrasos e dificuldades no lançamento de novas soluções e funcionalidades que objetivavam modernizar os serviços de comunicação

Segmento Encomendas

Apesar do desempenho positivo do segmento encomendas, com crescimento real de 11,2% num mercado que teve desempenho de PIB da ordem de 1,0 %, índice com alta correlação com esse tipo de negócio, há aspectos relevantes para serem tratados com o objetivo de melhor aproveitamento das oportunidades de negócio.

Dentre esses aspectos, destaca-se a necessidade de foco maior em segmentos prioritários e com grande destaque no mercado, caso do comércio eletrônico, cenário em que a empresa precisa estar preparada para atuar nos mesmos níveis de seus concorrentes. Isso deve considerar atualização permanente do portfólio de serviços, principalmente incorporando inovações tecnológicas para aprimorar a experiência dos player desse segmento e dos consumidores finais.

Outro aspecto relevante é a necessidade de melhoria do nível de serviço ofertado ao mercado. Em 2017, o índice de entrega de encomendas no prazo foi da ordem de 87%, abaixo do esperado pelo mercado, o que acarreta perda de participação para a empresa, já que prazo é um fator crítico de sucesso nesse tipo de negócio, principalmente pela exigência cada vez maior dos clientes, notadamente no segmento e-commerce, principal vetor para a geração de novos volumes de encomendas.

Segmento Malote

O resultado do segmento malote demonstra a ausência de crescimento real, o que vem ocorrendo anualmente, ratificada pela redução de 13% no tráfego em 2017. Essa redução de tráfego tem como uma das causas principais a substituição dos documentos físicos por eletrônicos e a preocupação das empresas em reduzir seus custos, o que coloca o serviço com tendência natural de queda. Influencia também nesse resultado a situação vivida pelo país, com baixo desempenho do PIB nacional.

Segmento Logística Nacional

A Vice-Presidência de Negócios Públicos é responsável por customizar serviços postais de logística, atendimento presencial e gestão documental, dentre outras soluções postais customizáveis, para a Administração Pública. Tendo em vista que os clientes são as três esferas do governo, um ponto crítico identificado nesta área é o orçamento público contingenciado para a grande maioria dos prospectivos clientes. Faltam assim recursos financeiros para contratar as soluções da empresa. Dificuldades também são encontradas com as amarras administrativas e legais inerentes às empresas públicas. Ademais, as leis que regem as contratações públicas no Brasil são muito pouco adaptáveis às demandas dos clientes, o que também cria custos de transação desnecessários e dificulta a competitividade do portfólio dos Correios.

Segmento Internacional

A logística internacional teve, em 2017, um aumento de na receita de 19,0% em relação a 2016. Este aumento decorre, principalmente, do forte incremento da compra, pelos brasileiros, de produtos do *e-commerce* transfronteiriço, com destaque para grandes sites chineses e americanos de comércio eletrônico.

Segmento Financeiro e Segmento Conveniência

No cenário macroeconômico, o indicador de mercado Serasa Experian de Atividade do Comércio, publicado em 11/1/2018, indicou que houve crescimento de 1,1% no movimento dos consumidores nas lojas durante o ano de 2017 (na comparação com 2016). O resultado comercial total dos segmentos financeiro e conveniência em 2017 foi de, aproximadamente, R\$ 532,9 milhões, representando uma queda de 77,6% em relação ao ano anterior, perfazendo 85% da meta comercial desses segmentos para 2017, devido principalmente à mudança na metodologia de remuneração do novo contrato assinado a partir de dezembro de 2016 para a prestação do serviço de Banco Postal, bem como pela redução dos pontos de atendimento do serviço em função de ações judiciais.

Os Correios, nos últimos anos, vêm sendo impactados por diversas ações judiciais movidas pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Sindicatos dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos ou até mesmo movidas por alguns empregados, que têm requerido, com base na Lei 7.102/83, o condicionamento da operação de Banco Postal à contratação de vigilância armada e porta giratória.

Em outubro de 2017, 1996 agências já estavam obrigadas por decisões a possuir vigilância armada e este fato gerou um impacto financeiro à época de R\$ 8,2 milhões mensais.

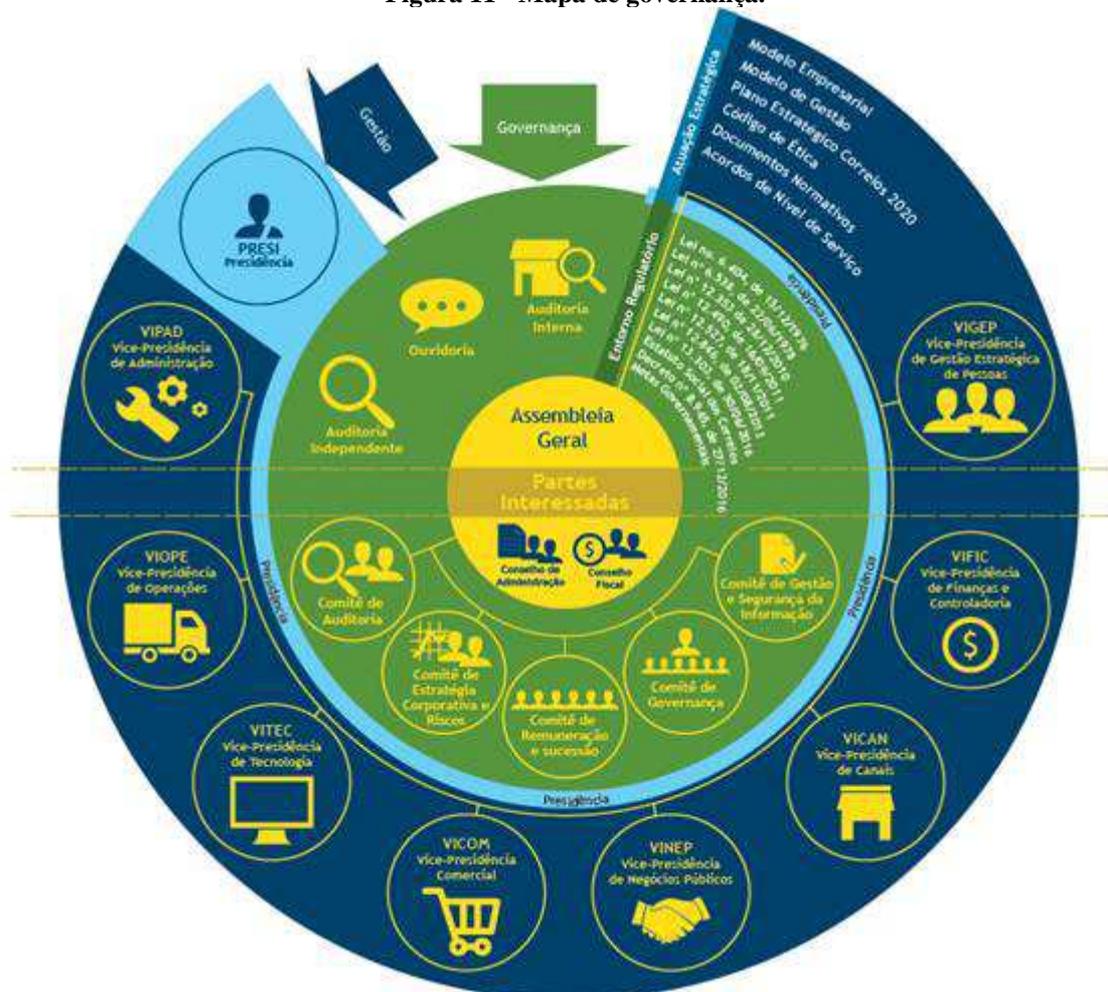
O número de ações vem crescendo exponencialmente e hoje o custo com vigilância armada em agências supera os R\$ 10,0 milhões mensais. Existem ações em andamento em todos os Estados e no Distrito Federal. Para alocar vigilância armada em todas as agências, os Correios precisariam dispor de aproximadamente R\$ 27,0 milhões mensais, o que superaria o valor atualmente recebido pela prestação do serviço.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

O sistema de governança corporativa nos Correios é constituído pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva (presidente e vice-presidentes), Conselho Fiscal, Auditoria (interna e independente), Ouvidoria e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (Comitê de Auditoria, Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Estratégia Corporativa e Riscos e Comitê de Remuneração e Sucessão); e, como componentes da estrutura de gestão dos processos da empresa – a Presidência e as Vice-Presidências. O sistema de governança dos Correios está representado no mapa a seguir:

Figura 11 - Mapa de governança.



Fonte: DGORC

Como elementos necessários à sustentabilidade institucional da empresa são identificados os regulamentos externos veiculando diretrizes que integram o entorno regulatório dos Correios – leis, decretos, instruções normativas, resoluções, portarias governamentais, e as peças geradas internamente que norteiam a atuação estratégica dos agentes de gestão – Modelo Empresarial, Modelo de Gestão, Plano Estratégico, Código de Ética, Acordos de Nível de Serviço e documentos normativos.

No Manual de Organização (Manorg), módulo 2, estão reunidas as normas que regulam a atuação dos órgãos componentes do Núcleo de Governança dos Correios

4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

Em 2016, por meio PRT/PRESI – 150/2016, foi constituído grupo de trabalho que teve por objetivo a análise da Lei 13.303/2016 e a apresentação das providências necessárias ao seu integral cumprimento no âmbito dos Correios, dando origem ao Plano de Ação Geral. Em decorrência da publicação do Decreto 8.945/16 e de mudanças estruturais ocorridas na empresa, em 2017 foi feita a revisão do plano de ação proposto inicialmente por aquele grupo de trabalho.

Verificou-se que das 129 ações inicialmente definidas pelo grupo de trabalho, algumas já eram boas práticas adotadas pelos Correios, de modo que o escopo do Plano de Ações foi reduzido para 113 ações, sendo que foram 34 concluídas, 76 estão em andamento e 3 não iniciadas. Na oportunidade, foram também adequadas as descrições de algumas ações, para melhor entendimento de seu conteúdo, alcance e escopo. O detalhamento das ações, bem como o acompanhamento se encontra no **anexo 3**.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

A Lei nº 13.303/2016, publicada no Diário Oficial da União em 1/7/2016, diante do cenário atual de aumento das práticas de controle e de conformidade, de fomento à transparência, à eficiência da gestão e ao controle social, fixou as bases da governança corporativa para as empresas estatais, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, remetendo ao atual arcabouço legal que trata a temática de governança e transparência, a exemplo da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/A) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e também recepcionando as boas práticas de governança corporativa.

A lei, em seu capítulo relacionado ao regime societário, traça os requisitos a serem observados pelo acionista controlador, relativo a, entre outros, restrição à indicação de administradores, composição dos órgãos estatutários, requisitos de transparência, requisitos para administradores, contratualização de metas e resultados, capacitação de administradores e de empregados, atribuições e composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

O Manual de Organização (Manorg), em seu módulo 2, reúne os regimentos internos dos órgãos componentes do Núcleo de Governança. As normas de funcionamento de cada órgão colegiado, disciplinadas nesses regimentos, contemplam a periodicidade e o local das reuniões, o rito para submissão de assuntos aos colegiados, a fase preparatória para reuniões, o seu funcionamento e a fase posterior, que inclui deliberação e atas.

A composição e os requisitos para assunção aos cargos desses órgãos estão apresentados a seguir:

Quadro 28 - Dirigentes e Colegiados – Caracterização, Composição e Requisitos.

Órgãos ou Comitês	Caracterização e Composição	Requisitos
Assembleia Geral	A Assembleia Geral é o órgão máximo da empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo. A Assembleia Geral é composta por um único acionista, representado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).	
Conselho de Administração	O Conselho de Administração é o órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação geral dos negócios dos Correios, pela definição das políticas e objetivos corporativos, e pelo monitoramento dos resultados. O órgão é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, sendo: a) quatro indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, dentre os quais o	Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios: I - ser cidadão de reputação ilibada; II - ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado; III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e IV - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

Órgãos ou Comitês	Caracterização e Composição	Requisitos
	<p>presidente do conselho e o seu substituto;</p> <p>b) o presidente dos Correios;</p> <p>c) um indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;</p> <p>e</p> <p>d) um representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.</p> <p>O prazo de gestão unificado para os membros do Conselho de Administração será de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.</p>	<p>a) dez anos, no setor público ou privado, na área de atuação dos Correios ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;</p> <p>b) quatro anos em cargo de diretor, de conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao dos Correios, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;</p> <p>c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores DAS, em pessoa jurídica de direito público interno;</p> <p>d) quatro anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação dos Correios ; ou</p> <p>e) quatro anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação dos Correios.</p>
Diretoria Executiva	<p>A Diretoria Executiva é o órgão de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular dos Correios em conformidade com a orientação geral fixada pelo Conselho de Administração.</p> <p>O órgão é composto por 9 membros, sendo um presidente e oito vice-presidentes.</p> <p>O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.</p>	
Conselho Fiscal	<p>O Conselho Fiscal é o órgão permanente de fiscalização dos Correios, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal dos Correios as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.</p> <p>O órgão é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para o exercício de suas atribuições sendo:</p> <p>a) dois membros titulares e suplentes indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e</p> <p>b) um membro titular e suplente indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei n. 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.</p> <p>O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes será de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.</p>	<p>Cada conselheiro fiscal deverá atender aos seguintes critérios obrigatórios:</p> <p>I - ser pessoa natural, residente no país e de reputação ilibada;</p> <p>II - ter formação acadêmica compatível com o exercício do cargo;</p> <p>III - ter experiência mínima de três anos em cargo de:</p> <p>a) direção ou assessoramento na Administração Pública, Direta ou Indireta; ou</p> <p>b) conselheiro fiscal ou administrador em empresa;</p> <p>IV - não se enquadrar nas vedações dos incisos I, IV, IX, X e XI do caput do art. 29 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;</p> <p>V - não se enquadrar nas vedações previstas no art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;</p> <p>VI - não ser nem ter sido membro de órgãos de administração nos últimos 24 meses e não ser empregado dos Correios ou de suas entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas, nem ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da empresa;</p> <p>VII - não ter conflito de interesses com os negócios dos Correios.</p>
Auditoria	<p>A função da auditoria é dar segurança à alta administração dos Correios em sua busca pela consecução dos objetivos organizacionais, oferecendo-lhe</p>	<p>Não há.</p>

Órgãos ou Comitês	Caracterização e Composição	Requisitos
	informações relevantes acerca da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, do estado dos controles e da governança corporativa da empresa, obtidas por meio de auditorias internas e externas.	
Ouvidoria	A função da ouvidoria é receber manifestações e denúncias das partes interessadas, demandar e acompanhar providências e recomendar melhorias.	Não há.
Comitê de Auditoria (provisório)	<p>Comitê de Auditoria é o órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de fiscalização relativamente a riscos, controles internos e demonstrações financeiras e no que se refere à supervisão das atividades de auditoria interna e de auditoria independente para assegurar-lhes independência e desempenho adequados.</p> <p>O Comitê de Auditoria também exercerá suas competências sobre as entidades subsidiárias ou controladas pelos Correios, funcionando em regime de comitê único.</p> <p>O Comitê de Auditoria, eleito e destituído pelo Conselho de Administração será integrado por três membros independentes.</p> <p>O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de um ano, renováveis até o limite de cinco anos.</p>	<p>Os membros do Comitê de Auditoria devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação dos Correios, devendo, no mínimo, um dos membros obrigatoriamente ter experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária.</p> <p>São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria:</p> <p>I - não ser ou ter sido, nos 12 meses anteriores à nomeação para o comitê:</p> <p>a) diretor, empregado ou membro do Conselho Fiscal dos Correios ou de suas entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas pelos Correios;</p> <p>b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria nos Correios; e</p> <p>c) ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão na administração pública federal direta;</p> <p>II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;</p> <p>III - não receber qualquer outro tipo de remuneração dos Correios ou de suas entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas, que não seja aquela a que faz jus como membro do Comitê de Auditoria; e</p> <p>IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão na administração pública federal direta, nos 12 meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria.</p>
Comitê de Estratégia e Riscos (criado, mas não ativado)	<p>O Comitê de Estratégia e Riscos (ainda não ativo) tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à estratégia, ao desempenho e aos riscos dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.</p> <p>O Comitê está vinculado ao Conselho de Administração, sendo composto por três membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, renováveis até o limite de cinco anos.</p>	<p>São condições para o exercício do cargo de membro do Comitê de Estratégia Corporativa e Riscos:</p> <p>a) Possuir comprovado conhecimento em gestão empresarial; e</p> <p>b) Possuir comprovado conhecimento na gestão de riscos.</p>

Órgãos ou Comitês	Caracterização e Composição	Requisitos
Comitê de Remuneração e Sucessão (criado, mas não ativado)	<p>O Comitê de Remuneração e Sucessão tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à remuneração e à sucessão.</p> <p>O Comitê está vinculado ao Conselho de Administração, sendo composto por três membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, renováveis até o limite de cinco anos.</p>	<p>São condições para o exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração e Sucessão:</p> <p>a) possuir comprovado conhecimento em gestão de pessoas;</p> <p>b) possuir comprovado conhecimento em remuneração.</p>
Comitê de Gestão de Segurança da Informação (criado, mas não ativado)	<p>O Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação é vinculado ao Conselho de Administração e tem por finalidade regulamentar o funcionamento nos Correios. Cabe ao COGSI deliberar sobre matérias relacionadas à segurança da informação e comunicação nos Correios.</p> <p>O comitê é composto por um representante da presidência e um representante de cada uma das vice-presidências, conforme indicação da área.</p>	Não há.
Comitê de Governança Corporativa (criado, mas não ativado)	<p>O Comitê de Governança Corporativa tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à governança corporativa, buscando aderência às exigências e boas práticas.</p> <p>O comitê está vinculado ao Conselho de Administração, sendo é composto por três membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, sem remuneração, com mandato de três anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.</p>	<p>São condições mínimas para integrar o comitê:</p> <p>a) possuir comprovado conhecimento em governança corporativa; e</p> <p>b) ter experiência profissional no serviço postal.</p>

Fonte: Regimentos Internos

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna dos Correios é vinculada ao Conselho de Administração, conforme estabelece o Art. 102, do Estatuto Social dos Correios e o Art. 9º, IV, §3º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016.

O Manual de Organização dos Correios, módulo 2, trata da estrutura organizacional do núcleo de governança dos Correios, sendo e o capítulo 10 da Auditoria Interna (AUDIT) descreve sua função, estrutura e macro atividades.

A atividade da AUDIT é, por natureza, essencialmente conceitual, ou seja, qualitativa, e é também eminentemente preventiva. Nesse sentido, com vistas a apoiar a organização, a Auditoria Interna realizou em 2017 as auditorias nos seguintes processos, iniciativas e projetos estratégicos da Empresa:

- Gestão da Segurança da Informação e Comunicações
- Processo Gerir Informação
- Processo Implantar Automação Industrial
- Processo Gerir Plano de Saúde
- Certificação Digital
- Processo Gerir Processo de Controle Disciplinar
- Processo Gerir Competências
- Processo Gerir Processos
- Processo Gerir Documentação

- Processo Gerir Projetos
 - Processo Gerir Planejamento de Manutenção de Equipamentos de Automação
- Industrial
- Iniciativa Estratégica Infraestrutura
 - Licitações, Contratações Diretas, Aquisições (Portal de Serviços) e Gestão de
- Contratos
- Folha de Pagamento
 - Convênios, Acordos e Ajustes
 - Política de Segurança da Informação da Eurogiro
 - Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária
 - Indicadores de Desempenho
 - Controle Interno Administrativo
 - CorreiosPar
 - Processo Realizar Pré-Venda
 - Processo Planejar Malhas de Transporte

Com vistas a dar segurança à alta administração dos Correios na busca pela consecução dos seus objetivos organizacionais, a AUDIT oferece informações relevantes acerca do estado dos controles internos dos Correios, especialmente quanto a:

- Proteção dos ativos dos Correios;
- Fidedignidade de dados e informações;
- Cumprimentos de leis, regulamentos, etc.;
- Emprego eficiente, eficaz e econômico dos recursos dos Correios; e
- Consecução dos objetivos organizacionais.

Ressalta-se que a AUDIT realiza as seguintes macroatividades:

- Auditorias, de acordo com as normas vigentes, constantes do Plano Anual de Auditoria (PAINT) e nas demais demandas apresentadas pelos clientes externos e internos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Avaliação do funcionamento e adequabilidade dos controles internos, nas 1ª e 2ª linhas de defesa;
- Apoio às ações que visaram ao aprimoramento dos controles internos;
- Avaliação quanto à eficácia e contribuição para a melhoria do processo de gerenciamento de riscos dos Correios.

A Auditoria Interna dos Correios comunica mensalmente o desempenho da atividade de auditoria governamental ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

O Manual de Auditoria (MANAUD), em anexo, visa definir os procedimentos a serem observados pela Empresa e, de modo específico, pelo Departamento de Auditoria, nas atividades de controles internos; de auditoria interna; de auto-auditoria; de Auditoria Independente; do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Controle Externo.

Está estabelecida no MANAUD a regulação dos procedimentos a serem observados pela Empresa e, de modo específico, pela AUDIT (Administração Central), nas atividades de auditoria interna (ordinária e especial); e de apoio e acompanhamento das auditorias e fiscalizações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Controle Externo.

4.3.1 Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

Nos termos do Decreto 3.591/2000, Art. 15, a Auditoria Interna dos Correios está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (GGU).

A Auditoria Interna dos Correios é vinculada ao Conselho de Administração, conforme estabelece o Art. 102, do Estatuto Social dos Correios e o Art. 9º, IV, §3º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016. Dessa forma, a

independência da AUDIT está caracterizada pelo fato dos trabalhos serem submetidos diretamente ao Conselho de Administração, não dependendo da aprovação da Diretoria Executiva.

Outro aspecto que contribui para o fortalecimento da independência da AUDIT, é a regra prevista no Estatuto dos Correios, Art. 55, I, “j”, o qual estabelece que a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de Auditoria Interna será submetida, pelo dirigente máximo dos Correios, à aprovação do Conselho de Administração, cuja proposta será, então submetida ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (GGU).

No mesmo sentido, a designação do titular da Auditoria Interna dos Correios, atende ao Art. 2º da Portaria 2.737, de 20 de dezembro de 2017, o qual prevê que o dirigente máximo ou responsável pela entidade submeterá a indicação do titular da unidade de auditoria interna ou do auditor interno à aprovação do Conselho de Administração ou órgão equivalente quando for o caso, e, após à aprovação da CGU.

4.3.2 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A partir de setembro de 2017 as atividades de auditoria interna passaram a ser centralizadas em Brasília/DF. Em virtude dessa centralização, o efetivo da AUDIT foi reduzido de 220 para 60 empregados. Destarte, na elaboração do PAINTE 2018, considerou-se a adequação do planejamento das atividades, com vistas a mitigar os efeitos da redução de seu efetivo em relação às auditorias programadas.

O PAINTE 2017 foi concebido com 37 auditorias considerando o efetivo de 220 empregados, ao passo que o PAINTE 2018, aprovado com 24 ações, para ser executado com 60 empregados. Portanto, há uma expectativa de ganho de produtividade de 138% na execução do PAINTE 2018, em relação ao do ano anterior.

Concomitantemente, foi designada uma força-tarefa para revisar 71 (setenta e um) relatórios, relativos aos PAINTE 2013, 2014, 2015 e 2016, que se encontravam retidos. Assim foram encerradas 72 (setenta e duas) auditorias e um trabalho de averiguação. Os relatórios revisados foram aprovados pelo Conselho de Administração nas ROCA 9ª, 10ª, 11ª e 12ª de 2017 e 1ª de 2018.

Registra-se que com essa ação a AUDIT atendeu à informação prestada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (GGU) por meio do relatório nº 201701084-CGU, que alertava:

Alerta-se para o fato de que essa constatação já fora mencionada no relatório 201600459 de 2016, que geraram 2 recomendações:

“Recomendação 1: Elaborar um plano de revisão dos relatórios, no qual é especificado a prioridade e a data estimada para emissão do relatório à gestão da ECT.

Recomendação 2: Avaliar a oportunidade de emissão dos Relatórios de Auditoria em atraso na sistemática e formato antigos, tendo em vista a tempestividade das informações contidas nos relatórios para a gestão”.

Dessa forma, observa-se o resultado da avaliação da CGU das ações desenvolvidas pela AUDIT, apresentada por meio do relatório nº 201701084-CGU:

Portanto, observa-se que a recomendação elaboração e implementação de plano de revisão dos relatórios retidos foi atendida pela Unidade, com a conclusão de 12 auditorias e o encaminhamento para apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

Quanto à recomendação para a emissão dos Relatórios de Auditoria em atraso na sistemática e formato antigos, optou-se por baixá-la, em razão da efetividade das medidas adotadas para a conclusão e encaminhamento dos relatórios retidos. (grifo nosso)

Para definição das unidades a serem auditadas realiza-se avaliação prévia de risco a fim de alocar os recursos de auditoria nos segmentos organizacionais que apresentem maior probabilidade e impacto, em relação aos riscos de ocorrências desfavoráveis relevantes que podem inviabilizar dificultar a consecução dos objetivos estabelecidos pela organização.

4.3.3 Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura dos Correios

A Auditoria Interna dos Correios é composta por quatro gerências corporativas, todas situadas nos Correios Sede, a saber: Gerência Corporativa de Planejamento e Organização de Auditoria (GPOA), Gerência Corporativa de Auditorias em Atividades de Negócio (GAAN), Gerência Corporativa de Auditorias em Atividades de Suporte (GAAS) e Gerência Corporativa de Acompanhamento e Controle de Auditorias (GCAU).

Em 31/12/2017, a AUDIT contava com 60 colaboradores, ocupantes de funções técnicas e de gestão.

Para escolha do titular da Auditoria Interna, a Diretoria Executiva propõe ao Conselho de Administração a indicação de candidatos para designação do titular da AUDIT, de acordo com o estabelecido no art. 63, X, “i”, do Estatuto dos Correios. A partir da proposta da Diretoria Executiva, compete ao Conselho de Administração, conforme art. 55, inciso I, alínea “j”, do referido Estatuto, aprovar a proposta de nomeação e a destituição do titular da Auditoria, a ser encaminhada ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

Acrescente-se, ainda, que, o Regimento Interno do Conselho de Administração, previsto no Manual de Organização dos Correios, módulo 2, capítulo 3, subitem 5.1.3, alíneas “r” “x” e “y”, estabelece que compete ao Conselho de Administração a aprovação da designação e destituição do titular da AUDIT, além disso, das normas que regem a Auditoria Interna e dos relatórios de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna dos Correios está vinculada ao Conselho de Administração, de acordo com previsto no art. 102, do Estatuto dos Correios, aprovado durante a 11ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30/01/2018, e o Art. 9º, IV, §3º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016.

4.3.4 Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

A AUDIT encaminha à apreciação e aprovação do Conselho de Administração os relatórios de auditoria emitidos, contendo as recomendações feitas pela equipe de auditoria em relação às constatações identificadas.

Após aprovação do relatório de auditoria pelo Conselho de Administração, são adotadas as seguintes providências:

- Envio de cópia do relatório à presidência da empresa, para distribuição às vice-presidências, a fim de que, no âmbito de suas competências, deem cumprimento ao art. 64, inciso I, do Estatuto dos Correios, encaminhando, conforme o caso, cópia do relatório aos departamentos, às centrais e órgãos correlatos de mesmo nível a elas subordinados, bem como às unidades federativas auditadas;
- Envio de cópia ao Conselho Fiscal, para cumprimento do art. 74, incisos I e V, do Estatuto dos Correios.
- Em relação à assunção de riscos, informa-se que consta na Documentação Descritiva do Processo “Acompanhar Recomendações e Determinações” a possibilidade de o gestor, caso não concorde com a recomendação apresentada pela AUDIT, preencher e assinar o “Termo Assunção de Risco”. O processo de assunção ao risco pela não implementação das recomendações está sendo normatizada no Manual de Auditoria (MANAUD).

4.3.5 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Para elaboração dos relatórios de auditoria considera-se o nível de prioridade definido com base na Matriz GUT, cuja técnica de classificação emprega as seguintes variáveis: Gravidade, Urgência e Tendência.

Para as constatações de auditoria são definidos prazos para implementação de planos de ação, conforme as seguintes classificações do risco:

Quadro 29 - Classificação das constatações de auditoria.

Prioridade	Código	Prazo
Muito Alta	MA	Ação Imediata.
Alta	A	Solução em até 60 dias.
Média	M	Solução em até 120 dias.
Média Baixa	MB	Solução em até 180 dias.
Baixa	B	Solução até o final do exercício seguinte.

Fonte: AUDIT

Com base no conjunto das classificações do risco, definido com base na Matriz GUT, é realizada também a classificação do relatório de auditoria, na conclusão da equipe de auditoria e no Parecer do Chefe da AUDIT. Essa classificação atende aos seguintes critérios:

Quadro 30 - Classificação dos relatórios de auditoria.

Classificação das Constatações	Classificação da Opinião	Alerta /Cor do Relatório de Auditoria
Há pelo menos uma constatação de prioridade Muito Alta.	Controles Ineficazes.	Vermelho
Há pelo menos uma constatação de prioridade Alta e nenhuma Muito Alta.	Controles Pouco Eficazes.	Laranja
Há pelo menos uma constatação de prioridade Média e nenhuma Muito Alta ou Alta.	Controles Eficazes que necessitam de aprimoramento de prioridade média.	Amarelo
Há pelo menos uma constatação de prioridade Média Baixa e nenhuma Muito Alta, Alta ou Média.	Controles Eficazes que necessitam de aprimoramento de prioridade média baixa.	Azul
Todas as constatações tem prioridade baixa.	Controles Eficazes.	Verde

Fonte: AUDIT

Dessa forma, ao realizar as apresentações dos relatórios ao Conselho de Administração, bem como ao distribuí-los à Diretoria Executiva, a AUDIT dá ciência aos referidos órgãos quanto aos riscos das constatações identificadas.

Adicionalmente, à partir do segundo semestre de 2017, são realizadas trimestralmente nas Reuniões da Diretoria Executiva, com a anuência do Conselho de Administração, apresentações da situação dos pontos de auditoria que aguardam implementação das recomendações.

Registra-se que essa sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da AUDIT pela alta gerência estão sendo normatizadas no Manual de Auditoria (MANAUD).

4.3.6 Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

A partir de setembro de 2017 as atividades de auditoria interna foram centralizadas em Brasília/DF, em atendimento à decisão proferida e noticiada pela Carta 0221/2017 - PRESI, de 17/08/2017, destinada ao Presidente do Conselho de Administração e encaminhada à AUDIT, por meio do Mem. 001/2017-FT-PRT/PRESI 074/2017.

Assim, em alinhamento com os níveis de controle estabelecidos no refinamento do Modelo Operacional, que determina três níveis organizacionais nos Correios Sede e dois níveis nos órgãos das unidades da Federação, deixou de existir auditores localizados nas Superintendências Estaduais (SE). Dessa forma, aos empregados lotados na AUDIT que se encontravam fisicamente localizados nas referidas SE foi facultada a possibilidade de ter sua localização em Brasília ou a transferência da sua lotação para a SE onde se encontravam localizados.

Ressalte-se que, com a centralização do efetivo da AUDIT em Brasília/DF e a partir da mudança na gestão da AUDIT, houve imediata recomposição das equipes de execução e a reprogramação dos trabalhos, mitigando o risco de não cumprimento do PAINT 2017.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Desde 2009, os Correios possuem em sua estrutura o órgão Gestor Correcional, sendo que em 05/07/2017, em decorrência da nova estrutura organizacional dos Correios, o órgão foi alterado de Departamento de Gestão e Prevenção Correcional (DGCOR) para Gerência de Correição (GCOR).

O normativo que regula o processo disciplinar nos Correios é o MANCOD – Manual de Controle Disciplinar, cuja vigência teve início em 03/09/2012. Tal norma está disponível tanto na intranet/cs, na página da Corregedoria, e no sítio da CGU - <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/atividade-disciplinar/normativos-de-outros-orgaos>.

Para o julgamento das Sindicâncias por Comissão, os Correios dispõem do Comitê de Disciplina-CODIS, composto por cinco empregados, do quadro permanente, sem dedicação exclusiva, ocupantes, ao tempo da escolha, da função de Chefe de Departamento, Analista XII ou superior, assim indicados: três pela Presidência dos Correios, um pela Vice-Presidência de Finanças e um pela Vice-Presidência de Gestão Estratégica de Pessoas. As atribuições e competências do Comitê de Disciplina estão descritas no Módulo 3, Capítulo 8, do MANORG.

Em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU e a Instrução Normativa nº 2 de 30 de maio de 2017 do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, os processos disciplinares dos Correios de Investigação Preliminar e os instaurados sob a modalidade de Sindicância por Comissão, assim como os Termos de Ajustamento de Conduta são cadastrados no Sistema CGU-PAD. Do mesmo modo, os processos administrativos de responsabilização (PAR) são cadastrados no CGU-PJ, em atendimento à Portaria nº 1.196 de 23 de maio de 2017, expedida pelos respectivos órgãos de controle.

No decorrer do ano de 2017, a Corregedoria tratou 7.110 denúncias recebidas pelo sistema Fale Conosco. Todas as manifestações foram avaliadas para fins de admissibilidade e prosseguimento de apurações no âmbito da área correcional ou indicações de tratamento junto aos órgãos competentes.

Quadro 31 - Resumo das denúncias recebidas no exercício de 2017.

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Denúncias recebidas	155	96	126	154	141	157	138	1.278	1.370	870	1.349	1.276	7.110

Fonte: Corregedoria – CORR

No exercício de 2017 foram autuados/recebidos 94 processos administrativos para a avaliação de admissibilidade na esfera disciplinar pela Corregedoria (MANCOD Mod.1, Cap.2, Subitem 2.4), os quais se somaram a outros 26 processos em andamento em 2016. Ao final do período, foi concluída a avaliação de 86 processos, restando 34 em avaliação.

Quadro 32 - Resumo das avaliações de admissibilidade no exercício de 2017.

Processos administrativos para a avaliação de admissibilidade	Admissibilidade Concluída	Encaminhados para investigação	Processos arquivados	Processos em andamento
120	86	69	17	34

Fonte: Corregedoria – CORR

No exercício de 2017, foram recebidos 89 processos na Corregedoria para a realização de Investigação Preliminar (MANCOD Mod.1, Cap.2, Item 2), que se somaram a outros 59 decorrentes de anos anteriores. Ao final do período foram concluídos 72 processos, restando 76 em avaliação.

Quadro 33 - Resumo das avaliações de investigação preliminar até 31/12/2017

Processos administrativos de Investigação Preliminar	Investigações Concluídas	Encaminhadas para Apuração Disciplinar	Arquivadas	Em andamento
148	72	40	32	76

Fonte: Corregedoria – CORR

No exercício de 2017 foram instaurados nove Processos Administrativos de Responsabilização – PAR, dos quais cinco foram finalizados e encaminhados para análise na área jurídica, restando quatro em andamento.

Quadro 34 - Resumo dos Processos Administrativos de Responsabilização até 31/12/2017.

Processos PAR		
Instaurados	Concluídos	Em andamento
9	5	4

Fonte: Corregedoria – CORR

No exercício de 2017 foram instaurados 7.198 processos apuratórios de natureza disciplinar, sendo 7.119 na modalidade de Apuração Direta, 51 na modalidade de Sindicância Sumária e 28 na modalidade de Sindicância por Comissão. A Sindicância por Comissão é modalidade de apuração exclusiva da Corregedoria, regulada nos Correios no Manual de Controle Disciplinar, Mod. 2, Cap. 4.

Acrescenta-se que além da quantidade dos processos acima mencionada, foram celebrados ainda 1.343 Termos de Ajustamento de Conduta - TAC.

No decorrer do aludido ano, foram encerrados 7.106 processos, sendo 7.004 na modalidade de Apuração Direta, 70 na modalidade de Sindicância Sumária e 32 na modalidade de Sindicância por Comissão, no âmbito da Corregedoria.

Acrescenta-se que, além dos processos acima mencionados, foram finalizados ainda 924 Termos de Ajustamento de Conduta - TAC.

Por fim, restaram ainda 10.804 processos em andamento passíveis de finalização e saneamento, sendo 10.220 na modalidade de Apuração Direta, 130 na modalidade de Sindicância Sumária, 23 Sindicâncias por Comissão e 431 Termo de Ajustamento de Conduta.

Quadro 35 - Modalidades de Processos Administrativos-Disciplinares e Termo de Ajustamento de Conduta.

Modalidade	Instaurados	Concluídos
Apuração Direta	7.119	7.004
Sindicância por Comissão	28	32
Sindicância Sumária	51	70
Termo de Ajustamento de Conduta - TAC	1.343	924
Total	8.541	8.030

Fonte: Corregedoria

A gestão de pessoas inclui, entre muitos aspectos, eventual necessidade de aplicar medidas punitivas em decorrência de irregularidades funcionais constatadas após o devido processo administrativo.

O quadro abaixo demonstra as sanções disciplinares aplicadas no decorrer do exercício de 2017, levando-se em consideração o encerramento, no Sistema GPAC, de 7.088 processos, sendo:

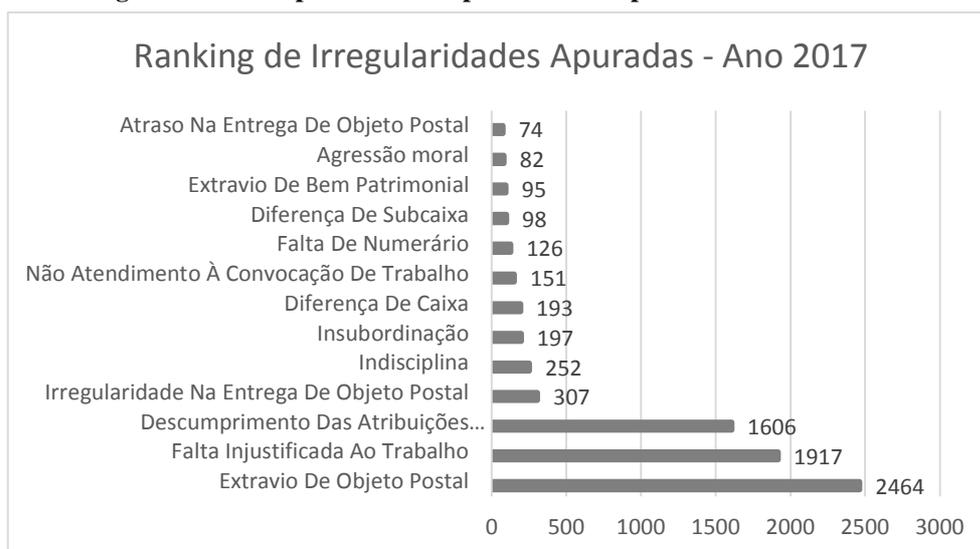
Quadro 36 - Sanções disciplinares aplicadas no exercício de 2017.

Penalidades	Quantidade
Absolvição	2.706
Advertência por Escrito	1.570
Advertência Verbal	1.518
Demissão por Justa Causa	254
Suspensão	1.040
TOTAL	7.088

Fonte: GPAC – Sistema de Gestão de Processos de Apurações Correccionais

Abaixo, encontram-se mapeadas as principais irregularidades motivadoras de processos disciplinares e dos termos de ajustamento de conduta, no ano de 2017, as quais representam 88,47% das 78 irregularidades registradas em um universo de 8.541 processos.

Figura 12 - Principais causas de processos disciplinares.



Fonte: GPAC - Sistema de Gestão de Processos de Apurações Correccionais

Figura 13 - Macroprocesso do controle disciplinar.



Fonte: DGCOR

4.5 Gestão de riscos e controles internos

Até junho de 2017 as atividades de controles internos foram realizadas pelo então Departamento de Controles Internos (DECIN), vinculado à Vice-Presidência de Finanças e Controladoria - VIFIC e as funções de conformidade e gestão de riscos pelo antigo Departamento de Compliance e Gestão de Riscos (DCOMP), vinculado à Presidência.

Em maio de 2017 foram aprovadas as políticas de compliance e gestão de riscos, contemplando princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades, em aderência às bases normativas vigentes sobre o assunto e como medidas iniciais para fortalecimento da cultura de controles e estruturação de métodos e normativos sobre o tema.

A partir de 05/07/2017 iniciou-se a implementação da nova estrutura organizacional da Empresa com a criação do Departamento de Governança, Riscos e Compliance (DGORC), que abarcou na mesma estrutura os três temas. As funções do Departamento são: Coordenar as ações de implementação, disseminação e manutenção dos Sistemas de Governança Corporativa e de Controles Internos, promover a integridade organizacional, o cumprimento de leis, normativos e demais regulamentos aplicáveis e o gerenciamento de riscos, bem como as ações de segurança das pessoas, do ambiente físico e do fluxo postal.

Dando continuidade às ações para a implementação e melhoria da qualidade dos controles internos administrativos, foram realizadas atividades relevantes para o fortalecimento da cultura de controles, com destaque para o desenvolvimento e aplicação de treinamento sobre COSO para todos os empregados do Departamento de Contabilidade e o treinamento sobre fundamentos de controles internos no formato EAD para um total de 2.847 empregados da Empresa.

No que tange ao funcionamento dos controles internos, foram realizadas avaliações em campo, com o objetivo de emitir recomendações técnicas de controle para fortalecimento dos processos e apoio aos gestores na mitigação dos riscos, contemplando avaliações de Integridade dos Registros Contábeis, dos subprocessos Gerir Recebimento de Vendas a Prazo, Retenções Tributárias; Recolhimento de INSS, Contratação (dispensa de licitação), Contratação e Gestão de Contratos do processo Gerir Plano de Saúde (Postalsaúde), Obras em andamento e Contencioso com a geração de planos de ação para aperfeiçoamento dos controles.

Como atividades relevantes relacionadas à Gestão de Riscos, ocorreram avanços no desenvolvimento de proposta de metodologia corporativa de gestão de riscos com início dos testes de funcionalidades em novembro de 2017. Também foram implementadas ações para disseminação da cultura de gestão de riscos nos Correios, com a realização de dois cursos em parceria com o Ministério do Planejamento e Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, nos meses de outubro e novembro de 2017, com a participação de 67 empregados do Departamento gestor do assunto e das áreas estratégicas à implantação da Gestão de Riscos.

No que tange à conformidade e à integridade, cabe destacar a implementação das ações dos Planos de Ação referentes à adequação da empresa ao Estatuto Jurídico das Estatais – Lei 13.303/2016 e Decreto 8.945/2016, a adequação da empresa à Lei 13.460/17 e Decreto 9.094/17 e as ações para atendimento às recomendações do Relatório de Avaliação de Integridade em Empresas Estatais nº 201503942, assim como a elaboração do Programa de Integridade dos Correios com previsão de aprovação pelos órgãos colegiados no início de 2018.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado

A prática de remuneração de membros estatutários dos Correios tem como base normativa os Decretos 8.016/2013 e 8.945/2016, somados às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminhadas por meio do Ofício Circular 61/2017-MP, de 06/02/2017. A referida prática tem como objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhada à especificidade da Empresa.

Conforme o referido Ofício Circular 61/2017-MP, a orientação daquela Secretaria foi de não haver correção nos valores do programa de remuneração para o ciclo 2017/2018 em relação aos valores praticados do ciclo anterior.

A composição do programa de remuneração dos administradores e conselheiros de administração e fiscal é demonstrada nos quadros a seguir:

Quadro 37 - Remuneração da Diretoria Executiva.

ELEMENTOS	OBJETIVOS / PROPORÇÕES	METODOLOGIA DE CÁLCULO / REAJUSTE
Honorário mensal	<p>Visa renumerar mensalmente pela contraprestação do exercício das atividades.</p> <p>A remuneração fixa mensal não se vincula diretamente aos indicadores de desempenho.</p> <p>O honorário global dos Dirigentes representa 45,80% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Parcela fixa. A referência histórica para elaboração dos programas de remuneração global atendeu, em sua origem, o Decreto-Lei nº 2.355/87, art. 3º; e para os ciclos posteriores foram atendidas as orientações do Ministério do Planejamento, atualmente, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.</p> <p>No ciclo 2017/2018, não ocorreu ajuste nos valores por orientação da SEST/MP.</p>
Adicional de Férias	<p>Parcela análoga ao adicional de férias prevista na Constituição Federal.</p> <p>Representa 1,27% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Relativo a 1/3 do honorário vigente, pagamento mensal.</p>
Auxílio alimentação	<p>Destina-se à complementação para alimentação. Benefício não vinculado ao Programa de Alimentação ao Trabalhador e ao Acordo Coletivo de Trabalho.</p> <p>Representa 0,78% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Valor, pago em pecúnia desde abril de 2015. Para o ciclo 2017/2018, não ocorreu ajuste nos valores por orientação da SEST/MP.</p>
Auxílio moradia	<p>Parcela prevista para reembolso na forma definida pelo Decreto nº 3.255 de 19/11/1999</p> <p>Representa 2,00% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Valor previsto em decreto.</p>
Previdência privada	<p>Plano de previdência complementar nos mesmos moldes aplicado aos empregados dos Correios</p> <p>Representa 6,30% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Aplicado conforme opção do participante, podendo variar de 1% a 12% sobre o salário de participação.</p>
Auxílio saúde	<p>Plano de saúde nos moldes de coparticipação.</p> <p>Representa 0,83% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Aplicado conforme opção do participante e pago somente quando houver utilização.</p>
Quarentena	<p>Destina-se a atender a Lei 12.813/2013.</p> <p>Representa 22,90% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Valor equivalente a seis honorários.</p>
Encargos sociais	<p>FGTS e Previdência Social</p> <p>Representam 3,77% e 9,41%, respectivamente, do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.</p>	<p>Decreto nº 99.684/90 - FGTS</p>

Fonte: VIGEP/DEGEP

Quadro 38 - Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

ELEMENTOS	OBJETIVOS / PROPORÇÕES	METODOLOGIA DE CÁLCULO / REAJUSTE
Honorário Conselho de Administração e Fiscal	Parcela fixa que visa renumerar mensalmente pela contraprestação do exercício das atividades	Corresponde a 10% da média da remuneração (incluindo somente honorário mensal e gratificação natalina) dos dirigentes, conforme Lei 9.292/1996.

Relativamente à rubrica gratificação natalina, conforme Ofício Circular 61/2017-MP, anteriormente referenciado, foi solicitado observar o Acórdão TCU 2600/2016, sessão plenária de 11/10/2016, no que tange a respectiva vedação de pagamento. Em ato contínuo, a Lei 13.464/2017, de 10/07/2017, revogou o Decreto-Lei nº 2.355/1987.

4.6.1 Demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos

Quadro 39 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Conselho de Administração - Remuneração - valores em R\$ 1,00				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - valores em R\$ 1,00	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2017
Inaldo Rocha Leitão	-	-	4.217,07	50.604,87
Waleska Rosa Vaconcellos	-	28/04/17	4.389,20	17.556,79
Fábio Rezende Scarton Coutinho	23/05/17	-	4.131,01	33.048,08
Ruy do Rêgo Barros Rocha	-	-	4.217,07	50.604,87
Carlos Luiz Dias da Silva	23/05/17	24/08/17	4.131,01	16.524,04
José Luís Nunes do Couto	29/08/17	-	4.131,01	16.524,04
Fernando Antonio Ribeiro Soares	-	-	4.217,07	50.604,87
Guilherme Campos Júnior	-	-	4.217,07	50.604,87
Marcos César Alves Silva	-	-	4.217,07	50.604,87
Conselho Fiscal - Remuneração - valores em R\$ 1,00				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - valores em R\$ 1,00	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2016
Francisco José Pontes Ibiapina (Presidente)	-	28/04/17	4.389,20	17.556,79
Johnny Ferreira dos Santos	28/04/17	-	4.131,01	33.048,08
Tarcísio Bastos Cunha (Suplente)	28/04/17	-	-	-
Cleberton Luiz Martins (S)	-	28/04/17	4.389,20	17.556,79
Gustavo Zarif Fraya	28/04/17	-	4.131,01	33.048,08
Viviana Simon	28/04/17	-	-	-
Manoel Joaquim de Carvalho Filho	-	28/04/17	4.389,20	17.556,79
Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira	28/04/17	-	4.131,01	33.048,08

Fonte: DGORC

4.6.2 Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos

Quadro 40 - Síntese da Remuneração – Diretoria Executiva.

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Membros (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2017	2016
Número de membros:	13	16
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	4.290.065,83	4.360.633,14
a) salário ou pró-labore	4.015.879,92	4.178.583,26
b) benefícios diretos e indiretos	274.185,91	182.049,88
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Membros (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2017	2016
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	4.290.065,83	4.360.633,14
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	912.884,29	1.642.441,51
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: VIPAD

Quadro 41 - Síntese da Remuneração – Conselho de Administração.

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2017	2016
Número de membros:	9	14
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	336.677,30	312.004,56
a) salário ou pró-labore	336.677,30	312.004,56
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	336.677,30	312.004,56
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: VIPAD

Quadro 42 - Síntese da Remuneração – Conselho Fiscal.

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2017	2016
Número de membros:	9	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	151.814,61	153.806,95
a) salário ou pró-labore	151.814,61	153.806,95
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	151.814,61	153.806,95
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: VIPAD

4.6.3 Demonstrativo da remuneração variável dos administradores

No ano de 2017 os Correios passaram por um processo de reestruturação que culminou na adoção de diversas medidas voltadas para a célere recuperação da Empresa, contemplando a implantação do Programa de Transformação dos Correios, que previa o desdobramento de indicadores e metas, elementos necessários para a elaboração do programa RVA. Aliado ao desempenho financeiro da Empresa, não foi apresentada a proposta de Programa de RVA para manifestação da SEST/MP, conforme Ofícios nº 45/2017-PRESI, de 25/01/2017, e nº 7976/2017-MP, de 08/02/2017.

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Os Correios realizaram pregão eletrônico, sob nº PGE 17000094/2017, com objeto de contratação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações financeiras dos CORREIOS e suas coligadas, controladas, mantidas, mantidas e participadas, relativas ao exercício social de 2017 e subsequentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS International Financial Reporting Standards), bem como outros serviços a serem executados, correlatos aos trabalhos de auditoria, como:

- Examinar as Informações Financeiras Trimestrais – IFT;
- Revisar e auditar os controles internos operacionais, financeiros, contábeis e fiscais;
- Revisar e emitir parecer relativo ao cálculo da Dívida Líquida/EBITDA;

O pregão foi homologado por meio do Relatório de Homologação GCOM/CESAD-01751/2017, sendo adjudicado à empresa BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples, inscrita no CGC/MF sob nº 54.276.936/0001-79, pelo valor global de R\$ 485.000,00 referente ao contrato nº 244/2017.

Por meio do Relatório de Auditoria Independente, a BDO RCS Auditores Independentes - CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF, emitiu sua opinião sobre as demonstrações financeiras dos Correios, conforme transcrito a seguir: Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A íntegra do parecer encontra-se na aba Relatórios, Pareceres e Declarações.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1.1 Força de trabalho dos Correios

Quadro 43 - Força de trabalho.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	109.984	107.976	153	7.679
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	109.984	107.976	153	7.679
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	109.979	107.971	153	7.672
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	5	0	5
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	16**	13	3	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	110.000*	107.989	156	7.682

Fonte: Relatório Sistema POPULIS (31/12/17)

*Conforme PRT/SEST-32, de 18/12/2017

**Art. 45 do Decreto 8.016/2013.

5.1.1.2 Distribuição da lotação efetiva

Quadro 44 - Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	14.540	93.449
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	14.427	93.449
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	14.522	93.449
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	13	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	14.540	93.449

Fonte: Relatório Sistema POPULIS (31/12/17)

5.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargo em comissão e função gratificada dos Correios

Quadro 45 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	16	13	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	16	13	3	3
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0

1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	50.654	50.654	0	2.461
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	50.649	50.649	0	2.453
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	5	5	0	5
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	50.670	50.667	3	2.464

Fonte: Relatório Sistema POPULIS (31/12/17)

5.1.1.4 Qualificação e capacitação da força de trabalho

A Educação Corporativa evidenciou-se em 2017 como uma forte aliada no projeto de transformação dos Correios, finalizando o ano com resultados que demonstram o seu empenho na construção de melhores condições para que os Correios alcancem a Visão de “Ser a primeira escolha do cliente nos produtos e serviços oferecidos”.

Mesmo com as fortes restrições orçamentárias e adequação da nova estrutura da Empresa, ao longo de 2017 foram promovidas 1.773 ações de educação sendo realizadas mais de 4,3 milhões de horas de treinamento para os 106 mil empregados, totalizando uma média de 41 horas de treinamento por empregado em 2017, com aplicação de recursos na ordem de R\$ 5,2 milhões.

Em 2017, foi enfatizada a modalidade de educação a distância para atingir os desafios de capacitar os empregados distribuídos em todo território nacional, tendo como consequência a racionalização dos recursos financeiros, por exemplo na diminuição dos gastos com deslocamentos.

O quadro a seguir demonstra que tal estratégia proporcionou um significativo aumento de participações nos cursos com a modalidade a distância.

Quadro 46 - Ações de Educação Corporativa.

Ações de Educação Corporativa	2016	2017	% Variação
Horas em Treinamento	5.099.307	4.343.706	-14,8
Recursos em Treinamento (R\$ milhões)	10,2	5,2	-40,2
Bolsas de Estudos (qtde)	1.612	2.388	48,1
Empregados Capacitados (qtde)	98.056	84.202	-14,1
Ações Presenciais (Número de Ações)	1.489	1230	-17,4
Cursos EaD (Numero de Cursos)	119	130	+9,2
Cursos EaD (participações)	96.234	128.969	+34,0
Média Anual (Horas Treinamento / Empregado)	44	41	-6,8

Fonte: VIGEP

Dentre as ações de capacitação ofertadas destaca-se a consolidação do curso de pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Negócios dos Correios com carga horária de 496 horas na modalidade à distância – EAD. O diferencial dessa especialização é que todos os recursos de infraestrutura e o corpo docente são próprios dos Correios.

Na modalidade semipresencial, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, foi concluída a turma do curso Técnico de Nível Médio em Logística na qual foram formados 1,1 mil técnicos. Como destaque na modalidade presencial, os Correios desenvolveram em 2017 o Programa de Capacitação para a Gestão da Mudança, resultado da parceria da Universidade Correios com o DESTI/PRESI, como umas ações do “Dez em 1”. Tendo como objetivo promover o desenvolvimento dos líderes e suas equipes para atuarem como protagonistas nas novas estratégias organizacionais, com foco nos resultados da empresa, o Programa capacitou 16.790 empregados de todas as áreas da empresa, entre gestores e equipes técnicas.

No Programa de Capacitação de Governança Corporativa, que visa atender a Lei 13.303/2016, foram capacitados conselheiros e dirigentes em 9 turmas, 3 mil empregados em controles internos e mais de 37 mil empregados em ética.

Para as equipes de atendimento e vendas foram mais de 81 mil participações em cursos presenciais e a distância, com destaques para as temáticas: Certificação Digital; Dados Biométricos; Correios Celular; Serasa; Consórcio; Seja digital; Banco Postal e Vendas.

As temáticas relacionadas a excelência operacional, um dos novos direcionadores estratégicos, foram mais 98 mil participações em 40 ações de educação, nas modalidades presencial e a distância. Somente nos cursos voltados para uso de *smartphone* com Sistema de Rastreamento de Objetos (SRO móvel) foram mais de 37 mil participações, entre gestores e carteiros.

Para promover a formação profissional continuada dos profissionais dos Correios, foi mantido o Programa de Bolsas de Estudo com 2.388 empregados/bolsistas para idiomas, cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Além disso, foram realizados os módulos da primeira turma do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Negócios dos Correios, acima mencionado, realizado na modalidade a distância. O curso tem por objetivo a formação contínua de gestores e especialistas, terminando o ano com 99 alunos ativos em 12 Superintendências Estaduais e Correios Sede.

Durante o ano de 2017, a empresa fortaleceu a gestão do conhecimento organizacional. Foram revisadas e atualizadas a matriz de conhecimentos essenciais da empresa, a promoção, a disseminação e aplicação em âmbito nacional do Modelo de Gestão do Conhecimento dos Correios por meio da implantação do Programa Compartilhar Conhecimentos, do lançamento do novo ambiente de repositório institucional “Saber+”, da criação de novos espaços do conhecimento nas Superintendências Estaduais de MG, PR, RS e SC, e da produção e lançamento da *Postal Brasil _ Revista Técnico-Científica dos Correios* (ISSN 2594-7044).

Outro destaque no ano de 2017 foi a disseminação e utilização de instrumentos que introduzem ferramentas e métodos ágeis, dinâmicos e participativos, praticados em empresas mais avançadas em termos de inovação, dentre elas o *Design Sprint*.

Aplicando esse método para a formação de multiplicadores e facilitadores, os Correios realizaram várias oficinas e com o sucesso das experiências piloto, o uso do método *Design Sprint* foi validado como uma ação de educação e formará novos facilitadores para que todas as áreas interessadas possam solucionar os seus desafios com rapidez.

Ressalta-se que as capacitações oferecidas baseiam-se na Estratégia Correios e no desenvolvimento das competências necessárias à organização, fornecendo subsídios para o exercício das atividades com excelência, foco na melhoria da produtividade e na sustentabilidade da empresa contribuindo, ainda, para o compartilhamento de conhecimentos especializados e melhores práticas.

Isto posto, demonstra-se nos quadros a seguir a estratificação da força de trabalho pelo grau de escolaridade, especialização, idade e tempo de serviço.

Quadro 47 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade.

Grau de instrução	Quantidade
Até 5º ano do Fundamental	37
5º ano completo Fundamental	57
Ensino Fundamental incompleto	680
Ensino Fundamental completo (1º Grau)	1.906
Ensino Médio completo (2º Grau)	72.835
Superior completo	27.033
Pós-graduação/Especialização	5.194
Mestrado completo	233
Doutorado completo	13
99 – Inexistente	1
Total Geral	107.989

Fonte: CEGEP – Populis - Banco de Dados de Dezembro/2017

Quadro 48 - Força de trabalho quanto a idade.

Idade	Quantidade
20-24	487
25-29	6.784

30-34	13.713
35-39	19.775
40-44	18.746
45-49	15.891
50-54	17.033
55-59	10.144
60-64	4.088
65-69	1.068
70-74	205
75-79	43
80-84	10
85-89	2
Total Geral	107.989

Fonte: CEGEP – Populis - Banco de Dados de Dezembro/2017

Quadro 49 - Força de trabalho quanto ao tempo de serviço.

	0-5	6-11	12-17	18-23	24-29	30-35	36-41	42-47	48-53	54-59	60-65	Total Geral
20-24	420	67										487
25-29	4.607	2.177										6.784
30-34	5.276	6.231	2.206									13.713
35-39	3.682	5.697	9.232	1.164								19.775
40-44	1.904	3.245	7.265	6.168	164							18.746
45-49	963	1.561	4.418	5.942	2.748	259						15.891
50-54	405	800	2.790	4.211	3.036	5.778	13					17.033
55-59	176	334	1.331	1.952	1.212	3.926	1.213					10.144
60-64	72	196	409	534	314	791	1.195	556	21			4.088
65-69	25	72	77	105	55	102	269	346	17			1.068
70-74	4	14	13	15	3	4	37	76	11	28		205
75-79	2	4	1	2	1		3	13	3	12	2	43
80-84	1				1			1	1	6		10
85-89									1		1	2
Total Geral	17.537	20.398	27.742	20.093	7.534	10.860	2.730	992	54	46	3	107.989

Fonte: CEGEP – Populis - Banco de Dados de Dezembro/2017

Ressalta-se que o quadro acima não representa o tempo para aposentadoria dos empregados, uma vez que tal informação necessita de dados específicos da Previdência Social em relação ao tempo total de contribuição do empregado (considerando demais vínculos empregatícios e/ou contribuições como autônomo), dados sobre os quais esta Empresa não possui controle.

5.1.1.5 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

A Vice-Presidência de Gestão de Pessoas estabeleceu e/ou apurou para 2017 os seguintes indicadores:

Quadro 50 - Indicadores gerenciais

Indicador	Meta	Resultado	Descrição do Indicador
Índice de rotatividade (turnover)	-	6,6	Mede o giro de entradas e saídas de pessoal
Índice de Absenteísmo	7,22	8,43	Avalia o total de ausência dos

Indicador	Meta	Resultado	Descrição do Indicador
			empregados ao trabalho de acordo com a cesta de fatores de afastamento.
Índice de Favorabilidade da Pesquisa de Clima Organizacional	73%	67,6% (1)	Mensura a percepção dos empregados, sobre a empresa e sobre aspectos relevantes no ambiente e das relações do trabalho.

Fonte: VIGEP

Indicador bianual com última medição em 2017.

5.1.1.6 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal

A continuidade na implantação de novos equipamentos de triagem e ordenamento de correspondências e encomendas, bem como a queda dos objetos do segmento mensagens (correspondências) apontaram a necessidade de otimização dos recursos humanos disponíveis nas unidades operacionais dos Correios brasileiros.

Considerado este cenário e a reestruturação da empresa iniciada em julho/2017, foram aprovadas como iniciativas estratégicas relacionadas a pessoas, a “Adequação da força de trabalho ao novo modelo operacional”, a Revisão do Plano de Cargos e Salários – PCCS e a “Implantação do novo Plano de Funções”. As iniciativas citadas são acompanhadas pelo Conselho de Administração e REDIR, e os respectivos projetos têm como previsão de conclusão em 29/06/2018, data essa que pode sofrer alteração futura em razão das várias etapas a serem cumpridas junto aos diversos órgãos da empresa e a complexidade do tema.

Para a iniciativa estratégica adequação da força de trabalho, o projeto envolve a comparação da força de trabalho alocada atualmente com a necessária para a nova estrutura, ou seja, o redimensionamento do efetivo nas unidades e a definição de diretrizes para a operacionalização de movimentação de pessoal para equalização das necessidades das áreas. Foi iniciado em dezembro de 2017 o equilíbrio do efetivo operacional entre as unidades de atendimento, tratamento e distribuição de mensagens e encomendas, considerando neste contexto também os eventuais impactos com o desligamento de empregados por ocasião do Plano de Desligamento Incentivado - PDI. A ação de otimização será permanente e com a conclusão da iniciativa na data prevista, o resultado poderá ser mensurado ao final do ano de 2018.

Para a iniciativa estratégica Implantação do novo Plano de Funções, tem-se como diretriz que o plano possa contribuir para o alcance de resultados efetivos e promover o desenvolvimento profissional dos empregados, e como premissas, ser um modelo simples, sustentável, flexível e com foco no negócio. Estão sendo estruturadas, além do dimensionamento inicial das funções, as respectivas atribuições e remunerações, os requisitos de acesso, critérios para recrutamento, designação e dispensa.

Mesmo que em andamento a modelagem do novo plano, em dezembro de 2017 foram promovidas revisões nos requisitos e critérios para o acesso às funções gerenciais e técnicas no plano vigente com vistas a atender às necessidades organizacionais. Além disso, podemos citar a redução do valor pago a título de Gratificação de Função decorrentes do processo de reestruturação organizacional, passando de R\$ 50.436.842,49 em janeiro/2017 para R\$ 43.759.408,54 em dezembro/2017, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 51 - Conta Contábil Gratificação de Função.

Conta Contábil Gratificação de Função		
Mês/Ano	Valor (R\$)	Varição (R\$)
dez/16	50.127.812,19	-
jan/17	50.436.842,49	309.030,30
fev/17	47.417.565,24	-3.019.277,25
mar/17	47.450.101,67	32.536,43

abr/17	46.255.203,62	-1.194.898,05
mai/17	45.999.944,97	-255.258,65
jun/17	45.189.315,47	-810.629,50
jul/17	44.504.718,96	-684.596,51
ago/17	43.429.188,75	-1.075.530,21
set/17	43.086.197,49	-342.991,26
out/17	43.104.850,55	18.653,06
nov/17	43.365.375,19	260.524,64
dez/17	43.759.408,54	394.033,35

Fonte: VIGEP

Para a iniciativa Revisão do PCCS, o projeto envolve ajustes nos itens que possam acarretar a redução da competitividade dos Correios, adequando-o ao novo modelo operacional. Algumas alterações já se encontram em fase de conclusão, cabendo citar a proposta de flexibilização da jornada de trabalho com redução proporcional dos vencimentos por acordo entre empresa e empregado.

5.1.1.7 Ações adotadas para identificar irregularidades

A identificação sobre acumulação de cargos públicos ocorre na fase de admissão, momento em que o empregado deve apresentar o Termo de Responsabilidade, afirmando que não acumula cargos públicos e comprometendo-se a comunicar quaisquer alterações dessa situação. Em caso de acumulação prevista constitucionalmente, o empregado deverá apresentar a Declaração de Acumulação Lícita. Se constatado indício de acumulação fora dos limites constitucionais, o empregado é notificado, com a devida instauração de processo administrativo em caso de constatação da ilicitude.

Em 2017, foram apurados 59 indícios de acumulação, conforme informação constante na página do TCU, cujo trabalho de análise e notificação aos empregados envolvidos resultou na apresentação de comprovação da licitude dos acúmulos ou de que estes não mais ocorriam, ou, quando ratificada a ilicitude do acúmulo de cargos, a opção pela permanência em apenas um dos empregos públicos. Das 59 notificações, 55 foram regularizadas e 4 estão com processo de apuração em curso.

5.1.1.8 Mão-de-obra Temporária

Quadro 52 - Cargos e Atividades

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados.	Quantidade no Final do Exercício		
	2017	2016	2015
Agente de Correios	2.037	2.481	2.107

Fonte: DEPLA/VIOPE

Importante destacar que, sobre o tema Terceirização de mão de obra nas empresas estatais federais, em conformidade com o disposto no Acórdão nº 119/2018 – TCU-Plenário, que trata do pedido de reexame interposto em face ao Acórdão nº 1.5.21/2016-TCU-Plenário, referente ao monitoramento das determinações emanadas no Acórdão nº 2.303/2012-TCU-Plenário e Ofício Circular nº 59/2018-MP, compete à SEST/MP a responsabilidade pela consolidação dos dados a serem encaminhados pelas Estatais.

5.1.1.9 Análise crítica

O ano de 2017 encerrou com 107.989 empregados em efetivo exercício, significando uma redução de 6,48% em relação ao exercício de 2016, motivada, principalmente pelo Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e pelos desligamentos a pedido. Do total do efetivo tem-se que aproximadamente 86% está lotado nas unidades operacionais e áreas de negócios, distribuição essa alinhada ao foco de fortalecimento do negócio constante no Planejamento Estratégico e ao novo modelo de Governança Corporativa da Empresa. Foi criada iniciativa estratégica que focou

principalmente na área fim, com o objetivo de melhorar a qualidade de execução dos processos de suporte ao negócio.

Outro ponto a ressaltar são os 69,82% da população ecetista que se encontram na faixa etária entre 20 a 50 anos e destes 79,42% contanto com até 23 anos de serviços. Tendo como base tais dados, avaliamos que os possíveis impactos da aposentaria sobre a força de trabalho disponível ainda estão afastados.

Ainda, baseando-se nas informações cadastrais de dezembro 2017, registra-se 6.151 afastamentos (entre licença para tratamento de saúde, acidente de trabalho, suspensão de contrato, afastamento para mandato eletivo, licença maternidade entre outros motivos), sendo 85,35% deles relativos a dos empregados da área operacional o que colabora para a sobrecarga de trabalho em unidades menores ou de grande volume de carga a ser tratada e distribuída. Para estes casos, além de todo o trabalho realizado com vistas a minimizar as licenças, está sendo realizado o remanejamento de efetivo entre unidades ou a utilização de mão de obra temporária conforme dispositivos legais e normas internas que regem o assunto de forma a evitar prejuízos à continuidade dos processos produtivos da Empresa.

5.1.2 Demonstrativos das despesa com pessoal

Quadro 53 - Despesa com pessoal.

E x	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Total
		Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais/ Previdenc.	Demais Disp. Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos							
1 7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada							
1 7	2.848.020.217	1.072.590.826	842986.565	314.933.062	5.616.070.993	2.706.995.813	13.401.597.474
1 6	2.750.981.805	1.192.364.269	932.777.515	302.033.329	5.562.898.744	1.644.426.505	12.385.482.168
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada							
1 7	582.239	219.276	172.337	64.384	1.148.129	553.408	2.739.772
1 6	692.630	300.208	234.850	76.045	1.400.601	414.026	3.118.360
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)							
1 7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus							
1 7	9.368.749	3.528.358	2.773.059	1.035.993	18.474.433	8.904.840	44.085.432
1 6	6.854.645	2.971.024	2.324.210	752.579	13.861.124	4.097.432	30.861.015
Servidores com contrato temporário							
1 7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: VIPAD

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O ano de 2017 foi impactado por alterações da alta gestão da empresa e consequências relacionadas ao início do processo de implantação do Novo Modelo de Governança Corporativa e

da nova Estrutura Organizacional dos Correios, representada pelo modelo operacional aprovado pelo Conselho de Administração, que motivou a alteração da cadeia de valor da área e reconstrução da política de gestão de pessoas como orientadora dos seus processos.

Para tanto a VIGEP definiu como objetivo de seus processos a promoção do desenvolvimento organizacional e das pessoas por meio de aplicação de políticas de gestão e a busca pelo reconhecimento da excelência na área em que atua com base nos fundamentos do Modelo de Excelência da Gestão adotado pelos Correios e na proposta de valor adotada pelo novo modelo operacional em vigor, no qual a atuação como RH Estratégico é predominante.

Os riscos relacionados à atuação supracitada, principalmente no que diz respeito à estratégia de refinamento e implantação completa do modelo de gestão do conhecimento, aprimoramento do desenvolvimento e sucessão da liderança, aprimoramento do desenvolvimento da carreira, implantação do modelo de gestão de pessoas por competências foram:

- Falta de conhecimento das áreas de gestão de pessoas nas superintendências estaduais quanto ao processo de mudança;
- Ineficiência ou ausência de comunicação das ações prioritárias com os empregados;
- Descontinuidade dos processos operacionais e decisórios pelo impacto do novo modelo operacional que distribui as atividades de Gestão de Pessoas sob responsabilidade de três áreas em duas vice-presidências distintas;
- Falta de visão sistêmica dos processos da área de gestão de pessoas e as interfaces com os demais processos da empresa;
- Com vistas à mitigação dos riscos envolvidos a Vice-Presidência de Gestão de Pessoas adotou várias ações, dentre elas:
 - Videoconferências com os representantes das estruturas regionais de gestão de pessoas informando quanto ao novo modelo e orientando procedimentos para a mudança na atuação de um RH tradicional para um RH estratégico;
 - Criação do espaço virtual do conhecimento – eCoa na intranet;
 - Realização do programa de educação corporativa para a gestão da mudança;
 - Refinamento da cadeia de valor da área alinhada ao modelo de negócio dos Correios com valor agregado ao desenvolvimento organizacional.
- Definição de estrutura operacional da área de gestão de pessoas e suas atribuições e recursos.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

5.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidas pelo plano de cargos dos Correios

A relação dos contratos de locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos e salários encontra-se relacionada no **anexo 4**.

5.1.4.2 Contratação de estagiários

O Programa de estágio dos Correios, desenvolvido em âmbito nacional, é regido pela Lei nº 11.788/2008. Internamente é normatizado pelo Manual de Pessoal (MANPES) Módulo 11.

Visa implementar ações dirigidas à inserção de estudantes no mercado de trabalho, contribuindo para sua escolarização, para redução da exclusão social, e diminuindo a evasão escolar, no momento em que condiciona o estágio à matrícula e frequência de estudantes em instituições de ensino de Nível Médio e de Nível Superior.

O estágio oferecido nos Correios tem caráter facultativo e abrange alunos que estejam matriculadas regularmente e frequentando o ensino de nível superior, de nível médio, de educação profissional, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental nas modalidades profissional da educação de jovens e adultos. Por meio do programa o estudante tem a oportunidade de exercitar na prática o que aprendem em teoria na Universidade/Escola, desenvolvendo

habilidades, hábitos e atitudes pertinentes e necessárias para aquisição das competências profissionais.

O processo seletivo é realizado por meio de Nota de Abertura publicada no site dos Correios, de maneira individualizada em cada Órgão de operacionalização do Programa de Estágio (Superintendências Estaduais e Órgão Central). Podem participar das seleções, os alunos das Instituições de Ensino Superior conveniadas com os Correios.

Atualmente, em razão das medidas de contenção de custos adotadas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos Correios, houve redução no quadro de estagiários de nível superior, bem como suspensão das vagas de nível médio.

Quadro 54 - Quantitativo de estagiários ativos – 2017.

Modalidade	Área	Total Geral	Desligados	Ativos (final 2017)
Nível médio	Meio	-	-	-
	Fim	-	-	-
	Geral	-	-	-
Nível superior	Meio	182	82	100
	Fim	-	-	-
	Geral	-	-	-
Total		182	82	100

Fonte: VIGEP

Quadro 55 - Dados evolutivos de estagiários ativos – 2017

Ano	Quantidade	Despesas (R\$)
2013	3.082	R\$ 9.600.596,29
2014	2.651	R\$ 9.744.318,35
2015	2.126	R\$ 7.397.793,20
2016	1.139	R\$ 2.496.000,64
2017	100	R\$ 961.571,55

Fonte: Quantidade - Relatórios do POPWEB (MP100137C).

*Nas despesas não foram considerados valores relativos a VA/VR

Programas de Diversidade e Inclusão Social

O programa **Jovem Aprendiz dos Correios**, desenvolvido em âmbito nacional, é regido pela Lei nº. 10.097/2000, regulamentado pelo Decreto nº. 5.598/2005, em consonância com a Portaria MTE nº 723/2012, atualizada pela Portaria MTE nº 1.005/2013, e demais dispositivos legais. Tem por objetivo a formação técnico-profissional metódica no curso Assistente Administrativo, preparar o jovem aprendiz para o mercado de trabalho e a prática da cidadania e de valores éticos. Em 2017, 3620 aprendizes participaram do programa nas 28 regionais e na Administração Central.

O processo seletivo é realizado por meio de edital público. Admite jovens entre 14 e 22 anos, que assinam um contrato de trabalho especial de aprendizagem, pelo período determinado de 12 meses. Para o aprendiz deficiente, não há limitação de idade para ingresso no programa.

Com vistas à ampliação do Programa e ao atendimento da cota de aprendizagem, estabelecida pela Lei nº 10.097/2000, os Correios, em parceria com o SENAI, desenvolveram um plano de curso na modalidade de Ensino à Distância – EaD, em conformidade com a Portaria 723/2012, atualizada pela Portaria 1.005/2013. Este curso é oferecido em localidades onde não há estrutura educacional adequada e/ ou pouca quantidade de aprendizes que justifiquem a formação de turma presencial.

Assim, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica nº 001/2015, entre Correios, Ministério do Trabalho – MTE e SENAI, sendo validado o Projeto Piloto Formação Técnico-Profissional - Modalidade EaD, que contemplou os estados de Amazonas, Ceará, Goiás, Santa Catarina e São Paulo, abrangendo 370 unidades operacionais (agências, CDD's etc.) em 309

municípios, o que possibilitou contemplar 567 jovens aprendizes. Ressalta-se, porém, que essa ampliação iniciou gradativamente em 2017 e favorecendo aqueles estados que receberam o projeto piloto.

Para atingir os objetivos do Programa e o seu permanente aprimoramento, várias áreas e profissionais estão envolvidos. Os resultados destas parcerias internas e externas possibilitaram melhorias no processo, adequações à realidade diversificada dos Correios e tornaram este um dos Programas de Aprendizagem mais concorridos do país.

O programa Sensibilizar, Inserir e Mobilizar dos Correios (SIM) – Pessoas com Deficiência, desenvolvido em âmbito nacional, é regido em consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Decreto 2.398, de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência. Internamente, é normatizado pelo Manual de Pessoal- MANPES Módulo 12, Capítulo 04.

Objetiva dar oportunidade de experiência de trabalho e promover o treinamento profissional dos participantes, contribuindo para o seu ingresso ou reingresso no mercado de trabalho. Em 2017, participaram do programa 682 pessoas com deficiência, em 10 entidades Federativas. Os contratos de prestação de serviços com instituições sem fins lucrativos de assistência às pessoas com deficiência ocorrem em conformidade com o artigo 24, inciso XX da Lei 8.666/1993 e demais legislações pertinentes. As instituições devem dispor de Certificação de Entidade Beneficentes da Assistência Social (CEBAS) em vigor, conforme Lei nº 12.101/2009 e Decreto 8.242/2014.

O programa Começar de Novo nos Correios objetiva proporcionar ao reeducando do sistema prisional, em regime aberto ou semiaberto, oportunidade de reinserção social e experiência profissional, e foi desenvolvido em três entidades Federativas dos Correios (BA, PA e PI). Em 2017, participaram 103 reeducandos, em consonância com a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, alterada pela Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011.

5.1.5 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

A partir do dia 23 de março de 2015, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) passaram a ser classificadas conforme determina a Instrução nº 20, de 20 de março de 2015, de acordo com o “o porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas administrados”. O Postalis está classificado no perfil I. E ainda, de acordo com a Instrução nº 21, de 23 de março de 2015, no seu Art. 4º “Os prazos para envio das demonstrações contábeis, pareceres e Manifestação do Conselho Deliberativo à PREVIC” é até 31 de julho do exercício social subsequente ao ano de referência para as EFPC classificadas pela PREVIC no perfil I.

5.1.5.1 Identificação da entidade fechada de previdências

A entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelos Correios, denominada Postalis, é direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, qualificada como multipatrocinada e com multiplano, sendo registrada no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº 00.627.638/0001-57 e razão social: Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos.

5.1.5.2 Visão gerencial dos valores envolvidos

5.1.5.2.1 Quantidade de servidores contemplados

Quadro 56 - Quantidade de servidores contemplados – Postalis.

Quantidade de servidores contemplados	
Participantes Ativos do Plano BD	2
Participantes Ativos do Plano Postalprev	96.561
Total de participantes Ativos dos Planos	96.563
Aposentados do Plano BD	24.406
Aposentados do Plano Postalprev	3.881
Total de Aposentados dos Planos	

Quantidade de servidores contemplados	
Pensionistas do Plano BD	6.120
Pensionistas do Plano Postalprev	1.086
Total de Pensionistas dos Planos	7.206
Saldados	58.171
Participantes Vinculados do Plano Postalprev	968

Fonte: Postalís

5.1.5.2.2 Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora

Quadro 57 - Contribuições - Plano POSTALPREV

Descrição	Valor (R\$)
Participantes Básica	196.412.844,33
Participantes Voluntária	4.780.784,98
Custeio Administrativo (Específica)	13.718.771,15
Benefício de Risco (Específica)	23.975.595,53
Saldo Projetado (Específica)	23.961.936,06
Contribuições Eventuais	141.890,00
Básica (Assistidos)	3.491.067,18
Voluntária (Assistidos)	96.654,13
Custeio Administrativo (Assistidos)	743.820,69
Benefício de Risco (Assistidos)	512.351,57
Saldo Projetado (Assistidos)	512.400,41
Total Participantes	268.348.116,03
Patrocinadoras Regular	192.301.154,52
Custeio Administrativo (Específica)	14.269.152,98
Benefício de Risco (Específica)	23.578.739,52
Saldo Projetado (Específica)	23.578.314,04
Regular (Assistidos)	3.889.024,77
Custeio Administrativo (Assistidos)	312.744,09
Benefício de Risco (Assistidos)	387.102,99
Saldo Projetado (Assistidos)	386.930,10
Total Patrocinadoras	258.703.163,01

Fonte: Postalís

Quadro 58 - Contribuições - Plano PBD Saldado.

Descrição	Valor (R\$)
Normal Participantes	249,43
Básica - Assistidos	45.690.053,58
Contribuições BPS – Ativos (Extraord.)	71.869.279,96
Contribuição Extraordinária Judicial	18.509.441,79
Contribuições de Assistidos (Extraord.)	108.215.561,16
Contribuição Extraordinária Judicial	2.281.148,38
Total Participantes	246.565.734,30
Normal Patrocinadora	249,43
Contribuições de Assistidos	45.690.979,63
Especial Patrocinadora - Postalís	676.211,27
Contribuições BPS/ATIVO (Extraor.)	88.809.438,07
Contribuição Extraordinária Judicial	33.247,32
Contribuições de Assistidos (Extraor.)	111.416.373,94
Contribuição Extraordinária Judicial	137.232,20
Total Patrocinadoras	246.763.731,86

Fonte: Postalís

5.1.5.2.3 Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses.

Quadro 59 - Valores repassados que não sejam contribuições.

Descrição	Valor (R\$)
Seguro de Vida em Grupo	19.590.518,15
Dif. Seguro de Vida em Grupo	14.956,08
Empréstimos BD	131.214.790,79
Dev.Empréstimo BD	(340.968,75)
UNIMED	143.769,72
Empréstimos POSTALPREV	180.047.866,31
Dev.Empréstimos POSTALPREV	(632.580,14)
Seguro de Vida em Grupo Funeral	21.601,00
Postalis Supl/AGU	108.668,35
Postalis Supl Auxilio Doença	459.896,62

Fonte: DAF/GCN Postalis

5.1.5.2.4 Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições.

Empréstimos: Os Correios descontam os valores dos empréstimos concedidos na forma de operação com participantes, consignados na folha de pagamento, e efetua mensalmente o repasse ao Postalis.

Seguro de Vida e Funeral: Os Correios descontam os valores dos prêmios na folha de pagamento de seus empregados e efetua mensalmente o repasse ao Postalis (estipulante) para pagamento à seguradora.

Central Nacional Unimed: Os Correios descontam os valores da mensalidade do plano de saúde na folha de pagamento de seus empregados e efetua mensalmente o repasse ao Postalis (estipulante) para pagamento à Unimed.

5.1.5.3 Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Em 2017, não houve manifestação da Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC).

5.1.5.4 Conclusões do relatório de auditoria independente

Apresenta-se a opinião emitida em relação ao exercício de 2017, conforme a seguir transcrita: *“Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do POSTALIS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.”* (Baker Tilly Brasil - MG Auditores Independentes)

5.1.5.5 Conclusões do último estudo atuarial

As avaliações atuariais do Plano de Benefício Definido do Postalis (PBD) e do plano de Benefícios e de Custeio do Postalis - Postalprev relativas ao encerramento do exercício 2017 foram realizadas pela empresa GAMA Consultores Associados considerando os dados cadastrais dos participantes ativos e dos assistidos e demais dados contábeis posicionados em 31/12/2016.

5.1.5.5.1 Plano de Benefício Definido do Postalis – PBD

O Plano de Custeio para 2017, aplicado entre abril/2016 e março/2017, apresenta as seguintes taxas:

Quadro 60 - PBD – Plano de Custeio 2017.

PARTICIPANTES

CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes é nulo.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT			
a) Compromissos com déficits equacionados (1):			
Descrição	Déficit Remanescente (R\$)	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Déficit Equacionado 2012	161.281.860,00	3,94	267
Déficit Equacionado 2014	572.881.296,12	13,98	271
Déficit Equacionado 2015	185.385.672,37	2,73	270
(1) Valores posicionados em 31/12/2016, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado e fechado a novas adesões, não há contribuições de joia a serem vertidas ao plano.			
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS e VINCULADOS			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes Autopatrocinados e Vinculados é nulo.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT			
Compromissos com déficits equacionados (2):			
Descrição	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)	
Déficit Equacionado 2012	7,88%	267	
Déficit Equacionado 2014	27,96%	271	
Déficit Equacionado 2015	5,46%	270	
(2) Os Participantes Autopatrocinados e Vinculados contribuem com o dobro dos percentuais referente às contribuições extraordinárias dos Participantes.			
PATROCINADORAS			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade da Patrocinadora é nulo.			
A Patrocinadora contribuirá com o montante equivalente à soma das Contribuições devidas pelos Assistidos vinculados ao Patrocinador.			
PLANO DE CUSTEIO			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT			
b) Compromissos com déficits equacionados (1):			
Descrição	Déficit Remanescente	Parcela	Prazo Remanescente (em meses)
Déficit Equacionado 2012	R\$600.579.474,19	R\$7.345.442,41	267
Déficit Equacionado 2014	R\$2.149.953.895,39	R\$18.717.827,87	271
Déficit Equacionado 2015	R\$380.654.374,81	R\$2.420.492,24	270
(1) Valores contratados firmados entre a Patrocinadora e o Instituto, posicionados em 31/12/2016, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			

ASSISTIDOS			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
APOSENTADOS	Percentual sobre o valor do benefício mensal da renda continuada percebido pelos Aposentados que recebem Abono, limitado ao valor do Abono, na forma prevista nos ditames regulamentares.		8,10%
PENSIONISTAS	Não Aplicável		0,00%
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT			
c) Compromissos com déficits equacionados (1):			
Descrição	Déficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Déficit Equacionado 2012	R\$439.227.625,27	3,94%	267
Déficit Equacionado 2014	R\$1.576.977.496,34	13,98%	271
Déficit Equacionado 2015	R\$195.268.702,44	2,73%	270
(1) Valores posicionados em 31/12/2016, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
CUSTEIO ADMINISTRATIVO			
Em conformidade com a definição do Instituto acerca do Custeio Administrativo do Plano de Benefício Definido, seguem a seguir:			
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre os benefícios dos Assistidos que vertem Contribuições Normais de responsabilidade da Patrocinadora			0,600%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre os benefícios dos Assistidos que vertem Contribuições Normais			0,600%
c) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano			0,072%

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2016 Plano PBD – CNPB N^o 1981.0004-29

Quadro 61 - Resultado – PBD – 31/12/2017.

Descrição	Valor (R\$)
Equilíbrio Técnico (Déficit)/Superávit em 31/12/2015	(1.517.260.011,24)
Déficit equacionado 2015	761.308.749,62
Alterações da base cadastral (1)	731.901.438,05
Atualização do Déficit acumulado em 2015(2)	(187.988.515,39)
Perda decorrente da rentabilidade abaixo da meta atuarial (3)	(96.722.714,53)
Alteração Hipótese Atuariais	(955.290.281,08)
Fator de Capacidade (4)	(20.559.991,92)
Taxa de Juros (5)	(149.065.305,72)
Rotatividade (6)	105.772.206,18
Entrada em Aposentadoria (7)	(272.087.722,02)
Mortalidade Geral (8)	(176.227.967,22)
Entrada em Invalidez (9)	20.029.421,62
Composição Familiar (10)	(463.150.922,00)
Outras Causas (11)	(153.736.048,31)
Equilíbrio Técnico – (Déficit)/Superávit em 31/12/2016	(1.110.315.286,26)

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2016 Plano PBD – CNPB N^o 1981.0004-29

- (1) Considera o impacto da saída de Participantes ou Assistidos que não requereram benefícios de Aposentadoria ou geraram Pensões no Plano, bem como variações dos benefícios saldados e do INSS utilizados;
- (2) Representa a aplicação da meta atuarial (12,39%) sobre o déficit remanescente no final do exercício de 2015 e que não foi equacionado;
- (3) A rentabilidade do Plano BD no exercício de 2016 foi de 10,50%, inferior à meta atuarial (12,39%), gerando uma perda técnico-atuarial de 1,68% das Provisões Matemáticas;
- (4) Aumento da hipótese de 97,80% para 97,96%, 0,16 ponto percentual;
- (5) Redução de 0,10 ponto percentual na taxa de juros, sendo adotada a taxa de juros real de 5,35% ao ano em substituição a taxa de 5,45% ao ano;

- (6) Mudança da premissa de Taxa média de 0,8% até 48 anos e 0% após essa idade, para a hipótese EXP. GAMA ROT 2016, criada com base nos dados de desligamentos de Participantes do Plano nos últimos 8 anos, que possui uma média de 0,71% até a data de aposentadoria;
- (7) Alteração da hipótese de postergação da aposentadoria de 36 meses para 24 meses;
- (8) Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000, segregada por sexo, em substituição da Tábua AT-2000 Basic M&F;
- (9) Mudança da hipótese de entrada em invalidez para a Tábua LIGHT FRACA em detrimento da Tábua ÁLVARO VINDAS, adotada até a Avaliação de 2015;
- (10) Para cálculo do custo de pensão, substituição da Função “Hx” para Composição Familiar real dos Assistidos e Família Padrão para os Participantes Ativos. A Família Padrão utilizada para os benefícios a conceder foi constituída considerando a família média dos Participantes e Assistidos do Plano BD apurada em virtude da atualização cadastral realizada em 2016;
- (11) Variação decorrente de mudança de software/metodologias atuariais, em virtude da troca da empresa atuarial responsável pelo Plano de Benefícios.

5.1.5.5.2 Plano de Benefícios e de Custeio do Postalís – Postalprev

O Plano de Custeio para o exercício de 2017, com início de vigência em 1º de agosto de 2017, apresenta as seguintes taxas:

Quadro 62 - Postal Prev – Plano de Custeio – 31/12/2017.

PLANO DE CUSTEIO		
PARTICIPANTES		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PARTICIPANTES	Contribuição Básica	Parcela P - Entre 1,00% e 4,00% Parcela K - Entre 0% e 8% aplicado sobre o Salário de Contribuição excedente a 11 (onze) Unidades Previdenciárias
	Contribuição Voluntária	Entre 0,00% e 15,00%
	Contribuição Extraordinária	Mínimo de 1 Unidade Previdenciária
	Contribuição Específica*	0,5257%
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS	Contribuição Básica	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
	Contribuição Específica	1,0514%
ASSISTIDOS	0,00%	
PATROCINADORAS		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
Contribuição Regular	100% da Contribuição Básica dos não elegíveis	
Contribuição Específica	Paritária a dos Participantes	
CUSTEIO ADMINISTRATIVO**		
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Básicas dos Participantes	7,00%	
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Regulares das Patrocinadoras	7,00%	
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o benefício de renda mensal dos Assistidos	0,384%	
d) Participantes que optaram pelo instituto Benefício Proporcional Diferido e cancelados que não optam por um instituto (sobre o último Salário de Contribuição).	0,768%	
f) Taxa de Carregamento, referente aos Participantes Vinculados pelo Instituto de Autopatrocínio, incidentes sobre as Contribuições Básicas e Regulares.	7,00%	

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2016 Plano POSTALPREV – CNPB Nº 1981.0004-29

*Redução motivada pelo aumento do Fundo Coletivo de Cobertura dos Benefícios de risco em 2016, bem como as mudanças cadastrais e das hipóteses de mortalidade geral e entrada em invalidez; ** Alíquotas apuradas pelo Postalís e informadas à Mercer Gama.

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano POSTALPREV, em 31/12/2016, é superavitária em R\$84.728.454,97, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que o

montante de R\$56.884.051,00 foi alocado em Reserva de Contingência e o restante do superávit foi alocado em Reserva Especial para Revisão do Plano, no valor de R\$27.844.403,97, tendo esse montante sido constituído no exercício de 2016, motivo pelo qual não há obrigatoriedade quanto à destinação da Reserva Especial em 2017, visto que é o primeiro ano de apuração dessa reserva.

5.1.5.6 Ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001

A fiscalização dos Correios sobre o Instituto de Seguridade Social dos Correios (Postalis), CNPJ 00.627.638/0001-57, tem-se dado por meio dos Conselheiros Deliberativos e Fiscais indicados pelos Correios para compor os colegiados correspondentes, conforme artigos 11 e 15 da Lei Complementar 108/2001. Além disso, a Auditoria dos Correios realiza acompanhamento das recomendações formuladas por todas as auditorias realizadas no Postalis: Auditoria Interna dos Correios, Auditoria Independente e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Tal fiscalização é realizada, também, de forma regular pela Auditoria Interna dos Correios, quando da execução de auditorias previstas no seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).

A última auditoria realizada no Postalis, em cumprimento ao PAINT/2016, teve o respectivo relatório aprovado durante a 7ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 26/07/2017. Ainda, de acordo com essa legislação, o referido relatório foi enviado à Previc por meio do Ofício 0271/2017 PRESI.

A auditoria no Postalis referente ao PAINT/2017 (Carta de apresentação da equipe de auditoria nº 159/2017 – AUDIT) deixou de ser realizada em função de requerimento do interventor do Instituto, o qual solicitou que tal ação passasse a se realizar em março de 2018, conforme constou do Of. Interv. 035/2017, de 06/11/2017. O Conselho de Administração dos Correios, durante a 11ª Reunião Ordinária de 2017, autorizou a prorrogação do início da execução da Auditoria Postalis para aquela data.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Atualmente os Correios utilizam-se de 33 imóveis da União, distribuídos geograficamente nos seguintes Estados: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

Há cessão de espaço físico em imóvel da União sob responsabilidade dos Correios, mas não há imóveis funcionais da União cedidos aos Correios.

A gestão dos imóveis da União, nos Correios, é realizada pela mesma estrutura de pessoal e normativos dedicados à gestão dos imóveis de terceiros nas unidades regionais da Empresa. Ou seja, utiliza-se o sistema de gestão corporativa ERP para registro contábil e patrimonial dos dados dos imóveis.

Os registros contábeis dos imóveis pertencentes à União estão devidamente atualizados no sistema de gestão dos Correios (ERP), e recebendo o tratamento contábil adequado ao seu controle. O valor atual total desses imóveis é R\$ 112.994.242,27.

Recentemente foi implantado o Sistema de Gestão da Carteira Imobiliária (GCIC), que será utilizado como ferramenta de apoio à administração dos imóveis da União utilizados pelos Correios, possibilitando ações de gestão e mitigação de riscos, realizando o acompanhamento da vigência e das obrigações dos instrumentos de outorga celebrados, bem como acompanhamento do uso dos imóveis pelas unidades regionais dos Correios.

Em 2017, o valor despendido pelos Correios com os imóveis da União foi de R\$ 202.709,97 relativamente à manutenção.

5.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A finalidade de cada imóvel locado: conforme estabelece o inciso I do artigo 2º do Decreto Lei nº 509/1969, aos Correios compete executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional. Para tanto, são utilizados imóveis de terceiros na forma de locação na maioria dos municípios. Os mais de 4.500 imóveis locados se destinam, em geral, para as atividades de atendimento, de tratamento e de distribuição.

As despesas apuradas no exercício pelo razão contábil, foram:

- a) Locação de imóveis – contas 44404.010001 e 44404.010002: R\$ 407.680.485,69; e
- b) Manutenção dos imóveis, contas:
 - 44403.050003 e 44403.050004: R\$ 9.826.519,28; e
 - 12401.060001: R\$ 19.393.589,25.

O quadro abaixo apresenta informações quanto aos imóveis locados, com os valores gastos referentes a reformas, assumidos pelos Correios e deduzidos do valor dos respectivos contratos de locação:

Quadro 63 - Valores assumidos pelos Correios deduzidos do valor da locação.

Objeto	DR	Município/Estado	Valor do Gasto que seria do Proprietário R\$	Quantidade Parcelas	Valor Parcelas R\$	Quantidade Parcelas Descontadas Até 31/12/2017
Locação de imóvel para abrigar a Agência de Correios PORTO WALTER	ACR	Porto Walter /AC	3.941,95	60	86,5	24
Locação de imóvel para abrigar a Agência de Correios ASSIS BRASIL	ACR	Assis Brasil/AC	7.317,20	60	121,95	18
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios PADRE BERNARDO-GO	BSB	Padre Bernardo/GO	12.229,87	38	317,04	29
					182,35	Última parcela vencimento em outubro de 2018.
Locação de Imóvel para funcionamento do CDD SENADOR CANEDO	GO	Senador Canedo/GO	21.037,12	43	618,69	25
Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Distribuição COLÔNIA	SPI	Jundiaí/SP	118.500,00	120	1.279,30	61
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios AC CAMPINA GRANDE DO SUL	PR	Campina Grande do Sul/PR	4.969,65	36	195,69	36
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios AC SÃO TOMÉ	PR	São Tomé/PR	4.374,56	22	198,84	14

Objeto	DR	Município/Estado	Valor do Gasto que seria do Proprietário R\$	Quantidade Parcelas	Valor Parcelas R\$	Quantidade Parcelas Descontadas Até 31/12/2017
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios LONTRA	TO	Araguaína/TO	13.647,87	36	379,11	36

Fonte: VIPAD/CESAD

Quadro: Valores assumidos pelos Correios deduzidos do valor do aluguel

5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Principais sistemas de informações

A relação constante no **anexo 5** apresenta os principais sistemas dos Correios voltados à realização da missão organizacional, bem como as respectivas informações de maior relevância, sigla, nome, objetivo e áreas gestoras funcionais e de negócio envolvidas. Importante mencionar que estão relacionados apenas os sistemas atualmente em produção e abarcam praticamente todas as principais ações de realização da missão organizacional.

Em 2017, a manutenção dos sistemas foi realizada pelas equipes internas (próprias) e pela prestação de serviços terceirizados, viabilizados por meio da contratação de duas fábricas de *software* externas. A previsão orçamentária de 2017 para as duas fábricas de software foi de R\$ 2.755.845,25, sendo executado o total de R\$ 1.931.361,41. Visando evitar a perda de propriedade intelectual e possível dependência tecnológica de empresas terceirizadas, o contrato prevê a transferência de conhecimentos técnicos aos empregados dos Correios.

Também teve continuidade a migração do ERP, da versão XE para a versão 9.2, bem como implantação do software de Solução Fiscal e Tributária e do software de Fluxo de Caixa. Os trabalhos em andamento, foram executados, por intermédio de contratação de empresas especializadas, aos custos, respectivos, de R\$ 20.958.985,10, R\$ 13.900.000,00 e R\$ 735.000,00, dos quais foram desembolsados, R\$35.593.985,10 no ano.

O ambiente de produção dos Correios é bastante resiliente. Os centros de produção localizados nos Correios Sede (CS) em Brasília e na sede da Superintendência Estadual de São Paulo Metropolitana (SE/SPM) incorporam todas as facilidades de salas cofres, com completos mecanismos de sustentação (energia, grupo gerador, refrigeração etc.).

No que tange aos servidores, a grande maioria dos sistemas, notadamente os principais, operam em arquiteturas clusterizadas localmente, com vários nós, minimizando o impacto de falhas pontuais. Estruturas de rede também são replicadas. O *backup* é realizado sistematicamente e o cofreamento direcionado a instalação física em outro endereço, para segurança.

Algumas bases de dados são replicadas entre as instalações do CDD/CS e da CDD/SPM, garantido a continuidade em situações ainda mais críticas para algumas situações de falha e alguns serviços pontuais.

Existe projeção de médio prazo para melhoria dessa contingência. Além disso, a longo prazo (horizonte mínimo de cinco anos), existe projeto de novo Centro de Dados, quando serão revistos e aprimoradas todos os requisitos de contingenciamento.

Para aprimorar a Governança de Demandas de TI, em 2017 foi aprovada pelo Comitê Estratégico de TI (COETI) a revisão da metodologia de priorização de demandas de sistemas, visando atender prioritariamente as demandas de TI de maior relevância para a Empresa, norteadas por direcionadores contemplados na Estratégia Correios.

A nova metodologia reflete fases e horizontes preconizados na Estratégia Correios, visando sustentar os negócios atuais e crescer no futuro, permitindo assim, a priorização das demandas de sistemas para melhor execução dos Projetos Estratégicos, com visão do negócio. A metodologia vigente permite avaliar a demanda sob os seguintes eixos:

- Alinhamento Estratégico (Benefícios) - gerar caixa, crescer receitas e alavancar inovação;

- Complexidade - o menor esforço para a sua implementação.

Esta revisão contemplou também a análise de critérios a serem aplicados nas demandas de melhorias – aplicado às demandas menores de sistemas, visando a priorização daquelas demandas de sustentação que gerem maior valor para os Correios. Utiliza o mesmo método aplicado para projetos (Benefícios e Complexidade), entretanto os critérios foram adequados para demandas de sustentação, visando maior agilidade na sua aplicação.

As demandas de projeto priorizadas para atendimento passam por instâncias de aprovação e acompanhamento, compreendendo desde o corpo operacional, tático e estratégico.

5.3.2 Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) é o instrumento utilizado pela área de Tecnologia dos Correios para nortear suas ações de forma planejada e alinhada às estratégias da empresa. Visa, portanto, atender às necessidades tecnológicas da organização, possibilitando a definição de objetivos e metas específicas de TI para os Correios.

Em 2017, o PETI – Ciclo 2017/2019 foi revisado, utilizando dos seguintes insumos:

- **Plano Estratégico Correios – Ciclo 2018/2022:** análise do PEI vigente, de forma a elaborar o PETI como desdobramento direto do Plano Institucional;

- **Pesquisa de Clientes Internos:** análise do resultado da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Internos em relação aos serviços prestados pelos Órgãos de TI;

- **Pesquisa de Satisfação e Insatisfação dos Clientes Externos:** foram considerados os resultados da Pesquisa de Satisfação e Insatisfação dos Clientes com Contrato – 2015, para os sistemas de informação, atributos operacional e tecnológico;

- **Fale Conosco:** canal de relacionamento com o cliente, via web, que visa receber e tratar reclamações, críticas, sugestões, dúvidas e elogios dos serviços prestados pelos Correios. Foram analisadas as informações relativas aos Órgãos de TI como área responsável ou participante;

- **Ouvidoria:** realizada a análise dos principais problemas de TI identificados pela Ouvidoria, a partir da apreciação das manifestações registrados pelos clientes;

- **Pesquisa do Clima Organizacional:** foram analisados os resultados para os Órgãos de TI, da Pesquisa de Clima Organizacional – 7º Ciclo Nacional, que corresponde ao período de avaliação realizado em julho-agosto de 2014 e resultado divulgado em 2015;

- **Tendências Tecnológicas:** as tendências tecnológicas são fatores que possuem potencial de influenciar e impactar significativamente as organizações em um horizonte, em função da sua elevada possibilidade de interferência nos negócios, nos clientes externos e internos da TI ou na própria TI;

- **Índice de Governança de TI (iGovTI):** avaliação dos resultados dos Correios em relação ao iGovTI, métrica de Governança de TI estabelecida pelo Tribunal de Contas da União para todos os órgãos da Administração Pública Federal – APF em 2010 por meio do Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário. O principal propósito do iGovTI é o de orientar as instituições públicas em seu esforço de melhoria de governança e gestão de TIC e de avaliação de riscos. Utilizado o resultado dos Correios de 2016, que foram divulgados e publicados pelo TCU em 2017;

Resultados do PETI relativos a 2017.

O PETI foi aprovado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (COETI) na 4ª Reunião Ordinária de 2017.

O Mapa Estratégico de TI ilustra os objetivos estratégicos de TI para 2018/2019, por meio da relação de causa e efeito nas perspectivas *Balanced Scorecard* (BSC), interconectando os objetivos com o intuito de dar clareza e foco na estratégia definida e na visão a ser alcançada.

Figura 14 - Mapa Estratégico de TI .


Fonte: VITEC

Os objetivos estratégicos de TI definidos no PETI são compostos de indicadores e metas, que são desdobrados em ações estratégicas de TI. Todos os objetivos estratégicos de TI possuem alinhamento ao plano estratégico dos Correios. Esse alinhamento está apresentado no quadro abaixo:

Quadro 64 - Objetivos Estratégicos TI x Plano Estratégico dos Correios.

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TI	Alinhamento ao Plano Estratégico dos Correios 2018/2022
FINANCEIRO	Implantar a Gestão Financeira de TI	Objetivo Estratégico Corporativo “Gerar rentabilidade positiva e sustentável” Estratégia Corporativa “Reduzir despesas aplicando a metodologia OBZ”
CLIENTES	Implementar soluções digitais para o negócio	Objetivo Estratégico Corporativo “Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades” Estratégia Corporativa “Criar um ecossistema de soluções digitais para aumentar as fontes de receita e melhorar a experiência do cliente.”
	Superar as expectativas do cliente	Objetivo Estratégico Corporativo “Aumentar a produtividade com excelência operacional” Estratégia Corporativa “Reorganizar a estrutura organizacional e implementar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e produtividade.”
PROCESSOS INTERNOS	Aprimorar a governança e a gestão de TIC	Objetivo Estratégico Corporativo “Aumentar a produtividade com excelência operacional” Estratégia Corporativa “Implantar a estrutura organizacional e implementar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e produtividade”
	Garantir a disponibilidade e a continuidade de serviços e a capacidade dos	Objetivo Estratégico Corporativo “Aumentar a produtividade com excelência operacional” “Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades.”

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TI	Alinhamento ao Plano Estratégico dos Correios 2018/2022
	recursos de TI que suportam o negócio	Estratégia Corporativa <i>“Criar um ecossistema de soluções digitais para aumentar as fontes de receita e melhorar a experiência do cliente.”</i> <i>“Reorganizar a estrutura organizacional e implementar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e produtividade.”</i>
	Prover arquitetura tecnológica para suportar soluções digitais	Objetivo Estratégico Corporativo <i>“Aumentar a produtividade com excelência operacional”</i> Estratégia Corporativa <i>“Criar um ecossistema de soluções digitais, Implantar a estrutura organizacional e implementar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e produtividade”</i>
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Fomentar conhecimento para transformação e cultura digital	Objetivo Estratégico Corporativo <i>“Aumentar a produtividade com excelência operacional.”</i> Estratégia Corporativa <i>“Criar um ecossistema de soluções digitais”</i>

Fonte: VITEC

5.3.3 Comitê estratégico de TIC

O COETI dos Correios é coordenado pela Presidência, a partir da indicação do Presidente. Nas ausências do representante da Presidência, exerce a coordenação do Comitê o representante da VITEC. São membros titulares do COETI o Presidente e os Vice-Presidentes dos Correios e, membros suplentes o Chefe do Gabinete da Presidência e os respectivos Superintendentes Executivos. São competências do COETI:

- Aprovar a metodologia de priorização de demandas de sistemas, e respectivas alterações, bem como determinar as prioridades dessas demandas, quando necessário, em alinhamento aos direcionamentos definidos no Planejamento Estratégico dos Correios;
- Avaliar e propor ao Conselho de Administração recomendações sobre o Plano Estratégico de TIC (PETI) e o Plano Diretor de TIC (PDTI);
- Avaliar e aprovar o Plano Estratégico de TIC (PETI) e o Plano Diretor de TI (PDTI);
- Aprovar e monitorar os indicadores de desempenho de TIC, em consonância com os ANS assinados com a VITEC e com as necessidades de negócio dos Correios, acompanhar as aferições e sugerir melhorias, se necessário;
- Assegurar que a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, como parte da Governança Corporativa, esteja adequadamente alinhada, em plena sintonia com o Plano Estratégico;
- Avaliar e aprovar as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Avaliar e propor ao Conselho de Administração o Plano de Investimentos para a área de Tecnologia da Informação, inclusive quanto à aquisições de hardware e software;
- Avaliar e propor ao Conselho de Administração as orientações gerais de racionalização de investimentos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em Tecnologia da Informação, de tal forma que o seu uso se dê sempre de forma mais racional e eficaz, evitando retrabalho e investimentos desnecessários;
- Monitorar os valores definidos no orçamento para o conjunto de todos os segmentos dos Correios, relacionados à Tecnologia da Informação e
- Monitorar níveis de serviço (ANS) de prestadores de serviço externos.

As reuniões ordinárias desse Comitê Estratégico de TIC ocorrem trimestralmente (de preferência nos meses de fevereiro, maio, agosto e dezembro) e extraordinariamente por

convocação do Coordenador. Em 2017, ocorreram quatro reuniões ordinárias do COETI e as principais deliberações do Comitê foram:

- Aprovação da Priorização de Demandas de Sistemas para Projetos Novos e Projetos Evolutivos constantes no Relatório/COETI/VITEC 002/2017;
- Aprovação o Plano Estratégico de TIC – PETI – Ciclo 2018/2019;
- Aprovação do Plano Diretor de TIC - PDTI 2018;
- Acompanhamento e direcionamento das demandas de TIC pelos Acordos Bilaterais.

5.3.4 Infraestrutura e projetos de tecnologia da informação

Ao longo de 2017, apesar da situação financeira da empresa, o comprometimento com a continuidade da modernização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação resultou em um investimento de cerca de R\$ 53 milhões, focando os principais macroprocessos da tecnologia: produção, sistemas, segurança da informação, microinformática e telefonia. A seguir os principais destaques:

Produção:

Os investimentos na área de produção se ativeram a basicamente 2 contratos: Direito de Atualização de Produtos Oracle, inclusive o JDEdwards que garante a continuidade operacional dos softwares da plataforma Oracle e permite a evolução tecnológica e a compatibilidade dessa plataforma com os demais produtos relacionados no ambiente de TI nos Correios; Licenças Crystal Reports, ferramenta primordial para a geração de relatórios, principalmente, do sistema POPULIS.

Segurança da Informação:

Contratação de atualização das ferramentas de segurança responsáveis pelo controle de conteúdo SMTP (Simple Mail Transfer Protocol), AntiSpam e segurança das estações de trabalho e servidores, visando a continuidade das atualizações dessas ferramentas de segurança. O ambiente atualizado preserva a disponibilidade de serviços e links de rede em forma de contenção e tratamento de malwares e permite maior controle quanto à proliferação de spams e o envio/recebimento de e-mails indevido e/ou infectados na corporação.

Microinformática:

Os investimentos na área de microinformática estão relacionados à continuidade do Contrato 252/2016 (aquisição de Microcomputadores avançados) e à aquisição de Equipamentos de Leitura e Captação Biométrica para o projeto de prestação de serviços de Certificação Digital pelos Correios.

Telefonia:

Os investimentos de TI mais representativos foram os da telefonia, destacando-se a implantação do sistema IPBX (Telefonia VoIP) e a aquisição de Smartphones para carteiros (Projeto Mobilidade) representando 58% dos investimentos em TI no ano de 2017.

A Tecnologia VoIP já está em utilização nos Correios Sede (CS), em São Paulo Interior (SPI) e em algumas unidades de São Paulo Metropolitana (SPM). Em 2017, ampliou-se a cobertura desses serviços por meio do contrato 36/2017 que está em fase de implantação. Com este contrato, será criada uma Rede de Telefonia Integrada entre todas as Superintendências Estaduais, principalmente entre as respectivas Sedes e Subsedes.

Smartphone para carteiros: a contratação se deu por meio de Sistema de Registro de Preços o qual gerou a celebração de 2 contratos referentes à aquisição de mais de 58.000 smartphones e faz parte do Projeto Mobilidade dos Correios. Esse projeto aprimora a qualidade de prestação de serviços de informação sobre entrega de objetos, disponibilizando, em tempo real, na Intranet e na Internet, nas respectivas páginas institucionais dos Correios, as informações de rastreamento dos objetos qualificados entregues a partir das unidades operacionais que serão atendidas nesta contratação.

Sistemas:

Para as contratações de sistemas, em 2017 foi dada a continuidade na implantação das seguintes Ferramentas:

- Software de Gestão de Acervo Bibliográfico:

Ferramenta que aprimora a Gestão do Conhecimento e otimiza as atividades de controle do acervo bibliográfico e patrimônio museológico da Empresa;

- Software de Automação da Gestão Fiscal e Tributária:

Do planejamento da contratação, foram listados os benefícios da implantação dessa ferramenta, os quais destacamos:

- Aumentar o controle sobre o cálculo do recolhimento de tributos, evitando perdas por falhas operacionais;
- Possibilidade de se realizar planejamento das atividades tributárias;
- Disponibilizar informações tempestivas e de qualidade nos pontos de tomada de decisão gerencial que envolvam aspectos tributários e fiscais.

- Software de Fluxo de Caixa:

A implantação desse sistema traz os seguintes benefícios:

- Mitigar o risco operacional relacionado à manutenção e manipulação de dados financeiros;
- Permitir uma Plataforma integrada com o ERP e outros sistemas existentes na ECT e nos bancos parceiros;
- Promover maior agilidade no processo decisório e subsidiar a tomada de decisões com informações mais confiáveis;
- Melhorar a análise do custo x benefício dos investimentos;
- Facilitar e incrementar a gestão do Fluxo de Caixa.

- Software de Roteirização:

A ferramenta de Roteirização tem papel fundamental na otimização de uso da frota e padronização do monitoramento em todas as Superintendências Estaduais.

- ERP:

A migração do ERP, da versão Xe para a 9.2 contemplará melhorias em vários módulos, distribuídos nas áreas:

- Econômico-Financeira: Contabilidade, Orçamento, Custos, Faturamento, Contas a Pagar, Contas a Receber, Tributos;
- Operacional/Tecnologia: Gestão de Frota de Veículos, Gestão de Linhas, Manutenção de Equipamentos, Estoque e MECTRI;
- Comercial: Cadastro de Preços e Tarifas, Tramitação de Processos, Cadastro de Percursos, Integrações com demais sistemas;
- Administrativa: Ativo Fixo, Estoque, Gestão de Contratos, Contratação) e Cadastro Geral: Itens, Contratos, Órgãos, Tributos, etc.

- Correios Celular

Oferece aos nossos clientes um serviço transparente, simples, prático e com pacotes que estão entre os mais baratos do mercado.

- Correios Mobile

Correios;

- Aplicativos para celular para o cliente externo e também para o empregado dos

- Pré-atendimento a encomendas;
- Recarga Correios Celular;
- Novas funcionalidades no RH 24 horas: consulta a férias programadas, Ficha Financeira anual, Informe de rendimento para o IRPF, Extrato do Postal Saúde, Cartão de Visita Funcional do empregado, Notícias do Postal Saúde, Acordo Coletivo e Código de Conduta Ética (iniciativa premiada no XVIII Seminário Internacional Ética na Gestão, no Banco Central do Brasil).

- EDEI - Entrada Direta de Encomendas Internacionais

Após IN RFB 1737/2017, iniciou a implantação do projeto EDEI, pronto desde novembro/2016. Visa atender o envio de mercadorias para o Brasil, principalmente as geradas pelo e-commerce, compreendendo a nacionalização e distribuição de encomendas internacionais. Expectativa de minimizar as perdas financeiras, gerar novas receitas, permitir melhoria dos processos operacionais e realizar gestão da informação. Também tem como foco resgatar a imagem institucional perante os operadores postais internacionais e os importadores no Brasil.

- Sistema de Gestão de Endereço Postal (GEP)

Plataforma do DNE que visa o cadastramento dos elementos de qualificação de endereços, permitindo a implementação de novos produtos e soluções.

- Hotsite do Papai Noel dos Correios

Evolução do sistema Papai Noel dos Correios para permitir a adoção de cartas on-line.

- Hotsite Filatélico - Colecionar

Site de e-commerce para a venda de produtos filatélicos, focando o lançamento do evento Colecionar 2017, patrocinado pelos Correios e que aconteceu em outubro.

- E-fulfilment

Solução de logística integrada, que suporta operações completas na armazenagem, atendimento de pedidos, separação, embalagem, integração com transporte/distribuição e logística reversa, facultando, às lojas virtuais no Brasil o acesso à inteligência em logística dos Correios.

- Abono Natalino

Pagamento do Abono Natalino 2017, num total de 17.779 vales postais pagos em agências dos Correios.

- e-Benefício - Sistema de Solicitação de Benefícios

Interface digital para atendimento aos beneficiários do Reembolso Babá, Reembolso Creche e Auxílio Especial, possibilitando a tramitação dos documentos de ressarcimento, bem como a otimização dos controles de concessão dos benefícios e centralização dos processos.

- Projetos entregues ou evoluídos

- CBP – Sistema de Atendimento do Correspondente Bancário;
- Expansão do aplicativo dos Carteiros;
- API e SARA para utilização do serviço Adicional do AR Eletrônico;
- CRTR – Custo de Referência do Transporte Rodoviário;
- Funcionalidade Clique e Retire, para os serviços de encomenda SEDEX e PAC;
- SGDE – Sistema de Gerenciamento de Demandas;
- Soluções inovadoras para o Marketing Direto;
- SRO Operacional;

- SGPB – Sistema de Gestão de Preços e Benefícios;
- Suporte à Reestruturação. Mais 40 sistemas adaptados;
- Acompanhamento de manifestações no Fale Conosco;
- Pagamento de Abono Natalino do Bolsa Família;
- GVIE – Gestão de Vale Internacional Eletrônico;
- SEGOPE – Sistema de Segurança Operacional;
- Painel do Presidente;
- Integração do SARA com a Solução Fiscal;
- SRR – Sistema de Recuperação de Receita;
- STDE – Sistema de Tratamento de Dimensionamento de Encomendas;
- RFID: Arquitetura, topologia de rede e de middleware e evolução da especificação funcional do QMS;
- Softwares Especialistas.

-TMS – Roteirização e Monitoramento da Carga Postal

- Contratado e em implantação Software de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional;
- Em implantação Software de Gestão e Envio de Eventos para e-Social;
- Configuração e Parametrização do SEI.

5.3.5 Pessoal de TI

Após a reestruturação da empresa, ocorrida em julho/2017, a equipe de TI dos Correios é composta pelos empregados que trabalham na VITEC e na VIPAD. A equipe da VITEC é formada por 540 empregados lotados em três departamentos. Desse total, 477 empregados são efetivos da carreira de TI e 63 empregados de outras carreiras. Já a VIPAD, possui 413 empregados de TI.

5.3.6 Capacitação do pessoal de TI

A relação constante no anexo 6 apresenta todos os cursos e eventos realizados no período de 2017. Ao todo foram 1.769 capacitações em 135 ações de educação no período de 01/01 a 31/12/2017.

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

5.4.1 Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelos Correios

A Diretoria Executiva da empresa aprovou, em dezembro de 2013, o Sistema de Gestão Ambiental dos Correios (SGAC), que tem como objetivo levar a empresa a atingir um desempenho ambiental correto, por meio do gerenciamento dos seus impactos ambientais significativos, assumindo o compromisso, junto à sociedade, no combate à poluição, na redução de consumo de recursos naturais e na promoção da imagem institucional dos Correios como empresa cidadã, que respeita o meio ambiente.

Os Correios, diante de suas responsabilidades sociais e empresariais, promovem, continuamente, medidas e ações voltadas ao aprimoramento de seu desempenho ambiental, observando os princípios de desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente. A Política Ambiental dos Correios, aprovada pela Diretoria Executiva e publicada na manual de planejamento da empresa, possui os seguintes princípios ambientais:

Comprometimento: promover na empresa, atividades educacionais e culturais de forma a contribuir para a formação e desenvolvimento de uma mentalidade de preservação, valorização e uso adequado dos recursos naturais do país.

Legalidade: garantir o atendimento à legislação vigente e às normas emanadas por organizações nacionais e internacionais credenciadas para a prática de medidas e ações de preservação do meio ambiente.

Proatividade: aportar tecnologias, métodos e processos modernos e adequados para a empresa, assim como considerados limpos, seguros e economicamente viáveis, de modo a minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades e a contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos empregados dos Correios.

Parceria: assegurar-se de que os fornecedores, parceiros e prestadores de serviços adotem padrões compatíveis com aqueles utilizados pela empresa para a preservação do meio ambiente.

Sensibilização: estimular o desenvolvimento de ações dirigidas à comunidade com o intuito de disseminar a cultura de preservação ambiental em parceria ou com o apoio de órgãos públicos, escolares, organizações não governamentais, fundações e entidades de classe.

Cooperação: interagir com a União Postal Universal, outros operadores postais e organizações públicas/privadas visando a permuta e o desenvolvimento de ações conjuntas, bem como o repasse de conhecimento e de experiências bem sucedidas na área de preservação ambiental.

5.4.2 Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

Os Correios não participam como membros da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Porém, a empresa possui o Sistema de Gestão Ambiental dos Correios (SGAC) que contempla as recomendações do programa A3P. Como desdobramento do SGAC foi elaborado o Plano de Ações Ambientais Corporativas (PAAC) que prioriza os objetivos e metas ambientais a serem implantadas pela empresa, tendo como base principalmente a legislação ambiental e os aspectos e impactos ambientais identificados como significativos, de acordo com as seguintes intenções:

- Racionalizar o consumo de recursos naturais renováveis e não renováveis: ações para reduzir e otimizar o consumo papel, energia elétrica e água e inserção gradativa de critérios ambientais para aquisição de material de consumo (ex.: papel reciclado, combustível etanol) e equipamento eletroeletrônicos;
 - Reduzir, mitigar e/ou compensar a emissão de gases de efeito estufa;
 - Realizar a gestão adequada dos resíduos sólidos recicláveis (ex.: Coleta Seletiva Solidária) e resíduos perigosos (ex.: lâmpadas fluorescentes, pneus, óleo lubrificante, baterias de veículos e resíduos de saúde);
 - Desenvolver e comercializar produtos e serviços ecoeficientes, de forma a assegurar aos clientes e consumidores o comprometimento da empresa com uma gestão ambiental demonstrável;
 - Desenvolver, junto aos empregados e terceirizados, a conscientização para as boas práticas ambientais no trabalho, na família e na comunidade.

5.4.3 Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme o Decreto 5.940/2006.

A Coleta Seletiva Solidária está implantada nos Municípios que possuem cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis habilitados para fazer a coleta dos resíduos recicláveis gerados pela empresa, conforme o Decreto nº 5.940/06. Devido à capilaridade da empresa, que está presente em todos os municípios brasileiros, a implantação está acontecendo de forma gradativa, pois muitas localidades não possuem entidades habilitadas para coletar esses resíduos.

5.4.4 Contratações realizadas - Utilização de parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

Não obstante que o Decreto 7.746/2012 não abranger os Correios, as compras desta Empresa Pública, sempre que possível, seguem os critérios de sustentabilidade dispostos na legislação aplicável vigente. Segundo o ERP, dos 11.378 contratos firmados em 2017, 406 adotaram práticas e critérios de sustentabilidade veiculadas nas especificações técnicas do objeto, o que representa

3,57%, segundo informações repassadas pelo Departamento de Compras e Suprimentos - DCOMS/VIPAD.

5.4.5 Plano de gestão de logística sustentável (PLS) - Decreto 7.746/2012

Não há obrigatoriedade legal para que os Correios elaborem e implantem o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), haja vista que o artigo 16 do Decreto 7.746/2012 abrange as estatais dependentes. No entanto, o PAAC dos Correios engloba todas as ações de sustentabilidade exigidas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, referente à elaboração de Plano de Gestão de Logística Sustentável, bem como as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.4.6 Análise crítica da atuação dos Correios

No ambiente de mudanças no qual os Correios estão inseridos existem muitos desafios, mas também oportunidades para escolher a estratégia certa e construir um futuro sustentável. Desde que a área socioambiental foi criada, no ano de 2007, diversas ações de natureza social e ambiental foram desencadeadas pela empresa, buscando assegurar o desenvolvimento e aplicabilidade da política, princípios e diretrizes da sustentabilidade ambiental, de forma sistêmica, e que seja capaz de permear e obter o comprometimento de todos os níveis da empresa com relação à temática.

Inicialmente, foi realizado por uma Consultoria Externa um diagnóstico com o propósito de Levantar os Aspectos e Impactos Ambientais – LAIA e identificar os impactos significativos causados pela Empresa ao meio ambiente. Com base nestas informações e no resultado final obtido, foi elaborada a proposta de um Programa Nacional de Gestão Ambiental para a Empresa, que tomou como referência os seguintes itens:

1ª) implementação de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, com base na Norma ISO 14001:2004; e

2ª) efetivação de ações ambientais capazes de promover a melhoria do desempenho ambiental da Empresa e contribuir com a preservação do meio ambiente.

Com o intuito de atender os pontos acima foi formatado o Sistema de Gestão Ambiental dos Correios (SGAC) com a participação de representantes de todas as Áreas da Empresa, aprovado pela então Diretoria Executiva e lançado em dezembro de 2013. O Sistema foi elaborado tendo como referencial os requisitos estabelecidos pela Norma Brasileira ABNT ISO 14001:2004.

Também foi elaborado o Plano de Ações Ambientais Corporativas (PAAC) por representantes de todas as áreas da empresa que contempla as ações propostas pela Presidência e Vice-presidências, priorizando os objetivos e metas ambientais a serem implantadas pela organização, tendo como base a legislação ambiental vigente e os impactos ambientais identificados como significativos e gerados pela a execução de atividades postais.

As ações ambientais corporativas contempladas no PAAC permitem realizar uma grande mobilização interna em torno da redução do consumo de recursos naturais, redução da emissão de gás carbônico e do combate ao desperdício por meio de uma abordagem, ainda inédita nos Correios. A realização de inventários corporativos de emissão de CO₂ no setor postal brasileiro é uma das ações previstas no Sistema de Gestão Ambiental dos Correios (SGAC) que permitiu o engajamento da empresa de forma irrefutável na solução do desafio de contribuir com a redução da emissão do gás carbônico e, conseqüentemente, com a redução do aquecimento global.

Os inventários dos Correios são elaborados na ferramenta de Cálculo de Indicadores de Desempenho de Carbono (IDC), do Programa EMMS - *Environmental Measurement and Monitoring System* disponibilizada pela IPC - *International Post Corporation*. No programa EMMS o desempenho quantitativo da eficiência de carbono é avaliado tendo como referencial diversos indicadores e seis áreas do negócio postal, a saber: correspondências, encomendas, serviço expresso (doméstico e internacional), logística, rede de varejo e serviços financeiros. Os Correios do Brasil tinha a meta de reduzir em 20% a quantidade de emissão de CO₂ gerada pela empresa na execução



de suas atividades postais, tendo como base o inventário corporativo realizado no ano de 2013, até o ano de 2025. Já até o ano de 2016, a empresa reduziu em 24,4% suas emissões de gás carbônico, superando a meta estipulada.

Neste ano, a empresa está em fase de construção da Política de Sustentabilidade dos Correios em atendimento à Lei nº 13.303/2016, Lei das Estatais, bem como de dar início à atualização do Sistema de Gestão Ambiental dos Correios.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

- Central de Atendimento dos Correios (CAC): por meio dos números 0800 725 0100 e 3003 0100 / 0800 725 7282, o cliente pode acessar a CAC de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 8h às 14h, para obter informações sobre produtos, serviços e órgãos; registrar reclamação, crítica, sugestão, elogio e denúncia; emitir telegrama; solicitar coleta domiciliar; entre outros.

- Fale com os Correios: por meio de acesso à página dos Correios, o cliente pode registrar no endereço: http://www.correios.com.br/serviços/fale_comoscorreios/default.cfm as seguintes manifestações: Pedido de Informação (PI), quando o assunto se relacionar às informações e reclamações sobre objetos postados nacionais e internacionais sob registro e Manifestação Genérica (MG), quando o assunto se relacionar outros assuntos como elogios, críticas, dúvidas ou sugestões sobre produtos e serviços da empresa, desde que não se refira a objetos registrados.

O Quadro 64 apresenta as manifestações registradas, no último quadriênio, no Fale com os Correios.

Quadro 65 - Manifestação/Reclamação de clientes.

Manifestação /Reclamação de clientes	2013		2014		2015		2016		2017	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Crítica	27.694	0,55	132.313	1,60	224.831	1,65	239.117	1,56	229.766	0,96
Denúncia	21.682	0,43	23.522	0,28	12.062	0,09	9.577	0,06	21.308	0,09
Dúvida	278.722	5,56	601.103	7,26	477.035	3,51	324.060	2,11	243.198	1,02
Elogio	7.644	0,15	8.062	0,10	6.603	0,05	5.466	0,04	4.276	0,02
Outros	3.484	0,07	2.133	0,03	-	0,00	6.079	0,04	13.192	0,06
Reclamação Genérica	270.148	5,39	138.655	1,67	8.612	0,06	4.689	0,03	2.641	0,01
Reclamação Objeto Postado Internacional	127.585	2,55	324.248	3,92	266.971	1,96	165.197	1,08	452.021	1,89
Reclamação Objeto Postado Nacional	4.259.578	84,98	7.015.413	84,73	12.570.342	92,39	14.535.901	94,83	22.873.806	95,84
Solicitação de visita ou atendimento comercial	758	0,02	15.909	0,19	22.994	0,17	25.901	0,17	16.351	0,07
Sugestão	15.111	0,30	18.798	0,23	15.698	0,12	13.058	0,09	9.134	0,04
Total Geral	5.012.406	100	8.280.156	100	13.605.148	100	15.329.045	100	23.865.693	100

Fonte: VICOM

Sobre o registro de manifestações no sistema Fale Conosco, houve um crescimento de 56% de 2016 para 2017, passando de 15.329.045 para 23.865.693. A facilidade de acesso aos canais de relacionamento, a qualidade operacional, o comportamento de mercado e o aumento *do e-commerce* são os principais fatores que estimularam o crescimento das manifestações ao longo dos anos.

- *Facebook*: neste canal, em 2017, foram publicados 485 posts, com 86.787 curtidas, 31.304 compartilhamentos e 119.980 comentários. O canal encerrou o ano com 709.761 fãs. As manifestações foram respondidas, no prazo médio de duas horas, quando ocorridas no horário comercial.

- Ouvidoria: órgão subordinado ao Conselho de Administração, recebe dois tipos de manifestação: solicitações de intervenção (para reclamações não atendidas satisfatoriamente pelo Fale Conosco) e denúncias.

O endereço eletrônico para acesso a informações sobre a Ouvidoria na internet é www.correios.com.br/ouvidoria. Para solicitar a intervenção da Ouvidoria é necessário possuir o protocolo do atendimento do Fale Conosco e ter recebido, ao menos, uma resposta daquele canal.

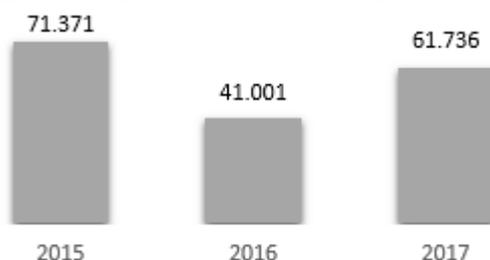
O registro de denúncias pode ser feito pela internet, no endereço www.correios.com.br/denuncia ou por meio da Central de Atendimento dos Correios (0800 725 0100). Os empregados podem apresentar denúncias também pela intranet (<http://intranet/ac/ouvid/destaques/canal-de-denuncias/canal-de-denuncias>).

As reclamações para as quais foram solicitadas intervenção da Ouvidoria e as denúncias são encaminhadas para os órgãos responsáveis pela apuração e adoção de providências. A Ouvidoria analisa as manifestações e denúncias registradas nos canais de atendimento e as recebidas diretamente pelo órgão, além de consultar outras fontes de informação, de modo a identificar problemas, deficiências e riscos existentes. Com base no resultado dessas análises, a Ouvidoria solicita informações da empresa, elabora recomendações e acompanha os planos de providências elaborados pelas áreas, visando à melhoria dos processos.

Informações gerenciais e estatísticas da Ouvidoria

Manifestações: o gráfico a seguir apresenta o quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria nos últimos três anos:

Figura 15 - Quantitativo manifestações recebidas.



Fonte: Ouvidoria/Sistema Fale Conosco

Em 2017, a quantidade de manifestações recebidas pela Ouvidoria foi 50,6% superior a 2016. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento de reclamações de objetos registrados e a mudanças na classificação de manifestações, o que gerou acréscimo na quantidade de denúncias. A Instrução Normativa nº. 001/2014, da Ouvidoria-Geral da União (OGU) prevê o prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10, para que a Ouvidoria forneça a resposta conclusiva. Das manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2017, 88,4% foram respondidas em 20 dias; 4,2% entre 21 e 30 dias; e 7,5% em mais de 30 dias. O prazo médio de resposta foi de 11 dias, sendo que 25% das manifestações foram respondidas no mesmo dia. Em termos de quantitativos, as principais manifestações encaminhadas à Ouvidoria são:

Reclamações de objetos: do total de manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2017, 56% foram referentes a solicitações de intervenção relativas a reclamações de objetos registrados. Os principais motivos que levaram os clientes a solicitar intervenção da Ouvidoria foram os seguintes:

Quadro 66 - Motivo da Solicitação de Intervenção.

Motivo da Solicitação de Intervenção	%
Destinatário alega que não recebeu objeto	35,5%
Informação sobre o objeto	16,1%
Solicita indenização à Ouvidoria	7,8%
Não recebeu a indenização	6,0%
Reclamação do canal de atendimento	4,6%
Solicita informação/orientação/esclarecimentos	3,6%
Reclamação distribuição (genérica)	3,4%
Solicita dados do recebedor do objeto	3,0%
Aviso de Recebimento	2,9%
Objeto - Devolução	2,4%
Falha/contestação de lançamento no SRO	2,1%
Outros	12,6%
Total	100%

Fonte: Ouvidoria

Denúncias: em 2017, a Ouvidoria recebeu 11.527 denúncias, enquanto que em 2016 o total foi de 1.731. O aumento se deu, principalmente em razão da iniciativa de classificação de algumas manifestações sobre registros de entrega de objeto, antes tratadas como reclamação, que passaram a ser consideradas como denúncia. Os principais motivos das denúncias, em 2017, foram os seguintes:

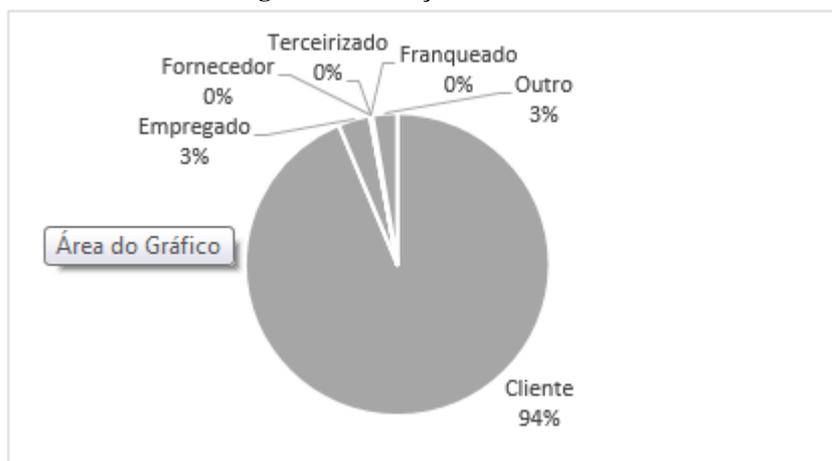
Quadro 67 - Motivos das denúncias – 2017.

Motivo	%
Falsidade declaratória ou documental	62%
Mau atendimento na entrega de correspondência	6%
Outros	6%
Objetos postais (furto, desvio, roubo, etc.)	3%
Mau atendimento em agência	3%
Fraudes diversas	2%
Irregularidades na gestão de unidades ou órgãos	2%
Condução inadequada de veículo da empresa	2%
Ofensa (física, verbal, moral, ao pudor)	2%
Outros	12%
Total	100%

Fonte: Ouvidoria.

A informação sobre a relação do denunciante com os Correios está disponível na figura abaixo:

Figura 16 - Relação Denunciante.



Fonte: Ouvidoria/Sistema Fale Conosco

Sugestões: As sugestões não são direcionadas inicialmente à Ouvidoria, mas registradas no canal Fale Conosco. No entanto, a Ouvidoria realiza a análise e triagem de todas as manifestações desse tipo, separando as que são de fato sugestões.

Além de serem utilizadas na elaboração de recomendações de melhoria, as sugestões são catalogadas e disponibilizadas aos órgãos responsáveis pelos respectivos assuntos para que avaliem a viabilidade de sua implementação.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de sugestões catalogadas em 2017, agrupadas por assunto.

Quadro 68 - Assuntos sugestões – Ouvidoria.

Assunto	Qtde.	%
Atendimento	154	19%
Comunicação	39	5%
Correio Internacional	48	6%
Pessoas	9	1%
Produto/Serviço	112	14%
Rastreamento	94	12%
Transporte	3	0%
Venda/Pós-venda	31	4%
Tratamento/Distribuição	314	39%
Total	804	100,0%

Fonte: Ouvidoria

As recomendações elaboradas pela Ouvidoria com base nas reclamações, denúncias e sugestões têm o objetivo de alertar para a necessidade de realizar melhorias na gestão, nos produtos e serviços ou em etapas do processo produtivo que impactam a qualidade do serviço prestado pela empresa. Elas são enviadas às vice-presidências responsáveis, para análise e adoção de providências visando à resolução dos problemas.

Em 2017, a Ouvidoria encaminhou à empresa recomendações de melhorias relacionadas à operação, à gestão das demandas dos órgãos de defesa do consumidor, à prevenção contra a prática de venda casada, ao prazo de resposta às reclamações, à divulgação para clientes sobre mudanças na distribuição de objetos, ao controle do processo de apuração das denúncias, a procedimentos para registro de reclamações de objetos internacionais e ao bloqueio de objeto a pedido do remetente.

A Ouvidoria acompanha a implantação das medidas e recomendações para solução dos problemas, efetuando reportes trimestrais ao Conselho de Administração.

6.2 Carta de serviços ao cidadão

O Decreto nº 6.932/2009 que instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão, publicada no link: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/carta-de-servicos-ao-usuario>, foi revogado pelo Decreto nº 9.094/2017, que criou a Carta de Serviços ao Usuário. Cabe destacar que o Departamento de Governança, Riscos e Compliance está conduzindo um plano de ação para adequação dessa Carta, conforme modelo definido no Decreto nº 9.094/2017, sendo que a gestão dessa ação ficou sob a responsabilidade da Vice-Presidência de Canais - VICAN, e o prazo de conclusão da atividade está previsto para 30/05/2018.

6.3 Aferição dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Em atendimento ao Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, os Correios realizam a Pesquisa de Imagem e Satisfação com o objetivo de avaliar a satisfação da população brasileira em relação aos serviços de atendimento e distribuição prestados pelos Correios, bem como a imagem institucional. A pesquisa é realizada por instituto contratado e a coleta ocorre por meio de entrevistas pessoais (face a face). O público-alvo são os clientes dos Correios que buscam atendimento nas agências e os cidadãos em seus domicílios, com idades iguais ou superiores a 16 anos. A abrangência é nacional e os resultados são divulgados para os gestores e demais partes interessadas, para apoiar a análise e melhoria dos processos da cadeia de valor e revisão do portfólio. A última pesquisa foi realizada em 2014 e as informações estão disponíveis no site dos Correios: <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/pesquisa-de-imagem-institucional>. O próximo resultado de pesquisa está previsto para o segundo semestre de 2018.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos Correios

Os Correios publicam por meio do site <http://www.correios.com.br/sobre-correios/acesso-a-informacao/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic> informações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato no âmbito dos Correios. O link <http://www.correios.com.br/sobre-correios/acesso-a-informacao> contém em sua raiz as informações que devem ser divulgadas em Transparência Ativa, em observância à Lei de Acesso à Informação, ao Decreto nº 7.724/2012 e ao Guia de Transparência Ativa para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal, elaborado pela CGU. No site http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html são divulgados os relatórios estatísticos de atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), onde o cidadão pode extrair dados do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), administrado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES

7.1 Desempenho financeiro do exercício

Os Correios apresentaram um decréscimo em seus negócios de -3,05% na receita nominal de vendas, passando de R\$ 18,9 bilhões em 2016 para R\$ 18,3 bilhões em 2017. A receita total reduzida em 8,60%, passando de R\$ 20,3 bilhões para R\$ 18,5 bilhões.

Foi autorizado, pelo MCTIC, O Índice de Serviços Postais (ISP), que reajusta os serviços de monopólio dos Correios, avançou 3,52% em 2017, ante 7,17% no ano anterior, registrando a menor variação anual da série histórica, iniciada em 2007. As tarifas postais passaram por duas atualizações no exercício de 2017, sendo a primeira (reajuste) de 7,49%, em maio, e a segunda (revisão) de 10,22%, em outubro, correspondendo, este último, na manutenção de recomposição de 8,90% concedida em 2015 e 1,21% aplicado em novembro de 2017.

O decréscimo de -3,05% na recita da empresa foi impulsionado, principalmente, pelos segmentos Marketing (-R\$61,8 milhões), Mensagem (- R\$ 376,0 milhões) e Serviços Financeiros (- R\$ 941,6 milhões). A despesa total foi reduzida em -17,90 de 2016 para 2017, passando de R\$ 20,8 bilhões para R\$ 17,9 bilhões, impactada pela reversão no Pós-Emprego Saúde em R\$ 2,9 bilhões motivada pela decisão do TST no julgamento do dissídio coletivo 2017/208, bem como da Resolução CGPAR n. 23 de 2018. O resultado dos Correios foi de R\$ 667 milhões. Os ativos somaram R\$ 13,5 bilhões, apresentando uma redução de - 6,66% em 12 meses. O patrimônio líquido é de 159,5 milhões, crescimento de 257,43% nos últimos 12 meses.

7.1.1 Fluxo financeiro

O resultado do fluxo de caixa da empresa tem sido negativo nos últimos anos, decorrente, em grande parte, das entradas de recursos terem apresentado valores inferiores aos desembolsos e permanece com esse comportamento no ano 2017, conforme a quadro a seguir:

Em R\$ milhões

Quadro 69 - Fluxo de entradas e saídas. Fluxo de entradas e saídas.

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Entradas	14.549	16.008	16.938	19.283	17.643
Saídas	16.186	17.472	18.708	19.299	18.819
Resultado	-1.637	-1.464	-1.770	-16	-1.176

Fonte: VIFIC/DEFIN

Porém nota-se que houve melhoria no segundo semestre na ordem de 88%, conforme o quadro a seguir:

Quadro 70 - Fluxo de entradas e saídas do ano de 2017

Descrição	1ºSemestre	2ºSemestre
Entradas	8.580	9.063
Saídas	9.629	9.190
Resultado	-1.049	-126

Fonte: VIFIC/DEFIN

Em relação ao detalhamento das entradas de caixa, verifica-se que o faturamento corresponde com 78,9% das entradas totais, as agências próprias e franqueadas 9,7% e 10,1%, respectivamente, e o restante das entradas, de 1,3%.

As principais saídas de caixa estão relacionadas com remuneração de pessoal, encargos trabalhistas e fornecedores de produtos/serviços que correspondem a 89,7% dos gastos totais e o restante das saídas de caixa correspondem a 10,3% distribuídos conforme tabela a seguir.

Portanto, considerando os valores das entradas e saídas de caixa de 2017, o resultado do fluxo de caixa é negativo em R\$ 1,176 bilhão.

Quadro 71 - Fluxo de caixa 2017.

Entradas	Total	%
Faturamento	13.924	78,9%
Arrecadação Ag. Franqueada	1.779	10,1%
Arrecadação Ag.Própria	1.707	9,7%
Outras Entradas	233	1,3%
Total	17.643	100%
Saídas	Total	%
Pessoal e Encargos	8.343	44,3%
Fornecedores/ Terceiros	5.045	26,8%
Vale Alimentação	1.752	9,3%
Postal Saúde	1.737	9,2%
Repasse de Retenções	576	3,1%
Tributos	520	2,8%
Amortizações, juros e comissões	389	2,1%
Outras Saídas	331	1,8%
Repasse a Terceiros	125	0,7%
Despesas Financeiras	1	0,0%
Dividendos	-	-
Total	18.819	100%
Resultado	-1.176	

Fonte: VIFIC/DEFIN

7.1.2 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras dos Correios estão em Fundos de Investimento Extramercado Exclusivos administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BBDTVM) e pela Caixa Econômica Federal (CEF), em conformidade com as resoluções emitidas pelo Banco Central do Brasil 3.284/2005 e 4.034/2011.

O patrimônio líquido desses fundos de investimentos tem oscilado a cada trimestre do ano de 2017, conforme se observa no quadro a seguir, reflexo do déficit do fluxo de caixa de 2017.

Quadro 72 - Fundos de investimentos -2017.

2017 R\$(milhões)	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	Totais
Patrimônio Líquido	1.229	1053	1.469	991	991
Rendimento	54	32	43	30	159

Fonte: VIFIC/DEFIN

A seguir a demonstração do comportamento dos fundos nos últimos 5 anos:

Quadro 73 - Fundos de investimentos 2012-2017.

Ano R\$(milhões)	2012	2013	2014	2016	2017
Patrimônio Líquido	5.992	4.544	3.435	2.039	991
Rendimento	1.072	237	444	144	159

Fonte: VIFIC/DEFIN

Os Correios possuem aplicações financeiras em fundos de renda fixa e cambial, sendo este último instrumento de *hedge* para a proteção das dívidas em moedas estrangeiras (dólar).

No ano de 2017, a rentabilidade dos Fundos de Investimentos dos Correios em renda fixa tem se mantido acima da taxa Selic conforme apresentado no quadro a seguir, e observa-se descolamento do indicador de referência, em relação a variação da cotação do dólar americano, o que favoreceu o desempenho do fundo, visto que a rentabilidade em questão foi de 8,7% contra 1,5% do dólar.

Quadro 74 - Fundos de investimentos 2017.

Fundos de Investimentos Extramercado	Instituição Financeira	Classificação	PL	Rendimento	Rentabilidade	Referência	%
			a	b	c	d	e = c/d
13A	BB	Renda Fixa	124	45	10,5%	9,9%*	106,1%
13B	BB		649	92	12,4%		125,6%
X	CEF		63	10	12,3%		124,5%
13C**	BB	Cambial	155	12	8,7%	1,5%***	580,2%
Total Geral			991	159	-		

Fonte: VIFIC/DEFIN

* Taxa Selic em 2017

** Hedge das dívidas cambiais dos Correios

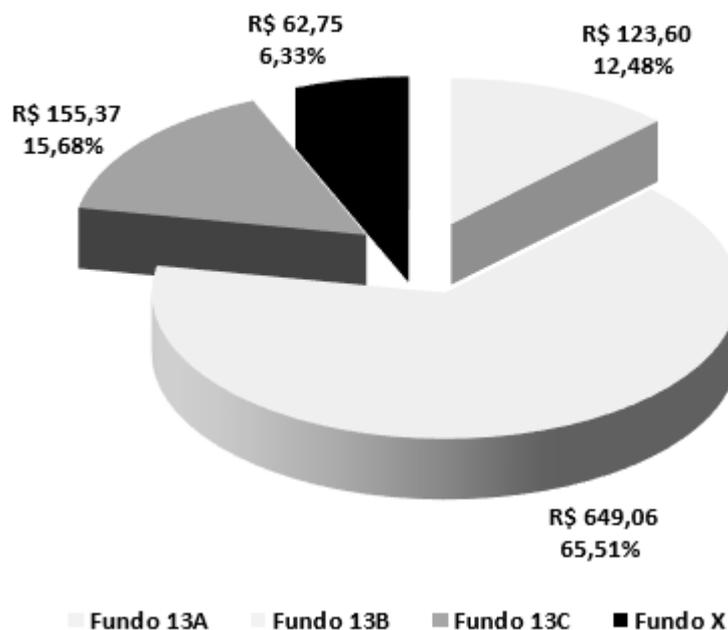
*** Variação da cotação do dólar PTAX em 2017

R\$ milhões

A distribuição do patrimônio líquido dos fundos de investimento corresponde ao disposto no gráfico a seguir.

Figura 17 - Distribuição do Patrimônio Líquido.

Distribuição do Patrimônio Líquido (em milhões)



7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Os Correios são uma empresa pública sujeita às regras da Lei 6.404/1976, conforme previsto no estatuto, e não está sujeita às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.136/2008 e 1.137/2008.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .

7.3.1 Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos

A Superintendência de Controladoria (SUCON), vinculada à Vice-Presidência de Finanças e Controladoria (VIFIC), é responsável pela apuração centralizada dos custos e possui uma gerência que realiza essa atividade:

Gerência de Custos (GGEC): realiza a apuração dos custos por unidade e realiza a apuração dos custos dos produtos e serviços, dentre outras atividades.

Ressalta-se que as atribuições previstas para a Superintendência de Controladoria têm como escopo o fornecimento de informações para os tomadores de decisões.

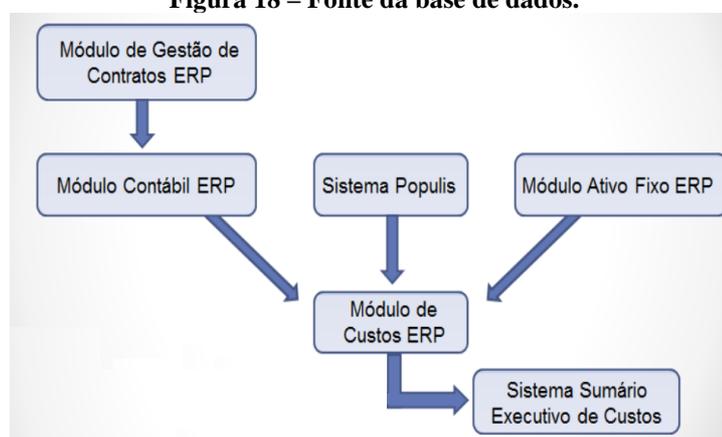
7.3.2 Identificação das subunidades administrativas dos Correios das quais os custos são apurados

Os custos são apurados por centro de custos¹ e objetivando demonstrar os dispêndios da empresa de forma segregada. Em outra etapa, os centros de custos são agrupados em atividades vinculadas à cadeia produtiva (custos de operação), suporte (área administrativa) e outros dispêndios (gastos gerais não vinculados à operação nem ao processo administrativo).

7.3.3 Sistema informatizado de apuração dos custos

O Módulo de Custos-ERP é o sistema corporativo que consolida as despesas dos Correios por conta contábil e centro de custo, cuja base de dados é alimentada mensalmente, oriunda de várias fontes, conforme apresentado a seguir.

Figura 18 – Fonte da base de dados.



Fonte: VIFIC

O Módulo Contábil do ERP contém as despesas gerais, especialmente as originadas por contratação; o Módulo de Ativo Fixo do ERP contém as despesas com depreciação e amortização por centro de custo e o Sistema Populis contém as despesas com pessoal por centro de custo.

Após o fechamento mensal do Módulo de Custos as informações de custos por centro de custos são disponibilizadas por meio da Ferramenta de Gestão de Custos (FGC), a qual foi desenvolvida internamente pelos Correios, está alocado na infraestrutura corporativa de dados e utiliza plataforma web e banco de dados Microsoft SQL Server.

Este sistema possibilita a visualização de informações por centro de custos, por área funcional (Vice-Presidência afeta ao órgão), superintendência estadual de operações, unidade subordinadora, tipo de órgão, entre outras, classificações relacionadas ao Modelo de Custos.

As informações fornecidas neste sistema, especificamente no formato “por Atividade” são as que subsidiam a apuração de custo de produtos e serviços, que utilizam a metodologia Custeio Baseado em Atividades (ABC).

7.3.4 Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

As despesas das unidades de suporte, quando possível a alocação direta, são consideradas nos respectivos centros de custos. Já as de unidades compartilhadas (custos indiretos de estruturas

¹ O centro de custo é a representação da menor unidade, considerada dentro da estrutura organizacional da Empresa, que executa atividades e consome recursos. Cada centro de custo é identificado por meio do MCU (Master Cost Unit), que é um número sequencial fornecido pelo ERP no momento da criação e está sob a responsabilidade de um gestor, sendo utilizado para a acumulação de custos.

prediais que compartilham entre diversos órgãos a sua despesa) sofrem distribuição de custos de forma automática no Módulo de Custos/ERP a partir de critério definido para cada tipo de despesa, como: energia, água, vigilância, limpeza, entre outras.

A Superintendência de Controladoria acompanha se as despesas decorrentes de contratos estão sendo distribuídas aos centros de custos consumidores de recursos. Verifica ainda se existem custos sem indicação do código do centro de custos e informa às partes interessadas, especialmente fiscais e gestores de contrato, as alocações que demandam soluções, especialmente fiscais² e gestores de contrato.

A Superintendência de Controladoria, encaminha periodicamente aos respectivos lançadores – quando são identificados possíveis falhas na alocação de custos por unidade - planilha contendo lançamentos detalhados, para análise e indicação do correto centro de custos para ajuste da alocação de custos no módulo de custos/ERP.

7.3.5 Impactos observados na atuação dos Correios, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

A Superintendência de Controladoria atua como provedor de informações para os tomadores de decisões.

7.3.6 Relatórios utilizados pelos Correios para análise de custos e tomada de decisão

Os Relatórios de Custos disponíveis para tomada de decisões são: Relatório de Custos por Centro de Custo, por atividade, por Superintendência Estadual, por Vice-Presidência, Custos de Produtos e Serviços, dentre outros.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.

As demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas encontram-se consignadas no **anexo 7**. Ressalta-se que as Demonstrações Financeiras de 2017 não foram deliberadas em Assembleia Geral conforme estabelece o Decreto n. 8.016/2013 – Estatuto dos Correios e Lei 6.404/1976, que prevê, na possibilidade de ressalva, a republicação das Demonstrações Financeiras.

² Os titulares, eventuais e apoiadores de contratos, atuam como fiscais, sendo os responsáveis pela distribuição dos custos e registro no sistema ERP.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As recomendações e determinações oriundas de Acórdãos exarados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) são recebidas nos Correios, direcionadas ao Departamento Jurídico (DEJUR), que na nova estrutura é o Órgão responsável pela interação com o TCU e tratamento das matérias relativas junto às demais áreas dos Correios. Posteriormente, os acórdãos são encaminhados à Auditoria Interna para acompanhamento.

O acompanhamento pela AUDIT dá-se, preponderantemente, de forma indireta mediante cadastramento das determinações e recomendações do TCU em sistema próprio, gerido pela Auditoria, que tem em sua estrutura uma equipe dedicada para o trabalho de gestão e análise do Sistema de Acompanhamento - *Follow-up*.

8.1.1 Quantidade de determinações e recomendações recebidas do TCU no exercício

De acordo com as informações do Departamento Jurídico (DEJUR), no exercício de 2017 foram recebidos pelos Correios quatro Acórdãos, nos quais estão registradas oito recomendações/determinações.

Registre-se que entre os Acórdãos recebidos, encontra-se o de nº 2770/2017 – TCU – 1ª Câmara, cuja decisão foi pelo arquivamento do processo TC-016.449/2016-9 (Tomada de Contas Especial).

8.1.2 Determinações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores

O quadro a seguir demonstra os julgamentos das contas anuais dos exercícios anteriores, a partir de 1993:

Quadro 75 - Julgamento das contas anuais dos exercícios anteriores

Exercício	Processo	Julgamento ¹	Acórdão	Qtd. de Pontos	Solucionados	Suspensos	Pendentes
1993	014.489/1994-5	15/05/1998	Relação nº 32/1998	6	6	0	0
1994	008.938/1995-4	17/10/1997	Relação nº 87/1997	12	10	2	0
1995	008.081/1996-4	17/03/1998	Relação nº 2/1998	4	4	0	0
1996	007.308/1997-3	20/08/1998	Relação nº 40/1998	0	0	0	0
1997	004.318/1998-6	14/02/2006	Acórdão 0156/2006	0	0	0	0
1998	007.856/1999-7	20/03/2003	Acórdão 0287/2003	7	5	2	0
1999	008.592/2000-6	13/04/2005	Acórdão 0558/2005	13	10	3	0
2000	009.145/2001-7	01/04/2008	Acórdão 0739/2008	1	0	1	0
2001	009.118/2002-8	09/11/2011 ²	Acórdão 1412/2004 e Acórdão 2922/2011	7	3	4	0
2002	010.810/2003-9	²	-	-	-	-	-
2003	009.860/2004-6	²	-	-	-	-	-
2004	020.585/2005-3	³	-	-	-	-	-
2005	020.571/2006-6	³	-	-	-	-	-
2006	019.196/2007-9	18/09/2009	Acórdão 4786/2009	6	0	6	0
2007	020.457/2008-8	13/05/2010	Acórdão 1956/2010	8	1	7	0
2008	015.056/2009-6	26/02/2013	Acórdão	6	0	6	0

Exercício	Processo	Julgamento ¹	Acórdão	Qtd. de Pontos	Solucionados	Suspensos	Pendentes
			586/2013				
2009	029.252/2010-5	3	-	-	-	-	-
2010	032.419/2011-2	20/08/2014	Acórdão 4083/2014	0	0	0	0
2011	046.636/2012-9	3	-	-	-	-	-
2012	029.458/2013-7	3	-	-	-	-	-
2013	026.639/2014-9	4	-	-	-	-	-
2014	033.660/2015-8	3	-	-	-	-	-
2015	001.916/2017-3	3	-	-	-	-	-
2016	034.901/2017-5	3	-	-	-	-	-
Total				70	39	31	0

Fonte: AUDIT

1 Foram consideradas como datas de julgamento, os seguintes eventos: a data do encerramento do processo pelo TCU (Exercícios de 1993, 1994 e 1995), a data da sessão de julgamento (Exercício de 1996) e a data da publicação no DOU (Exercícios de 1997, 1998, 1999, 2001, 2006, 2007, 2008 e 2010).

2 Por meio do Acórdão 313/2008 as contas de 2001 a 2003 haviam sido sobrestadas até o julgamento do mérito do TC-019.141/2006-2. Os autos encontram-se em poder da 1ª SECEX. Em 09/11/2011, relativamente as contas de 2001, por meio do Acórdão 2922/2011, o recurso interposto foi considerado improcedente e as contas julgadas regulares com ressalva.

3 Contas ainda não julgadas pelo TCU.

4 Por meio do Acórdão 2384/2015 - TCU – Plenário as contas relativas ao exercício de 2013 foram sobrestadas até o trânsito em julgado da ação que o Postalís promoveu contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - processo nº 6949-35.2015.4.01.3400, que tramita na 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal.

Esclareça-se que os Pontos Suspensos (PS) aguardam a baixa final, que se dará após análise pelo Tribunal de Contas da União. Adicionalmente, observa-se que tal análise deixou de constar nas normas relativas a prestação de contas e assim, permanecem com o status “PS” até novas resoluções ou instruções da Corte de contas.

Face ao exposto, informamos que não há recomendações e/ou determinações decorrentes do julgamento de contas anuais dos Correios que estejam pendentes de ações e, portanto, deixa-se de apresentar o quadro relativo a “Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento”.

Por meio do Ofício 0174/2018-TCU/SeinfraCOM, de 3/5/2018 o Tribunal de Contas da União determinou que os Correios informassem nas próximas contas da entidade, acerca do andamento dos processos NUP 53101.003727/2016-42, que apura supostas irregularidades relacionadas aos contratos 92/2014 e 94/2014, celebrados entre a Postal Saúde e as sociedades empresariais UNIBEM Assessoria em Medicina e Segurança no Trabalho Ltda e TOTAL LIFE Assistência à Vida Ltda.; NUP 53101.005472/2016-52, referente às supostas irregularidades na implantação e na gestão do Plano Postal Benefícios Medicamentos (PBM); e NUP 53101.001976/2017-84, que apura responsabilidades por supostas irregularidades relacionadas à contratação da gráfica do sindicato dos Bancários (Bangraf).

Dessa forma, a seguir constam informações sintéticas sobre o andamento dos processos, considerando que tais informações são intrinsecamente sigilosas em razão da natureza jurídica de sindicância disciplinar:

NUP 53101.003727/2016-42 - UNIBEM e TOTAL LIFE

A Comissão de Sindicância está em fase de elaboração do Relatório de Investigação Disciplinar que encerra a etapa preliminar da Investigação Disciplinar.

NUP nº 53101.005472/2016-52 – PBM

A Comissão de Sindicância está analisando as defesas escritas já entregues e aguardando o prazo das defesas complementares para, posteriormente, elaboração do Relatório Final

8.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

As recomendações oriundas de relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) são geridas pelo Departamento de Relações Institucionais – DEREL, por meio do Sistema Monitor de administração daquela Controladoria. Dessa forma, são realizadas reuniões mensais com os

representantes das áreas demandadas, com vistas ao tratamento das recomendações registradas nos relatórios de auditoria da CGU, sendo todas as manifestações e plano de providências revisados e validados para inserção no sistema Monitor.

Além disso, a AUDIT apresenta mensalmente ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal a evolução do atendimento às recomendações da CGU.

O quadro a seguir apresenta o acompanhamento das recomendações no sistema durante o ano de 2017:

Quadro 76 - Acompanhamento Recomendações CGU

415001 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	Recomendações				Recomendações em Monitoramento		Recomendações providências do Gestor	
	Atendidas	Canceladas	Em monitoramento		Em análise pela CGU	Para Providências do Gestor	No Prazo	Prazo Expirado
	27	46	257		140	117	31	86

Fonte: DEREL/PRESI - Consulta ao Sistema Monitor.31/12/2017

No exercício de 2017 foram distribuídos quatro relatórios da CGU e a Nota Técnica 2840/2016 cujo assunto refere-se ao PAINT 2017, os quais apresentaram 28 (vinte e oito) recomendações aos Correios, conforme quadro abaixo:

Quadro 77 - Recomendações CGU

Relatório nº.	Data do Envio	Quantidade de Recomendações
201701084	11/12/2017	9
201700921	18/10/2017	2
201700727	15/12/2017	10
201601535	11/12/2017	7
Total de Recomendações		28

Fonte: AUDIT - Consulta ao Sistema Monitor em 23/02/2018.

Das 28 (vinte e oito) recomendações registradas em 2017, uma aguarda análise da CGU; 27 (vinte e sete) aguardam providência do gestor, das quais sete estão com prazos de manifestação expirados.

Consta no sistema monitor recomendação específica (ID 175502), para que os Correios apresentem nos Relatórios de Gestão de 2017 a 2020, de forma consolidada a evolução das medidas para reversão da situação financeira da empresa. Nesse contexto, a seguir são apresentados os resultados das medidas até dezembro/2017:

Ações Corporativas:

Quadro 78 - Medidas adotadas ou a serem implementadas

Medidas adotadas ou a serem implementadas	Ações x Relatório CGU	Meta 2017 (R\$ Milhões)	Realizado
Aumento ou Manutenção de Receitas			
Renovação do Contrato de Correspondente de Banco Postal - 36 meses	7	226	239
Reajuste Tarifário de 7,485%	3 e 7	401	283
Revisão Tarifária 10,215% (Manutenção da revisão de 8,898% e acréscimo de 1,209% sobre os serviços de monopólio).	3 e 7	175	192
Política Tarifária – Impactos	3 e 7	0	0
Política Tarifária - Índices de reajuste (Índice de Serviços Postais - ISP)	3 e 7	0	0
Implementação de Nova Política Comercial (Encomendas)	1 e 7	203	608

Medidas adotadas ou a serem implementadas	Ações x Relatório CGU	Meta 2017 (R\$ Milhões)	Realizado
Correios Celular (MVNO)	7	5	1
Projeto EDEI	7	2	9
Licitação da Folha de Pagamento dos Correios	7	0	0
Margem de Lucratividade líquida - percentual	7	0%	0
SubTotal 1		1.012	1.332
Economia e Recuperação de Despesas			
Redução dos gastos com Funções Gratificadas	4	57	37
Programa de Desligamento Incentivado - PDI -Redução de 6.210 empregados	4	540	530
Reabertura do PDI (Redução de 2.000)	4	0	0
Redução de Efetivo - nº empregados	4	0	0
Contingenciamento de Investimentos	2 e 6	400	400
Redução despesas de indenizações (10% a.a.)	2 e 6	0	0
Compensação de Créditos Fiscais IRPJ/CSLL Referente às Retenções Fiscais	6 e 7	242	252
SubTotal 2		1.239	1.219
Medidas adotadas ou a serem implementadas			
Compartilhamento do Plano de Saúde - Postal Saúde - Proposta dos Correios	4 e 5	151	0
Ações Referentes aos Gastos com Salários, Encargos e Benefícios	4 e 5	0	0
SubTotal 3		151	0
Total		2.402	2.551

Fonte: Processo 53180.004820/2017-12 – Documento SEI nº 1319600

(*) **Legenda Ações x Relatório CGU:**

- 1 - Declínio de Vendas
- 2 - Qualidade dos Serviços
- 3 - Tarifa
- 4 - Pessoal Encargos s/ BPE
- 5 - Pessoal Encargos c/ BPE
- 6 - Outros Dispendios Correntes
- 7 - Margem
- 8 - Dividendos

Programa DEZ em 1:

No contexto do Programa DEZ em 1, que consiste em uma das ações para reversão da atual situação financeira em que se encontram os Correios, foi priorizada uma visão sistêmica e de caráter integrador, na estruturação das etapas a serem desenvolvidas: 1) Planejamento do Programa; elaboração de um Plano de Gestão da Mudança e Monitoramento dos resultados das etapas de trabalho; 2) Apoio à revisão do Plano Estratégico vigente e definição de um Modelo de Gestão Estratégica; 3) Apoio à definição e implantação de um modelo de planejamento e gestão orçamentária a partir da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ); 4) Adequações necessárias no modelo operacional, objetivando alinhamento ao novo Plano Estratégico; e 5) Priorização e otimização de Processos-chave.

O programa teve início em novembro de 2016 e encontra-se em desenvolvimento, e com resultados tangíveis, conforme descrito abaixo:

- I. Etapa 1 - Planejamento do Programa, Gestão da Mudança e Monitoramento dos Resultados das Etapas de Trabalho – Estruturação de Plano de Gerenciamento Integrado do Programa de Transformação dos Correios visando garantir que os vários elementos integrantes do objeto estejam alinhados entre si. De forma paralela, foi construído um Plano de Gestão da Mudança e há o monitoramento dos resultados de cada uma das etapas do objeto.

A. Produtos:

- P1.1 Plano de Gerenciamento Integrado do Programa – Termo de aceitação em 26/11/2016.
- P1.2 Plano de Gestão da Mudança – Termo de aceitação em 30/01/2017.
- P1.3 Relatório Mensal de Acompanhamento do Programa – Etapa de acompanhamento mensal, com 6 relatórios entregues, com os termos de aceitação emitidos em: 04/08/2017; 23/08/2017; 13/09/2017; 23/11/2017; 04/12/2017 e 21/12/2017.

- P1.4 Relatório Mensal de Gestão da Mudança – Etapa de acompanhamento mensal, com 10 relatórios entregues, com termos de aceitação emitidos em: 24/02/2017; 30/03/2017; 28/04/2017; 30/05/2017; 29/06/2017; 31/07/2017; 30/08/2017; 03/10/2017; 06/11/2017 e 22/12/2017.

B. *Status*:

- Plano de Gerenciamento Integrado do Programa de Transformação dos Correios e Plano de Gestão da Mudança entregues nos prazos constantes em contrato.

- Os relatórios mensais de Gestão da Mudança e de Monitoramento estão em andamento e consistem em atividades que se estenderão até o final do contrato. Ressalta-se também que suas entregas encontram-se de acordo com os prazos estabelecidos.

C. Resultados:

- Criação da rede da mudança, em fevereiro/2017, com o objetivo de ser um canal adicional para auxiliar na disseminação das informações do Programa aos empregados, bem como incentivar a construção de novos comportamentos, atitudes e pensamentos nos empregados dos Correios. Foram realizados 07 ciclos de reuniões com os agentes da mudança (representantes nas Superintendências Estaduais e Correios Sede).

- Mais de 577 mil acessos à página do Programa na intranet;

- Mais de 50 mil horas de capacitação;

- Realizadas mais de 155 publicações nos canais oficiais de comunicação.

II. Etapa 2 - Revisão do Plano Estratégico vigente e definição de um Modelo de Gestão Estratégica – Esta etapa contempla o diagnóstico do Plano Estratégico que estava vigente, a elaboração de um novo Plano Estratégico, respectivo desdobramento em indicadores e iniciativas estratégicas e proposta de um modelo de gestão estratégica.

A. Produtos:

- P2.1 Plano Estratégico Revisado (visão macro) – Termo de aceitação em 25/01/2017.

- P2.2 Desdobramento do Plano Estratégico dos Correios em Iniciativas Estratégicas – Termo de aceitação em 20/03/2017.

- P2.3 Avaliação Econômica-Financeira das Iniciativas Estratégicas priorizadas – Termo de aceitação em 05/07/2017.

- P2.4 Detalhamento das Iniciativas Estratégicas - Termo de aceitação em 05/07/2017.

- P2.5 Modelo de Gestão Estratégica – Termo de aceitação em 27/07/2017.

- P2.6 Relatório final do Planejamento Estratégico – Termo de aceitação em 04/08/2017.

B. *Status*:

Todos os produtos foram entregues de acordo com o contratado.

C. Resultados:

- Maior foco no cliente, rentabilidade, excelência operacional e crescimento.

- Pauta de reunião de Diretoria específica para assuntos relativos à Estratégia.

- Direcionamento financeiro nas decisões estratégicas.

III. Etapa 3 - Orçamento Base Zero (“OBZ” – 2018 e 2019) – Consiste na execução do orçamento base zero alinhado à estratégia definida na etapa 2. Para efetivação deste houve: entendimento da estrutura de custos e despesas da Empresa; definição de um modelo de governança; busca de oportunidades de redução de custos e a preparação para o seu monitoramento.

A. Produtos para o 1º e 2º Ciclos:

- P3.1 Visibilidade – Termo de aceitação em 27/01/2017.

- P3.2 Governança OBZ – Termo de aceitação em 27/01/2017.

- P3.3 Oportunidades Top Down de Redução de Custos – Termo de aceitação em 31/03/2017.

- P3.4 Orçamento Base Zero – Termo de aceitação em 30/06/2017.
- P3.5 Preparação para monitoramento – Termo de aceitação em 24/05/2017.
- P3.6 Relatório final Orçamento Base Zero – Termo de aceitação em 30/06/2017.

B. Status:

O 1º Ciclo OBZ – Orçamento 2018 foi entregue de acordo com o contratado. O 2º Ciclo está em desenvolvimento, conforme cronograma constante no contrato.

C. Resultados:

- Maior visibilidade e controle das ações de redução de custos e execução orçamentária, alinhados à Estratégia Correios.
- Captura de aproximadamente 600 milhões em 2017, por meio das iniciativas de redução de despesas.

IV. Etapa 4 - Modelo Operacional – Compõe-se do diagnóstico do modelo operacional em vigor a época, bem como o desenho e dimensionamento que foram propostos para o Novo Modelo Operacional implantado, em consonância com a estratégia definida na etapa 2.

A. Produtos:

- P4.1 Entendimento do Modelo Operacional e Organizacional atual dos Correios – Termo de aceitação em 13/02/2017.
- P4.2 Direcionadores do Modelo Operacional Futuro - Termo de aceitação em 13/02/2017.
- P4.3 Desenho do Modelo Operacional Futuro – Termo de aceitação em 13/04/2017.
- P4.4 Detalhamento da Estrutura Organizacional Futura - Termo de aceitação em 11/07/2017.
- P4.5 Plano Integrado de Implantação - Termo de aceitação em 11/07/2017.
- P4.6 Relatório final do Modelo Operacional Futuro dos Correios - Termo de aceitação em 11/07/2017.

B. Status:

Todos os produtos foram entregues de acordo com o contratado.

C. Resultados:

- Integração das áreas e atividades que compõem o sistema de controles internos da organização (controles internos, governança, riscos e conformidade e segurança empresarial).
- Início da centralização dos processos administrativos e da implantação de um Centro de Serviços Compartilhados.
- Implantação de uma Superintendência de Controladoria, para fortalecer os controles gerenciais dos Correios.
- Revisão do papel das Superintendências Estaduais, que passaram a ser responsáveis exclusivamente pela qualidade e produtividade operacional.
- Integração das atividades comerciais (marketing, vendas, inteligência de mercado e relacionamento com os clientes), favorecendo a visão única de cliente.
- Desenvolvimento dos processos e competências comerciais de negócios dedicadas ao segmento público.
- Crescimento do tráfego de encomendas em 16,4%, alinhado às ações da nova Política Comercial.
- Redução de 17 departamentos (31%), 95 gerências corporativas (38%) e 277 gerências regionais (68%), em relação à estrutura de abril de 2017.

V. Etapa 5 - Priorização e otimização dos Processos – Consiste na priorização e otimização de processos-chave alinhando-se a estratégia e ao modelo operacional.

A. Produtos:

- P5.1 Processos-chave priorizados – Termo de aceitação em 07/07/2017.
- P5.2 Otimização de Processos – Termo de aceitação da 1ª onda de otimização de processos em 09/11/2017.

B. Status:

Os processos-Chave foram priorizados e organizados em 4 ondas: tratamento; distribuição; coleta e entrega final; e captação de atacado. Já realizadas a otimização nos processos referentes ao tratamento e captação de atacado, encontrando-se, neste momento, sob a onda distribuição.

C. Resultados:

Piloto na área de Tratamento da unidade de Vila Maria, na Superintendência Estadual de São Paulo.

Já houve liberação de 959 m² de espaço físico na unidade e integração da área de postal e encomendas.

Além das ações diretamente voltadas para melhoria imediata dos resultados, ações estruturantes do Programa Dez em 1 pavimentam um caminho para uma transformação sustentável, como resultados podemos citar:

1. Nova estratégia competitiva com foco definido
 - Defesa da receita postal e migração para soluções digitais.
 - Foco em ecommerce com soluções end-to-end e portfólio alinhado à demanda.
 - Diversificação seletiva para rentabilizar a rede e oferecer soluções digitais.
 - Desenvolvimento de parcerias estratégicas (aquisição de competências chave).
2. Organização integrada com foco no cliente
 - Sinergia operacional, comercial e de serviços administrativos.
 - Maior integração entre áreas e redução de conflitos.
 - Simplificação das estruturas de gestão (menor número de reportes).
 - Maior foco na experiência do cliente (canais físicos e digitais).
 - Aproximação com governo para oportunidades no setor público.
3. Cultura de controle de custos
 - Cultura de responsabilização permeada na organização.
 - Melhoria do processo orçamentário (ligada a real necessidade).
 - Maior visibilidade e priorização dos “ofensores” de custos.
 - Reduções de custos “inteligentes” vinculadas a iniciativas.
 - Governança mais rígida de acompanhamento de custos.
4. Canais customizados por potencial do mercado
 - Adequação da cobertura geográfica e eliminação de sobreposição.
 - Formatos mais flexíveis (store in store) para mercados de baixo potencial.
 - Expansão de parcerias com foco nos mercados de atacado.
 - Aumento da capilaridade nos grandes centros.
 - Integração de canais digitais (experiência do cliente e produtividade das agências).
5. Solução para o transporte aéreo
 - Joint Venture com a Azul: 1ª parceria societária com base na Lei 13.303/2016.
 - Aumento da competitividade dos Correios.
 - Redução significativa de custos.
 - Aumento do número de municípios atendidos com serviços premium e expressos

A continuidade na implantação de novos equipamentos de triagem e ordenamento de correspondências e encomendas, bem como a queda dos objetos do segmento mensagens (correspondências) apontaram a necessidade de otimização dos recursos humanos disponíveis nas unidades operacionais dos Correios.

Pessoas:

Considerado este cenário e a reestruturação da empresa iniciada em junho/2017, foram aprovadas como iniciativas estratégicas relacionadas à pessoas, a “Adequação da força de trabalho ao novo modelo operacional”, a Revisão do Plano de Cargos e Salários – PCCS e a “Implantação do novo Plano de Funções”. As iniciativas citadas são acompanhadas pelo Conselho de Administração e REDIR, e os respectivos projetos tem como previsão de conclusão em

29/06/2018, data essa que pode sofrer alteração futura em razão das várias etapas a serem cumpridas junto aos diversos órgãos da empresa e a complexidade do tema.

Para a iniciativa estratégica adequação da força de trabalho, o projeto envolve a comparação da força de trabalho alocada atualmente com a necessária para a nova estrutura, ou seja, o redimensionamento do efetivo nas unidades e a definição de diretrizes para a operacionalização de movimentação de pessoal para equalização das necessidades das áreas. Foi iniciado em dezembro de 2017 o equilíbrio de efetivo operacional entre as unidades de atendimento, tratamento e distribuição de mensagens e encomendas, considerando neste contexto também os eventuais impactos com o desligamento de empregados por ocasião do Plano de Desligamento Incentivado - PDI. A ação de otimização será permanente e com a conclusão da iniciativa na data prevista, o resultado poderá ser mensurado ao final do ano de 2018.

Para a iniciativa estratégica Implantação do novo Plano de Funções, tem-se como diretriz que o plano possa contribuir para o alcance de resultados efetivos e promover o desenvolvimento profissional dos empregados, e como premissas, ser um modelo simples, sustentável, flexível e com foco no negócio. Estão sendo estruturadas, além do dimensionamento inicial das funções, as respectivas atribuições e remunerações, os requisitos de acesso, critérios para recrutamento, designação e dispensa.

Mesmo que em andamento a modelagem do novo plano, em dezembro de 2017 foram promovidas revisões nos requisitos e critérios para o acesso às funções gerenciais e técnicas no plano vigente com vistas a atender às necessidades organizacionais.

Para a iniciativa Revisão do PCCS, o projeto envolve ajustes nos itens que possam acarretar a redução da competitividade dos Correios, adequando-o ao novo modelo operacional. Algumas alterações já encontram-se em fase de conclusão, podendo citar a proposta de flexibilização da jornada de trabalho com redução proporcional dos vencimentos por acordo entre empresa e empregado.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Nos Correios, há três modalidades de apuração no sistema disciplinar em vigor, a saber:

- **Apuração Direta:** forma simplificada de apuração, que deverá ser iniciada quando houver indícios suficientes da existência de irregularidade e de sua autoria e a responsabilidade estiver exclusivamente no âmbito de competência de um mesmo órgão. Tem natureza processual-disciplinar e deve, obrigatoriamente, observar a correta aplicação do contraditório e da ampla defesa, a partir da Solicitação de Defesa – SID;
- **Sindicância Disciplinar Sumária:** Procedimento jurídico-disciplinar que visa à apuração de irregularidade de conduta funcional, nos casos em que os critérios para caracterização da Apuração Direta não estiverem presentes ou quando a conclusão das providências preliminares depender de ações que extrapolem o âmbito de competência do órgão onde foi detectada a potencial existência de irregularidade; e
- **Sindicância Disciplinar por Comissão:** procedimento jurídico-disciplinar de apuração de irregularidade de conduta funcional, aplicável nos casos de competência de apuração pelos Correios.

Por ocasião dos apuratórios, em se constatando dano ao erário igual ou superior a R\$ 100.000,00, temos a previsão normativa de instauração da Tomada de Contas Especial (TCE), disposta no MANCOD, Módulo 3, Capítulo 1.

Para os casos de valores inferiores a R\$ 100.000,00, o MANCOD, Módulo 2, Capítulo 5, item 2.3 estabelece:

- o desconto em folha de pagamento: autorização do pagamento parcelado em até 60 (sessenta) vezes, limitado ao desconto mensal de 30% (trinta por cento) da remuneração do empregado;
- ajuizamento de ação judicial para cobrança do débito, e
- inscrição no CADIN.

Visando a recuperação do dano, oriundo dos processos administrativos disciplinar, foi processado pela área de recursos humanos, no exercício de 2017, o valor de R\$ 3.050.865,25.

O valor total a recuperar em decorrência das TCEs concluídas pela Empresa, porém pendentes de julgamento pelo Tribunal de Contas de União, até dezembro/2017, é de R\$ 44.005.853,68.

Em relação às medidas adotadas, no caso de dano ao erário em 2017, foram obtidos os seguintes dados:

Quadro 79 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2017.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 100.000			
1.458	1.408	0	37	0	0	0	0	13

Fonte: Sistema de Controle de TCE.

(*) 28 processos em análise para instauração de TCE; três processos com procedimento de recuperação do dano mediante desconto em folha de pagamento; três processos com comprovação da não ocorrência do dano imputado aos responsáveis; um processo com recolhimento do débito atribuído a responsável no momento da citação; um processo de Sindicância por Comissão encaminhado ao CODIS com proposta de arquivamento e sem dano ao erário e um processo avocado pela área correcional visando a realização de investigação Preliminar Complementar.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto do art. 5º da Lei 8.666/1993

Conforme Manual Financeiro (Manafi) Módulo 2, capítulo 2, anexo 2, os Correios possuem cronograma de pagamento pré-estabelecido para as obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviço. O cronograma está registrado no Sistema de Gestão e Pagamento, fazendo com que o processo de disponibilização se torne automático, conforme os parâmetros cadastrados, tendo uma fiscalização mais rígida e em conformidade aos preceitos determinados pela empresa e não havendo intervenção manual dos usuários envolvidos no processo

Quadro 80 - Cronograma de pagamentos para os contratos assinados dos Correios.

Ciclo do Atesto	Vencimento
Dia 1 a 15 do mês	Dia 28 do M+2
Dia 16 a 25 do mês	Dia 16 do M+3

Fonte: MANAFI

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento Reintegra – TIC e Transporte aéreo de carga

As medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento foram as emissões dos memorandos 1606/2014-GGCS/CECOM, 6735/2014 e 12209/2014-GAB/CECOM, contendo orientações quanto aos procedimentos para operacionalização da desoneração.

Quanto à obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano), em relação aos contratos já encerrados, cujo objeto é o transporte aéreo de carga, foram identificados e refeitos os seus valores desde 1/1/2013. Quanto aos contratos de transporte rodoviário de carga, foram igualmente identificados e os valores refeitos desde 1/1/2014.

Após a conclusão do levantamento dos valores efetivamente pagos a maior, a recuperação, a depender de cada contrato, ocorreu por glosa no contrato ou em outros contratos existentes e, na impossibilidade desta, foi solicitado o depósito em conta dos Correios e, por último, a via de ação judicial, nos casos que restaram infrutíferas as tentativas anteriores. Houve ainda casos de valores

que, apesar de inicialmente terem sido glosados dos créditos de contratos vigentes, as empresas solicitaram em juízo a suspensão dos referidos descontos, com êxito nos pedidos. Os Correios foram obrigados a devolver os valores até que haja decisão final da Justiça.

As informações sobre o detalhamento dos contratos revisados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento (Reintegra – TI, Transporte de carga aérea e outros), exercício 2017, encontram-se consignadas no quadro a seguir:

Quadro 81 - Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Número/ Ano Contrato	Nome da Empresa Contratada	CNPJ	Objeto	Período contratual de execução das atividades contratadas		Redução de Valor Contratual	Situação do Contrato
				Início	Fim	R\$	Encerra do
148/2012	SIDERAL	10.919.908/0001-57	Transporte Aéreo de Carga	22/06/12	22/06/17	1.098.712,56	Sim
229/2012	TRANSPANO RAMA	01.937.440/0001-32	LTN	03/09/12	03/09/17	Ainda não foram concluídos os trâmites legais para a conclusão do processo de desoneração do Contrato	Sim
319/2012	TRANSPANO RAMA	01.937.440/0001-32	LTN	01/11/12	01/11/17	Ainda não foram concluídos os trâmites legais para a conclusão do processo de desoneração do Contrato	Sim
31/2013	TRANSPANO RAMA	01.937.440/0001-32	LTN	18/12/13	18/02/18	Ainda não foram concluídos os trâmites legais para a conclusão do processo de desoneração do Contrato	Sim

Fonte: GCOE/DCOMS

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 82 - Despesas com publicidade.

Publicidade	Autorizado	Valores Realizado R\$
Institucional	25.224.483	22.963.803
Mercadológica	26.254.054	23.901.101
Legal	4.642.467	2.534.138

Fonte: PDG

Quadro 83 - Contratos firmados com agências de publicidades e propaganda.

Nº Contratos	Contratada	Valor	Vigências
49/2013	Propeg Comunicação S.A.	250.000.000,00 (por vigência contratual)	06/03/2015 a 06/03/2016 07/03/2016 a 07/03/2017
50/2013	Master Publicidade LTDA		
51/2013	Artplan Comunicação S.A.		
52/2013	Link Bagg Comunicação e Propaganda LTDA		

Fonte: DCORE

Brasília, 22 de maio de 2018.

Carlos Roberto Fortner
Presidente e respondendo interinamente
pela Vice-Presidência de Finanças e
Controladoria

Heli Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente de Gestão Estratégica
Pessoas

Demétrius Torres Guiot
Vice-Presidente de Administração

**Eugênio Walter Pinchemel Montenegro
Cerqueira Novais**
Vice-Presidente de Tecnologia da
Informação

Francisco Eiji Wakebe
Vice-Presidente Comercial

José Furian Filho
Vice-Presidente de Negócios
Públicos

Cristiano Barata Morbach
Vice-Presidente de Canais

Miguel Martinho dos Santos Júnior
Vice-Presidente de Operações.

9 ANEXOS E APÊNDICES

2.4: Organograma

Anexo 1 - Informações sobre Áreas/Subunidades Estratégicas.

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Assembleia Geral - AG		Órgão máximo da empresa, é composta por um único acionista, representado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Não há vigência em sua composição, a cada Assembleia é designado um Procurador da União pela PGFN.			
Conselho Fiscal – CF (composição e período de gestão)		Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira	Presidente CF	28/04/2017 a 31/12/2017	6ª AGO/2017 5ª ROCF/2017
		Manoel Joaquim de Carvalho Filho	Membro CF	01/01/2017 a 27/04/2017	5ª AGO/2015 6º AGO/2017
		Johnny Ferreira dos Santos	Membro CF	28/04/2017 a 31/12/2017	6ª AGO/2017
		Francisco José Pontes Ibiapina	Presidente CF	01/01/2017 a 27/04/2017	8ª AGE/2015 6ª AGO/2017
		Gustavo Zarif Fraya	Membro CF	28/04/2017 a 31/12/2017	6ª AGO/2017
		Cleberton Luiz Martins	Suplente CF	01/01/2017 a 27/04/2017	8ª AGE/2015 6ª AGO/2017
Conselho de Administração – CA (composição e período de gestão)		Inaldo Rocha Leitão	Presidente CA	01/01/2017 a 31/12/2017	8ª ROCA/2016
		Guilherme Campos Junior	Membro CA	01/01/2017 a 31/12/2017	8ª RECA/2016
		Fernando Antônio Ribeiro Soares	Membro CA	01/01/2017 a 31/12/2017	8ª ROCA/2016
		Ruy do Rêgo Barros Rocha	Membro CA	01/01/2017 a 31/12/2017	9ª RECA/2016
		Marcos Cesar Alves da Silva	Membro CA (representante empregados)	01/01/2017 a 31/12/2017	7ª ROCA/2016
		José Luís Nunes do Couto	Membro CA	29/08/2017 a 31/12/2017	10ª AGE/2017 8ª ROCA/2017
		Carlos Luiz Dias da Silva	Membro CA	23/05/2017 a 24/08/2017	4ª RECA/2017 10ª AGE/2017
		Fábio Rezende Scarton Coutinho	Membro CA	23/05/2017 a 31/12/2017	6ª AGO/2017 4ª RECA/2017
		Waleska da Rosa Vasconcelos	Membro CA	27/04/2016 a 28/04/2017	4ª RECA/2016 6ª AGO/2017
Auditoria - AUDIT/ CA		Evilasio Silva Ribeiro	Chefe de Departamento	07/07/2014 a 21/08/2017	1º período - 07/07/14 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 31/12/99
Comitê de Auditoria - COAUD/CA		Marcos Cesar Alves Silva	Membro do Comitê provisório	01/01/2017 a 26/10/2017	1ª ROCA/2016 10ª ROCA/2017
a) implantação do COAUD na 9ª ROCA, de 29/09/2011; b) implantação provisória do COAUD na 1ª ROCA, de 18/01/2016; c) conversão do COAUD em Comissão Provisória de		Gilmar Santos Castello	Membro da Comissão Provisória Auditoria	01/01/2017 a 29/06/2017	12ª ROCA/2016 6ª ROCA/2017
		José Pinheiro de Araújo Jr.	Membro da Comissão Provisória Auditoria	01/01/2017 a 26/10/2017	12ª ROCA/2016 10ª ROCA/2017
		Marcel Edilson da Silva Pequeno	Membro da Comissão Provisória Auditoria	29/06/2017 a 26/10/2017	6ª ROCA/2017 10ª ROCA/2017

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Auditoria na 10ª ROCA, de 26/10/2016.		Carlos Augusto Maciel dos Santos	Membro da Comissão Provisória Auditoria	26/10/2017 até a implantação do COAUD	10ª ROCA/2017
		David Dias da Silveira Junior Rogério Vianna Moreira	Membros da Comissão Provisória Auditoria	26/10/2017. Em 29/11/2017 as indicações tornaram-se sem efeito	10ª ROCA/2017 11ª ROCA/2017
		Adilson Bonesso	Coordenador da Comissão Provisória Auditoria	29/11/2017 até a implantação do COAUD	11ª ROCA/2017
		Camilla Doco Roberti Gil Oliveira	Membro da Comissão Provisória Auditoria	29/11/2017 até a implantação do COAUD	11ª ROCA/2017
Comitê de Remuneração e Sucessão - CORES/CA		Comitês vinculados ao Conselho de Administração (CA) que constam no organograma, embora sem nomeações..			
Comitê de Estratégias e Risco - COERI/CA					
Comitê de Gestão da Segurança da Informação e Comunicação – COGSI/CA					
Comitê de Governança Corporativa – COMGC/CA					
Ouvidoria - OUVID		Amaury José Valença de Melo	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	1. Período 22/12/2015 a 31/05/2016 e 2. Período 01/06/2016 a 21/12/2017
Diretoria Executiva	A Diretoria Executiva é formada pelo Presidente e Vice Presidentes mencionados nas linhas baixo				
Presidência - PRESI	Guilherme Campos Júnior – Presidente	Presidente		01/01/2017 04/07/2017 05/07/2017 a 31/12/2017	
Gabinete da Presidência GAPRE/PRESI	Miguel Martinho dos Santos Júnior	Chefe Gabinete Presidência		01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Transporte Operacional – DETRA/GAPRE	Renato Foizer	Chefe de Departamento		03/04/2017 a 04/07/2017	
Comissão de Ética da ECT - CET/PRESI	Jose Oliberio Alves	Coordenador da Comissão		01/01/2017 a 31/12/2017	
Secretaria Geral – SEGER/PRESI	Gustavo Esperança Vieira	Superintendente Executivo (Interino ou Cumulativamente)		07/08/2017 a 31/12/2017	
Superintendência de Compliance, Governança e Estratégia – SUCGE/PRESI	Miguel Martinho dos Santos Júnior	Superintendente Executivo		05/07/2017 a 26/07/2017	
	Mirian Regina dos Santos	Superintendente Executivo		28/08/2017 a 31/12/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
			(Interino ou Cumulativamente)		
Departamento de Imagem, Marcas, Patrocínio, Publicidade e Eventos - DIPPE/GAPRE		Noaide Nery Correa Alves	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativo)	03/10/2016 a 01/01/2017	
		Noaide Nery Correa Alves	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Relações Institucionais e Comunicação - DERIC/PRESI		Alexandre Souza Martins Case	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 16/06/2017	
		Noaide Nery Correa Alves	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativo)	17/06/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Comunicação Corporativa Estratégica - DCORE/SUCGE/PRESI		Noaide Nery Correa Alves	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 21/12/2017	
		Romulo Reis do Nascimento	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	22/12/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Estratégia e Inovação - DESTI/SUCGE/PRESI		Hudson Alves Da Silva	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Governança, Riscos e Compliance - DGORC/SUCGE/PRESI		Maria Viviane Londe	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 16/10/2017	
		Flavio Roberto Fay De Sousa	Chefe de Departamento	17/10/2017 a 31/12/2017	
Departamento Jurídico - DEJUR/SEGER/PRESI		Gustavo Esperança Vieira	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Relações Institucionais - DEREL/SEGER/PRESI		Miriam Yvone Matos Alves	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Gestão e Prevenção Correcional - DGCOR/GAPRE *		Antonio Joaquim de Maria Neto	Chefe de Departamento (Interina ou Cumulativa)	01/01/2017 a 07/05/2017	
		Antonio Joaquim de Maria Neto	Chefe de Departamento	08/05/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Compliance e Gestão de Riscos - DCOMP/PRESI ***		Luzineth Muniz Navarro Mesquita	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Superintendência Executiva de Gestão Estratégica - SEGES/PRESI		Rogério Curado Gondim de Aquino	Superintendente Executivo	01/01/2017 a 01/01/2017	
Secretaria de Governança Corporativa - SEGOV/SEGES/PRESI *		Gilmar Santos Castello	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	21/04/2017 a 04/07/2017	
		Helena Aquemi Mio	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 20/04/2017	
Departamento de Planejamento Estratégico - DPLAN/SEGES/PRESI		Hudson Alves da Silva	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Superintendência Executiva Jurídica - SEJUR/PRESI		Gustavo Esperanca Vieira	Superintendente Executivo	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento Corporativo DCORP/SEJUR/PRESI	Jurídico -	Flavio Antonio Leles Carvalho	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento Estratégico DJEST/SEJUR/PRESI	Jurídico -	Raphael Ribeiro Bertoni	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento Trabalhista DJTRA/SEJUR/PRESI	Jurídico -	Sionara Pereira	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 30/04/2017	
		Marley Silva da Cunha Gomes	Chefe de Departamento	01/05/2017 a 04/07/2017	
Departamento Tributário DJTRI/SEJUR/PRESI	Jurídico -	Flavio Roberto Fay de Sousa	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência de Canais - VICAN		Cristiano Barata Morbach	Vice-Presidente	05/07/2017 a 31/12/2017	15 Redir Extra/2016
		Joimar Lucio Martins	Superintendente Executivo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Canais Digitais – DEDIG/VICAN		Nelson Lopes De Oliveira	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento Canais Físicos – DEFIS/VICAN		Roberto Chaves Fernandes	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Estratégia e Experiência do Cliente – DESEC/VICAN		Claudio Queiroz Ferreira De Souza	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/08/2017	
		Alcelir Schifter	Chefe de Departamento	01/09/2017 a 31/12/2017	
Vice-Presidência Comercial - VICOM		Darlene Pereira	Vice-Presidente	05/07/2017 a 26/07/2017	
		Fernando Miranda Goncalves	Vice-Presidente	01/08/2017 a 28/08/2017	
		Francisco Eiji Wakebe	Vice-Presidente	12/12/2017 a 31/12/2017	
		Fernando Miranda Goncalves	Superintendente Executivo	29/08/2017 a 31/12/2017	
		Fernando Miranda Goncalves	Superintendente Executivo	05/07/2017 a 31/07/2017	
Departamento de Negócios de Encomendas e E-commerce – DEENC/VICOM		Lemuel Costa E Silva	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Relacionamento com Clientes – DEREK/VICOM		Rosangela Alves Dos Santos	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Varejo e Outros Negócios – DEVAR/VICOM		Renata Alves Pinheiro De Souza	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 15/10/2017	
		Luciana Sousa Camargos	Chefe de Departamento	16/10/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Vendas – DEVEN/VICOM		Marcos Vinício Barbosa Da Costa	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Negócios Postais – DPOST/VICOM		Alexandre Assumpção Ribeiro	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Gerência de Inteligência e Estratégia de Mercado – GIEM/VICOM		Ricardo Bitencourt Maciel	Gerente Corporativo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Vice-Presidência de Gestão de Pessoas - VIGEP		Heli Siqueira de Azevedo	Vice-Presidente	01/01/2017 a 04/07/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
		Rodrigo Feitosa Namorato	Superintendente Executivo	09/01/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência de Gestão Estratégica de Pessoas – VIGEP		Heli Siqueira De Azevedo	Vice-Presidente	05/07/2017 a 31/12/2017	
		Rodrigo Feitosa Namorato	Superintendente Executivo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Central de Gestão de Pessoas - CEGEP/VIGEP		Moacir Magalhaes Martins	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 01/01/2017	
Departamento de Administração de Pessoal - DEAPE/VIGEP		Moacir Magalhaes Martins	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Políticas de Planejamento de Pessoas – DEGEP/VIGEP		Genival Junior Alves Santos	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Políticas de Gestão de Pessoas – DEGEP/VIGEP		Genival Junior Alves Santos	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Relacionamento Organizacional – DEREL/VIGEP		Elano Ferreira Gomes Crisostomo	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Gerência de Relações do Trabalho – GERT/VIGEP		Fagner Jose Rodrigues	Gerente Corporativo	05/07/17 a 31/12/17	
Departamento de Gestão de Relações de Trabalho – DEGER/VIGEP		Fagner Jose Rodrigues	Chefe de Departamento	09/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Engenharia, Medicina, Segurança do Trabalho – DESMT/VIGEP		Aurora Gonçalves da Silva Araujo	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 16/06/2017	
		Genival Junior Alves Santos	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	19/06/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Gestão de Pessoas – DEGEP/VIGEP		Genival Junior Alves Santos	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Universidade Corporativa dos Correios - UNICORREIOS/VIGEP		Marcelo Carlos da Silva	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Saúde, Segurança e Sustentabilidade - DESAU/VIGEP **		Aurora Goncalves da Silva Araujo	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Vice-Presidência Financeira e Controles Internos - VIFIC		Francisco Arsênio de Mello Esquef	Vice-Presidente	01/01/2017 a 04/07/2017	
		Paulo Cesar Lopes de Souza	Superintendente Executivo	09/01/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência de Finanças e Controladoria – VIFIC		Carlos Roberto Fortner	Vice-Presidente	26/10/2017 a 31/12/2017	
		Francisco Arsênio De Mello Esquef	Vice-Presidente	05/07/2017 a 25/10/2017	
		Paulo Cesar Lopes De Souza	Superintendente Executivo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Superintendência de Controladoria SUCON/VIFIC		Jameson Reinaux Da Cunha	Superintendente Executivo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Contabilidade DECON/VIFIC		Vanessa Sandri Barbosa	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Departamento Financeiro - DEFIN/VIFIC		Rogério Vianna Moreira dos Santos	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento Financeiro - DEFIN/VIFIC		Simone Pereira Pinto	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Investimentos e Participações - DEINP/VIFIC		Heronides Eufrásio Filho	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 12/07/2017	
		Ricardo Luiz De Souza E Silva	Chefe de Departamento	13/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Orçamento e Custos - DEORC/VIFIC*		Jameson Reinaux da Cunha	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Contabilidade - DECON/VIFIC *		Vanessa Sandri Barbosa	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Controles Internos - DECIN/VIFIC		Heronides Eufrásio Filho	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Tributos - DETRI/VIFIC		Ildo Rony de Moura	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 16/06/2017	
		Mercia da Silva Pedreira	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	19/06/2017 a 04/07/2017	
Departamento Tributário - DETRI/VIFIC		Mercia Da Silva Pedreira	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Central de Operações Financeiras de Belo Horizonte - CEOFI/BH/VIFIC		Carolina Mary de Abreu	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 16/06/2017	
		Alexandre Campos Frade	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	16/06/2017 a 04/07/2017	
Central de Operações Financeiras de São Paulo - CEOFI/SP/VIFIC		Joao Carlos da Silva	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência Corporativa - VICOR		Eugenio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira	Vice-Presidente	01/01/2017 a 04/07/2017	
		Vivalde Cunha Resende	Superintendente Executivo	17/01/2017 a 20/06/2017	
		Lelia Maria Coimbra M Reinaux da Cunha	Superintendente Executivo	21/06/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Automação e Tecnologia Operacional - DEAUT/VICOR		Oscar da Costa Karnal Neto	Chefe de Departamento	01/01/2017	
		Telmo Castrillon de Macedo	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 10/04/2017	
		Temistocles Rodrigues de Azevedo Junior	Chefe de Departamento	11/04/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos - DECOR/VICOR		Paulo Afonso Andrade de Santana	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Governança e Relacionamento de TIC - DEGOR/VICOR		Fabiana de Assuncao Cruvinel Nascimento Chefe de Departamento	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Departamento de Gestão da Cadeia de Suprimento e Serviços Gerais - DEGSS/VICOR		Daniela Borja Rodrigues dos Santos	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 26/01/2017	
		Janio Cezar Luiz Pohren	Chefe de Departamento	27/01/2017 a 07/05/2017	
Departamento de Infraestrutura e Produção da Rede - DPROR/VICOR		Lucinaldo Cirino da Silva	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Segurança Empresarial - DSEMP/VICOR		Leandro dos Santos Crippa	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência de Negócios Públicos - VINEP		José Furian Filho	Vice-Presidente	05/07/2017 a 31/12/2017	
		Osorio de Carvalho Dias	Superintendente Executivo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Estratégia e Inteligência de Mercado Público - DEIMP/VINEP		Carlos Henrique de Luca Oliveira Ribero	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Soluções de Negócios Públicos - DESOP/VINEP		Washington Davi de Almeida Alves	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Vice-Presidência de Operações - VIOPE		Miguel Martinho Dos Santos Junior	Vice-Presidente	27/07/2017 a 31/12/2017	
		Gustavo Assis Cunha De Azevedo	Superintendente Executivo	01/08/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Coleta e Distribuição - DEDIS/VIOPE		Rafael Fernandes Da Costa	Chefe de Departamento	15/08/2017 a 31/12/2017	
		Gustavo Assis Cunha De Azevedo	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/07/2017	
		Gustavo Assis Cunha De Azevedo	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	01/08/2017 a 14/08/2017	
Departamento de Logística - DELOG/VIOPE		Willyan Akira Matsubara	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Planejamento e Automação - DEPLA/VIOPE		Temístocles Rodrigues De Azevedo Junior	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Atendimento - DERAT/VIOPE		Ana Cristina Queiroz Costa	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Transporte - DETRA/VIOPE		Anderson Luis Jensen	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Tratamento - DTRAT/VIOPE		Renato Foizer	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Vice-Presidência de Administração - VIPAD		Demetrius Torres Guiot	Vice-Presidente	25/10/2017 a 31/12/2017	
		Paulo Roberto Cordeiro	Vice-Presidente	05/07/2017 a 11/07/2017	
		Francisco Arsênio De Mello Esquef	Vice-Presidente (Interino ou Cumulativo)	12/07/2017 a 24/10/2017	
		Rogério Vianna Moreira Dos Santos	Superintendente Executivo (Interino ou Cumulativamente)	17/08/2017 a 31/12/2017	
		Alexandre Reybmm De	Superintendente	05/07/2017 a	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
		Menezes	Executivo	11/07/2017	
Superintendência Executiva do CSC Corporativo – SECSC/VIPAD		Rogério Vianna Moreira Dos Santos	Superintendente Executivo (Interino ou Cumulativamente)	25/07/2017 a 31/12/2017	
Central de Serviços Financeiros – CEFIN/VIPAD		Joao Carlos Da Silva	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Central de Serviços de Gestão de Pessoas – CEGEP/VIPAD		Alexandre Campos Frade	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Central de Serviços Administrativos – CESAD/VIPAD		Antonio Joaquim De Maria Neto	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Central de Serviços de Tecnologia da Informação – CESTI/VIPAD		Breiner Araujo Queiroz	Chefe de Departamento	01/11/2017 a 31/12/2017	
		Marcos Flavio Diniz De Carvalho	Chefe de Departamento	13/07/2017 a 31/10/2017	
Departamento de Compras e Suprimentos – DCOMS/VIPAD		Renata Soares Marques Hildebrande	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Infraestrutura e Patrimônio – DEINP/VIPAD		Jorge Alberto Ribeiro Elias	Chefe de Departamento	13/07/2017 a 15/11/2017	
		Ana Lucia Meira Da Veiga	Chefe de Departamento	16/11/2017 a 31/12/2017	
Gerência da Central de Atendimento do CSC Corporativo – GCAT/SECSC/VIPAD		Soraya Maria Drago Thorpe	Gerente Corporativo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Gerência de Gestão de Serviços do CSC Corporativo – GGES/SECSC/VIPAD		Alessandro de Jesus Moreira	Gerente Corporativo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Gerência de Gestão Regional – GGER/SECSC/VIPAD		Jomara Brito de Almeida Araujo	Gerente Corporativo	11/09/2017 a 31/12/2017	
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação - VITEC		Eugenio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira	Vice-Presidente	05/07/2017 a 31/12/2017	
Vice-Presidência de Tecnologia da Informação - VITEC		Lelia Maria Coimbra M Reinaux Da Cunha	Superintendente Executivo	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Planejamento e Gestão de TI – DEPGE/VITEC		Lucinaldo Cirino Da Silva	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Relacionamento de TI com Negócio - DEREL/VITEC		Helga Valesca Osmala Da Fonseca	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 31/12/2017	
Departamento de Desenvolvimento de Serviços de TI – DETEC/VITEC		Fabiana De Assunção Cruvinel Nascimento	Chefe de Departamento	04/09/2017 a 31/12/2017	
		Paulo Afonso Andrade De Santana	Chefe de Departamento	05/07/2017 a 03/09/2017	
Vice-Presidência de Serviços - VISER		Paulo Roberto Cordeiro	Vice-Presidente	01/01/2017 a 04/07/2017	
		Alexandre Reybmm de Menezes	Superintendente Executivo	13/01/2017 a 04/07/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Departamento de Engenharia - DENGE/VISER		Jorge Alberto Ribeiro Elias	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Gestão da Cadeia de Suprimento e Serviços Gerais - DEGSS/VISER		Jânio Cezar Luiz Pohren	Chefe de Departamento	08/05/2017 a 16/06/2017	
Departamento de Suporte ao Atendimento e Operação - DESAO/VISER		Renato Foizer	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 02/04/2017	
Central de Suprimentos - CESUP/VISER		Tania Regina Teixeira Munari	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Central de Compras - CECOM/VISER		Renata Soares Marques Hildebrande	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 02/04/2017	
		Roger Rodrigues dos Santos	Chefe de Departamento	03/04/2017 a 04/07/2017	
Central de Serviços Gerais - CESER/VISER		Ronaldo Lima Monteiro	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Central de Relacionamento com o Cliente - CEREL/VISER		Rosangela Alves dos Santos	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência de Rede de Agências e Varejo - VIREV		Cristiano Barata Morbach	Vice-Presidente	01/01/2017 a 04/07/2017	
		Joimar Lucio Martins	Superintendente Executivo	16/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Negócios Financeiros - DENE/VIREV *		Ilves Ribas Caldas Junior	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 25/01/2017	
Departamento de Negócios Financeiros e Conveniência - DEFIC/VIREV		Claudio Queiroz Ferreira de Souza	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Estratégia do Negócio - DEPEN/VIREV		Paula Fontes Guinatti	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Marketing - DMKT/VIREV		Alessandra Ferrari Weber	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 01/01/2017	
Departamento Comercial - DECOM/VIREV		Renata Alves Pinheiro de Souza	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Operações - DEOPE/VIREV		Rachel Machado Loureiro	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência do Negócio Postal - VIPOS		Henrique Pereira Dourado	Vice-Presidente	01/01/2017 a 21/03/2017	
		Ademar Batista de Moraes Neto	Superintendente Executivo	12/01/2017 a 19/06/2017	
		Miguel Martinho dos Santos Junior	Superintendente Executivo (Interino ou Cumulativamente)	20/06/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Estratégia do Negócio - DEPEN/VIPOS		Hiran Teixeira Parente	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 01/01/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Departamento de Apoio ao Negócio - DEPAN/VIPOS		Carlos Augusto Maciel dos Santos	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 01/01/2017	
Departamento de Planejamento e Apoio ao Negócio - DEPAN/VIPOS		Carlos Augusto Maciel dos Santos	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento Comercial - DECOM/VIPOS		Aécio de Figueiredo Silva	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 16/06/2017	
		Thiago Sardinha Lopes	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	17/06/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Operações - DEOPE/VIPOS		Jose Morais de Oliveira	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 12/02/2017	
		Gustavo Assis Cunha de Azevedo	Chefe de Departamento	13/02/2017 a 04/07/2017	
Vice-Presidência Logística - VILOG	de	Jose Furian Filho	Vice-Presidente	01/01/2017 a 04/07/2017	
		Décio Braga de Oliveira	Superintendente Executivo	06/01/2017 a 15/05/2017	
		Osorio de Carvalho Dias	Superintendente Executivo (Interino ou Cumulativamente)	16/05/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Negócios Internacionais e Logística - DENIL/VILOG		Alberto de Mello Mattos	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Planejamento Organização e Estratégia Logística - DEPEL/VILOG		Osorio de Carvalho Dias	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Soluções em Logística - DESOL/VILOG		Lemuel Costa E Silva	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Operações de Lógica - DOPEL/VILOG	de	Ercole da Fonseca Tramontano	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 15/05/2017	
		Carlos Henrique de Luca Oliveira Ribeiro	Chefe de Departamento	16/05/2017 a 04/07/2017	
Departamento Estratégia do Negócio - DEPEN/VIENC		Osório de Carvalho Dias	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Departamento de Marketing - DEMKT/VILOG		Lemuel Costa e Silva	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Departamento de Logística - DECOL/VILOG		Joao Batista da Silva	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento Comercial - DECOM/VILOG		Joao Batista da Silva	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Departamento Internacional - DEINT/VILOG		Alberto de Mello Mattos	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Departamento Operacional - DEOPE/VILOG		Ércole da Fonseca Tramontano	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Vice-Presidência Encomendas - VIENC	de	Darlene Pereira	Vice-Presidente	01/01/2017 a 04/07/2017	
		Antonio Francisco da Silva Filho	Superintendente Executivo	16/02/2017 a 19/06/2017	
		Marcio Varallo Ribeiro da Silva	Superintendente Executivo	25/01/2017 a 15/02/2017	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
		Fernando Miranda Gonçalves	Superintendente Executivo	20/06/2017 a 04/07/2017	
Departamento Estratégia do Negócio - DEPEN/VIENC		Osório de Carvalho Dias	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Departamento de Apoio ao Negócio DEPAN/VIENC		Elson Alves da Anunciação	Chefe de Departamento	01/01/2017	
Departamento de Planejamento e Apoio a oNegócio DEPAN/VIENC		Elson Alves da Anunciação	Chefe de Departamento	02/01/2017 a 15/05/2017	
		Ana Cristina Queiroz Costa	Chefe de Departamento	16/05/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Marketing - DEMKT/VIENC		Alex do Nascimento	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento Comercial - DECOM/VIENC		Jackson Augusto Goncalves Jacques	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	
Departamento de Operações DEOPE/VIENC		Ronaldo Takahashi de Araujo	Chefe de Departamento	01/01/2017 a 04/07/2017	

Fonte: DGORC/VIPAD

4.1. Funções e principais órgãos componentes do Núcleo de Governança dos Correios

Anexo 2 - Descrição das estruturas de governança.

Órgão	Função	Principais Atribuições
Assembleia Geral	<p>A Assembleia Geral é o órgão soberano dos Correios, que estabelece as políticas e as principais ações da empresa.</p>	<p>Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) reforma do Estatuto Social; b) relatório da administração, demonstrações financeiras, orçamento de capital e proposta de destinação dos lucros, nela incluída a proposta de pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio dos Correios; c) eleição dos membros dos conselhos de administração e fiscal; d) fixação da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; e) alienação, no todo ou em parte, das ações do capital social de empresas controladas; f) subscrição ou renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações em empresas controladas; g) venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade e de emissão de empresas controladas; h) permuta de ações ou outros valores mobiliários representativos da participação dos Correios no capital de empresas controladas; i) aquisição do controle ou de participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, e constituição de subsidiárias; j) promoção de operações de incorporação de empresas nas quais os Correios tenham participação acionária; e k) as alterações no capital social.
Conselho de Administração	<p>Conselho tem como função zelar pela continuidade dos serviços, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; pela transparência, eficácia e legalidade da gestão; pela proteção e valorização do patrimônio da empresa e pela maximização do retorno do investimento.</p>	<p>Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho de Administração, dentre outras:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fixar a orientação geral dos negócios dos Correios, estabelecendo políticas, diretrizes e objetivos corporativos, inclusive sobre governança corporativa, em consonância com a política do Governo Federal. 2. Fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva. 3. Aprovar: <ul style="list-style-type: none"> a) o Plano Estratégico; b) a criação de comitês de assessoramento para apoiar as atividades do Conselho; c) as propostas a serem submetidas à Assembleia Geral; d) o orçamento anual e o programa de investimentos dos Correios; e) a fixação, o reajuste e a revisão de tarifas, preços públicos e prêmios ad valorem dos serviços postais prestados pelos Correios em regime de monopólio, para submissão ao Ministério das Comunicações; f) o programa de metas da Diretoria Executiva e o pagamento aos dirigentes de participação nos lucros; g) o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Correios e o Quadro Global de Efetivo Próprio dos Correios; h) a contratação dos auditores independentes e a rescisão dos respectivos contratos; i) a designação e a destituição dos titulares da Ouvidoria e da Auditoria Interna, observada a legislação pertinente. 4. Aprovar, ao menos uma vez no ano, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAIN.T. 5. Monitorar periodicamente: <ul style="list-style-type: none"> a) os resultados da gestão dos Correios; b) os riscos estratégicos e as respectivas medidas de mitigação; c) os relatórios de auditorias dos órgãos de controle, avaliando o nível de atendimento às recomendações neles contidas; d) a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e as ações corretivas referentes às oportunidades de aprimoramento, identificadas nas auditorias; e

Órgão	Função	Principais Atribuições
Conselho Fiscal	O Conselho Fiscal tem como função fiscalizar os atos do Conselho de Administração e do Presidente da Empresa e a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Correios.	<p>e) a execução das atividades da Ouvidoria e as ações corretivas decorrentes de suas recomendações.</p> <p>Compete ao Conselho Fiscal:</p> <p>a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;</p> <p>b) acompanhar a gestão financeira e patrimonial dos Correios e fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos, bem como requisitar informações;</p> <p>c) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis;</p> <p>d) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, relativas à modificação do capital social, a planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de resultados, transformação, incorporação, fusão ou cisão;</p> <p>e) dar ciência aos órgãos de administração e, se não tomarem as providências cabíveis, à Assembleia Geral, dos erros, fraudes ou crimes que constatar no exercício de suas atribuições, praticados em prejuízo dos interesses dos Correios, para que sejam adotadas as providências necessárias à proteção dos interesses da Empresa;</p> <p>f) acompanhar a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna;</p> <p>g) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pelos Correios;</p> <p>h) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;</p> <p>i) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;</p> <p>j) aprovar o plano de trabalho do Conselho Fiscal; e</p> <p>k) avaliar o desempenho dos próprios membros do Conselho Fiscal, ao menos uma vez por ano, levando-se em conta a execução do seu plano de trabalho.</p>
Comitê de Auditoria (provisório)	O Comitê tem como função assessorar o Conselho de Administração, acompanhar, avaliar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna e das auditorias independentes e assegurar a operacionalização, eficiência e eficácia de seus processos e dos controles internos.	<p><u>Principais Competências:</u></p> <p>a) Acompanhar a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e os resultados da Auditoria Interna.</p> <p>b) Recomendar, à administração da Empresa, obedecidas as regras do processo licitatório, a contratação da prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário.</p> <p>c) Revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis anuais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e da auditoria interna, bem como o parecer do auditor independente.</p> <p>d) Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Empresa, além de regulamentos e códigos internos, opinando sobre eventuais impasses na interpretação de normas e no estabelecimento de medidas necessárias à efetiva correção de situações de desconformidade apontadas pela auditoria.</p> <p>e) Avaliar o cumprimento, pela administração da Empresa, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos.</p> <p>f) Propor ao Conselho de Administração o estabelecimento de procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Empresa, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, em temas relacionados à contabilidade, aos controles contábeis internos ou à auditoria.</p> <p>g) Propor ao Conselho de Administração correção ou aprimoramento de políticas, práticas, procedimentos e normas</p>

Órgão	Função	Principais Atribuições
		<p>identificados no âmbito de suas atribuições.</p> <p>Em 29/09/2011, durante a 9ª Reunião Ordinária de 2011, o Conselho de Administração deliberou pela criação do Comitê de Auditoria, composto por três membros, todos conselheiros de administração, nos termos da Resolução CGPAR nº 3, Art. 1º, alínea "c". Posteriormente, durante a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 2014, ocorrida em 19/03/2014, foi proposta a alteração do Estatuto para que passasse a contemplar o detalhamento e composição do funcionamento do Comitê de Auditoria, composto por três membros independentes, especialistas de mercado. Essa proposta foi apreciada e aprovada pela Assembleia Geral, na 4ª AGO ocorrida em 23/04/2014.</p> <p>Para viabilizar a implantação do Comitê de Auditoria (COAUD) antes da alteração estatutária, foi proposto o Comitê de Auditoria Provisório, composto por três membros do conselho de administração, submetido ao Conselho de Administração em sua 1ª ROCA/2016, em 18/01/2016.</p> <p>Com a saída de dois membros do Conselho de Administração, que também eram membros do COAUD, e, considerando a publicação da Lei nº13.303/2016, que dispôs, dentre outros, sobre os requisitos para a composição do COAUD, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 21/12/2016 (12ª ROCA/2016), a proposta de instituição de Comissão Provisória de Auditoria, composta por profissionais da Empresa que apresentam perfil compatível com a função desempenhada.</p>
Comitê de Estratégia e Riscos (criado, mas não ativado)	<p>O Comitê de Estratégia e Riscos tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à estratégia, ao desempenho e aos riscos dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.</p>	<p>a) Emitir parecer sobre questões estratégicas dos Correios, das entidades relacionadas e de suas participações, encaminhadas pelo Conselho de Administração, proporcionando visão integrada da estratégia e dos riscos, para suportar aquele órgão colegiado na tomada de decisão.</p> <p>b) Acompanhar o desempenho da gestão empresarial dos Correios, das entidades relacionadas e de suas participações, bem como os riscos de não consecução dos objetivos estratégicos da corporação.</p> <p>c) Comunicar ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a ocorrência ou evidência de eventos que possam atingir criticamente a Empresa.</p> <p>d) Propor ao Conselho de Administração o estabelecimento do nível de apetite e de tolerância a riscos da Empresa, considerando os objetivos estratégicos definidos.</p> <p>e) Propor ao Conselho de Administração correção ou aprimoramento de políticas, práticas, procedimentos e normas identificados no âmbito de suas atribuições.</p>
Comitê de Remuneração e Sucessão (criado, mas não ativado)	<p>O Comitê de Remuneração e Sucessão tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à gestão de pessoas.</p>	<p>a) Emitir parecer sobre políticas de contratação, remuneração, sucessão, benefícios e desenvolvimento de pessoas, para suportar o Conselho de Administração na tomada de decisão.</p> <p>b) Analisar práticas de mercado e avaliar cenários internos, externos e futuros e seus possíveis impactos sobre as políticas de contratação remuneração, sucessão, benefícios e desenvolvimento de pessoas.</p> <p>c) Examinar e emitir parecer sobre os critérios para contratação e demissão de pessoas, incluindo dirigentes e assessores da Empresa, propondo um descritivo do perfil desejado para as funções.</p> <p>d) Examinar e emitir parecer sobre os mecanismos de remuneração dos conselheiros, membros da Diretoria Executiva e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, propondo os valores da remuneração para o exercício.</p> <p>e) Apoiar o Presidente do Conselho de Administração na elaboração e revisão do processo de avaliação anual dos</p>

Órgão	Função	Principais Atribuições
		<p>conselheiros, dos membros da Diretoria Executiva e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.</p> <p>f) Avaliar, ao menos uma vez por ano, o desempenho dos próprios membros do Comitê de Remuneração e Sucessão.</p> <p>g) Monitorar e controlar o processo de identificação e desenvolvimento de novos talentos na Empresa.</p> <p>h) Avaliar e supervisionar as práticas e processos de sucessão em todos os níveis hierárquicos da Empresa.</p> <p>i) Acompanhar negociações com sindicatos e outras entidades de classe.</p> <p>j) Comunicar ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a ocorrência ou evidência de eventos que possam atingir criticamente a Empresa, no que tange à gestão de pessoas.</p> <p>k) Propor ao Conselho de Administração correção ou aprimoramento de políticas, práticas, procedimentos e normas identificados no âmbito de suas atribuições.</p>
<p>Diretoria Executiva</p>	<p>A Diretoria Executiva é o órgão de administração dos Correios responsável pela gestão dos negócios, de acordo com a orientação geral fixada pelo Conselho de Administração.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exercer a supervisão e o controle das atividades administrativas e operacionais dos Correios. 2. Editar as normas internas necessárias ao funcionamento dos Correios. 3. Propor ao Conselho de Administração: <ol style="list-style-type: none"> a) o orçamento anual e o programa de investimentos dos Correios; b) o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Correios; c) o Programa de Metas da Diretoria Executiva e o pagamento aos dirigentes de participação nos lucros; d) as alterações na estrutura organizacional dos Correios; e) a lista tríplice de candidatos para designação do titular da Auditoria Interna, observada a legislação pertinente; f) a fixação, reajuste e revisão de tarifas, preços públicos e prêmios ad valorem dos serviços postais prestados pelos Correios em regime de monopólio; g) a aquisição do controle ou a participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas; h) a constituição de subsidiárias; i) as propostas de transformação, cisão ou fusão de sociedades em que os Correios detenha participação acionária; j) as propostas de incorporação de sociedades em que os Correios detenham participação acionária a serem submetidas ao Conselho de Administração, para envio à Assembleia Geral; k) orçamento de capital e proposta de destinação de lucros, nela incluída a proposta de pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio dos Correios; l) o Plano Estratégico; m) o Código de Ética dos Correios; n) a Matriz de Riscos Estratégicos e as respectivas medidas de mitigação. 4. Aprovar: <ol style="list-style-type: none"> a) os atos, acordos e contratos, de acordo com os seguintes critérios: por processo licitatório, cujo valor anual seja inferior a 50 milhões de reais; por contratação direta, cujo valor anual seja inferior a 10 milhões de reais. b) os convênios a serem firmados pelos Correios, cujo aporte orçamentário seja inferior a 10 milhões de reais; c) o relatório da administração e as demonstrações financeiras dos Correios, para encaminhamento ao Conselho de Administração; d) o desdobramento do Plano Estratégico. 5. Monitorar as atividades e os resultados dos Correios. 6. Avaliar as estratégias de investimentos, de capital, de alocação e de captação de recursos. 7. Fixar, reajustar e revisar preços e prêmios ad valorem referentes à remuneração dos serviços prestados pela Empresa em regime

Órgão	Função	Principais Atribuições
		<p>concorrencial.</p> <p>8. Supervisionar as atividades das subsidiárias e das empresas em que os Correios participem ou com as quais estejam associados.</p> <p>9. Preservar e valorizar as marcas e patentes dos Correios, monitorando periodicamente o seu posicionamento.</p>
Auditoria	<p>Dar segurança à Alta Administração dos Correios em sua busca pela consecução dos objetivos organizacionais, oferecendo-lhe informações relevantes acerca do estado dos controles internos da Empresa, obtidas por meio de auditorias internas e externas.</p>	<p>a) Realizar auditorias nos processos e órgãos da Empresa, de acordo com as normas vigentes, constantes do Plano de Anual de Atividades de Auditoria (PAINT) e nas demais demandas apresentadas pelos clientes externos e internos, aprovadas pelo Conselho de Administração;</p> <p>b) Avaliar o funcionamento e a adequabilidade dos controles internos, nas 1ª e 2ª linhas de defesa;</p> <p>c) Apoiar ações que visem ao aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos da empresa.</p>
Ouvidoria	<p>Receber manifestações e denúncias das partes interessadas, demandar e acompanhar providências e recomendar melhorias.</p>	<p>a) Receber denúncias, analisar, encaminhar para apuração e providências e realizar o acompanhamento até a sua conclusão.</p> <p>b) Analisar as manifestações e denúncias registradas nos canais de atendimento e as recebidas diretamente pela Ouvidoria, além de consultar outras fontes de informação, de modo a identificar problemas, deficiências e riscos existentes.</p> <p>c) Elaborar recomendações de medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão empresarial, dos produtos e serviços, processos, canais de atendimento, procedimentos e normas e das relações com as partes interessadas.</p>
Auditoria Independente	<p>Anualmente, é contratada empresa para prestar os serviços de auditoria independente, cuja principal atribuição consiste em emitir parecer sobre se as demonstrações financeiras elaboradas pela administração dos Correios representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa.</p>	

Fonte: DGORC

4.1.1: Atendimento à Lei das Estatais
Anexo 3 - Plano de Ação – Atendimento à Lei das Estatais.

Qt	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
1	Adequar a estrutura no nível estratégico	Art. 27	DEREL/PRESI	30/6/2018
	Adequar às normas da CVM - regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e (contratação de auditoria independente - SUCON)	Art. 7º	VIFIC	30/6/2018
	Adequar os Termos Aditivos Operacionais (TAO's) - compartilhamento de estruturas	-	GCOP/SUCON	30/6/2018
2	Ajustar a matriz de responsabilidade	Art. 39	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
3	Ajustar, quando for o caso, atribuições dos órgãos	Arts. 85 e 86	DEREL/PRESI	30/6/2018
4	Alterar o Estatuto da CorreiosPar	Arts 6º	CORREIOSPAR	30/6/2018
5	Alterar o Estatuto dos Correios	Arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26 e 94	GGOC	30/6/2018
6	Alterar o Regimento Interno COAUD	Arts. 13, inciso IV, 24 e 25	GGOC	30/6/2018
	Aprovar metas empresarias vinculadas ao plano de negócio	Art. 23, §1º (I)	DESTI	30/6/2018
9	Atualizar Sistema ERP	Arts. 29, 30, 34, 35, 37, 39, 52, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 75, 76, 77, 79 e 83	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
11	Atualizar as informações disponíveis na internet	Arts. 40, 48 e 88	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
12	Atualizar Cartilha do Fornecedor	Art. 32	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
	Aprovar o Sistema de Controle Interno da Empresa e Atualizar o MANGOV	Art. 9º	DGORC GGOC	30/6/2018
14	Atualizar MANCOT	Art. 7º	DECON/VIFIC	30/6/2018
16	Atualizar o Código de Ética	Arts. 9º e 12	CET/PRESI	30/6/2018
17	Atualizar o Guia de Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia dos Correios	Arts. 31, inciso II, alínea "c", § 2º e § 3º, 42, § 2º e 45	DEINP/VIPAD	30/6/2018
19	Atualizar o MANCOD	Art. 30 (§2)	GCOR/PRESI	30/6/2018
20	Atualizar o MANCOM	Arts. 27 (§3), 28 e 93	DCORE/PRESI	30/6/2018
21	Atualizar o MANDOC	Arts. 25, 34 e 35	DEINP/VIPAD	30/6/2018
22	Atualizar o MANENG	Arts. 29, 31, 32, 42, 43, 44, 45, 54 e 80	DEINP/VIPAD	30/6/2018
23	Atualizar o MANLIC	Arts. 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83	DCOMS/VIPAD	30/6/2018

Qt	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
24	Atualizar o MANORC	Art. 93	SUCON/VIFIC	30/6/2018
25	Atualizar o MANORG	Arts. 9º, 14 (III), 24 (?), 25 e 26	GPEO	30/6/2018
26	Atualizar o MANPAT	Arts. 28, 29, 49, 50 e 54	DEINP/VIPAD	30/6/2018
27	Atualizar o MANPES	Arts. 24 e 25	AUDIT	30/6/2018
28	Atualizar o MANPLA	Art. 23	DESTI	30/6/2018
30	Atualizar o MANSUP	Arts. 47, inciso II e 49	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
31	Atualizar o MANTIC	Arts. 23, 85 e 86	DEPGE/VITEC	30/6/2018
	Atualizar o Plano de Trabalho do COAUD		Comissão Provisória de Auditoria	30/6/2018
33	Atualizar o Regimento Interno da Diretoria Executiva - DIREX	Arts. 13 e 93	GGOC	30/6/2018
34	Atualizar o Regimento Interno do Conselho de Administração/CA	Arts. 8º, 13, 8, 22, 23, 29 e 93	GGOC	30/6/2018
35	Atualizar o Regimento Interno do Conselho Fiscal/CF	Art. 13, incisos IV e VIII	GGOC	30/6/2018
36	Atualizar o Regulamento Disciplinar de Pessoal	Art. 9º	DEGEP/VIGEP	30/6/2018
37	Atualizar o Sistema de Planejamento Orçamentário	Art. 93	SUCON/VIFIC	30/6/2018
38	Atualizar o sistema ERP: vedar a remuneração de membro em mais de dois Conselhos	Art. 20	GGOC	30/6/2018
40	Atualizar os treinamentos: EAD e/ou Presencial	Arts. 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 47, 54, 56, 71, 81 e 83	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
41	Atualizar/elaborar os documentos padronizados disponíveis na intranet, incluir cláusula quanto ao atendimento da política de conflito de interesse nos contratos com fornecedores e divulgar todos os produtos e interessados que forem pré-qualificados	Arts. 8, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
44	Avaliar políticas existentes e efetuar divulgação no site	Art. 8º, incisos I, III, IV, V e VII	DGORC	30/6/2018
45	Capacitação e comunicação dos administradores e demais empregados sobre Segurança da Informação	Arts. 85, § 2º e 86	GSEP	30/6/2018
46	Capacitar a equipe de Contabilidade às normas da CVM	Art. 7º	DEGEP/VIGEP	30/6/2018

Qt	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
49	Consolidar as informações e promover a divulgação da Carta Anual	Art. 8º, incisos I, III e VIII	GRCI	30/6/2018
50	Coordenar a elaboração do relatório integrado (RI)	Art. 8º, inciso IX	GRCI	30/6/2018
51	Criar ação de capacitação para Administradores e Conselheiros Fiscais	Art. 17	DEGEP/VIGEP	30/6/2018
	Criar Comitê de elegibilidade estatutário	-	GGOC	30/6/2018
52	Atualizar e Criar metodologia de avaliação de desempenho individual e coletivo.	Art. 13, inciso III	GDEO/DEGEP	30/6/2018
	Definir critérios e classificar formalmente os documentos da Organização	Art. 85 e art. 86 § 5º	GSEP	30/6/2018
53	Definir em manual a regra para ampliar o limite de despesas com publicidade e patrocínio com base em parâmetros de mercado	Art. 93	DCORE/PRESI	30/6/2018
54	Definir mecanismos de validação dos critérios de vedação	Art. 17, §2º e 3º	GGOC	30/6/2018
55	Definir o Gestor Corporativo da Segurança/Classificação da Informação	Art. 85	GSEP	30/6/2018
56	Definir o Modelo de carta anual	Art. 8º, inciso I	GGOC	30/6/2018
57	Definir órgão que fará a supervisão/controle das subsidiárias, controladas e patrocinadas	Art. 1º	VIFIC	30/6/2018
58	Definir os indicadores de desempenho	Art. 8º	DESTI	30/6/2018
59	Definir Política de Atendimento a Requisitos e Vedações de Elegibilidade	Arts. 10	GGOC	30/6/2018
60	Definir política de consequência	Art. 13, inciso III	DEGEP	30/6/2018
61	Definir política de divulgação de informações	Art. 8º, inciso IV	GRCI	30/6/2018
64	Demanda Legislativa - Esclarecer ponto contido na análise do GT	Arts. 2º, §2º, 3º, 7º, 8º, 12,18, 19, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 43, 51, 55, 56, 64, 68, 69, 73, 75, 76, 81, 83, 86, 88 e 93	GCOM	30/6/2018
65	Demanda Legislativa - Propor alteração da redação para sanear a contradição e/ou omissão	Arts. 57, 58, 59, 60 e 62	GCOM	30/6/2018
66	Demanda Legislativa - Propor revisão legislativa	Arts. 38, 43 e 44	GCOM	30/6/2018
67	Demandar ao MCTIC o ajuste na composição atual do CA	Art. 22	GGOC	30/6/2018
68	Desenvolver ações junto as áreas de maior impacto quanto ao cumprimento da obrigação desse artigo - CVM	Art. 7º	DCON/VIFIC	30/6/2018
69	Desenvolver e aplicar o programa de treinamento integrado (toda organização) incluindo Política de Gestão de Riscos (gestores)	Art. 9º	DGORC	30/6/2018

Qt	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
70	Disponibilizar no site o arquivo de demonstrações financeiras em formato editável	Art. 86 § 1º	DCON/VIFIC	30/6/2018
71	Disseminar cultura de controles, compliance e gestão de riscos	Art. 9º, inciso I	DGORC	30/6/2018
	Divulgar canal de denúncias	Art. 9º	OUID	30/6/2018
	Divulgar Código de Conduta e Integridade	Art. 9º	VIGEP	30/6/2018
72	Divulgar de forma analítica toda forma de remuneração aos administradores, inclusive, em atendimento a LAI (Lei 12.527) observando ainda a periodicidade de sua publicação	Art. 12, inciso I	DEREL/PRESI	30/6/2018
	Divulgar mensalmente a execução de contratos e do orçamento	Art. 88	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
	Divulgar regulamento interno de licitação e contratos	Art. 40	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
	Divulgar semestralmente na internet a relação de todas as aquisições de bens efetivadas pela empresa	Art. 48	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
74	Elaborar as Diretrizes, Políticas e Metodologias de Compliance e integridade e Gestão Corporativa de Riscos	Art. 9º, incisos I a III, §2º e § 4º	DGORC	30/6/2018
75	Elaborar Catálogo de Especificações Técnicas de itens padronizados	Art. 32	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
	Elaborar e aprovar estratégia de longo prazo 2017-2022	Art. 23	DESTI/PRESI	30/6/2018
	Conduzir medidas de integridade dispostas na Lei e no Decreto	Arts. 7º, 9º, 14, 17, 23, 32, 38 e 86	GCOM	30/6/2018
76	Elaborar e publicar política de conflito de interesse/ transações com partes relacionadas	Arts. 8º, inciso VII	DGORC	30/6/2018
77	Elaborar metodologia para elaboração da matriz de risco aplicável à contratação, à luz da metodologia padrão dos Correios	Art. 69, 42	DCOMS/VIPAD	30/6/2018
80	Elaborar o manual de Governança Corporativa	Art. 22	GGOC	30/6/2018
83	Elaborar o Termo de Confidencialidade	Arts. 85 e 86	DEPGE/VITEC	30/6/2018
84	Elaborar os Relatórios exigidos nos moldes previstos na Lei de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo	Art. 23	DESTI	30/6/2018
85	Elaborar Plano de Negócio para o exercício anual seguinte	Art. 23, § 1º, incisos I e II, §2º	DESTI	30/6/2018
86	Elaborar Política de Governança com o ponto contido na análise	Art. 18, 19 e 20	GGOC	30/6/2018
	Elaborar Política de Remuneração do COAUD		VIGEP	30/6/2018

Qt	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
	Atualizar programa de remuneração global dos membros estatutários	-	VIGEP	30/6/2018
87	Elaborar Políticas Estratégicas de Sustentabilidade	Art. 27 (§2) Art. 32, II e §1º	DEREL	30/6/2018
88	Elaborar Termo de Compromisso com metas e resultados específicos	Art. 23	GGOC	30/6/2018
89	Encaminhar para aprovação da DIREX/CA o modelo de sistema de controles internos	Arts. 9º, incisos I, II e III e 18, inciso II	DGORC	30/6/2018
	Enviar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de integridade (compliance)	-	GCOM	30/6/2018
90	Estabelecer manual de relacionamento com o Grupo Econômico dos Correios	Art. 1º	DGORC VIFIC	30/6/2018
93	Estabelecer normas de divulgação das atas	Art. 10, § único	GGOC	30/6/2018
94	Estabelecer política de acesso/confidencialidade - instituição de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS (Art. 34, Dec. 7724/12 - LAI)	Arts. 85 caput, 86 §§ 3º e 5º, 88, §1º	GSEP	30/6/2018
95	Estabelecer política de não retaliação	Art. 9º, § 1º, inciso IV.	VIGEP	30/6/2018
96	Estabelecer política de porta-vozes nos Correios	Art. 18 (III)	DCORE/PRESI	30/6/2018
97	Estabelecer política de relacionamento com o Grupo Econômico dos Correios	Art. 1º, §7º, incisos de II a X e Art. 8º, inciso I	DGORC VIFIC	30/6/2018
98	Estabelecer políticas que regerão o funcionamento das controladas	Art. 1º, § 7º	DGORC VIFIC	30/6/2018
100	Estabelecer rotina para admissão de Conselheiro e Dirigentes	Art. 17	CEGEP/VIPAD GGOC	30/6/2018
101	Finalizar estruturação da área de controles internos	Art. 9º	DGORC	30/6/2018
102	Finalizar estruturação das áreas de compliance e gestão de riscos (Vinculada a diretor estatutário)		DGORC	30/6/2018
103	Identificar as políticas públicas aplicáveis aos Correios	Art. 8º, inciso I	DGORC	30/6/2018
104	Implementar a supervisão da adequação dos procedimentos/relatórios apresentados pela controlada	Art. 1º	DGORC VIFIC	30/6/2018
105	Implementar mecanismos de proteção contra retaliação à pessoa que utilize o canal de denúncias	Art. 9º	DEGEP/VIGEP	30/6/2018
107	Implementar o sistema de gestão de riscos e sistema de controles internos	Art. 18, inciso II	DGORC	30/6/2018

Qt	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
	Incluir no site dos Correios informações referentes a estrutura de controles, fatores de riscos, políticas e práticas de governança corporativa e demais itens definidos nesse artigo	Art. 8º	DEDIG/VICAN	30/6/2018
113	Indicar os recursos que serão empregados para consecução dessas políticas públicas	Art. 8º, inciso I	DESTI x SUCON	30/6/2018
114	Obter o custo e a receita da universalização de forma gerencial, dando publicidade	Art. 8º	SUCON/VIFIC	30/6/2018
117	Propor modelo de Sistema de Controles Internos para a aprovação no CA	Art. 18, inciso II	DGORC	30/6/2018
118	Publicar as Demonstrações Financeiras trimestralmente e em formato editável	Art. 8º	DECON/VIFIC	30/6/2018
119	Reorganizar as informações para cumprimento legal no site	Art. 8º, incisos III, IV, VI, VII, VIII e IX	DEDIG	30/6/2018
120	Reportar o posicionamento do grupo de empresas coordenadas pela CORREIOSPAR aos Correios	Art. 1º	CORREIOSPAR	30/6/2018
121	Rever estrutura organizacional da CET/Secretaria executiva	Art. 9º	CET/PRESI	30/6/2018
123	Revisar as políticas e diretrizes existentes, separando os procedimentos das políticas	Art. 14	GPEO	30/6/2018
125	Revisar/atualizar o Plano Estratégico	Arts. 23 e 95	DESTI	30/6/2018
127	Segmentar as avaliações conforme porte e relevância e riscos do negócio	Art. 1º, § 7º	DGORC VIFIC	30/6/2018
128	Segmentar o planejamento orçamentário e custos de políticas públicas	Art. 8º	SUCON/VIFIC	30/6/2018
129	Verificar evoluções das Licitações e/ou solicitar solução própria	Arts. 36, 38 e 39	DCOMS/VIPAD	30/6/2018

Fonte: DGORC

5.1.4.1: Contratos de prestação de serviços não abrangidas pelo plano de cargos dos Correios
Anexo 4 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos dos Correios.

UNIDADE CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS						
UG/Gestão: Administração Central				CNPJ: 34.028.316/0001-03		
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
154/2017	Prestação de serviço de mão de obra terceirizada para cd/oeste	11.079.889/0001-60	18/09/17	18/09/18	F	A
17/2017	Prestação de serviço de operador de elevador e carregador de móveis	11.079.889/0001-60	03/02/17	03/02/18	M	P
15/2017	Prestação de serviço de recepção nos órgãos dos correios no distrito federal	03.890.146/0001-48	01/02/18	01/02/19	M	P
237/2016	Serviço de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas e equipamentos e utensílios	07.548.828/0001-28	20/12/17	20/12/18	M	A
205/2016	Prestação de serviços de copeiragem e garçonaria nos órgãos dos correios, no distrito federal	08.247.960/0001-62	07/06/17	07/06/18	F	A
114/2016	Serviços de copeiragem e garçonaria nos correios, distrito federal	04.940.028/0001-60	06/06/16	06/06/17	M	P
304/2015	Serviços de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimentos.	12.084.049/0001-59	16/09/17	16/09/18	F	A
158/2015	Prestação de serviços de AGENTE DE PORTARIA	02.961.711/0001-58	31/05/17	31/05/18	M	A
118/2015	Manutenção predial preventiva e corretiva das instalações elétricas, telefônicas e de rede dos edifícios da Adm Central em Brasília/DF.	09.226.643/0001-22	14/06/17	15/06/18	M e S	A
17/2015	Serviços de reprografia - LOTE 01	07.432.517/0001-07	20/02/16	20/02/17	N/A	P

UNIDADE CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS						
UG/Gestão: Administração Central				CNPJ: 34.028.316/0001-03		
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
12/2015	Serviços de reprografia - LOTE 03	07.432.517/0001-07	20/02/16	20/02/17	N/A	P
11/2015	Serviços de reprografia - LOTE 02	07.432.517/0001-07	20/02/16	20/02/17	N/A	P
440/2014	Prestação de serviço de reprografia/impressão de grande porte - lote 01	37.165.529/0001-75	01/01/17	01/01/18	M	P
434/2014	Serviços de jardinagem	36.831.212/0001-68	04/01/17	04/01/18	M	P
433/2014	Mão-de-obra terceirizada de apoio à operação de armazenagem, destinada ao atendimento da Gerência do Centro de Distribuição Região Leste CD/LESTE.	02.812.740/0001-58	28/01/17	28/01/18	M	P
270/2013	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção em instalações prediais do complexo da unicorreios, em Brasília/DF	08.247.960/0001-62	27/09/17	27/09/18	M	A
361/2011	Prestação de serviços de engenharia, compreendendo a manutenção preventiva e corretiva de sistemas/equipamentos dos elevadores, com fornecimento de materiais, peças e componentes, no Edifício Sede da ECT	00.028.986/0006-12	29/11/16	31/01/18	M e S	E
296/2011	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção em instalações prediais nas diversas unidades da Administração Central da ECT, Brasília/DF, com fornecimento de materiais/produtos, máquinas e equipamentos e utensílios	07.548.828/0001-28	03/10/16	31/03/17	F	P
96/2016	Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de elevadores	10.629.386/0001-59	04/05/16	04/05/17	M e S	E
20/2015	Serviços de reprografia - LOTE 02	07.432.517/0001-07	20/02/16	20/02/17	Não consta em Edital	E

UNIDADE CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS						
UG/Gestão: Administração Central				CNPJ: 34.028.316/0001-03		
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
16/2015	Serviços de reprografia - LOTE 01	07.432.517/0001-07	20/02/16	20/02/17	Não consta em Edital	E
15/2015	Serviços de reprografia - LOTE 01	07.432.517/0001-07	05/03/16	07/03/17	Não consta em Edital	E
14/2015	Serviços de reprografia -LOTE 03	07.432.517/0001-07	05/03/16	07/03/17	Não consta em Edital	E
7/2015	Serviços de reprografia - LOTE 02	07.432.517/0001-07	20/02/16	20/02/17	Não há exigência no Edital	E
1/2015	Prestação de serviço de cargas e operações por conexão remota efetuadas por máquinas de franquear digitais da CONTRATANTE e dos serviços de gerenciamento, controle das transações e armazenamento de dados, por meio do sistema Postage by Phone/Intellil	06.980.816/0001-05	06/01/16	06/01/17	N/A	E
370/2014	Prestação de serviços de engenharia, compreendendo a manutenção preventiva e corretiva de sistemas/equipamentos de elevadores, com fornecimento de materiais, peças e componentes, no edifício taurisano.	05.823.840/0001-78	09/11/16	09/11/17	M e S	E
111/2014	Prestação de serviços de recepção para atendimento dos órgãos da administração central da ect - grupo 01	70.928.973/0001-70	25/04/16	25/04/17	M	E
40/2012	Operação de Elevadores, nas dependências da Administração Central de ECT, em Brasília/DF	00.087.163/0001-53	06/ 02/16	02/02/17	F	E

UNIDADE CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS						
UG/Gestão: Administração Central				CNPJ: 34.028.316/0001-03		
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
258/2017	Prestação de serviço de consultoria e assessoria técnica especializada em Planos de Previdência Complementar e de Saúde, bem como avaliação atuarial e contábil de benefício pós-emprego	02.535.916/0001-71	04/01/18	04/01/19	N/A	A
35/2017	Contratação do serviço de consultoria jurídica tributária	00.140.626/0005-27	06/03/17	06/03/18	N/A	E

UG/Gestão: Diretoria Regional do Acre			CNPJ: 34.028.316/7709-95			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
7/2017	Serviço de manutenção predial corretiva nas instalações da diretoria regional do acre, compreendendo o proviemento de materiais e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.	10.158.677/0001-06	03/10/17	03/10/18	Não consta no contrato	A
5/2016	Serviço de portaria e recepção para unidades de correios na DR/ACR.	01.030.016/0001-00	31/05/17	31/05/18	Não consta no contrato	A
4/2016	Serviços de limpeza predial, asseio e conservação	01.340.644/00001-95	31/05/17	31/05/18	Não consta no contrato	P
1/2013	Manutenção Predial com Fornecimento de material nas Unidades de Atendimento, Administrativa e Operacional da DR/ACR	09.567.354/0001-97	18/01/16	18/01/17	Não consta no contrato	P

UG/Gestão: Diretoria Regional de Alagoas		CNPJ: 34.028.316/0004-56				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
11/2017	Prestação de serviço de mão de obra terceirizada p/operações fnde 2017/2018	02.544.972/0001-72	29/11/17	28/11/18	F e M	A
2/2017	Prestação de serviço de vigilância para unidades da DR/AL	11.866.801/0001-50	29/05/17	29/05/18	Não previsto no contrato.	A
1/2017	Prestação de serviço de limpeza e conservação, com fornecimento de matérias e equipamentos, para 105 unidades da dr/al no interior de	11.161.173/0001-08	01/02/17	01/02/18	Não previsto no contrato.	P
16/2014	Prestação de serviço de limpeza e conservação de instalações prediais no interior e capital da DR/AL.	15.039.942/0001-50	18/05/17	18/05/18	Não previsto no contrato.	A
15/2014	Limpeza e conservação de instalações prediais no interior e capital da DR/AL.	11.855.183/0001-43	05/06/16	05/06/17	Não previsto no contrato.	P
5/2014	Serviço de locação de máquinas para tiragem de cópias reprográficas	07.932.161/0001-62	05/03/17	05/03/18	Não previsto no contrato	P
8/2013	Manutenção conjunto e componentes dos elevadores.	03.758.809/0001-75	26/9/16	26/9/17	Não previsto no contrato	A
5/2013	Contr.serv.manutenção predial em 122 unidades da ECT/AL.	05.766.408/0001-92	26/04/17	22/04/18	Não previsto no contrato	A
68/2012	Prestação de serviços de Limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais de unidades da Diretoria Regional do Acre	01.771.692/0001-34	05/01/17	31/12/17	Não previsto no contrato	E
12/2014	Prestação de serviços de Vigilância armada em unidades dos Correios da Diretoria Regional do Acre	11.866.801/0001-50	05/04/17	05/04/18	Não previsto no contrato.	E
22/2012	Prestação de serviços de Portaria e Recepção em unidades da Diretoria Regional do Acre	11.866.801/0001-50	31/05/16	28/05/17	Não previsto no contrato.	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Amapá		CNPJ: 34.028.316/7624-61				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
4/2017	Prestação do serviço de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas,	14.037.553/0001-23	20/02/17	20/02/28	Nível não exigido em edital	P
12/2016	Prestação de serviço de manutenção predial em imóveis ocupados pelos correios no Estado do Amapá.	09.193.807/0001-62	23/11/17	23/11/18	Nível não exigido em edital	A
7/2014	Contratação de serviço de vigilância armada para a DR/AP.	09.500.531/0001-18	02/07/17	02/07/18	Nível não exigido em edital	A

8/2015	Contratação do serviço de limpeza para as unidades da DR/AP.	08.450.948/0001-50	19/12/16	19/02/17	Nível não exigido em edital	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Amazonas		CNPJ: 34.028.316/0003-75				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
27/2017	Contratação de empresa para prestação de serviço de agente de portaria para atender as unidades da ECT/DR/AM em Manaus, pelo período de 12 meses	12.282.352/0001-66	17/07/17	16/07/18	M	A
1/2017	Contratação de serviços de vigilância armada para a Diretoria Regional do Amazonas.	15.615.817/0001-41	10/01/17	10/01/18	F	P
40/2016	Contratação de serviços de agentes de portaria pelo período de 12 (doze) meses de contrato.	13.192.004/0001-60	10/09/16	10/09/17	M	P
22/2016	Prestação dos serviços de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios, de acordo com os anexos do processo.	11.240.607/0001-65	05/07/17	05/07/18	Não consta em Edital	A
96/2015	Prestação de serviços de copeiragem no ambiente do gabinete da ect/dr/am	13.669.451/0001-68	04/01/17	04/01/18	Não consta em Edital	P
54/2015	Serviço de limpeza de unidades de atendimento, operacional e administrativas da dr/am	13.669.451/0001.68	29/10/17	29/10/18	Não consta em Edital	A
72/2014	Prestação de serviço de mão de obra terceirizada para cliente de logística integrada da ect/dr/am.	13.669.451/0001.68	04/09/17	04/09/18	M	A
91/2011	Serviços de vigilância armada para as unidades da ect/dr/am em manaus e interior/am pelo período de 12 (doze) meses de contrato.	12.066.015/0001-31	02/10/15	31/01/17	F	P
41/2016	Manut predial - diversos - manutenção preventiva e corretiva das unidades da dr/am	05.968.077/0001-73	12/08/16	12/08/17	F, M e S	E
20/2017	Consultoria por escrito e telefone em licitações e contratos- zenite fácil	86.781.069/0001-15	06/12/17	05/12/18	N/A	A
UG/Gestão: Diretoria Regional da Bahia		CNPJ: 34.028.316/0005-37				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
47/2017	Prestação de serviços de vigilância ostensiva em unidades dos correios participantes da operação enem/ba	13.416.744/0001-33	01/11/17	01/02/18	M	P
17/2017	Contratação de limpeza do edifício sede e cce	05.804.781/0001-90	03/05/17	03/08/17	Não exigido no contrato	P

1/2017	Prest. Serv. Manut. Prevent. E corret. Inclusive recuperação das portas pantográficas, em 08 (oito) elevadores monta-cargas e 02 (dois) elevadores sociais com fornecimento e substituição de peças sob demanda, instalados em unidades operacionais e etc	03.758.809/0001-75	18/01/17	18/01/18	M e S	P
76/2016	Prestação de serviços de suporte técnico sem cessão de mão de obra, que compõem o ambiente de tecnologia da informação e comunicação (tic) da contratante, e sistemas de empresas clientes e eventos externos, presencial (suporte de campo) e/ou remoto	07.345.258/0001-79	05/11/16	04/11/17	Não exigido no contrato	P
67/2016	Prest. Serv. Manut. Prevent. Corret. Em 02 elevadores sociais instalados no cce/salvador.	05.823.840/0001-78	13/09/17	13/09/18	M e S	A
60/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em instalações prediais, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios, nas unidades da reven 02.	02.544.972/0001-72	01/09/16	28/02/18	Não consta em Edital	P
55/2016	Prest. Serv. Manut. Prevent. E corret. Em 06 (seis) elevadores sociais w 01 (um) elevador de serviço, instalados no Edf. Sede Pituba da ECT/DR/BA.	15.026.942/0001-16	11/08/16	11/08/17	M e S	P
47/2016	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização no cce.	04.878.794/0001-41	25/07/16	31/12/17	Não exigido no contrato	P
41/2016	Prestação de serviço de vigilância armada para atendimento em unidades da diretoria regional da bahia	13.416.744/0001-33	01/07/17	01/07/18	M	A
38/2016	Prestação de serviços de portaria na unidade do cce - centro de cartas e encomendas, rodovia ba - 535, via parafuso - salvador	04.145.970/0001-36	21/06/17	21/06/18	Não exigido no contrato	A
31/2016	Prestação de serviços de recepção nas unidades operacionais e administrativas dos correios da DR/BA. (Edf. Sede Pituba, Edifício Comercio e CCE Via Parafuso.	04.878.794/0001-41	06/06/16	29/12/17	Não exigido no contrato	P
28/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em instalações prediais (cce e ed sede/ba), com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios	04.878.794/0001-41	02/05/16	31/12/17	F	P
27/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em instalações prediais (cce e ed sede/ba), com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios	11.422.451/0001-33	02/05/16	02/05/17	F	P

66/2015	Prestação de serviço de vigilância armada, para atendimento de 158(cento e cinquenta e oito) postos de agências em unidades de atendimento da DR/BA	13.416.744/0001-33	05/01/17	05/01/18	M	P
65/2015	Prestação de serviço de vigilância armada, para atendimento de 158(cento e cinquenta e oito) postos de agências em unidades de atendimento da drba	13.416.744/0001-33	05/01/17	05/01/18	M	P
34/2015	Locação de 32(trinta e dois)equipamentos reprográficos, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos	05.633.420/0001-29	13/09/17	13/09/18	Não exigido no contrato	A
28/2015	Prestação de serviço de impressão simplex s/foto, envelopagem com colagem interrompida e inserção de objetos com cessão de mão-de-obra	07.385.282/0001-31	12/08/17	12/08/18	Não exigido no contrato	A
13/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação com fornecimento de materiais e equipamentos, em unidades operacionais, atendimento e administrativas da dr/ba.	04.293.000/0001-88	12/04/17	12/04/18	Não exigido no contrato	A
86/2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em instalações prediais, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios, nas unidades da reven 01 da dr/ba.	07.659.454/0001-18	30/10/16	28/02/18	Não exigido no contrato	P
132/2013	Prestação de serviços contínuos de manutenção predial corretiva e de pequenos serviços de adequação em imóveis ocupados pela ect/dr/ba.	12.931.765/0001-24	06/11/15	31/01/17	Não exigido no contrato	P
UG/Gestão: Diretoria Regional de Brasília			CNPJ: 34.028.316/0007-07			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
32/2017	Prestação de serviço para limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios	00.478.727/0001-89	07/12/17	07/12/18	Não exigido no contrato	A
24/2016	Prestação de serviço para limpeza predial, assedio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios	14.037.553/0001-23	02/11/17	02/11/18	Não exigido no contrato	A
86/2015	Prestação de serviço de portaria em unidades da ect, na diretoria regional de Brasília	09.370.244/0001-30	06/09/17	06/09/18	F	A
48/2015	Prestação de serviço de transporte urbano de cargas, na modalidade linhas de transporte urbano ç ltu, com motorista na diretoria regional de Brasília.	14.418.819/0001-88	05/06/17	05/06/18	Não exigido no contrato	A

13/2015	Prestação de serviço de vigilância armada em unidades da diretoria regional de Brasília localizadas no estado de Goiás	37.014.776/0001-70	24/01/16	24/01/17	F	P
47/2014	Prestação de serviço de vigilância desarmada para a diretoria regional de Brasília	09.459.901/0001-10	19/06/17	19/06/18	F	A
3/2014	Serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção	04.944.460/0001-29	14/01/15	30/05/17	F e M	P
122/2013	Manutenção predial elétrica/iluminação - serviço de manutenção corretiva em instalações elétricas, com aplicação de materiais sob demanda, nos imóveis da ect e dr/bsb	08.655.989/0001-83	30/12/16	30/12/17	Não exigido no contrato	P
113/2013	Prestação de serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção, com o fornecimento de material, equipamentos, utensílios e maquinários, para atender as unidades da diretoria regional de Brasília no distrito federal	00.478.727/0001-89	06/12/16	06/12/17	F e M	P
63/2012	Contratação de empresa para a prestação de serviços de copeira	02.053.431/0001-41	13/09/15	30/12/17	Não exigido no contrato	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Ceará		CNPJ: 34.028.316/0010-02				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
66/2016	Serviço de portaria recepção para DR Ceará	04.878.794/0001-41	06/09/16	28/02/18	Não exigido no contrato	P
76/2015	Prestação de serviço de Manutenção Predial Preventiva, Corretiva e de Pequenos Serviços de Adequação, em imóveis ocupados pelo Correios, sob	12.300.554/0001-93	03/10/17	05/10/18	S	A
20/2015	Serviço de Segurança/Vigilância Ostensiva /Armada para Capital e Região Metropolitana	07.957.111/0001-30	07/06/17	07/06/18	F	A
42/2014	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ELEVADORES DE CARGA E PASSAGEIROS DO EDF. SEDE	35.249.036/0001-98	10/07/17	10/07/18	S	A
46/2013	Manutenção preventiva e corretiva em 01 elevador do CO MESSEJANA	35.249.036/0001-98	10/09/17	10/09/18	S	A
37/2013	Serviço de limpeza e conservação na DR/CE	35.240.449/0001-01	05/10/17	29/08/18	M	E
58/2016	Prestação de serviço de vigilância ostensiva em unidades dos Correios no Estado do Ceará conforme Projeto Básico anexo.	07.957.111/0001-30	01/09/17	15/10/17	F	E

57/2016	Prestação de serviço de vigilância ostensiva em unidades dos Correios no Estado do Ceará conforme Projeto Básico anexo.	07.957.111/0001-30	01/09/17	15/10/17	F	E
99/2014	Serviço de limpeza e conservação em Unidades do Interior do Estado da DR/CE.	20.466.189/0001-10	18/12/16	18/12/17	F	E
95/2014	Prestação de serviços de portaria e recepção	01.408.467/00001-48	06/06/16	16/01/17	F	E
44/2013	Serviço de Segurança/Vigilância Ostensiva/Armada para Unidades do Interior da DR/CE	17.036.171/0001-73	06/09/17	20/10/17	F	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Espírito Santo		CNPJ: 34.028.316/0012-66				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
13/2017	Prestação de serviços de transporte rodoviário e distribuição de carga logística, realizadas por meio de viagens de caráter eventual, sem programação prévia (modalidade POOL de Veículos Pesados), com motorista, para atendimento das demandas do Cent	19.821.457/0001-95	14/08/17	14/08/18	Não exigido no contrato	A
8/2017	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios para as unidades da Região Sul dos Correios/ES	36.340.131/0001-65	18/09/17	18/09/18	Não exigido no contrato	A
5/2017	Prestação de serviços de portaria em unidades dos CORREIOS-Diretoria Regional do Espírito Santo	15.121.468/0001-01	31/05/17	31/05/18	F	A
16/2016	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios, para as unidades da Região Norte e Grande Vitória dos Correios/ES	02.201.230/0001-44	01/10/17	01/10/18	Não exigido no contrato	A
11/2016	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, para as unidades da Região Sul dos Correios/ES	20.466.189/0001-10	15/09/16	15/09/17	F	P
6/2016	Serviço de recepção no Edifício Sede dos Correios/ES	15.454.201/0001-36	08/07/17	08/07/18	M	A
1/2015	Locação de equipamentos reprográficos multifuncionais com fornecimento de insumos, exceto papel, para a DR/ES	07.366.769/0001-77	01/02/17	01/02/18	N/A	P

70/2014	Serviço de vigilância armada nas dependências da ECT/DR/ES	07.705.117/0002-09	04/11/17	04/11/18	Não exigido no contrato	A
69/2014	Serviço contínuo com cessão de mão de obra terceirizada de apoio à operação de armazenagem e logística.	00.220.123/00001-44	02/11/17	02/11/18	M	A
23/2014	Serviço de Engenharia compreendendo Manutenção Predial das Unidades da DR/ES com aplicação de Materiais	10.824.077/0001-30	06/06/17	06/06/18	S	A
UG/Gestão: Diretoria Regional de Goiás			CNPJ: 34.028.316/0013-47			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
160/2017	Prestação de serviço de limpeza e conservação com fornecimento de material- DL Remanescente CTR 239/2015	07.386.731/0001-66	06/12/17	05/03/18	Não exigido no contrato	P
82/2017	Prestação de serviço de vigilância armada nas unidades da Diretoria Regional de Goiás.	31.546.484/0003-64	01/07/17	01/07/18	M	A
50/2017	Prestação de Serviço de Mão de Obra Terceirizada	86.688.785/0001-52	11/04/17	11/04/18	F	A
141/2016	Prestação de serviços de vigilância armada nas unidades da DR/GO	13.019.295/0001-90	14/10/17	31/01/18	M	P
131/2016	Prestação de serviços de portaria para a SE/GO	86.688.785/0001-52	02/08/17	02/08/18	Não exigido no contrato	E
284/2015	Prestação de serviços de vigilância armada para a DR/GO.	31.546.484/0003-64	05/01/17	05/01/18	Não exigido no contrato	P
239/2015	Serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da DR/GO.	04.878.794/0001-41	05/12/16	02/01/18	Não exigido no contrato	P
217/2015	Contratação de serviço de reprografia para a DR/GO	11.255.156/0001-30	28/10/17	28/10/18	N/A	A
113/2014	Serviço de limpeza e higienização da máquina de triagem DR/GO.	14.788.120/0001-00	03/07/16	03/07/17	F	E
6/2012	Serviço de vigilância armada dr/go, pelo período de 12 meses	00.914.803/0001-51	16/03/16	11/03/17	F	E
72/2011	Mão de obra terceirizada para Auxiliar de Serviços Gerais e Carregadores.	02.053.431/0001-41	06/01/16	01/01/17	M	P
270/2015	Prestação de serviço de transporte de cargas, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU, com veículo e motorista, para atendimento ao município de Goiânia/GO.	14.338.825/0001-25	11/01/16	11/01/17	M	P

UG/Gestão: Diretoria Regional do Maranhão			CNPJ: 34.028.316/0034-71			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
12/2017	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nas unidades da diretoria regional do maranhão	11.685.502/0001-10	22/11/17	22/11/18	F	E
11/2017	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nas unidades da diretoria regional do maranhão	11.685.502/0001-10	22/11/17	22/11/18	F	E
10/2017	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nas unidades da diretoria regional do maranhão	11.685.502/0001-10	22/11/17	22/11/18	M	P
3/2017	Locação de equipamentos reprográficos multifuncionais POR PRODUÇÃO com assistência técnica e instalação, fornecimento de insumos, exceto papel.	05.060.367/0001-14	22/06/17	22/06/18	F	E
7/2016	Prestação de serviço de limpeza predial com fornecimento de material de limpeza nas unidades da dr/ma.	08.476.683/0001-60	02/12/17	02/12/18	M	P
6/2016	Contratação de serviço de vigilância armada uf/ma	10.389.621/0001-62	18/10/17	18/10/18	M	P
50/2014	Serviço de recepcionista e copeiragem para atendimento das demandas dos prédios do edifício sede, complexo tirirical, ivar saldanha, outeiro da cruz e são pantaleão - ect	11.794.559/0001-57	24/02/17	24/05/17	M	A
43/2014	Vigilância armada 36 postos	05.121.169/0001-13	06/01/16	06/01/17	M	P
48/2013	Vigilância armada 53 postos em unidades da dr/ma.	05.121.169/0001-13	05/10/17	30/09/18	M	P
21/2011	Limpeza e conservação em instalações prediais da ECT/DR/MA.	08.476.683/0001-60	01/09/16	28/02/17	M	A
30/2012	Serviço de manutenção predial nas unidades da dr-ma	07.400.063/0001-84	21/09/16	23/09/17	M	P
3/2012	Serviços de vigilância armada dr-maranhão.	02.023.407.0001-60	17/02/16	12/02/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional de Minas Gerais			CNPJ: 34.028.316/0015-09			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
139/2017	Serviços de portaria nas unidades dos Correios em Minas Gerais,	10.696.939/0001-96	19/10/17	19/10/18	M	P
7/2017	Prestação de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, com aplicação de materiais sob demanda para os	13.050.599/0001-10	13/02/17	13/02/18	M	E

	Correios/MG, REVEN 03					
136/2016	Prestação de serviço de manutenção predial corretiva, com aplicação de materiais sob demanda, na REVEN 01 METROPOLITANA dos Correios/MG	14.320.018/0001-85	15/02/17	15/02/18	M	A
27/2016	Prestação de serviços de vigilância armada na dr/mg	04.947.516/0001-07	18/03/17	18/03/18	M	A
183/2015	Serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, equipamentos e	07.534.224/0001-22	11/12/16	11/12/17	M	A
170/2015	Prestação de serviços de portaria nas unidades da Diretoria Regional de Minas Gerais	13.026.997/0001-09	05/11/17	05/11/18	M	A
163/2015	Prestação de serviços de jardinagem em unidades da ECT/DR/MG	13.192.004/0001-60	29/10/16	29/10/17	M	A
71/2015	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação para a ECT/MG.	01.435.455/00001-13	28/04/16	28/04/17	F	E
68/2015	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da diretoria regional de minas gerais	02.908.313/0001-78	22/04/17	22/04/18	F	P
41/2015	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da diretoria regional de minas gerais	07.655.416/0001-97	23/10/17	23/02/18	M	P
353/2014	Prestação de serviço de limpeza, higienização e conservação de Equipamento de Triagem.	14.339.328/0001-41	15/02/17	15/02/018	F	E
349/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da DR/MG	11.240.607/0001-65	18/12/17	18/02/18	M	E
348/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da Diretoria Regional de Minas Gerais	08.543.708/0001-09	07/01/2017	07/01/18	F	P

339/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, no Complexo De Cartas e Encomendas à CCE/BH da DR/MG	10.287.352/0001-23	14/02/16	14/02/17	F	E
311/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da Diretoria Regional	13.026.997/0001-09	25/12/16	25/12/17	M	P
276/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da DR/MG	02.908.313/0001-78	06/11/17	06/01/18	F	E
228/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da ECT/DR/MG.	11.240.607/0001-65	13/10/17	14/03/18	Não consta em Edital	A
188/2014	Serviço de manutenção predial corretiva, com aplicação de materiais sob demanda, na REVEN 04 - Rio Doce - DR/MG	10.840.625/0001-15	11/09/17	11/09/18	M e S	E
187/2014	Serviço de Manutenção predial corretiva, com aplicação de materiais sob demanda, na REVEN 09 - Sul de Minas da ECT/DR/MG.	10.840.625/0001-15	28/08/17	28/08/18	Não consta em Edital	A
182/2014	Manutenção predial corretiva e preventiva com aplicação de materiais sob demanda, REVEN 6 Zona da Mata	13.050.599/0001-10	21/08/17	21/08/18	F	P
161/2014	Prestação de serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, em elevadores da ECT/DR/MG	10.619.527/0001-52	13/08/16	13/08/17	M	P
149/2014	Serviço de manutenção predial corretiva e preventiva, com aplicação de materiais sob demanda, na REVEN 02 - Norte de Minas - DR/MG	05.823.840/0001-78	24/07/17	24/07/18	F	A
141/2014	Prestação de serviço de recepcionista em unidades da ECT em Minas Gerais.	13.050.599/0001-10	10/07/17	10/07/18	M	A
139/2014	Prestação de serviço de recepcionista em unidades da ECT em Minas Gerais.	13.192.004/0001-60	25/06/16	31/12/17	F	P
129/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios nas instalações prediais da ECT/DR/MG	02.908.313/0001-78	21/08/17	30/11/17	M	P

88/2014	Prestação de Serviço de Vigilância Armada no Âmbito da Diretoria Regional de Minas Gerais	14.428.415/0001-75	19/06/17	19/06/18	M	E
86/2014	Prestação de serviços de recepcionistas no âmbito da DR/MG	13.430.005/0001-04	26/05/14	21/01/17	F	P
83/2014	Prestação de serviços de Vigilância Armada no âmbito da Diretoria Regional de Minas Gerais	11.499.545/0001-00	19/06/17	19/06/18	F	E
80/2014	Prestação do serviço de vigilância armada para ECT/DR/MG	07.534.224/0001-22	19/06/17	19/06/18	M	P
75/2014	Prestação de serviços de manutenção predial corretiva, com aplicação de materiais sob demanda, em Uberlândia e Araguari DR/MG	15.226.223/0001-49	17/04/17	17/04/17	S	E
40/2014	Prestação de serviço de Recepcionistas nas Unidades da ECT, em Minas Gerais	14.320.018/0001-85	27/02/17	27/02/18	M	P
35/2014	Serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da ECT/DR/MG.	12.576.703/0001.41	12/02/16	12/02/17	M	E
278/2013	Vigilância armada/desarmada no âmbito da diretoria regional de minas gerais	07.534.224/0001-22	23/10/17	23/02/18	S	E
207/2013	Contratação de Serviço de Copeiro para o Gabinete e o CECOR - DR/MG	14.320.018/0001-85	13/10/16	13/10/17	M	P
95/2012	Prestação de serviços de vigilância armada/desarmada no âmbito da diretoria regional de Minas Gerais.	09.632.105/0001-38	23/10/17	23/02/18	F	E
94/2012	Prestação de serviços de vigilância armada/desarmada no âmbito da diretoria regional de Minas Gerais.	11.499.545/0001-00	23/10/17	23/02/18	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul			CNPJ: 34.028.316/0009-60			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
19/2017	Manutenção de elevadores	09.477.789/0001-40	21/09/17	21/09/18	Não exigido no contrato	A

26/2016	Serviços de limpeza predial, asseio e conservação	07.084.096/0001-62	18/10/16	31/12/18	Não exigido no contrato	A
15/2016	Serviços de recepção e portaria	04.878.794.0001-41	02/09/16	02/09/17	F e M	P
33/2015	Serviços de manutenção predial	34.108.779/0001-85	18/12/17	18/12/18	S	A
32/2015	Serviços de manutenção predial	34.108.779/0001-85	18/12/17	18/12/18	S	A
61/2013	Serviço de vigilância armada	05.052.780/0001-37	02/12/17	27/11/18	F	A
10/2015	Manutenção de elevadores da DR/MS.	07.043.710/0001-48	17/05/16	17/05/17	Não exigido no contrato	E
21/2014	Contratação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação para as unidades da ECT/DR/MS.	82.376.427/0001-53	03/07/16	01/10/17	Não exigido no contrato	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Mato Grosso			CNPJ: 34.028.316/0016-90			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
96/2017	Prestação de serviços de manutenção predial corretiva e de pequenos serviços de adequação, com com substituição de materiais/peças, nas unidades das reates 1, 2 e 3 dos correios de mato grosso.	19.985.034/0001-00	23/11/17	23/11/18	M	A
95/2017	Prestação de serviço de vigilância ostensiva em unidades dos Correios/MT	14.775.292/0001-49	03/11/17	03/12/17	M	P
77/2016	Prestação de serviços de apoio às operações de armazenagem e logística integrada na dr/mt, mediante cessão de mão-de-obra, que atuarão nos cargos de auxiliar de logística i e ii e de líder de logística, no cli cuiabá/mt (fnde)	11.079.889/0001-60	31/08/17	31/08/18	M	A
117/2016	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene..	04.878.794/0001-41	01/11/16	01/11/17	Não exigido no contrato	E
4/2016	Contratação de serviço de limpeza por acordo de nível de serviço nas unidades metropolitanas - cuiabá e várzea grande/mt.	04.558.234/0001-00	03/05/17	03/05/18	Não exigido no contrato	P

97/2014	Serviço de vigilância armada e desarmada para complexo operacional da dr/mt	04.731.108/0002-96	16/01/17	16/01/18	M	P
46/2014	Serviço de vigilância armada em diversas unidades da ect/dr/mt.	04.731.108/0002-96	09/07/17	09/07/18	M	A
63/2013	Serviço de manutenção e conservação predial do complexo operacional e administrativo do cristo rei DR/MT	11.644.826/0001-00	23/01/17	23/01/18	M	P
18/2015	Contratação de serviços de terceiros para apoio logístico na ect/dr/mt.	14.642.340/0001-20	02/06/16	02/06/17	M	E
55/2014	Serviço de vigilância armada em 05 postos de fronteira da ect/dr/mt.	04.731.108/0002-96	03/08/16	03/08/17	M	E
50/2014	Prestação de serviços de manutenção predial em imóveis da ect/dr/mt (reven 01, 02 e 03).	19.985.034/0001-00	24/07/17	24/10/17	M	E
UG/Gestão: Diretoria Regional da Pará		CNPJ:				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
47/2016	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em elevadores da DR/PA	83.890.137/0001-96	22/12/17	22/12/18	M	A
80/2015	Prestação de serviços de agente de portaria nos correios dr/pa.	83.353.474/0001-44	20/10/17	20/10/18	Não exigido no contrato	A
64/2015	Serv. De vigilância armada em unidades da reven 03, diretoria regional do pará.	02.650.833/0001-23	02/10/17	01/10/18	Não exigido no contrato	A
53/2015	Contratação de serviços de vigilância armada no âmbito da reven 04	00.865.761/0001-06	21/02/17	21/08/17	Não exigido no contrato	P
47/2015	Contratatação de serviços de vigilância armada no âmbito da reven 1	03.257.467/0001-00	14/08/17	14/02/18	Não exigido no contrato	P
46/2015	Contratação de vigilância armada no âmbito da reven 02	03.257.467/0001-00	14/08/17	14/02/18	Não exigido no contrato	P
70/2014	Reprografia de pequeno e médio porte	05.352.726/0001-07	01/08/17	01/08/18	Não exigido no contrato	A
41/2014	LTU Reg. Metrop. Belém - Transporte de cargas postais e/ou especiais, com motorista e combustível.	13.394.148/0001-08	19/06/17	19/06/18	Não exigido no contrato	A
55/2013	Prestação de Serviço de recepção em unidades da DR/PA	83.343.665/0001-25	16/12/17	16/09/18	Não exigido no contrato	A
38/2012	Contratação para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores do ed. Sede - dr/pa	04.614.258/0001-39	11/07/16	11/07/17	M	P

UG/Gestão: Diretoria Regional da Paraíba			CNPJ:			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
10/2017	Prestação de serviço de limpeza da unidades da reven 1	15.039.942/0001-50	19/06/17	19/06/18	Não exigido no contrato	A
7/2017	Prestação de serviço de limpeza por ans reven 01	08.543.708/0001-09	05/06/17	05/06/18	Não exigido no contrato	A
20/2016	Serviços de manutenção-prestação de serviço contínuo sem cessão de mão de obra para a manut. Predial corretiva do prédio do centro operac e adm da diretoria regional da paraíba (coa/dr/pb) e demais unidades localizadas na região metrop João Pessoa	41.075.623/0001-00	02/12/17	03/12/18	Não exigido no contrato	A
19/2016	Prestação de serviço de vigilância armada nas reven's 02 e 03	10.446.347/0001-16	23/07/17	21/07/18	M	A
33/2014	Locação de equipamento de reprografia digital	02.914.690/0001-10	02/10/17	02/10/18	Não exigido no contrato	A
5/2014	Serviço de limpeza predial na reven 03- patos	14.725.699/0001-61	05/02/17	05/02/18	Não exigido no contrato	P
39/2013	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e monta carga, sendo 01 social, 01 de serviço e 01 monta carga do coa/jpa-pb e 01 social em campina grande/pb.	02.474.174/0001-11	12/12/17	18/12/18	Não exigido no contrato	A
28/2013	Serviço de limpeza e conservação da área externa em uma área de 21.370,16m2, com fornecimento de equipamentos e utensílios	12.778.433/0001-51	06/11/17	06/02/18	Não exigido no contrato	P
15/2013	Serviço de segurança/vigilância armada.	12.048.368/0001-09	23/07/16	23/01/17	M	P
14/2013	Serviço de segurança/vigilância armada.	09.222.175/0001-18	24/07/17	21/07/18	M	A
3/2014	Serviço de limpeza predial na reven 01- João Pessoa.	11.855.183/0001-43	04/02/16	31/12/17	Não exigido no contrato	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Pernambuco			CNPJ: 34.028.316/0021-57			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
49/2016	Manutenção preventiva e corretiva de elevadores	11.836.848/0001-71	02/11/17	02/11/18	M	A
60/2015	Prestação de Serviço de Limpeza	09.181.545/0001-16	26/12/17	26/12/18	Não exigido no contrato	A

56/2015	Serviço de transporte rodoviário de cargas na linha ltr-18 (recife/arcoverde), com motorista e combustível por conta da contratada	06.134.846/0001-09	11/10/17	11/10/18	Não exigido no contrato	A
28/2015	Prestação de serviço de limpeza e higienização dos equipamentos do sistema de triagem de objetos com fornecimento de materiais	11.688.159/0001-67	17/07/17	17/07/18	F	A
23/2015	Serviço de vigilância armada	03.591.143/0001-03	13/07/17	08/07/18	M	A
94/2014	Serviço de recepcionista e copa	35.346.147/0001-12	04/12/17	04/12/18	F e M	A
59/2014	Locação de sistema de vigilância eletrônica (alarmes) com instal e manut	04.342.428/0001-73	27/07/17	27/07/18	Não exigido no contrato	A
44/2013	Locacao de 156 sistemas de vigilancia eletronica, com instalacao e manutencao	35.025.592/0001-80	26/08/16	28/08/17	Não exigido no contrato	P
UG/Gestão: Diretoria Regional do Piauí			CNPJ: 34.028.316/0022-38			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
13/2017	Prestação de serviços de portaria para imóveis e instalações prediais	11.842.881/0001-04	05/12/2017	05/12/18	Não exigido no contrato	A
15/2016	Prestação de Serviço de Vigilância Ostensiva	10.389.621/0002-43	22/10/17	22/10/18	F	A
2/2016	Prestação de serviço de limpeza	03.071.710/0001-09	11/05/16	11/05/17	F	P
22/2015	Prestação de serviço contínuo com cessão de mão de obra terceirizada	41.305.228/0001-77	05/09/16	07/09/17	M	P
17/2015	Serviços de vigilancia ostensiva	08.644.690/0001-23	05/08/17	05/08/18	F	A
12/2015	Serviço de manutenção predial:teresina, bom jesus e picos	13.224.659/0001-73	19/03/16	19/03/17	F	P
10/2015	Serviço de manutenção predial:teresina, bom jesus e picos	13.224.659/0001-73	19/03/16	19/03/17	F	P
26/2014	Prestação de serviço de portaria	13.062.767/0001-97	28/08/16	28/08/18	F	A
11/2014	Serviço de vigilância armada	14.151.949/0001-05	04/02/17	04/02/18	F	P
54/2013	Limpeza para atender as necessidade da ECT/DR/PI	09.219.122/0001-48	29/12/16	31/01/18	F	P
14/2013	Manutenção predial preventiva e corretiva sob demanda nas unidades da DR/PI, localizadas na reven01/pi	11.830.257/0001-97	30/03/17	25/03/18	F	P
47/2012	Prestação de Serviço de Vigilância Armada	10.389.621/0002-43	13/12/17	31/01/18	F	P

1/2010	Contratação de serviço de vigilância armada para AC-Timon e e AC-Parque União	00.621.158/0001-89	15/01/10	31/12/18	F	A
28/2012	Contratação de serviço de vigilância ostensiva	10.389.621/0001-62	04/09/16	30/08/17	F	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Paraná			CNPJ: 34.028.316/0020-76			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Situação	
			Início	Fim		
56/2017	Serviço de limpeza para a unidade do CEINT	09.201.726/0001-67	02/10/17	02/10/18	Não exigido no contrato	A
51/2017	Serviço de portaria para ao predio historico	14.010.744/0001-00	01/08/17	01/08/18	Não exigido no contrato	A
50/2017	Serviço de limpeza no ceint	09.201.726/0001-67	20/09/17	18/11/17	Não exigido no contrato	A
48/2017	Contratação de serviço de reprografia/impressão	02.925.132/0001-50	05/07/17	05/07/18	Não exigido no contrato	A
45/2017	Manutencao elevadores ed sede e ctce	29.739.737/0008.89	24/05/17	24/05/18	Não exigido no contrato	A
40/2017	Limpeza do prédio histórico da dr/pr	07.809.721/0001-96	10/06/17	10/06/18	Não exigido no contrato	A
33/2017	Limpeza região metropolitana curitiba	09.201.726/0001-67	04/04/17	04/04/18	Não exigido no contrato	A
75/2017	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais do complexo ceint/dr-pr	10.730.058/0001-44	24/10/16	24/10/17	Não exigido no contrato	P
72/2016	Serviço de limpeza no edifício sede	09.201.726/0001-67	15/09/17	15/09/18	Não exigido no contrato	A
84/2015	Prestação de serviço para limpeza, conservação, higienização - reate/pr-05	10.594.346/0001-19	24/09/17	23/09/18	Não exigido no contrato	A
81/2015	Serviços de limpeza no edifício do ctce londrina	10.594.346/0001-19	14/04/17	14/04/18	Não exigido no contrato	A
74/2015	Serviços de Limpeza de Francisco Beltrão	11.240.607/0001-65	16/09/17	15/09/18	Não exigido no contrato	A
71/2015	Manutenção predial edifício sede dos correios	10.418.360/0001-61	03/09/17	03/09/18	Não exigido no contrato	A
15/2015	Prestação de serviços de recepção em maringá e ponta grossa	06.094.697/0001-93	25/02/17	25/02/18	Não exigido no contrato	P
14/2015	Prestação de serviços de recepção curitiba - pr	14.010.744/0001-00	25/02/17	25/02/18	Não exigido no contrato	P
253/2014	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva em imóveis ocupados pela ECT No Âmbito Geográfico	05.197.068/0001-26	08/01/16	08/01/17	Não exigido no contrato	P

	da REVEN 03					
103/2014	Limpeza região de cascavel e de maringá	10.903.194/0001-99	15/07/17	15/07/18	Não exigido no contrato	A
102/2014	Limpeza região de maringá	11.240.607/0001-65	29/09/17	28/07/18	Não exigido no contrato	A
101/2014	Serviços de limpeza região de cascavel	11.240.607/0001-65	14/06/17	14/06/18	Não exigido no contrato	A
74/2014	Prestação de serviço de limpeza, conservação instalações prediais da ECT na região de Curitiba/PR	09.201.726/0001-67	15/06/17	15/06/18	Não exigido no contrato	A
70/2014	Prestação dos serviços de vigilância desarmada	08.282.615/0001-60	10/04/17	10/04/18	Não exigido no contrato	A
69/2014	Manutenção Predial Preventiva e Corretiva em imóveis ocupados pela ECT no âmbito geográfico da REVEN 04	10.418.360/0001-61	07/05/17	07/05/18	Não exigido no contrato	A
57/2014	Prestação de serviço de limpeza, conservação instalações prediais da ect na região de curitiba/pr	07.809.721/0001-96	20/03/17	20/03/18	Não exigido no contrato	A
44/2014	Recepção para Reven de Londrina	04.970.088/0001-25	23/02/17	23/02/18	Não exigido no contrato	P
95/2013	Serviços de limpeza região de ponta grossa.	10.594.346/0001-19	06/10/17	30/06/18	Não exigido no contrato	A
75/2014	Limpeza e conservação em foz do iguaçu e francisco beltrão	00.7192.414/0001-09	24/04/16	24/04/17	Não exigido no contrato	E
66/2014	Limpeza região metropolitana de curitiba e litoral	09.201.726/0001-67	03/04/16	03/04/17	Não exigido no contrato	E
175/2011	Manutenção com fornecimento e aplicação de peças em elevadores hidráulicos	29.739.737/0008-89	22/01/16	17/01/17	Não exigido no contrato	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Rio de Janeiro			CNPJ: 34.028.316/0002-94			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual			
			Início	Fim		
25/2017	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades do Estado do rio de Janeiro	07.705.117/0007-05	26/06/17	26/06/18	F	A
24/2017	Prestação de serviço de recepção para atendimento às unidades dos Correios/RJ	10.696.939/0001-96	07/06/17	07/06/18	Não exigido no contrato	A
13/2017	Contrato remanescente de prestação de serviço de limpeza	20.466.189/0001-10	13/04/17	13/04/18	Não exigido no contrato	A
12/2017	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios.	04.626.006/0001-20	13/04/17	13/04/18	Não exigido no contrato	A
1/2017	Prestação de serviço de limpeza do edifício sede	04.626.006/0001-20	11/02/17	11/02/18	Não exigido no contrato	P

116/2016	Prestação de serviço de engenharia compreendendo Manutenção predial das unidades da DR/RJ	66.190.646/0001-97	03/11/16	03/11/17	S	P
104/2016	Prestação de serviço de manutenção predial do CCC/Rj com fornecimento de materiais	08.794.796/0001-03	27/09/17	27/09/18	S	A
72/2016	Locação de equipamentos reprográficos multifuncionais com assistência técnica	03.914.523/0001-31	05/07/17	05/07/18	Não exigido no contrato	A
67/2016	Prestação de serviço de engenharia compreendendo Manutenção predial das unidades da DR/RJ	08.583.756/0001-12	27/06/16	27/06/17	S	P
61/2016	Limpeza reven 5	04.940.028/0001-60	13/06/16	13/06/17	Não exigido no contrato	E
53/2016	Prestação de serviço de engenharia compreendendo Manutenção predial das unidades da DR/RJ	21.235.575/0001-63	08/11/17	08/11/18	S	A
45/2016	Prestação de serviço de engenharia compreendendo manutenção predial do ctc/tecai galeão da dr/rj, com fornecimento de materiais e peças de reposição	04.198.061/0001-66	10/05/16	10/05/17	S	A
40/2016	Prestação de Serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção para atendimento aos CORREIOS/DR/RJ	20.466.189/0001-10	23/04/17	23/04/18	F	A
34/2016	Prestação de Serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção para atendimento aos CORREIOS/DR/RJ	08.543.708/0001-09	12/04/17	12/04/18	F	A
28/2016	Prestação de Serviços de Recepcionista Biligues(Ingles e Espanhol)	14.010.744/0001-00	24/06/16	24/06/17	F	P
27/2016	Prestação de Serviço de limpeza e conservação	17.659.254/0001-19	06/04/16	06/04/17	F	P
26/2016	Prestação de Serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção para atendimento aos CORREIOS/DR/RJ	17.659.254/0001-19	06/04/16	06/04/17	F	P
23/2016	Manutenção Preventiva e Corretiva em Elevadores do CTC Cidade Nova DR/RJ.	02.590.254/0001-32	19/03/17	19/03/18	M e S	A
11/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção para atendimento aos CORREIOS/DR/RJ, com fornecimento de material de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios	17.659.254/0001-19	10/02/16	10/02/17	Não exigido no contrato	P
110/2015	Manutenção predial do cop nova iguaçu dr/tj	40.255.358/0001-80	22/10/17	22/10/18	S	P
87/2015	Prestação de serviço de garçon	14.010.744/0001-00	26/09/16	26/09/17	Não exigido no contrato	P
69/2015	Manutenção Predial do ED. Sede e CTC Cidade Nova	06.219.530/0001-01	09/08/17	09/08/18	S	A

57/2015	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades da DR/RJ.	16.950.839/0001-20	10/07/17	10/07/18	F	A
56/2015	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades da DR/RJ.	16.950.839/0001-20	03/07/17	03/07/18	F	A
32/2015	Prestação de serviço de manutenção dos elevadores do Ed. Sede e CTC CNO, com fornecimento e substituição de peças (por demanda)	02.590.254/0001-32	11/05/17	11/05/18	F	E
27/2015	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva nos elevadores .	33.127.721/0001-16	04/04/17	04/04/18	F	E
171/2014	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades do RJ.	16.950.839/0001-20	14/12/15	02/01/17	F	P
170/2014	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades do Estado do Rio de Janeiro.	16.950.839/0001-20	16/12/17	16/12/18	F	A
169/2014	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades do RJ	16.950.839/0001-20	14/12/15	02/01/17	F	P
167/2014	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades do RJ.	16.950.839/0001-20	15/12/16	15/12/17	F	P
166/2014	Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada em unidades do Estado do Rio de Janeiro.	16.950.839/0001-20	15/12/17	15/12/18	F	A
57/2014	Serviço de vigilância do edifício sede DR/RJ	03.372.304/0001-78	26/04/17	26/04/18	F	E
7/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes em elevadores do ctc nig, cop benfica e ctc galeão	11.141.081/0001-66	26/01/18	21/01/19	M	P
6/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes em elevadores do ctc nig, cop benfica e ctc galeão	11.141.081/0001.66	25/01/17	25/01/18	M	P
5/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes em elevadores do ctc nig, cop benfica e ctc galeão	11.141.081/0001-66	25/01/17	25/01/18	M	P
151/2013	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção em unidades da ect/dr/rj - centro e s	05.576.482/0001-46	07/11/16	07/11/17	Não exigido no contrato	P
53/2013	Prestação de serviço de engenharia compreendendo manutenção predial	40.255.358/0001-80	09/04/17	04/04/18	S	A
14/2013	Locação de equipamentos reprográficos multifuncionais com fornecimento de insumos,	07.432.517/0001-07	04/02/16	31/03/17	Não exigido no contrato	E

	exceto papel					
12/2013	Prestação de serviço de engenharia compreendendo manutenção predial das unidades da dr/rj, com fornecimento de materiais e peças de reposição.	02.986.452/0001-10	04/02/17	30/01/18	S	P
11/2013	Prestação de serviço de engenharia compreendendo manutenção predial das unidades da dr/rj, com fornecimento de materiais e peças de reposição.	02.986.452/0001-10	04/02/17	30/01/18	S	P
82/2012	prestação de serviço de limpeza e conservação	08.543.708/0001-09	08/07/16	03/07/17	Não exigido no contrato	P
11/2017	Prestação de serviço de ascensoristas para atendimento às unidades dos Correios	04.626.006/0001-20	17/02/17	17/02/18	Não exigido no contrato	P
36/2016	Prestação de Serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção para atendimento aos CORREIOS/DR/RJ	41.309.022/0001-15	12/04/16	12/04/17	F	E
9/2016	Serviço de limpeza e conservação, higienização e desinfecção	14.562.544/0001-51	04/02/16	04/02/17	Não exigido no contrato	E
16/2014	Serviços de recepcionista	04.496.288/0001-98	07/02/16	07/02/17	Não exigido no contrato	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Rio Grande do Norte			CNPJ: 34.028.316/0025-80			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
14/2016	Contratação de serviço de limpeza	04.878.794/0001-41	04/10/16	31/01/18	Não exigido no contrato	P
6/2016	Contratação de empresa para vigilância em unidades da ECT	10.639.977/0001-07	24/03/17	24/03/18	F	P
17/2013	Vigilância armada na grande natal e no interior (exceto assu, mossoro e barauna)	10.748.912/0001-08	26/04/17	22/04/18	F	A
28/2015	Contratação de serviço de vigilância armada	11.937.230/0001-06	14/07/16	14/07/17	F	E
61/2012	SERVIÇO DE VIGILANCIA PARA UNIDADES DA DR/RN	11.330.880/0001-80	02/11/16	29/10/17	F	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Rondônia			CNPJ: 34.028.316/0027-42			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
46/2017	Contratação emergencial de serviços de vigilância armada nas dependências da ect/se/ro em porto velho/ro	10.760.842/0001-03	19/10/17	18/12/17	N/A	P
41/2017	Contratação emergencial de serviço de limpeza e higienização para as unidades se/ro	25.000.687/0001-96	11/12/17	10/03/18	N/A	P

37/2017	Prestação de serviço manutenção predial corretiva e de pequenos serv. De adequação com fornec. Material para as unidades da dr/ro	17.732.735/0001-02	28/06/17	28/06/18	N/A	A
23/2017	Prestação de serviço de limpeza predial, com fornecimento de materiais para as unidades dos correios de rondônia	25.000.687/0001-96	09/04/17	08/09/17	N/A	P
8/2016	Contratação emergencial de serviços de limpeza para as unidades da dr/ro com aplicação de material	25.000.687/0001-96	01/12/16	28/02/17	N/A	E
12/2017	Contratação de consultoria/assessoria de médico psiquiatra para atuar como perito assistente nos autos de processos de ação trabalistas.	00.045.736/9360-20	26/01/17	26/01/18	N/A	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Roraima			CNPJ: 34.028.316/8056-16			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
11/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização das unidades dos correios no município de boa vista, com utilização de materiais de limpeza,	12.223.934/0001-71	21/12/17	21/01/18	F	P
28/2015	Prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização das unidades dos Correios no município de Boa Vista, com utilização de materiais de limpeza, utensílios e equipamentos de qualidade por conta da contratada pelo período de 12 (doze) meses.	10.282.449/0001-43	11/12/16	12/12/17	F	P
13/2013	Vigilância armada para a dr/rr	02.692.187/0001-67	21/09/2017	24/09/2018	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional do Rio Grande do Sul			CNPJ: 34.028.316/8056-16			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
102/2017	Serviço de Manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças do elevador da REVEN/RS 06 em Santa Maria /RS	08.787.861/0001-73	07/12/17	07/12/18	S	A
39/2017	Serviços de limpeza e conservação em Unidades da REVEN Pelotas - DR/RS	09.628.278/0001-82	16/05/17	16/05/18	Não exigido no contrato	A
35/2017	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças, em elevadores monta cargas	08.787.861/0001-73	27/04/17	27/04/18	S	A

34/2017	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças, em elevadores monta cargas	08.787.861/0001-73	27/04/17	27/04/18	Não exigido no contrato	A
100/2016	Serviços de limpeza - unidades da REVEN Santo Angelo	07.842.476/0001-19	10/11/16	30/04/18	M	A
108/2015	Mão de obra terceirizada	08.543.708/0001-09	05/11/17	05/11/18	M	A
95/2015	Manutenção dos elevadores do Prédio Sede - DR/RS	08.787.861/0001-73	17/10/17	17/10/18	S	A
41/2015	Serviços de Copeiragem na DR/RS	13.116.460/0001-21	22/05/16	24/05/17	Não exigido no contrato	P
148/2014	Serviços de limpeza - REVEN Porto Alegre	02.095.393/0001-90	03/02/17	03/02/18	Não exigido no contrato	P
110/2014	Serviços de limpeza - revens Santa Maria e Santa Cruz do Sul	10.594.346/0001-19	01/11/17	01/11/18	Não exigido no contrato	A
16/2014	Serviços de vigilância	87.134.086/0001-23	12/03/17	12/03/18	Não exigido no contrato	P
98/2013	Locação de caminhão com motorista	12.391.204/0001-80	10/10/16	06/10/17	Não exigido no contrato	P
71/2013	Vigilância armada e desarmada	87.134.086/0001-23	12/08/17	09/08/18	Não exigido no contrato	A
58/2013	Limpeza e conservação na região de passo fundo/rs	10594346000119	05/07/17	30/06/18	Não exigido no contrato	A
57/2013	Limpeza e conservação na região de novo hamburgo/rs.	10.594.346/0001-19	05/07/17	30/06/18	Não exigido no contrato	A
56/2013	Limpeza e conservação na região de caxias do sul/rs.	10.594.346/0001-19	05/07/17	30/06/18	Não exigido no contrato	A
17/2013	Serviço de jardinagem e manutenção das áreas externas do ctce	94.331.832/0001-34	15/03/2017	10/03/2018	Não exigido no contrato	P
72/2012	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material, em Unidades da ECT-DR/RS, localizadas na região de Pelotas/RS.	08.091.559/0001-86	05/06/16	31/12/17	Não exigido no contrato	P
58/2012	Limpeza e conservação em santo ângelo e região.	05.784.565/0001-20	30/04/16	30/04/18	Não exigido no contrato	A
88/2016	Serviços de manutenção predial nas luminárias prédio Siqueira Campos 637.	10.554.263/0001-04	28/10/16	28/10/17	M e S	E
44/2012	Manutenção corretiva em paleteiras, com aplicação de peças, partes, conjuntos, componentes, produtos, limpeza, testes e configurações.	94.980.505/0001-03	11/05/16	06/05/17	Não exigido no contrato	E
24/2012	Transporte rodoviário de cargas postais com motorista, na modalidade viagens extras - LTR 001.	80.665.102/0001-65	14/03/16	11/03/17	Não exigido no contrato	E

22/2012	Transporte rodoviário de cargas postais com motorista, na modalidade viagens extras - LTR 002.	00.067.910/0001-91	14/03/16	11/03/17	Não exigido no contrato	E
9/2012	TRANSPORTE DE CARGAS COM MOTORISTA LTR 054 - Santa Cruz do Sul / Encruzilhada do Sul.	08.033.218/0001-54	11/01/16	11/01/17	Não exigido no contrato	E
7/2012	Transporte rodoviário de cargas com motorista ltr 051 - passo fundo / guabiju.	04.362.928/0001-77	11/01/16	08/01/17	Não exigido no contrato	E
6/2012	Transporte rodoviário de cargas com motorista ltr 018 - passo fundo / santa maria.	00.067.910/0001-91	09/01/17	10/03/17	Não exigido no contrato	E
4/2012	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS COM MOTORISTA LTR 006 - Passo Fundo/Salto do Jacui.	04.362.928/0001-77	11/01/16	08/01/17	Não exigido no contrato	E
22/2010	Serviço de limpeza e conservação em unidades da ect na dr-rs	05.795.290/0001-20	26/01/14	31/12/17	Não exigido no contrato	E
62/2017	Serviço de consultoria jurídica em licitações e contratos e acesso a web licitações e contratos	86.781.069.0001/15	14/12/17	13/02/18	N/A	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Santa Catarina						
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
32/2017	Serviço de apoio logístico mão de obra terceirizada	07.377.407/0001-81	06/11/17	06/11/2018	M	A
31/2017	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios.	04.626.006/0001-20	23/10/17	23/10/18	Não exigido no contrato	A
36/2016	Prestação de serviço de Vigilância Armada nas dependências da ECT/SC.	10.364.152/0001-27	14/10/17	14/10/18	Não exigido no contrato	A
23/2015	Serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais da ect	10.581.285/0001-55	06/04/17	06/10/17	Não exigido no contrato	P
79/2014	LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO NAS INSTALAÇÕES DA ECT DR/SC - revens 04 E 05	00.464.219/0001-41	01/10/16	01/10/17	Não exigido no contrato	P
28/2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - UNIDADES revens 1, 2 e 3	09.561.495/0001-00	28/05/17	27/09/17	Não exigido no contrato	P
43/2013	Limpeza e conservação para diversas unidades da dr/sc	09.561.495/0001-00	07/06/17	08/10/17	Não exigido no contrato	P
11/2013	Prestação de serviço de recepcionistas	11.967.535/0001-52	05/03/17	05/03/18	Não exigido no contrato	P
10/2013	Serviço de limpeza e conservação - coa	10.581.285/0001-55	07/08/17	07/10/17	Não exigido no contrato	P
69/2012	Vigilância armada e desarmada dr/sc	10.364.152/0001-27	13/09/17	13/03/18	F	P

55/2012	Manutenção de elevadores de passageiros e de cargas coa dr sc	90.347.840/0009-75	05/06/16	07/06/17	S	P
47/2016	Prestação de Serviço de Vigilância Armada e Desarmada, nas dependências da ECT.	82.949.652/0001-31	15/12/16	15/12/2017	F	E
12/2013	Serviços de reprografia	4292169000113	01/02/16	01/02/17	N/A	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Sergipe						
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
15/2017	Serviço de recepcionista	7830688000186	04/09/17	04/09/18	F	A
3/2017	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do elevador instalado no edf. Sede dos Correios de Sergipe	29739737003713	02/05/17	02/05/18	Não exigido no contrato	A
17/2016	Manutenção predial nas unidades administrativas, operacionais e de atendimento da DR/SE	9379897000180	09/09/17	09/09/18	Não exigido no contrato	A
23/2015	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da dr/se.	15039942000150	24/11/17	23/02/18	F	P
6/2015	Contratação de mão de obra terceirizada	2544972000172	20/05/17	20/05/18	M	A
46/2012	Serviço de vigilância empresarial armada nos edifícios próprios e alugados da ect, na diretoria regional de sergipe.	32834491000162	03/12/17	02/03/18	M	P
8/2012	Serviços de reprografia com cessão de 06 equipamentos reprográficos.	10969324000196	10/05/17	09/05/18	Não exigido no contrato	A
7/2013	Serviço de recepcionista, copeiragem e telefonista para atendimento das demandas dos prédios de edificio sede, complexo rua acre e rua alagoas, conforme especificações técnicas constantes do processo.	4854298000158	04/06/16	04/06/17	F	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de São Paulo Interior			CNPJ: 34.028.316/7101-51			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
138/2017	Prestação de serviço de manutenção predial programada e corretiva em imóveis da região de Campinas	05.639.608/0001-84	20/11/17	20/11/18	S	A
122/2017	Prestação de serviço de manutenção preventiva mensal e corretiva em um elevador de passageiros situados no CDD Avaré.	06.762.984/00001-99	01/11/17	01/11/18	Não exigido no contrato	A

96/2017	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevador na cidade de São José dos Campos	10.658.360/0001-39	01/10/17	01/10/18	Não exigido no contrato	A
74/2017	Reprografia de grande porte	00.783.573/0001-39	14/07/17	14/07/18	Não exigido no contrato	A
147/2016	Vigilância desarmada	13.649.411/0001-54	28/10/17	28/10/18	Não exigido no contrato	A
145/2016	Prestação de serviços de limpeza em rib. Preto	07.842.476/0001-19	01/11/17	01/11/18	Não exigido no contrato	A
109/2016	Prestação de serviços de limpeza com fornecimento de material nas unidades dos Correios da região de São José dos Campos/SP	08.543.708/0001-09	06/01/17	06/01/18	Não exigido no contrato	P
105/2016	Manutenção elevador REVEN SJC	11.472.645/0001-43	01/09/16	01/09/17	Não exigido no contrato	P
61/2016	Prestação de serviços de vigilância nas unidades da DR/SPI	10.928.126/0001-84	16/06/17	16/06/18	Não exigido no contrato	A
60/2016	Manutenção em Elevadores instalados no CEE Campinas	56.851.769/0001-78	08/06/17	08/06/18	Não exigido no contrato	A
54/2016	Manutenção de elevador em limeira.	10.658.360/0001-39	26/04/17	26/04/18	Não exigido no contrato	A
46/2016	Manutenção em 2 elevadores sociais e 1 de carga da ac ribeirão preto	10.658.360/0001-39	19/04/17	19/04/18	Não exigido no contrato	A
15/2016	Manutenção elevadores em unidades de cas	56.851.769/0001-78	27/01/17	27/01/18	Não exigido no contrato	P
261/2015	Conservação predial - são jose dos campos	05.784.565/0001-20	05/01/16	05/01/17	Não exigido no contrato	P
247/2015	Manutenção elevadores ed sede e ac marilia	67.629.840/0001-99	14/11/17	14/11/18	Não exigido no contrato	A
229/2015	Contratação de serviços de limpeza - Sorocaba	08.543.708/0001-09	29/11/17	29/11/18	Não exigido no contrato	A
224/2015	Contratação serviços de limpeza - região de araçatuba	08.543.708/0001-09	23/10/17	23/10/18	Não exigido no contrato	A
223/2015	Prestação dos Serviços de Limpeza nas Reg de PPe, Votup e BTU	08.543.708/0001-09	01/11/17	01/11/18	Não exigido no contrato	A
222/2015	Serviços de limpeza - região rio claro	08.543.708/0001-09	06/11/17	06/11/17	Não exigido no contrato	A
183/2015	Serviços de vigilância	06.069.276/0001-02	20/09/17	20/09/18	Não exigido no contrato	A
151/2015	Serviço de vigilância para o cce campinas	06.069.276/0001-02	19/08/17	19/08/18	Não exigido no contrato	A
123/2015	Complexo valinhos - contr. Serviços jardinagem	00.224.853/0001-07	22/07/17	22/07/18	Não exigido no contrato	A

95/2015	Jardinagem cce campinas	04.102.128/0001-17	16/05/17	16/05/18	Não exigido no contrato	A
82/2015	Manutenção predial prev cor em unidades da reven sjc	11.693.175/0001-48	21/04/16	21/04/17	Não exigido no contrato	P
19/2015	Prestação de serviços de limpeza - CCE Campinas.	45.768.009/0001-85	03/11/16	03/07/18	Não exigido no contrato	A
317/2014	Controle e vigilância da qualidade da água do poço tubular de valinhos	05.660.851/0001-84	14/11/16	14/11/17	Não exigido no contrato	P
294/2014	Serviço de limpeza na região de bauru/sp com fornecimento de materiais	08.543.708/0001-09	27/11/17	27/11/18	Não exigido no contrato	A
282/2014	Serviços limpeza complexo valinhos	12.820.904/0001-42	10/11/17	10/11/18	Não exigido no contrato	A
256/2014	Serviço de limpeza na região de são josé do rio preto/sp com fornecimento de materiais	08.543.708/0001-09	23/10/17	23/10/18	Não exigido no contrato	A
233/2014	Serviços de limpeza em araraquara/sp com aplicação de materiais	14.084.079/0001-90	02/10/17	02/10/18	Não exigido no contrato	P
176/2014	Serviços de vigilância armada DR/SPI	06.069.276/0001-02	13/07/16	13/07/17	Não exigido no contrato	P
483/2013	Contratação de prestação de serviços de limpeza com fornecimento de material.	04.370.087/0001-40	08/11/17	03/11/18	Não exigido no contrato	A
165/2012	Serviços de limpeza predial nas unidades da região de ribeirão preto/sp	04.370.087/0001-40	03/09/16	02/01/17	Não exigido no contrato	P
42/2010	Serviços de reprografia com cessão de equipamentos	46.266.771/0001-26	09/04/14	02/01/17	Não exigido no contrato	P
30/2015	Manutenção predial em presidente prudente	10.418.360/0001-61	12/02/16	12/02/17	Não exigido no contrato	E
103/2011	Serviços de vigilância físico patrimonial armada e desarmada.	05.345.091/0001-10	11/04/16	10/04/17	Não exigido no contrato	E
92/2011	Serviços de vigilância físico patrimonial armada e desarmada.	05.345.091/0001-10	11/04/16	10/04/17	Não exigido no contrato	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana			CNPJ: 34.028.316/0031-29			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
143/2017	Prestação de serviço de limpeza predial asseio e conservação das REVENs 02 e 03 e Prédio da Vila Maria	00.482.840/0001-38	01/12/17	01/12/18	Não exigido no contrato	A

127/2017	Prestação de serviço para limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios.	08.543.708/0001-09	10/11/17	10/11/18	Não exigido no contrato	A
117/2017	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios	00.482.840/0001-38	06/11/17	06/11/18	Não exigido no contrato	A
113/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios, máquinas e equipamentos, compatíveis com o quantitativo de empregados e específicos para as características da	05.059.388/0001-10	01/11/17	01/11/18	Não exigido no contrato	A
112/2017	Prestação de Serviço de limpeza predial, asseio e conservação das REVENs 04 e 12	00.482.840/0001-38	31/10/17	31/10/18	Não exigido no contrato	A
110/2017	Prestação de serviço para limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios na unidade pertencente ao comp. Claudio schalch - diretoria regional de são paulo metropolitana.	02.908.313/0001-78	25/10/17	25/10/18	Não exigido no contrato	A
101/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção de unidades pertencentes a REVEN 05 e 06 da DR/SPM	05.059.388/0001-10	01/11/17	01/11/18	Não exigido no contrato	A
83/2017	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção do imóvel pertencente ao CD Leste dos Correios - DR/SPM	05.389.315/0001-96	19/09/17	19/09/18	Não exigido no contrato	A
60/2017	Prestação de serviços de reprografia de grande porte, abrangendo processos de cópia, impressão e digitalização de documentos, com disponibilização de equipamentos e mão de obra.	01.546.939/0001-19	07/06/17	07/06/18	Não exigido no contrato	A
28/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos nas unidades da REVEN 08 dos Correios da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	05.389.315/0001-96	20/03/17	20/03/18	Não exigido no contrato	A
17/2017	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios no cte	07.836.985/0001-39	24/02/17	24/02/18	Não exigido no contrato	P

	saúde da diretoria regional de são paulo metropolitana.					
11/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos nos imóvel(is) pertencente(s) ao Prédio da Vila Maria dos CORREIOS/DR/SPM.	04.626.006/0001-20	30/01/17	30/01/18	Não exigido no contrato	P
10/2017	Prestação de serviços de copeiragem para atendimento ao Gabinete da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	04.626.006/0001-20	30/01/17	30/01/18	F	P
3/2017	Prestação de serviços de operação de elevadores de carga e de serviços instalados no Edifício Sede DR/SPM	02.738.552/0001-27	25/01/17	25/01/18	Não exigido no contrato	P
223/2016	Prestação de serviços de manutenção predial corretiva emergencial, programada e preventiva, no Centro Cultural dos Correios São Paulo, em regime de empreitada por preço unitário	13.679.845/0001-05	16/12/17	16/12/18	Não exigido no contrato	A
222/2016	Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, para a Prestação de serviços de manutenção predial corretiva emergencial, programada e preventiva, em imóveis ocupados pela CONTRATANTE nas faixas de CEP 02,07 e 08 da DR/SPM	13.679.845/0001-05	16/12/17	16/12/18	Não exigido no contrato	A
220/2016	Prestação de serviços de limpeza para as Unidades pertencentes a REVEN-02 dos Correios/DR/SPM	04.878.794/0001-41	14/12/16	14/12/17	Não exigido no contrato	P
218/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, nos imóveis pertencentes à REVEN 03 dos CORREIOS/DR/SPM.	04.878.794/0001-41	12/12/16	12/12/17	Não exigido no contrato	P
216/2016	Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, para a Prestação de serviços de manutenção predial corretiva emergencial, programada e preventiva, em imóveis ocupados pela CONTRATANTE nas faixas de CEP 04 e 09 da DR/SPM	07.706.978/0001-12	05/12/16	05/02/18	Não exigido no contrato	P
196/2016	Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, para prestação de serviço de manutenção predial corretiva emergencial, programada e preventiva, no Complexo Santo Amaro da DR/SPM	13.679.845/0001-05	22/11/17	22/11/18	Não exigido no contrato	A
182/2016	Prestação de serviços de recepção, com disponibilização de crachás de identificação a	04.878.794/0001-41	03/11/16	03/11/17	M	P

	serem utilizados para o controle de acesso, em unidades dos Correios da DR/SPM					
148/2016	Prestação de serviço para limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios na unidade do complexo claudio schalch da dr/spm.	04.878.794/0001-41	18/10/16	18/10/17	Não exigido no contrato	P
42/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, compatíveis com o quantitativo de empregados e específicos para as características da área física	11.130.061/0001-90	07/04/16	07/04/17	Não exigido no contrato	P
35/2016	Prestação de serviços de vigilância patrimonial , atendendo as unidades da ect/dr/spm	10.928.126/0001-84	02/05/17	02/05/18	F	A
28/2016	Prestação de serviço de limpeza e higienização de equipamento de triagem	07.836.985/0001-39	25/03/17	25/03/18	F e M	A
306/2015	Prestação de Serviço de Limpeza e higienização de equipamento de triagem automática no CTC Santo André	07.836.985/0001-39	15/10/17	29/12/17	F e M	P
277/2015	Prestação de serviços de transporte de equipe técnica, equipamentos e materiais para manutenção mecânica, elétrica e de conservação predial da gerência de engenharia, para atendimento das diversas unidades da contratante que compõem a dr/spm	00.340.396/0001-16	16/09/17	16/09/18	Não exigido no contrato	A
273/2015	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, em Unidades pertencentes à REVEN 10 da ECT/DR/SPM	08.543.708/0001-09	12/10/17	14/11/17	Não exigido no contrato	P
272/2015	Prestação de serviços de limpeza - ctc santo amaro	50.400.407/0001-84	10/09/17	10/09/18	Não exigido no contrato	A
256/2015	Contratação em regime de empreitada por preço unitário, para a prestação de serviços de manutenção predial corretiva emergencial, programada e preventiva no Complexo Cajamar da DR/SPM	19.026.321/0001-93	03/09/17	03/09/18	Não exigido no contrato	A
240/2015	Prestação de serviço de limpeza das unidades da reven 04 - dr/spm	10.398.338/0001-05	16/09/16	16/09/17	Não exigido no contrato	P

80/2015	SPO 73683 Prestação de serviço de man. predial corretiva e emergencial, programada e preventiva, conservação e instalação no complexo saúde	19.026.321/0001-93	16/04/17	16/04/18	Não exigido no contrato	A
79/2015	Spo 28065 - prestação de serviços de manutenção predial corretiva emergencial, programada e preventiva, conservação e instalação no complexo claudio schalch - dr/spm.	19.026.321/0001-93	16/04/17	16/04/18	Não exigido no contrato	A
60/2015	Prestação de serviços de vigilância patrimonial (armada) para unidades operacionais da ect/dr/spm	10.928.126.0001-84	21/03/17	21/03/18	F	A
59/2015	Contratação de vigilância armada	10.928.126/0001-84	21/03/17	21/03/18	F	A
45/2015	Contratação de vigilância armada	10.928.126.0001-84	15/04/17	15/04/18	F	A
42/2015	Presetação de serviços de manutenção predial cep-06	08.583.756/0001-12	04/03/16	20/11/17	Não exigido no contrato	P
15/2015	Prestação de serviço de Limpeza Reven 7	14.084.079/0001-90	04/02/17	04/02/18	Não exigido no contrato	P
310/2014	Serviço de man. Predial corretiva e preventiva ed sede/spm	19.026.321/0001-93	03/10/17	03/10/18	Não exigido no contrato	A
268/2014	Serviço de limpeza e higienização em equip de triagem - vila maria	07.863.853/0001-04	29/12/17	29/03/18	F e M	A
267/2014	Serviço de limpeza e higienização em equip de triagem - MOOCA	07.863.853/0001-04	29/12/17	29/03/18	F e M	A
214/2014	Prestação de serviços externos para cópias reprográficas coloridas, Tamanho A3 e A4.	00.783.573/0001-39	03/07/17	03/07/18	Não exigido no contrato	A
191/2014	Manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de elevadores	05.823.840/0001-78	16/06/17	16/06/18	Não exigido no contrato	A
180/2014	Prestação de serviços de vigilância armada para o teca cajamar	06.069.276/0001-02	30/05/17	30/05/18	F	A
127/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de peças, conjuntos e componentes, em elevadores de carga e elevadores sociais instalados no Centro Cultural, CTE Saude, CTC Santo Amaro e Ambulatório Santo André.	05.823.840/0001-78	10/05/17	10/05/18	Não exigido no contrato	A
89/2014	Serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas	14.599.466/0001-60	09/12/17	09/04/18	Não exigido no contrato	A

	unidades do EDIFÍCIO SEDE e COMPLETO OPERACIONAL BAUMAN, pertencente a DR/SPM.					
80/2014	Manutenção de elevadores	05.823.840/0001-78	10/04/17	10/04/18	Não exigido no contrato	A
243/2013	Prestação de serviços de vigilância armada para complexos operacionais	10.928.126/0001-84	17/09/17	12/09/18	F	A
230/2013	Prestação de serviços de vigilância armada para complexos operacionais da DR/SPM	06.069.276/0001-02	25/08/16	25/08/17	F	P
102/2013	Prestação de serviços de manutenção corretiva com cobertura total de mão-de-obra, fornecimento e aplicação de partes, peças de reposição, conjuntos, componentes, acessórios, materiais, limpeza, pintura, testes e ajustes, em contêineres aramados fixos	07.888.160/0001-68	05/08/17	31/07/18	Não exigido no contrato	A
13/2013	Prestação de serviços de vigilância armada para complexos operacionais da dr/spm,	15.252.971/0001-04	09/02/17	04/02/18	F	A
208/2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de mão-de-obra, peças, conjuntos e componentes, em elevadores sociais, elevadores de carga e monta cargas e escadas rolantes.	00.289.860.146-72	07/09/16	02/09/17	Não exigido no contrato	P
207/2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de mão-de-obra, peças, conjuntos e componentes, em elevadores sociais, elevadores de carga e monta cargas e escadas rolantes.	00.289.860.146-72	03/09/17	03/03/18	Não exigido no contrato	A
201/2016	Prestação de serviços de manutenção e conservação de gramados, áreas verdes, jardins, serviços de poda de pequena monta nos Complexos Operacionais e Unidades dos Correios da DR/SPM	11.272.758/0001.03	22/11/16	22/02/18	Não exigido no contrato	E
84/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos nos imóvel(is) pertencente(s) à REVEN 03 dos CORREIOS/DR/SPM.	09.288.595/0001.05	18/07/16	18/07/17	Não exigido no contrato	E
44/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, nas unidades pertencentes à REVEN	09.288.595/0001.05	11/04/16	11/04/17	Não exigido no contrato	E

	02 da ECT/DR/SPM					
19/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, cd- leste	09.288.595/0001-05	21/03/16	21/03/17	Não exigido no contrato	E
338/2015	Prestação de serviço de operação de elevadores de carga e de serviços ed. Sede - dr/spm	10.683.848/0001-16	15/12/16	15/03/17	Não exigido no contrato	E
266/2015	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, dos imóveis da Unidades pertencentes à REVEN 01 E 11 da ECT/DR/SPM	14.084.079/0001-90	19/10/17	19/11/17	Não exigido no contrato	E
203/2015	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios	10.683.848/0001-16	30/07/16	30/07/17	Não exigido no contrato	E
184/2015	Prestação de serviço de limpeza das unidades da reven 09 - dr/spm	01.031.733/0001-56	17/07/16	17/07/17	Não exigido no contrato	E
90/2015	Contratação de serviço de copeiragem	10.683.848/0001-16	29/04/16	29/04/17	F	E
319/2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção das instalações prediais em unidades da ECT/DR/SPM, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios, máquinas e equipamentos, compatíveis com o quantitativo de e	07.836.985/0001-39	08/02/17	08/05/17	Não exigido no contrato	E
45/2013	Serviços de limpeza - reven 8	10.683.848/0001-16	02/03/16	02/03/17	Não exigido no contrato	E
126/2012	Serviços de controle de pragas e vetores, limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios centro cultural, al. Nothmann e vila maria	07.177.647/0001-32	15/06/16	10/06/17	Não exigido no contrato	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Tocantins			CNPJ: 34.028.316/7883-47			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
17/2016	Serviço de portaria no Edifício Sede SE/TO	86.688.785/0001-52	06/12/17	06/12/18	M	A
15/2016	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação, em regime de tempo parcial, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios - DR/TO	13.452.604/0001-10	10/01/17	10/01/18	Não exigido no contrato	P

12/2016	Prestação de serviços de limpeza na região de Araguaína/TO	13.452.604/0001-10	21/10/17	21/10/18	Não exigido no contrato	A
11/2016	Prestação de serviços de vigilância armada em unidades de atendimento - dr/to	06.088.000/0002-52	01/11/16	01/11/17	Não exigido no contrato	P
30/2014	Serviço de limpeza e conservação , em regime de tempo parcial, com fornecimento de materiais- Região de Gurupi/TO.	41.309.022/0001-15	10/02/16	10/02/17	Não exigido no contrato	P
23/2014	Prestação de serviço de vigilância armada nas unidades da DR Tocantins.	11.461.113/0001-00	26/11/16	26/11/17	Não exigido no contrato	P
22/2014	SERVIÇO DE PORTARIA PARA EDIFÍCIO SEDE DR/TO.	41.309.022/0001-15	02/12/15	02/01/17	M	P
1/2012	Vigilância armada nas dependências da ECT/DR/TO por 12 meses prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses	11.461.113/0001-00	12/02/16	07/02/17	M	P

Fonte: VIPAD

LEGENDA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior; (N/A) Não se Aplica
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

5.3.1 Principais sistemas de informações

Anexo 5 - Principais Sistemas de Informações.

Sigla	Nome	Objetivo	Órgão Gestor	Área Gestora
BANCO POSTAL	SISTEMA DE BANCO POSTAL (CBP)	Gerenciamento do Banco Postal	CS/VIOPE/DERAT	Rede de agência varejo
BDF	BANCO DE DADOS FINANCEIRO	Receber, manter e disponibilizar todas as informações financeiras que vêm das agências dos Correios.	CS/VIPAD/CEFIN	Financeira
BUSCA CEP	CONSULTA DE CEP VIA INTERNET/INTRANET	Disponibilizar ao cliente usuário da internet uma consulta dinâmica às informações de CEP.	CS/VIOPE/DEPLA	Negócio postal
CAUT	SISTEMA DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO	O Sistema de Controle de Automação (CAUT) tem por objetivo a operação e gestão dos processos automatizados de tratamento do novo parque dos Correios, servindo, também, como interface com os demais sistemas corporativos.	CS/VIOPE/DEPLA	Corporativa
CIFWEB	SISTEMA DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES DE FRANQUEAMENTO WEB	Controle de postagens do serviço de franqueamento autorizado de cartas (FAC) e registro de postagem de mala direta postal e outros serviços. O processo de controle envolve as etapas de pesagem da carga, amostragem de objetos, leitura de mídia, atribuição de descontos, inclusão de serviços adicionais e geração do arquivo para faturamento no Sistema de Faturamento (SFR). Já o processo de registro não contempla amostragem nem leitura de mídia.	CS/VICOM/DPOST	Negócio postal
CS	CORREIOS SHOPPING	Hospedar lojas de clientes dos correios	CS/VICAN/DEDIG	Rede de agência varejo
DIRETO	CORREIOS DIRETO	Atender necessidades dos clientes, apontadas na pesquisa Vox Populi, relacionadas às facilidades de acesso, postagem, controle gerencial sobre a postagem, bem como informações de não entrega dos objetos postados nos serviços mala direta e impresso, por meio de um sistema de postagem de mala direta.	CS/VICOM/DPOST	Negócio postal
DNE	DIRETÓRIO NACIONAL DE ENDEREÇOS	Cadastrar endereços nacionais, referentes a estados, localidades, bairros, unidades operacionais dos correios, grandes usuários, logradouros, tipo de logradouro, seccionamento de logradouro, títulos e patentes, complementos, unidades de ocupação, caixas postais - convencionais e comunitárias (CPC), CEPs e informações sobre países.	CS/VIOPE/DEPLA	Negócio postal
E-CARTA	CORREIOS DIGITAL	I) posicionar os Correios como um dos principais players no segmento de serviços digitais. II) desenvolver produtos e serviços, com seus respectivos modelos de negócios, considerando o horizonte estratégico da empresa.	CS/VICOM/DPOST	Negócio postal

Sigla	Nome	Objetivo	Órgão Gestor	Área Gestora
EFI	EXPORTA FÁCIL INTEGRADO	Integrar os sistemas de atendimento do exporta fácil (Exporta Fácil, Sedex Mundi, Exporta Fácil Corporativo, Subsite do exporta fácil, IPS, SCADA e SARA)	CS/VICOM/DEENC	Logística
EFI - OPERADOR LOGÍSTICO	EFI - MÓDULO OPERADOR LOGÍSTICO	Integrar informações do Sistema Postagem Correio Internacional com informações do Rastreamento de Objetos – SRO. Controlar: troca de informações das remessas Correios x Operador Logístico (OI); devoluções das remessas; pagamento de impostos e despesas de importação; interface gestor do contrato x OL; e interface cliente x CAC ativa. Validar informações recebidas do OL. Gerir: execução do contrato em relação a prazos e penalidades; faturamento do contrato; reclamações e indenizações do serviço.	CS/VICOM/DEENC	Logística
ERP	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL	Manter informações integradas dos Correios . Trata-se de solução empresarial que abarca módulos para diversos segmentos funcionais da organização. Por esta razão, está sendo informada apenas a gestão técnica.	Trata-se de solução empresarial que abarca módulos para diversos segmentos funcionais da organização. Por esta razão, está sendo informada apenas a gestão técnica.	
FNDE	SISTEMA NACIONAL DE ENTREGA DE LIVROS (MCP,MCE,MCEED, MCC)	Controlar processo de distribuição dos objetos FNDE desde o procedimento postagem, recebimento e entrega até o faturamento final, assim como permitir o acompanhamento deste processo, no âmbito da Diretoria Regional e corporativo.	CS/VIOPE/DELOG	Logística
POPULIS	POPULIS (TODOS OS MÓDULOS)	Solução completa de gestão de recursos humanos, contendo vários módulos, entre eles: folha de pagamento, cadastro de pessoal, treinamento, benefícios, etc.	CS/VIPAD/CEGEP	Gestão de pessoas
PORTAL CORREIOS	PORTAL CORREIOS	Atender a abertura de solicitações de atualização de páginas da internet que não estão relacionadas a nenhum sistema.	CS/VICAN/DEDIG	Rede de agência varejo
SARA	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	Sistema de Automação da Rede de Atendimento	CS/VIOPE/DERAT	Rede de agência varejo
SCCE	SISTEMA DE CONFERÊNCIA DE CARGA DE ENCOMENDAS	Conferir dados para postagem de encomendas em postos avançados dos Correios	CS/VIOPE/DELOG	Logística
SCOL - DISQUE COLETA	SCOL MÓDULO DISQUE COLETA	Desenvolver um novo sistema para captação e gestão dos pedidos de coleta de acordo com a modelagem comercial e operacional definida pelo grupo de trabalho PRT 0163/03.	CS/VICOM/DEENC	Encomendas

Sigla	Nome	Objetivo	Órgão Gestor	Área Gestora
SCOL - LOG REVERSA	SCOL MÓDULO LOGÍSTICA REVERSA	Efetuar o controle operacional de objetos da logística reversa.	CS/VICOM/DEENC	Encomendas
SCPR	SISTEMA DE CONSULTA DE PRAZOS E RESTRIÇÕES	Criar mecanismos de consulta via internet e CAC (script) que possibilitem a disponibilização de um conjunto de informações referentes a prazos de entrega e restrições operacionais para a execução dos serviços de encomendas nacionais. A demanda visa atender recomendação do ministério público federal, baseada no código de defesa do consumidor.	CS/VICOM/DEENC	Encomendas
SGM	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE MENSAGENS	Integrar informações do Sistema Postagem Correio Internacional com informações do Rastreamento de Objetos – SRO. Controlar: troca de informações das remessas Correios x Operador Logístico (OI); devoluções das remessas; pagamento de impostos e despesas de importação; interface gestor do contrato x OL; e interface cliente x CAC ativa. Validar informações recebidas do OL. Gerir: execução do contrato em relação a prazos e penalidades; faturamento do contrato; reclamações e indenizações do serviço.	CS/VICOM/DPOST	Negócio postal
SIGEPWEB	GERENCIADOR DE POSTAGENS DOS CORREIOS	Aprimorar o relacionamento comercial entre Correios e seus clientes, através da ferramenta computacional que possibilitará a automatização do processo de pré-postagem, atendimento, e faturamento e rastreamento de encomendas.	CS/VICOM/DEENC	Encomendas
SIGESF	SISTEMA DE GESTÃO DE FILAS	Implantar um novo sistema de gestão de espera no atendimento nas agências de correios	CS/VIOPE/DERAT	Rede de agência varejo
SIGMA	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE MALOTES	Gerenciar as informações do serviço de malotes de forma on line	CS/VICOM/DEENC	Encomendas
SRO	SISTEMA DE RASTREAMENTO DE OBJETOS NACIONAIS	Fazer o controle e processamento de objetos postais, possibilitando armazenar informações sobre os eventos ocorridos com cada objeto. Disponibilizando informações de rastro para os clientes interno e externo	CS/VIOPE/DEPLA	Encomendas
STER	SISTEMA DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	Oferecer uma solução tecnológica corporativa e parametrizável direcionada ao atendimento de demandas dos segmentos público e privado, no que se refere à oferta de serviços ao consumidor, por meio da rede de atendimento dos Correios,	CS/VINEP/DESOP	Rede de agência varejo

Sigla	Nome	Objetivo	Órgão Gestor	Área Gestora
		seja ela física ou virtual.		
VIE	VALE INTERNACIONAL ELETRÔNICO	Operacionalizar o serviço dinheiro certo, que trata de transferências financeiras internacionais.	CS/VICOM/DEVAR	Rede de agência varejo
VPNE	VALE POSTAL NACIONAL ELETRÔNICO	Implantar serviço de transferência de fundos (vale postal) no âmbito nacional, com transmissão de dados por meio eletrônico.	CS/VICOM/DEVAR	Rede de agência varejo

Fonte: VITEC

5.3.6 Capacitação do pessoal de TI

Anexo 6 - Capacitação do Pessoal de TI – Relação dos Cursos realizados em 2017.

AÇÃO DE EDUCAÇÃO	Total
1º FORUM DE PLANEJAMENTO DA VINEP	3
20488 DEVELOPING MICROSOFT SHAREPOINT SERVER 2013 - FIPE	2
AMBIENTACAO DE JOVENS APRENDIZES	1
ANALISE DE PONTO DE FUNCAO	10
APERFEICOAMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS	1
APF E CAPACITACAO EM APF - FIPE	1
APRENDENDO A MUDAR QUEBRAR VELHOS MODELOS PARA INOVAR	25
BPM BOOT CAMP - 26h - FIPE	1
BRIGADA DE INCENDIO - 8h	2
BRIGADA DE INCENDIO - 20H	1
CAPAC ORIENTADORES PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DOS CORREIOS	4
CAPACITACAO ACOMPANHAMENTO DE RECOMENDACOES DE AUDITORIA	7
CAPACITACAO LEI DE ACESSO A INFORMACAO NOS CORREIOS	3
CAPACITACAO PONTOS FOCAIS ORCAMENTO BASE ZERO - OBZ	5
CERTIFIED SCRUMMASTER - FIPE	2
CICLO BPM DA ESTRATEGIA A MEDICAO - FIPE	1
CONHECIMENTO EM FOCO - GESTAO DE EQUIPES	1
DEFININDO UMA NOVA REALIDADE DE ENTREGA	34
DESENVOLVENDO ORIENTADORES DE TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO	2
DEVOPSDAYS - FIPE	6
EAD - ACORDO DE NIVEL DE SERVICO NOS CORREIOS	17
EAD - ACORDO ORTOGRAFICO DA LINGUA PORTUGUESA	6
EAD - AGENTES DE COMUNICACAO	3
EAD - APRENDENDO LIBRAS SEGUNDA LINGUA BASICO	4
EAD - ASP - CICLO DE GESTAO DE INVESTIMENTO PUBLICO - ENAP	2
EAD - ASP - MATEMATICA FINANCEIRA - ENAP	1
EAD - BMC REMEDY - HELP DESK	11
EAD - COMISSAO INTERNA DE PREVENCAO DE ACIDENTES - CIPA	12
EAD - CONCEITOS DO GCR WEB	6
EAD - CONTROLE INTERNO NOS CORREIOS - FUNDAMENTOS BASICOS	30
EAD - CORREIO DIGITAL - VISAO SISTEMICA - MOD I	1
EAD - DESCOBRINDO O PRAZER NO TRABALHO	2
EAD - DIVERSIDADE	5
EAD - ED - CORREIOS ENTREGA DIRETA	1
EAD - ESTATISTICA BASICA	11
EAD - ESTUDO E APRENDIZADO A DISTANCIA	9
EAD - ETICA E SERVICO PUBLICO - ENAP	18
EAD - ETIQUETA EMPRESARIAL	20
EAD - FACILITADOR DE TLT	1
EAD - GCRWEB TUTORIAL - AC	3
EAD - GERENCIAMENTO DE DESEMP OPERAC VISAO SISTEMICA	1
EAD - GESTAO DE CLIENTES	1
EAD - GESTAO DE PESSOAS POR COMPETENCIA DOS CORREIOS	47
EAD - GESTAO DE PROJETOS - 40H	3

AÇÃO DE EDUCAÇÃO	Total
EAD - GESTAO DE PROJETOS - ENAP	14
EAD - GPAC ADMINISTRATIVO	9
EAD - INTRODUCAO AO LIDER COACH	52
EAD - LIDER 2020 - ENGAJAMENTO	23
EAD - LIDER 2020 - FEEDBACK	24
EAD - LIDER 2020 - FUNDAMENTOS DO LIDER 2020	14
EAD - LIDER 2020 - GESTAO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS	9
EAD - LIDER 2020 - GESTAO DO ABSENTEISMO PRESENÇA PRODUTIVA	17
EAD - LIDER 2020 - TECNICAS DE NEGOCIACAO	18
EAD - LIDER EM ACAO	2
EAD - MODERADOR DE COMUNIDADE DE PRATICA	1
EAD - MONITORANDO AMBIENTES NO SETOR POSTAL	1
EAD - MONOPOLIO POSTAL	8
EAD - MOTOFRETE	1
EAD - NOVAS CEDULAS DO REAL	3
EAD - ORGANIZACAO E FORMACAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	1
EAD - PLANO DE CONTINUIDADE DO NEGOCIO - DISTRIBUICAO	3
EAD - PLANO DE CONTINUIDADE DO NEGOCIO - TRATAMENTO	3
EAD - PROCEDIMENTOS DE RH - INSTRUTORIA TEMPORARIA	3
EAD - RASTREAMENTO DE OBJETOS - VISAO SISTEMICA	8
EAD - REDACAO TECNICA	10
EAD - SEI USAR - MODULO COMPLETO	22
EAD - SISCAP - SISTEMA DE CAPTACAO DE PEDIDOS	3
EAD - SISTEMA CORRESPONDENTE BANCO POSTAL - CBP	1
EAD - SISTEMA DE POSTAGEM CORREIO INTER - SEDEX MUNDI	1
EAD - SISTEMA NOEL - MODULO USUARIO	1
EAD - SRO MOVEL	1
ENFRENTANDO OS DESAFIOS DA MUDANCA	2
ESTRATEGIA CORREIOS E MODELO OPERACIONAL	56
EXCEL AVANÇADO - 16h	1
EXCEL INTERMEDIARIO - 16h	2
EXCELENCIA VIGEP	1
FORMACAO DE BRIGADA DE INCENDIO	3
FORUM DE TI EM ACAO	169
GERENCIAMENTO DE PROCESSOS - BPM - 20h	8
GESTAO DE PRODUTOS E MARKETING	3
GESTAO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS NO SERTOR PUBLICO	1
GESTAO DE RISCOS NA ADMINISTRACAO PUBLICA	1
II SEMINARIO DE GESTAO DO CONHECIMENTO	4
IV DIA DO LIDER DOS CORREIOS	31
KANBAN OFICIAL LKU - FIPE	4
LIDER 2020 - III JORNADA DE LIDERANCA FEMININA - 4 H	22
LIDER EM ACAO	24
LINGUAGEM VISUAL	3
MEDIANDO O ENSINO APRENDIZAGEM	2
MENTALIDADE ENXUTA - 4H - JCD	21

AÇÃO DE EDUCAÇÃO	Total
METODO AGIL - DESIGN SPRINT	7
METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	7
MODELAGEM DE PROCESSOS COM BPMN	5
O CLIENTE NA NOVA PERSPECTIVA DOS CORREIOS	19
O PAPEL DO GESTOR NO GERENC DE CONFLITOS - ABORDAGEM PRATICA	3
OFICINA - ASSERTIVIDADE NA COMUNICACAO	5
OFICINA DE DESIGN THINKING - 24H	3
OFICINA FOCO TRIPLO	13
OFICINA LIDER 2020	1
OFICINA LIDER EM ACAO	4
ORCAMENTO BASE ZERO - DONOS DE CATEGORIA	1
ORCAMENTO BASE ZERO - DONOS DE SUBCATEGORIA	1
OUTLOOK COM PRODUTIVIDADE	2
PALESTRA - SOB PRESSAO - A GESTAO DA MUDANCA	6
PALESTRA NAVEGANDO COM O SUCESSO	14
PDGM - FORUM ENTRE LIDERES	24
PDGM PALESTRA - VIDAQUEVALE	16
POSTGRESQL DATABASES MODULO I E II - FIPE	1
PPHP - PRE PROJETO PHP	97
PRATICANDO AULA POR VIDEOCONFERENCIA	2
PRATICANDO O GCR	1
PREPARACAO PARA O EXAME CFPS - FIPE	2
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - AGIL	23
PROCESSO DE GERENCIAMENTO A3 - JCD	21
PROCESSO EXPRESSO AGIL	87
REFLEXAO SOBRE VIOLENCIA NO TRABALHO - 2H	4
REFLEXAO SOBRE VIOLÊNCIA NO TRABALHO - 4H	1
SEMANA EDUC CORPORATIVA 2017-ACAO DE EDUCACAO POLO	11
TEMAS AVANCADOS EM PROJETO BASICO E TERMO DE REFERENC - FIPE	4
TLT - ACORDO DE NIVEL DE SERVICO NOS CORREIOS	63
TLT - ASSEDIO MORAL E ASSEDIO SEXUAL	19
TLT - COLETA SELETIVA SOLIDARIA NOS CORREIOS	22
TLT - ETICA NOS CORREIOS	86
TLT - FALE CONOSCO - TRATAMENTO DAS MANIFESTACOES	8
TLT - METODOLOGIA ORCAMENTO BASE ZERO - OBZ	72
TLT - NOCOES BASICAS DE PRIMEIROS SOCORROS	23
TLT - PREVENCAO DE COMBATE A INCENDIO COM USO DE EXTINTORES	10
TLT - PREVENCAO E COMBATE A INCENDIO	1
TLT - REDE DA MUDANCA	76
TLT - SEJA DIGITAL	18
TODOS SE COMUNICAM, POUCOS SE CONECTAM	8
UM NOVO OLHAR NO ATENDIMENTO AO PUBLICO	14
WORKSHOP FUSAO E AQUISICAO	10
WORKSHOP JORNADA DO CLIENTE	1
WORKSHOP VINEP SOBRE SOLUCOES DIGITAIS	15
Total Geral	1.769

Anexo 7 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Circulante		3.236.656	4.386.777	3.265.226	4.417.674
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	347.447	1.689.027	374.330	1.718.673
Contas a Receber	8	2.465.207	2.134.685	2.465.207	2.134.685
Estoques	9	53.197	81.257	53.197	81.257
Outros Valores e Bens	10	370.805	481.808	372.492	483.059
Créditos com Pessoas Ligadas	10.1	47.323	55.227	47.323	55.199
Adiantamentos	10.2	95.917	130.649	95.917	130.649
Impostos e Encarg. Sociais a Compensar	10.3	195.135	276.952	196.822	278.231
Cobrança Jurídica/Inadimplência	10.4	2.683	5.347	2.683	5.347
Outros Créditos	10.5	29.747	13.633	29.747	13.633
Não Circulante		10.323.563	10.139.940	10.295.000	10.109.043
Realizável a Longo Prazo		3.045.794	2.811.664	3.044.805	2.809.305
Aplicações	7	648.509	354.956	648.509	354.956
Outras Aplicações - DPV	11.1.1	4.411	4.411	4.411	4.411
Tributos Diferidos	19.1.1	580.782	699.538	580.782	699.538
Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos	11.2	114.915	111.875	114.915	111.875
Tributos a Compensar	11.3	1.593.408	1.535.650	1.593.408	1.535.650
Convênio Postal Saúde	11.4	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros	11.5	3.769	5.234	2.780	2.875
Investimentos		718.693	575.838	691.119	547.300
Imóveis Mantidos Para investimento	12.1.1	696.378	550.406	696.378	550.406
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis Mantidos Para Investimento		(6.218)	(4.072)	(6.218)	(4.072)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(34)	(34)	(34)	(34)
Outros Investimentos		993	1.000	993	1.000
CorreiosPar	12.2	27.574	28.538	-	-
Imobilizado	13	6.469.856	6.646.491	6.469.856	6.646.491
Imóveis		5.541.580	5.671.243	5.541.580	5.671.243
(-) Depreciação Acumulada		(398.372)	(329.909)	(398.372)	(329.909)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.227.314	3.115.612	3.227.314	3.115.612
(-) Depreciação Acumulada		(1.849.740)	(1.759.529)	(1.849.740)	(1.759.529)
Intangível	14	89.220	105.947	89.220	105.947
Softwares		367.238	351.928	367.238	351.928
(-) Amortização		(278.018)	(245.981)	(278.018)	(245.981)
TOTAL DO ATIVO		13.560.219	14.526.717	13.560.226	14.526.717

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Circulante		4.550.099	3.932.684	4.550.106	3.932.684
Fornecedores	15.1	747.272	785.733	747.272	785.733
Salários e Consignações	15.2	1.373.283	1.192.310	1.373.283	1.192.310
Encargos Sociais	15.3	240.293	260.903	240.293	260.903
Impostos e Contribuições	15.4	157.840	162.322	157.847	162.322
Arrecadações e Recebimentos	15.5	47.520	48.480	47.520	48.480
Adiantamentos de Clientes	15.6	6.427	5.433	6.427	5.433
Contas Internacionais a Pagar	15.7	85.774	86.149	85.774	86.149
Precatórios	15.8	87.944	89.145	87.944	89.145
Apropriação por Competência - Patrocinadas/Mantidas	15.9	439.092	410.054	439.092	410.054
Empréstimos e Financiamentos	15.10	182.647	999	182.647	999
Participação nos Lucros e Resultados	15.11	26.384	26.600	26.384	26.600
Receitas a Apropriar	15.12	20.474	19.068	20.474	19.068
Benefício Pós-Emprego	16.1	522.028	421.992	522.028	421.992
Obrigações Financeiras a Pagar	15.13	344.649	290.720	344.649	290.720
Convênio Postal Saúde	15.14	91.840	76.857	91.840	76.857
Obrigações Trabalhistas	15.16	124.197	-	124.197	-
Outros Débitos	15.15	52.435	55.919	52.435	55.919
Não Circulante		8.850.630	10.694.903	8.850.630	10.694.903
Empréstimos e Financiamentos	15.10	545.082	720.924	545.082	720.924
Benefício Pós-Emprego	16.1	6.318.816	8.431.865	6.318.816	8.431.865
Passivos Contingentes	16.2	385.618	474.740	385.618	474.740
Tributos a Compensar	16.3	13.374	11.203	13.374	11.203
Tributos Diferidos	19.1.2	477.484	473.321	477.484	473.321
Precatórios	15.8	31.128	18.642	31.128	18.642
Obrigações Financeiras a Pagar	15.13	282.104	564.208	282.104	564.208
Obrigações Trabalhistas	15.16	797.024	-	797.024	-
Patrimônio Líquido		159.490	(100.870)	159.490	(100.870)
Capital	17.1	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	17.2	4.458.305	4.488.380	4.458.305	4.488.380
Outros Resultados Abrangentes-ORA	17.3	(4.762.853)	(4.352.931)	(4.762.853)	(4.352.931)
Prejuízos Acumulados	17.4	(2.715.420)	(3.415.777)	(2.715.420)	(3.415.777)
TOTAL DO PASSIVO		13.560.219	14.526.717	13.560.226	14.526.717

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 Reclassificado	2017	2016 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	18.1	17.336.885	17.682.048	17.336.885	17.682.048
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	18.2	(15.984.574)	(15.429.599)	(15.984.574)	(15.429.599)
LUCRO BRUTO		1.352.311	2.252.449	1.352.311	2.252.449
Despesas com Vendas/Serviços	18.3	(211.715)	(340.430)	(211.715)	(340.430)
Despesas Gerais e Administrativas	18.4	(556.556)	(3.782.856)	(560.320)	(3.788.380)
Resultado de Participação em Controlada	18.5	(964)	(1.479)	-	-
Outras Receitas Operacionais	18.6	260.704	1.209.725	260.704	1.209.733
Outras Despesas Operacionais	18.7	(92.653)	(198.701)	(92.790)	(198.901)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		751.127	(861.292)	748.190	(865.529)
Receitas Financeiras	18.8	310.887	761.261	313.828	765.538
Despesas Financeiras	18.9	(384.655)	(557.049)	(384.659)	(557.089)
RESULTADO FINANCEIRO		(73.768)	204.212	(70.831)	208.449
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		677.359	(657.080)	677.359	(657.080)
Tributos sobre o lucro	19	(10.051)	(832.425)	(10.051)	(832.425)
Correntes		-	-	-	-
Diferidos		(10.051)	(832.425)	(10.051)	(832.425)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		667.308	(1.489.505)	667.308	(1.489.505)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	667.308	(1.489.505)	667.308	(1.489.505)

Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício

Aumento/Redução da Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(621.095)	(1.994.157)	(621.095)	(1.994.157)
Aumento/Redução do Imposto de Renda Relacionado com Itens de Outros Resultados Abrangentes	211.172	678.013	211.172	678.013
Aumento/Redução em Outros Resultados Abrangentes	(409.923)	(1.316.143)	(409.923)	(1.316.144)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	257.385	(2.805.649)	257.385	(2.805.649)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL	
		LEGAL	LUCROS A REALIZAR					
2016 Reapresentado	Saldo em 31/12/2015	3.179.458	-	-	(1.955.714)	(3.036.788)	3.275.631	1.462.587
	Aumento de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado do Período	-	-	-	(1.489.505)	-	-	(1.489.505)
	Outros Resultados ABRANGENTES	-	-	-	-	(1.316.143)	-	(1.316.143)
	Realização Custo Atribuído - AAP	-	-	-	29.442	-	(29.442)	-
	Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	-	1.242.191	1.242.191
Saldo em 31/12/2016	3.179.458	-	-	(3.415.777)	(4.352.931)	4.488.380	(100.870)	
2017	Aumento de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado do Período	-	-	-	667.308	-	-	667.308
	Outros Resultados ABRANGENTES	-	-	-	-	(409.922)	-	(409.922)
	Realização Custo Atribuído - AAP	-	-	-	33.049	-	(33.049)	-
	Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	-	2.974	2.974
	Saldo em 31/12/2017	3.179.458	-	-	(2.715.420)	(4.762.853)	4.458.305	159.490

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	667.308	(1.489.505)	667.308	(1.489.505)
<u>Itens de Resultado que não interferem no Caixa</u>				
Depreciação e Amortização	322.972	273.976	322.972	273.976
Resultado de Participação em Controlada	964	1.479	-	-
Provisões	(2.433.430)	1.298.624	(2.433.430)	1.298.624
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	77.190	12.606	77.190	12.606
Receita de Variação Patrimonial	(141.496)	(54.399)	(141.496)	(54.399)
Imunidade Tributária	(56.050)	(575.042)	(56.050)	(575.042)
Resultado da Alienação de Bens	(15.425)	(12.046)	(15.425)	(12.046)
Incentivo Financeiro Definido – IFD/ PDI	1.013.132	-	1.013.132	-
<u>Mutações Patrimoniais</u>				
Contas a Receber	(330.522)	436.134	(330.522)	436.134
Estoques	28.060	(9.479)	28.060	(9.479)
Outros Valores e Bens	254.439	138.133	254.031	137.298
Realizável a Longo Prazo	115.474	1.161.477	115.474	1.161.477
Fornecedores	(38.461)	(313.399)	(38.461)	(313.399)
Salários e Consignações	180.974	94.720	180.974	94.688
Outras Obrigações	(425.727)	(1.296.025)	(427.090)	(1.295.848)
Recursos Líquidos gerados pelas atividades operacionais	(780.598)	(332.746)	(783.333)	(334.915)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações Financeiras	(293.553)	435.622	(293.553)	435.622
Dividendos a Receber	28	54	-	54
Juros sobre Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	28
Adições de Ativo Imobilizado	(265.469)	(290.305)	(265.469)	(290.305)
Adições de Ativo Intangível	(18.662)	(26.147)	(18.662)	(26.147)
Baixas do Ativo Imobilizado	5.568	14.791	5.568	14.791
Baixas do Ativo Intangível	-	1	-	1
Baixas das Propriedades para Investimento	5.300	1.520	5.300	1.520
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(566.788)	135.536	(566.816)	135.564
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	5.806	721.923	5.806	721.923
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	5.806	721.923	5.806	721.923
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.341.580)	524.713	(1.344.343)	522.572

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
1 RECEITAS	18.267.882	20.037.948	18.268.846	20.039.427
1.1 Receitas Operacionais	17.997.274	18.878.380	17.997.274	18.878.380
1.2 Perda/ Reversão de Credito de Liquidação Duvidosa	10.868	(50.662)	10.868	(50.662)
1.3 Outras Receitas Operacionais	260.704	1.211.709	260.704	1.211.709
1.4 Resultado de Participação em Controlada	(964)	(1.479)	-	-
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.798.725	8.033.797	2.800.438	8.037.409
2.1 Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	5.175.287	5.593.357	5.175.287	5.593.357
2.2 Serviços Adquiridos de Terceiros	18.674	155.718	20.104	159.352
2.3 Materiais Consumidos	-	64.837	-	64.837
2.4 Propaganda e Comunicação	17.301	114.030	17.354	114.096
2.5 Utilidades e Serviços	(26)	3.396	204	3.442
2.6 Provisões diversas	(2.412.511)	2.102.459	(2.412.511)	2.102.325
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	15.469.157	12.004.151	15.468.408	12.002.018
4 RETENÇÕES	322.972	273.976	322.972	273.976
4.1 Depreciação/Amortização	322.972	273.976	322.972	273.976
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	15.146.185	11.730.175	15.145.436	11.728.042
6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	310.888	761.262	313.828	765.547
6.1 Receitas Financeiras	310.888	761.262	313.828	765.547
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	15.457.073	12.491.437	15.459.264	12.493.589
II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7 REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	11.695.763	10.771.117	11.697.525	10.772.790
7.1 Salários, Honorários e Benefícios	11.076.258	10.147.066	11.077.923	10.148.648
7.2 Encargos Sociais	619.505	624.051	619.602	624.142
8 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	2.678.521	2.742.989	2.678.946	2.743.437
8.1 INSS	1.662.003	1.603.410	1.662.282	1.603.639
8.2 Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	1.016.518	1.139.579	1.016.664	1.139.798
8.3 Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
9 REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	415.481	466.836	415.485	466.867
9.1 Aluguéis, Juros, Variação Cambial	409.592	439.149	409.593	439.177
9.2 Outras Remunerações a Terceiros	5.889	27.687	5.892	27.690
10 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	667.308	(1.489.505)	667.308	(1.489.505)
10.1 Lucro/Reserva Retidos	667.308	(1.489.505)	667.308	(1.489.505)
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	15.457.073	12.491.437	15.459.264	12.493.589

NOTA – 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nºs 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pelos Núcleos de Governança, Estratégico, Corporativo e de Negócios.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo o Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do objeto social, a Empresa constituiu em 2014, a Correiospar, sociedade por ações, subsidiária integral dos Correios, que pode criar, instalar e suprir sucursais, filiais, agências, representações e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável. Contudo, até o exercício de 2017, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias. Entretanto, há planos estratégicos para os próximos exercícios, conforme disposto na nota 1.2.

1.1 - Pressupostos de Continuidade dos Correios

Em razão dos resultados negativos auferidos nos últimos exercícios, a Empresa tem adotado medidas com o intuito de reverter a difícil situação econômico-financeira atual em que se encontra.

Uma dessas medidas foi a revisão do Planejamento Estratégico, estabelecido para o período de 2017 a 2022, que tem por objetivo: focar na melhoria de rentabilidade no curto prazo, por meio de iniciativas imediatas de redução de custo e melhoria na gestão; melhorar processos e tecnologia, visando aumentar produtividade e crescer em negócios emergentes, acelerando o crescimento intensivo dos negócios e investir seletivamente em serviços inovadores.

Em alinhamento a estratégia instituída, os objetivos pactuados foram desdobrados visando detalhar as metas e direcionar os esforços para o atingimento das finalidades pretendidas, resultando nas seguintes iniciativas estratégicas:

- a. Avaliar a aumento do preço real dos objetos postais;
- b. Capturar potencial adicional nos mercados atuais;
- c. Otimizar o modelo de atuação, seja de canais, transportes e/ou distribuição;
- d. Oferecer soluções integradas de logística;

- e. Implantar Centros de Serviços Compartilhados (CSC) com vistas à redução de custos operacionais, aumento dos níveis de serviço e produtividade;
- f. Investir em novas oportunidades de negócios;
- g. Criar soluções digitais para aumentar as fontes de receita e melhorar a experiência do cliente;
- h. Remodelar a rede de distribuição, maximizando a relação custo-benefício;
- i. Reduzir as despesas aplicando a metodologia Orçamento Base Zero - OBZ;
- j. Implantar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e a produtividade; e
- k. Otimizar a rede para melhorar a eficiência de entrega;

Outra ação desenvolvida pela Empresa para a redução das despesas, foi a revisão do regime de custeio do plano CorreiosSaúde, ocorrida por mediação do Tribunal Superior do Trabalho – TST, resultando em decisão que alterou parcialmente a cláusula 28 do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2017/2018, cujos principais termos foram: cobrança de mensalidade e coparticipação dos empregados e seus dependentes, conforme faixa remuneratória, e novos tetos para compartilhamento de despesas; proporcionalidade de pagamento de despesas totais, sendo 30% para os empregados e 70% para os Correios e a manutenção do plano de saúde, nos moldes atuais, para os dependentes pai e/ou mãe dos empregados até 31/07/2019, após esta data tais dependentes serão incluídos em plano família a ser negociado entre os Correios e as entidades representativas dos empregados (vide nota 16.1.1.1).

Na mesma linha, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR) emitiu as Resoluções nº 22 e 23, que estabelecem diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde, determinando que as empresa têm até 48 meses para adequar seus planos e migrar para um sistema paritário de contribuição (vide nota 16.1.1.1).

Em decorrência dessas alterações do custeio do plano, com base na decisão do TST e na Resolução CGPAR nº 23/2018, em 2017 os Correios registraram redução no passivo atuarial relacionado ao pós-emprego saúde.

1.2 Parceria estratégica

Em 20 de dezembro/2017 foi aprovada, pela Diretoria Executiva, a assinatura de um memorando de entendimentos entre os Correios, a CorreiosPar e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (“ALAB”) para a criação de uma empresa de solução integrada de logística na qual os correios deterá a participação de 49,99% e a Azul 50,01%.

A assinatura do memorando de entendimento é a primeira etapa de um processo que ainda passará por diversas aprovações de órgãos e instâncias competentes. Uma vez aprovada pelas autoridades brasileiras, a união das duas empresas, de acordo com estudos preliminares, poderá reduzir os custos com transporte aéreo, aumentar a eficiência operacional e maximizar as receitas.

NOTA – 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei 6.404/76, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como as demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, essa Demonstração foi preparada de

acordo com o CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e apresentadas em conjunto com Demonstrações Financeiras exigidas por lei.

As Demonstrações Financeiras serão aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 10 de maio de 2018.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional dos Correios é o Real, que é a moeda vigente no Brasil. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das Demonstrações Financeiras os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores proveniente da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira, será reconhecido em contrapartida à aquisição em andamento até que este esteja em condições de uso, a partir do qual as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.4 - Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos, ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis (nota 3).

2.5 - Estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes, no entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As revisões das estimativas são efetuadas anualmente, com os reflexos reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas.

As principais estimativas aplicadas com impacto relevante das Demonstrações Financeiras são:

a. Perdas Estimadas de Crédito Liquidação Duvidosa – PECLD

A PECLD é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos direitos a receber.

b. Provisões para contingências

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal das operações, nos quais as premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são estimadas a partir da análise da Administração em conjunto com a área jurídica. Contudo, alterações em tendências de decisões ou jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas à provisão para contingências.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 16.2.

c. Benefícios Pós-Emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência à saúde dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais destacam-se:

- Taxa de desconto - compreende à curva de inflação projetada com base no mercado, mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 16.1.1.17.

d. Créditos Tributários Diferidos

A Empresa com a assessoria do Departamento Tributário faz uso de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas Demonstrações Financeiras, de modo que ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Orçamento Projetado da Empresa, o qual considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Essas estimativas são submetidas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração, anualmente.

A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na nota 19.1.2.

2.6 - Reclassificação e rerepresentação

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado da Empresa naqueles períodos, conforme apresentado na nota 6.2.

Em 2016 o valor do benefício pós-emprego do plano Postalís BD foi rerepresentado para demonstrar o efeito reflexo do *impairment* do valor justo dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCs, ocorrido em 2017 nas Demonstrações Financeiras do Postalís, vide nota 6.1.

NOTA – 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras dos Correios e da controlada CorreiosPar são consistentes com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores. A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As principais alterações advindas dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, que ainda não estão em vigor, e a avaliação dos prováveis impactos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, sujeitas a mudanças em razão das análises em andamento, estão detalhadas na nota 4.

3.1 - Demonstrações Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as informações dos Correios, da subsidiária integral – CorreiosPar, bem como dos fundos de investimentos exclusivos junto a BB DTVM e Caixa Econômica Federal - CEF.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados entre as referidas empresas.

3.2 - Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

3.3 - Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores reconhecidos nas demonstrações individuais e consolidadas são representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, mantidos para negociação imediata, cujos rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.4 - Contas a Receber

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, devido a esses não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

As perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização desses créditos. O percentual para constituição da PECLD é revisado anualmente e o valor é ajustado trimestralmente com base na recuperação dos valores das perdas incorridas, bem como, pela mudança na situação financeira dos clientes públicos e privados.

3.5 - Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou personalização do bem e o valor realizável líquido. Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas proveniente de itens classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

O critério de valoração dos estoques para constituição do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) e Custo do Serviço Prestado (CSP) baseia-se no Custo Médio Ponderado.

3.6 - Adiantamentos

Estão representados, principalmente, por adiantamentos de férias concedidos aos empregados e contas a receber de empregados cedidos a órgão públicos.

3.7 - Convênio Postal Saúde – Ativo / Passivo

O plano de saúde dos Correios, operacionalizado pela Postal Saúde, é oferecido atualmente aos empregados e seus dependentes.

A Postal Saúde é uma operadora privada sem fins lucrativos criada para administrar o plano de saúde dos empregados ativos, aposentados e dependentes dos Correios, tendo o Postalis como patrocinador e os Correios como patrocinador/mantenedor do plano, conforme convênio.

Até 2017 o custeio do plano de saúde era realizado na proporção de 93% para a Empresa e 7% para os empregados. Em julgamento de dissídio coletivo, no dia 12/03/2018, o Tribunal Superior do Trabalho – TST determinou que o compartilhamento das despesas com saúde será de até 30% para os beneficiários e 70% para os Correios.

Considerando o disposto na resolução CGPAR nº 23/2018, ainda haverá a necessidade de revisão no modelo de custeio do plano, tendo em vista que a aludida resolução determina que a Empresa tem até 48 meses para adotar o limite paritário de contribuição, ou seja, compartilhamento de despesas à base de 50% para os Correios e 50% para os beneficiários.

Os demais gastos advindos dos serviços prestados nos ambulatórios, do benefício medicamento, bem como das despesas administrativas são reconhecidas em rubricas próprias pelo total da despesa ocorrida no período.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a Saúde Ocupacional dos empregados da ECT, que são arcadas integralmente pela Empresa.

3.8 - Investimentos

3.8.1 - Participações societárias

O investimento na controlada Correiospar está avaliado pelo método de equivalência patrimonial na Demonstração Financeira Individual dos Correios, tomando-se por base o patrimônio líquido da

investida na data do balanço. Contudo, na Demonstração Financeira Consolidada o investimento na controlada é eliminado integralmente.

As Demonstrações Financeiras da investida, base para avaliação do investimento, são elaboradas no mesmo período de divulgação dos Correios. E os dividendos recebidos desses investimentos societários são reconhecidos em redução ao valor do investimento nos Correios.

3.8.2 - Propriedades para investimento

Esse grupo é composto por imóveis mantidos para geração de renda ou para valorização do capital, cujo reconhecimento tem por base o custo histórico deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação dos imóveis e instalações é calculada mensalmente pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual.

Os imóveis classificados em propriedades para investimento são depreciados mensalmente pelo método linear de depreciação, conforme a vida útil econômica e o valor residual do bem, revisados anualmente, próximo ao encerramento do exercício.

Com base na opção exercida pela Empresa de adoção das normas internacionais de contabilidade, os imóveis foram avaliados ao valor justo para a adoção do custo atribuído, sendo este resultado da diferença entre o custo histórico e valor justo, quando o último foi maior.

Os imóveis próprios são classificados como propriedades para investimento nas seguintes situações:

a. Cedidos/alugados:

Quando 50% ou mais da área edificada está ocupada por terceiros.

b. Desocupados:

Quando 50% ou mais da propriedade está ocupada por terceiros em processos de desocupação ou não estão em uso.

3.8.2.1 - Outros investimentos

Os investimentos no museu dos Correios são avaliados pelo custo histórico.

3.9 - Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa, na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados a valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

A Empresa utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceção feita aos terrenos pois não são depreciados.

O método de depreciação, a vida útil econômica e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim distribuídas:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais Equipamentos de Proc. de Dados	5 anos	7 anos
Computador e Impressora	5 anos	6 anos
Máquinas e Equipamentos.	10 anos	11 anos
Motocicletas	4 anos	3 anos
Veículos Leves - Carga até 1.000 Kg	5 anos	6 anos
Veículos Leves - Carga acima de 1.000Kg	4 anos	6 anos
Veículos Motorizados Pesados	4 anos	11 anos

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Veículos Não-Motorizados	5 anos	5 anos
Moveis e Utensílios	10 anos	11 anos
Ferramentas e Instrumentos	10 anos	5 anos

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao gasto sejam auferidos pela Empresa e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação ou o tempo de vida útil da benfeitoria no bem.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na Demonstração do Resultado.

3.10 - Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear em relação a vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

O método de amortização, a vida útil econômica e possíveis valores residuais de softwares são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

3.11 - Avaliação do valor recuperável dos ativos

3.11.1 - Ativos financeiros

Anualmente os Correios avaliam se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não são recuperáveis. Com base em tendências históricas de recuperação e em valores de perdas incorridas, a Empresa estabelece os percentuais estimados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nestes percentuais, trimestralmente é ajustado o valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, compostas por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender a legislação societária e fiscal (Lei 9.430/96), no qual a parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e a não-dedutível pela variação entre a PECLD total e perda dedutível, podendo a cada período ser acrescido ou revertido em contrapartida ao resultado.

Com relação aos investimentos em incentivos fiscais FINAM/FINOR, devido ao desempenho negativo que vem ocorrendo desde o exercício de 2002, os Correios constituíram uma perda não dedutível de 100% sobre o valor do investimento.

Os Correios realizaram testes de recuperabilidade em seus investimentos não relevantes (Participação em Companhias Telefônicas) baseando-se na cotação dos papéis no mercado, com base em dados fornecidos pelos bancos que detêm à custódia dos títulos. O resultado desse estudo apontou que não há indicações de desvalorização, não tendo assim a necessidade de reconhecimento de perdas. Em 2017, não ocorreram indícios de imparidade.

3.11.2 - Ativos não financeiros

Para os imóveis próprios classificados em propriedades para investimento ou no imobilizado, anualmente é verificado se existe indicativo de perda com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo de perda, procede-se a avaliação do bem para constituição da perda necessária para manter o bem ao seu valor recuperável.

Nos casos dos imóveis que possuem perda ao valor recuperável reconhecida no balanço, anualmente é efetuada uma avaliação interna sobre a possível oscilação da perda reconhecida. Em 2017 não ocorreram alterações significativas, mantendo-se os ajustes anteriores realizados.

Independentemente das políticas anteriores, a Empresa tem por diretriz avaliar a cada 5 anos toda a carteira de imóveis, a fim de avaliar a consistência da base de indicativos de perda, bem como garantir que os imóveis estejam realmente reconhecidos pelo valor recuperável.

Para os bens móveis e intangíveis (softwares) considera-se que o reconhecimento mensal da depreciação/amortização dos bens, com base na vida útil econômica, é suficiente para manter esses registrados ao valor recuperável.

Com relação ao investimento na Correiospar, a Empresa mantém o valor contábil ajustado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

3.12 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo, e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

3.13 - Obrigações com fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser infinitamente menores que as provisões. Contudo, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

3.14 - Imunidade tributária recíproca

Nos últimos anos o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, "a" da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional.

Fundamenta a Corte que a imunidade se aplica tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que as decisões do Pleno são *sui generis*, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos Pareceres Técnicos da assessoria jurídica contratada decidiu reconhecer no balanço de 2016 os efeitos da cobrança indevida, em

tempos pretéritos, do Imposto de Renda e desreconhecer os créditos diferidos deste imposto. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos.

No exercício de 2017 foram ativados créditos tributários de PIS/COFINS apurados neste período, conforme descrito na nota 11.3.

A fim de interromper a prescrição dos direitos decorrentes de tributos pagos indevidamente, foram protocolizados, em 2017, protestos judiciais para o IRPJ, PIS E COFINS.

O quadro a seguir representa os efeitos no Ativo e as movimentações ocorridas no resultado da empresa que refletiram no Patrimônio Líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

REFLEXOS - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA			
BALANÇO PATRIMONIAL			
	2017	Efeitos	2016
ATIVO	1.453.916	57.758	1.396.158
Crédito a Recuperar IRPJ- Imunidade Tributária	849.606		849.606
Crédito a Recuperar PIS/COFINS - Imunidade Tributária	604.310	57.758	546.552
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	747.035	57.758	689.277
Reversão de IR Diferido Passivo	1.290.725	-	1.290.725
Reversão de IR Diferido Ativo	(1.997.606)		(1.997.606)
Constituição Ganhos Contingenciais Imunidade	1.453.916	57.758	1.396.158

3.14.1 - Tributos correntes

A despesa de contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% pelo Departamento Tributário, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva amparada no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017. Desta forma, não foram consideradas nas notas específicas para os tributos incidentes sobre o lucro as despesas relativas ao IRPJ, ou a demonstração do prejuízo fiscal apurado.

3.14.2 - Tributos diferidos

Os Correios reconhecem apenas tributos diferidos sobre a CSLL, sob o entendimento de ser imune a impostos incidentes sobre renda, patrimônio e serviços (art. 150, VI, a, da CF).

Os tributos diferidos sobre a CSLL são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, em “Outros resultados abrangentes”.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do encerramento do exercício.

O ativo de CSLL diferida é reconhecido sobre as diferenças temporárias e base negativa de contribuição social na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e as bases negativas utilizadas.

O ativo fiscal diferido de CSLL é revisado a cada encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

3.15 - Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal – UPU, as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas a entrega no exterior por outros correios são objeto de acordos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa

postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando outro correio recebe uma remessa postal enviada pela ECT é registrada uma obrigação a pagar àquele correio.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal. Em resumo, a prestação de contas confronta os valores a receber e a pagar de cada correio (Administração Postal), apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela Administração Postal Devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU.

Contudo, os recebimentos e pagamentos reconhecidos das Demonstrações Financeiras são efetuados com base na moeda funcional da Empresa, conforme nota 2.2.

3.16 - Provisões e Passivo Contingente

3.16.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, demonstra ser provável que benefícios econômicos futuros sejam requeridos para liquidar a obrigação, e o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, as quais são provisionadas quando são avaliadas com risco de perda provável. A avaliação do valor e grau de risco dos processos são efetuadas pela Administração com o apoio da área jurídica considerando as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e o andamento do processo.

O valor das provisões é atualizado mensalmente pelos índices da justiça, conforme natureza do processo, contudo estas obrigações não são ajustadas a valor presente, considerando não haver estimativas confiáveis para efetuar tal ajuste.

3.16.2 - Passivo contingente

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 16.2.2.1.

3.17 - Obrigações Financeiras a Pagar

Em face do Distrato do Banco Postal, os valores antes registrados em receita a apropriar foram atualizados monetariamente para corrigir e estabelecer os custos gerados com a resilição. Assim considerando que os custos gerados com o Distrato foram condicionados a assinatura de um novo contrato que enseja aumento na receita com o serviço do Banco Postal, o reconhecimento desses custos no resultado foram diferidos no mesmo período de duração do novo contrato (30 meses).

Contudo, em dez/2016, com a assinatura do segundo Termo Aditivo ao Instrumento do Contrato de Correspondente - Banco Postal, estendendo junto ao Banco do Brasil, o período dos serviços prestados pelo Banco Postal, bem como o prazo para o pagamento da última parcela para 36 meses, os valores de atualização provenientes do saldo remanescente a pagar foram novamente diferidos em 36 meses.

Assim, as obrigações financeiras a pagar foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo da obrigação, líquidos dos custos gerados com a resilição contratual e subsequentemente foram mensurados pelo custo amortizado e atualizados com base no método de juros efetivos, sendo estes apropriados para o resultado em despesas financeiras com o transcurso do tempo, em observância ao regime de competência.

3.18 - Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, utilizando o método de

juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.19 - Benefícios a Empregados

3.19.1 - Benefícios de curto prazo

As obrigações a pagar no período de até 12 (doze) meses após o período a que se referem as Demonstrações Financeiras, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência conforme o serviço correspondente seja prestado.

a. Participação nos Lucros e Resultados – PLR

Quando aplicável, os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho, devidamente estabelecidas no início do ano, efetua o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais aos empregados e dirigentes.

Com relação a PLR dos empregados, mensalmente, é constituída pela Empresa, na incidência de lucro no período, uma obrigação a pagar no passivo de um percentual de 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas não podendo o montante final a pagar exceder a 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

No exercício de 2017, a Empresa apurou um lucro de R\$ 667 milhões. No entanto, conforme estabelece a legislação societária (art. 189 da Lei nº 6.404/76), do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda (nota 17.4). Dessa forma, o lucro apurado não será distribuído aos empregados e ao acionista controlador.

3.19.2 - Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da Empresa e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de assistência à saúde pagáveis ao fim do vínculo empregatício, com a aposentadoria do empregado.

A Empresa é patrocinadora de 02 (dois) planos de previdência: Plano de Benefício Definido (PBD) e do Plano de Contribuição Variável (PostalPrev), que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes. Os planos são administrados por uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís. A Empresa também é patrocinadora e mantenedora do plano de assistência à saúde aos funcionários, aposentados e dependentes, denominado de CorreiosSaúde.

Os planos, PBD e CorreiosSaúde, são classificados na modalidade de benefício definido (BD) e o plano PostalPrev na modalidade de contribuição variável, no qual este apresenta características de contribuição definida (CD) para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e de benefício definido (BD) para os benefícios de risco (auxílio doença, invalidez, pecúlio pensão por morte e renda vitalícia).

Para a parcela do Plano PostalPrev correspondente à contribuição definida, a obrigação da Empresa se restringe à contribuição mensal, que corresponde a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

No entanto, para a parcela do PostalPrev correspondente ao benefício definido, bem como para o plano PBD e CorreiosSaúde, em que os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e também sobre os participantes ativos e assistidos, sendo de suas responsabilidades os déficits

atuariais decorrentes dos benefícios pactuados aos atuais e ex-empregados, as obrigações são remensuradas anualmente, por atuário independente, com base no método de crédito unitário projetado, utilizando-se premissas atuariais que incluem variáveis demográficas, econômicas e financeiras, tais como: estimativas dos custos médicos e inflação. A obrigação é calculada a valor presente e deduzida dos ativos justos dos planos, se houver, para fins de reconhecimento contábil. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Em decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de Março/2018, no qual foi julgado o dissídio coletivo do período 2017/2018, restou decidido que a participação da Empresa no custeio do plano de saúde de seus empregados/aposentados será limitada a 70%. Adicionalmente, a Resolução nº 23, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societárias da União (GGPAR), de 18 de janeiro de 2018, estabelece a paridade no custeio do plano de assistência à saúde entre beneficiários e a Empresa, fixando um prazo para as empresas estatais de no máximo de 48(quarenta e oito meses) para adequação aos dispositivos da Resolução. Os efeitos dessas medidas foram contemplados no cálculo da obrigação atuarial do plano e enquadrados como custo do serviço passado, sendo reconhecido no Resultado.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

O plano Postalprev apresenta superávit, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro.

Ainda são reconhecidos em resultado a parte das contribuições do plano PBD destinados à cobertura das despesas administrativas do plano.

Em conformidade com a Resolução CGPAR nº 09/16 e a partir dos resultados dos testes de aderência realizados pelo atuário responsável pela mensuração da obrigação atuarial, compete à Diretoria Executiva da Empresa aprovar as premissas atuariais julgadas mais adequadas para utilização nos cálculos atuariais das obrigações pós-emprego atinentes à parcela de benefício definido (BD) dos planos previdenciários, comparando-as com as premissas definidas pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) com a mesma finalidade.

A administração aprovou as diretrizes e parâmetros do custeio do Plano de Saúde em conformidade com a decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST em dissídio julgado em 22 de março de 2018 e Resolução CGPAR nº 23, de 18 de janeiro de 2018.

Nos parâmetros do custeio do Plano de Saúde que foram utilizados no cálculo do benefício pós-emprego saúde, considerou-se a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no qual estabeleceu o rateio dos custos do Plano de Saúde na proporção de até 70% para os Correios e até 30% para os empregados, conforme teto. Essa determinação vigorará pelo período do dissídio, mas a Empresa decidiu por prudência a aplicação desse rateio no cálculo atuarial para os próximos 48 meses, tendo em vista que a Resolução CGPAR 23/2018 estabeleceu o prazo de 48 meses para as empresas estatais se adequarem às regras da resolução. Após esse período foi utilizado o percentual

máximo de custeio pela patrocinadoras estabelecido na Resolução CGPAR 23/2018, ou seja, 50% para os Correios e 50% para os empregados (paridade).

Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O detalhamento dessas movimentações são apresentados na nota 16.

3.19.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em nov/2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada – PDI, no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa, requerendo a sua demissão, um Incentivo Financeiro Diferido – IFD a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos 5 anos trabalhados, limitado a 10 mil reais, sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada 12 meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto, reduzindo os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A Empresa reconheceu a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017, como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação e quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

3.20 - Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Quando da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, verificou-se a necessidade de ajustar o valor contábil dos imóveis, até então mantidos ao custo histórico, agregando a estes o valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o saldo residual do bem evidenciado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por empresa contratada.

Assim, o custo atribuído foi adicionado ao valor do imóvel em contrapartida ao subgrupo ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido - PL. Adicionalmente, foi reconhecido no passivo, os tributos diferidos dos valores mantidos no AAP, líquidos dos tributos diferidos.

Trimestralmente, o custo atribuído e os tributos diferidos registrados no PL são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados, por ocasião da venda e da depreciação calculada sobre o custo atribuído.

3.21 - Outros Resultados Abrangentes – ORA

Os Correios contratam uma empresa especializada em cálculos atuariais para revisar as obrigações geradas por cada plano de benefício, conforme apresentado na nota 16. Dessa forma, com base nas variações ocorridas entre os cálculos do exercício anterior e o atual, de acordo com o relatório atuarial entregue pela empresa contratada, são identificados os ganhos e perdas atuariais gerados no período, sendo este reconhecidos no ORA em contrapartida a obrigação registrada no Passivo.

Adicionalmente, é reconhecido no ativo em contrapartida ao ORA, os tributos diferidos provenientes dos ganhos e perdas atuariais, a fim de evidenciar esse subgrupo líquido dos tributos diferidos, conforme estabelece a legislação contábil.

Além da forma de reconhecimento já descrita, esse grupo também pode ser afetado pelos efeitos dos planos superavitários no exercício, como é o caso do PostalPrev, no qual aos contribuições normais calculadas com base na folha de pagamento, são superiores a despesa mensurada para o exercício pelo atuário contratado. Dessa forma, o excesso de despesa reconhecida no exercício advinda do pagamento das contribuições normais, é deduzida na despesa por meio da conta redutora “superávit Postalprev” em contrapartida ao PL.

3.22 - Receitas de vendas e prestação de serviço

A receita é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela entrega de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios por mensuração confiável. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos descontos e dos abatimentos concedidos.

NOTA - 4 NORMAS NOVAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, que após aprovados pela CVM, passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias abertas, bem como pela ECT, conforme estabelece art. 7 da Lei 13.303/16 e regulamentada pelo Decreto 8.945/16.

Destaca-se que, apesar das normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada da norma a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, proibiu a aplicação antecipada da norma. Dessa forma, passam a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48 e 01 de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2).

Assim, em análise aos possíveis impactos gerados com a adoção dessas normas, verificou-se o seguinte:

4.1 - Receita de Contrato com Cliente CPC 47

O pronunciamento CPC 47 altera a forma de reconhecimento da receita de contratos com clientes. O princípio básico deste novo pronunciamento é que a entidade deve reconhecer receitas que reflitam a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes pelo valor que a entidade espera receber pelo seu desempenho. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receita, incluindo o pronunciamento CPC 30 - Receitas, aplicável aos Correios.

De acordo com este pronunciamento, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o controle do bem ou o serviço prometido ao cliente, e não mais pela transferência dos riscos e benefícios.

Baseando-se em um modelo de 5 etapas: a identificação de contratos com clientes, as obrigações de desempenho assumidas, o preço de transação, a alocação dos preços às obrigações de desempenho e o momento em que a receita deve ser reconhecida; o CPC 47 estabelece quando (ou a que medida) e quais os montantes de receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidos.

As principais mudanças que impactam as práticas contábeis nos Correios decorrem do momento de reconhecimento da receita e a forma de contabilização das indenizações pagas aos clientes. Contudo, por meio da aplicação do resultado dos estudos nos dados contábeis das receitas em 2017, verificou-se que o impacto da adoção do novo pronunciamento não provoca efeito significativo nas informações reportadas pela Empresa. A avaliação de metodologia aderente ao CPC 47 sobre uma amostra representativa dos serviços de mensagens e encomendas evidenciou uma redução de 0,25% da receita no exercício de 2017. Tais mudanças são apresentadas a seguir:

Segundo os requerimentos contidos no CPC 47, se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade deve estimar o valor da contraprestação a qual terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Ao aplicar o conceito de contraprestação variável em decorrência da previsão de indenizações aos clientes pelo não cumprimento total ou em parte da obrigação de desempenho, faz-se necessário estimar e reconhecer a redução na receita referente aos serviços indenizáveis oferecidos pelos Correios. Esse procedimento não afeta o resultado da entidade, pois altera apenas a forma de reconhecimento das despesas com indenizações na Demonstração do Resultado.

4.2 - Instrumentos Financeiros - CPC 48

O CPC 48 estabelece a forma de classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui as regras dispostas no CPC 38, que trata da classificação e da mensuração de instrumentos financeiros.

Dentre as principais alterações, destaca-se: (i) os novos critérios de classificação/mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) a flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Com base nos novos requerimentos de classificação trazidos pelo CPC 48, não foi identificado impactos na forma de contabilização em função dessa mudança, uma vez que, em relação a ECT, tratou-se de mera modificação na nomenclatura das classificações adotadas pela Empresa, para fins de estabelecer a forma de mensuração dos ativos/passivos financeiros existentes, conforme apresentado a seguir:

CPC 38	CPC 48
Ativo	Ativo
Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA)
Passivo	Passivo
Outros Passivos pelo custo amortizado	Outros Passivos pelo custo amortizado

Assim, considerando que as formas de mensuração constantes nas classificações do CPC 48, aplicáveis à ECT, são semelhantes às do CPC 38, não foi identificado nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras dos Correios.

Em análise ao novo modelo de *impairment* dos ativos financeiros estabelecido no CPC 48, observa-se que a imparidade passa a ser constituída com base nas perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. A Empresa visualiza impacto nas Demonstrações Financeiras, uma vez que no novo modelo normativo as estimativas de perdas não consideram somente os títulos vencidos e não pagos como base para a constituição da perda de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, mas sim todos os créditos a receber.

Essa classificação exigirá um julgamento relevante sobre como os fatores a seguir, afetam as perdas esperadas de crédito: (i) as mudanças em fatores econômicos; (ii) o contexto no qual o cliente está inserido; (iii) a situação financeira do cliente; e (iv) o histórico do cliente frente aos Correios.

Nesse contexto, a Empresa aplicou conforme orientação da CVM, o modelo de “matriz de provisões”, uma vez que a carteira de recebíveis não possui componente de financiamento de seus clientes, conforme disciplina o CPC 48.

Para aplicar esse modelo, os títulos dos clientes foram classificados em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31/12/2016, e na sequência verificou-se quais títulos ao final de 2017 ainda não tinham sido pagos, estabelecendo dessa forma o percentual de perda esperada para cada classe de risco, conforme demonstrado a seguir.

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO – ANO 2016	PERCENTUAL
A	A vencer	0,52%
B	Vencidos de 1 a 30 dias	1,76%
C	Vencidos de 31 a 60 dias	8,45%
D	Vencidos de 61 a 90 dias	17,49%
E	Vencidos de 91 a 180 dias	81,60%
F	Vencidos há mais de 180 dias	54,38%

Assim, para verificar qual teria sido a PECLD de clientes, caso o CPC 48 tivesse sido adotado nem 2017, foi efetuado um levantamento do status dos títulos dos clientes em 31/12/2017, segregando-os por classe e aplicando-se os percentuais estabelecidos no estudo para cada classe de risco, conforme a seguir apresentado:

Classificação	Período	Vencimentos em Aberto	PECLD	(%) PECLD
A	A vencer	1.417.785	7.089	0,5%
B	Vencidos de 1 a 30 dias	70.274	1.265	1,8%
C	Vencidos de 31 a 60 dias	21.603	1.815	8,4%
D	Vencidos de 61 a 90 dias	14.843	2.598	17,5%
E	Vencidos de 91 a 180 dias	16.095	13.134	81,6%

F	Vencidos há mais de 180 dias	39.507	21.492	54,4%
TOTAL		1.580.107	47.393	3,0%

Nesses termos, com base na nova metodologia de cálculo da PECLD, verifica-se que tivesse sido aplicada no exercício de 2017, a PECLD de clientes em cobrança administrativa seria de R\$ 47.393, impactando negativamente no resultado do período, em função do aumento da despesa na ordem de R\$ 18.766, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Estimativa do impacto da aplicação do CPC 48 em 2017	
PECLD com base no CPC 38	28.627
<i>Acréscimo decorrente da alteração da norma</i>	18.766
PECLD com base no CPC 48	47.393

No que diz respeito a flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge, não houve nenhum impacto, uma vez que a ECT optou por não adotar a contabilidade de Hedge.

4.3 - Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2), de aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2019, eliminou a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- a. reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- b. reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- c. reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

NOTA – 5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As Políticas de Gestão de Riscos e *Compliance* dos Correios, aprovadas pelo Conselho de Administração em 31/05/2017, visam direcionar corporativamente as práticas de governança na gestão de seus processos objetivando a maior probabilidade de concretização de seus objetivos estratégicos, a agregação de valor à tomada de decisão e a promoção da integridade organizacional com monitoramento da conformidade ao regulatório aplicável com vistas a assegurar, sobretudo, a sustentabilidade e a perenidade dos negócios da Empresa.

Como desdobramento dessas políticas, foi estruturada uma proposta de metodologia corporativa de gerenciamento de riscos que abrange as etapas: estabelecimento do contexto; avaliação e tratamento de riscos, em vias de encaminhamento para aprovação. Com essa metodologia, as áreas responsáveis pelos processos/riscos estratégicos e operacionais, que compõem a primeira linha de defesa, devem gerenciar os seus riscos e implementar as ações corretivas para tratar deficiências em controles. Por sua vez, cabe à área corporativa da gestão de riscos monitorar os riscos dos processos prioritários definidos pela alta administração.

5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão desses riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Nos Correios, a gestão dos riscos financeiros é de atribuição do Departamento Financeiro e Central de Serviços Financeiros vinculados, respectivamente, à Vice-Presidência de Finanças e Controladoria e da Vice-Presidência de Administração.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição:

Risco	Exposição	Gestão
Risco de mercado - variação cambial	Contratos de compra de máquinas de triagem em moeda estrangeira	<i>Hedge</i> ¹ por meio de fundo cambial
Risco de mercado - taxa de juros	Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro	Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central
	Fundos de Investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
Risco de crédito	Contas a receber de clientes	Monitoramento da qualidade de crédito por cliente
	Fundos de Investimento	Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de liquidez	Obrigações futuras	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa

¹ A ECT optou por não adotar a contabilidade de hedge

5.2 - Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como taxas de juros e paridades cambiais. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas, dos valores do serviço e da amortização das dívidas contratadas.

5.2.1 - Variação cambial

Ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional.

5.2.2 - Taxa de juros

É proveniente da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem os Correios ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

A cédula de crédito bancário, detalhada na nota 15.10, é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

5.3 - Risco de crédito

A Empresa definiu em seus manuais políticas voltadas para os processos que envolvem o crédito de clientes, faturamento e cobrança. Os riscos são geridos corporativamente pela Central de Serviços Financeiros - CEFIN, que acompanha os eventos desconformes, suas origens, a avaliação das consequências e mensuração dos seus impactos.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam, conforme política definida, a qualidade do crédito em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

O acompanhamento e o plano de ações para a mitigação dos riscos de crédito é realizado diariamente mediante análise do consumo (postagens) em confrontação com o limite de crédito disponibilizado para o cliente.

A provisão para deterioração do saldo do contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes.

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelos gestores dos fundos por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação (Resolução nº 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução nº 4.034 de 30 de

novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional), os Correios podem aplicar apenas em títulos de emissão do Tesouro Nacional.

5.4 - Risco liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Empresa não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A abordagem dos Correios na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis.

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazo é realizada pelo Departamento Financeiro. Este Departamento monitora diariamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Os Correios investem o excesso de caixa em aplicações financeiras e com vencimentos apropriados ou liquidez bastante para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões supramencionadas.

Os fundos nos quais os Correios aplicam seus recursos são administrados pela BB DTVM e CEF que fazem o acompanhamento e gestão dos investimentos mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. O Departamento Financeiro faz o acompanhamento do desempenho dos fundos em relação ao benchmarking, e recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos.

As aplicações financeiras da Empresa estão detalhadas na nota 7.

5.5 - Gestão de capital

Os objetivos dos Correios ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Empresa monitora seus resultados por meio do acompanhamento do EBITDA (sigla para o inglês de Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). Este indicador mostra o potencial de geração de caixa de um negócio, pois indica quanto dinheiro é gerado pelos ativos operacionais.

Descrição	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	667.308	(1.489.505)
Depreciação e Amortização	322.972	273.976
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.051	832.425
Despesas e Receitas Financeiras	70.831	(208.449)
EBITDA	1.071.162	(591.553)

Cálculo baseado nas Demonstrações Consolidadas.

A melhora do EBITDA em 2017, deve-se a reversão do custo do serviço passado relativo ao plano de saúde.

5.5.1 - Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants*

Sob os termos do empréstimo, contido na nota 15.10, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

Exercício	Dívida Líquida/ EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 3,0x

Em 31 de dezembro de 2017, a proporção da dívida líquida em relação ao EBITDA foi de 0,31, conforme detalhado a seguir:

Descrição	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	374.330	1.718.673
Aplicações LP	648.509	354.956
Total (A)	1.022.839	2.073.629
Passivo Circulante	527.296	291.719
Empréstimos e Financiamentos	182.647	999
Obrigações Financeiras a pagar	344.649	290.720
Passivo não Circulante	827.186	1.285.132
Empréstimos e Financiamentos	545.082	720.924
Obrigações Financeiras a pagar	282.104	564.208
Dívida Bruta Total (B)	1.354.482	1.576.851
Dívida Líquida (B) - (A)	331.643	(496.778)
EBITDA	1.071.162	(591.553)
Divida Líquida / EBITDA	0,31	0,84

Cálculo baseado nas Demonstrações Consolidadas.

NOTA - 6 APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

6.1 - Impacto do *Impairment* do valor justo dos ativos do Postalís

	Consolidado		
	Em 31 de dezembro de 2016	Ajustes	Em 31 de dezembro de 2016
	Publicado		Reapresentado
Ativo	14.488.447	38.270	14.526.717
Tributos diferidos	661.268	38.270	699.538
Passivo	14.488.447	38.270	14.526.717
Benefício pós-emprego	8.006.643	425.222	8.431.865
Outros resultados abrangentes	(3.965.979)	(386.952)	(4.352.931)
Plano PBD	(1.251.016)	(425.222)	(1.676.238)
Tributo diferido – Plano PBD	112.591	38.270	150.861

Considerando os indícios de redução ao valor recuperável no valor justo dos ativos do Plano BD, administrado pelo Postalís, tais como: a) baixos índices de liquidez e solvência de certas empresas investidas por fundos de investimentos; b) incertezas significativas quanto à continuidade operacional de certas empresas e companhias investidas por fundos de investimentos; c) modificações e ou abstenções de opinião nos relatórios de outros auditores independentes responsáveis pelas auditorias das demonstrações financeiras de determinadas empresas investidas por fundos de investimentos; d) ausência de demonstrações financeiras auditadas e atualizadas de certos investimentos da carteira de ativos do Postalís; e) fundos de Investimentos em participações sob investigações em curso de autoridades brasileiras no âmbito das chamadas operações “Lava Jato”, “Greenfield”, “Rizoma” e “Pausare”; f) instauração de procedimentos administrativos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para apurar a eventual prática de irregularidades de investimentos realizados, a Administração dos Correios, para o encerramento contábil das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, contratou empresa especializada (VESTING Consultoria Financeira e Atuarial) para determinar o adequado valor justo dos referidos ativos.

Em decorrência desse trabalho, foi constatado que o valor justo utilizado na avaliação atuarial do exercício de 2016 encontrava-se superavaliado, dessa forma, foi necessário reapresentar os saldos correspondentes comparativos em decorrência de erros imputados de exercícios anteriores, impactando as provisões para benefícios pós-emprego em contrapartida a rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Considerando a primazia da essência sobre a forma e os aspectos do “*true and fair view*”, os fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs), exclusivos do Postalís, anteriormente apresentados nos valores justos dos ativos do Plano BD, foram integralmente provisionados nos saldos comparativos (31 de dezembro de 2016).

A consultoria financeira também identificou que determinados títulos públicos constantes na carteira de investimentos do plano BD encontravam-se avaliados ao custo amortizado ao invés de estarem marcados a mercado, conforme determina o CPC 33 (R1).

Abaixo apresentamos um resumo dos impactos das retificações de erros identificadas pela consultoria:

Descrição	Valor (R\$)
Impairment FIDCs	849.302
Impacto marcação a mercado títulos públicos	1.142
Total de retificações de erros	850.444
Paridade contributiva dos Correios (50%)	425.222

Adicionalmente, esse estudo também identificou determinados *impairments* no montante de R\$418.630 que foram registrados de forma prospectiva, impactando o resultado corrente do exercício de 2017.

6.2 - Impacto da reclassificação sobre a receita líquida de vendas e serviços:

	Consolidado		
	Em 31 de dezembro de 2016	Ajustes	Em 31 de dezembro de 2016
	Publicado		Reclassificado
Demonstração do Resultado do Exercício			
Receita líquida de vendas e serviços	18.216.901	(534.853)	17.682.048
Descontos incondicionais		(534.853)	
Despesa com vendas/ serviços	(875.282)	534.853	(340.430)

Em 2017 foi realizado um estudo que tratou da reavaliação sobre os descontos concedidos pelos Correios nas faturas dos clientes.

Tal estudo resultou na alteração de posicionamento do Departamento Jurídico para se alinhar ao entendimento da Receita Federal do Brasil – RFB e concluir que na classificação dos descontos concedidos aos clientes dos Correios nas operações de venda, deve-se averiguar se o evento que justifica o desconto concedido é anterior, concomitante ou posterior à emissão do documento fiscal, ou seja, se não depender de evento posterior à emissão do documento fiscal, será considerado como desconto incondicional, por outro lado, se depender de evento posterior à emissão do documento fiscal será considerado como desconto condicional.

Nesse sentido, considerando que a norma contábil estabelece que os descontos incondicionais devem figurar no grupo das receitas como conta redutora, os valores referentes a essa rubrica que antes eram classificados em “Despesas com vendas/serviços” foram reclassificados como redutores da receita.

NOTA – 7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa/Disponibilidades ¹	851	118.967	831	697.671
Bancos	5.904	5.905	6.192	6.195
Aplicações	340.692	249.458	1.682.004	1.014.807
TOTAL	347.447	374.330	1.689.027	1.718.673

¹No caixa/ disponibilidades consolidado são somados os valores referentes ao caixa e operações compromissadas dos fundos exclusivos da Controladora com o caixa da CorreiosPar.

7.1 - Caixa/ Disponibilidades

Em 31/12/2017, o valor de R\$ 851 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.374 unidades de atendimento, presentes nos Estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2018. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referentes aos fundos: 13A, 13B, 13C, todos do Banco do Brasil, bem como o Fundo X da Caixa Econômica Federal, que na visão da Controladora são considerados na linha de aplicações.

7.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2017 é de R\$ 5.904.

7.3 - Aplicações

De acordo com a Resolução nº 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução nº 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em Fundos de Investimento Extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal - CEF, pelo Banco do Brasil S.A - BB. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), no qual os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC.

As disponibilidades financeiras estão aplicadas em Fundos de Investimentos Extramercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos Extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

7.3.1 - Títulos Mantidos para Negociação

7.3.1.1 - Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2017

Insti- tuição	Fundo	Consolidado			Total do Patrimônio Líquido	
		Circulante		Não Circulante		
		Caixa ² /Disponibili- dades	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisã o do IR		Aplicações
BB	13 A	17.183	92.055	319	14.046	123.603
BB	13 B	77.812	84.853	807	485.591	649.063
BB	13 C	22.876	36.632	357	95.508	155.373
CEF	Fundo X	245	9.036	109	53.364	62.754
BB	Cotas Fundos	-	26.882	34	-	26.916
	Totais	118.116	249.458	1.626	648.509	1.017.709

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

7.3.1.2 - Posição em 31/12/2017

APLICAÇÃO	Consolidado 2017	(%)
NTN-B	633.779	70,45
LTN	226.287	25,15
Cotas – Fundo ¹	26.916	3,00
NTN-F	12.974	1,44
Subtotal	899.956	100,04
Ajustes ²	(362)	(0,04)
Total	899.594	100,00
Imposto de Renda	(1.626)	(0,18)
Líquido	897.968	99,82

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2022, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante) - Consolidado							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2018	129.707	-	94.824	26.915	(1.626)	(362)	249.458
TOTAIS	129.707	-	94.824	26.915	(1.626)	(362)	249.458
Composição do Longo Prazo (Não Circulante) - Consolidado							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2019	33.190	-	126.342	-	-	-	159.532
2020	48.003	-	110.252	-	-	-	158.255
2021	15.387	12.974	138.800	-	-	-	167.161
2022	-	-	163.561	-	-	-	163.561
TOTAIS	96.580	12.974	538.955	-	-	-	648.509

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

7.3.1.3 - Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2016

Insti- tuição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa ² /Disponibi- dades	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações	
BB	13 A	22.297	868.136	1.595	2.693	894.721
BB	13 B	672.639	61.546	337	158.578	893.100
BB	13 C	551	40.436	-	101.944	142.931
CEF	Fundo X	1.353	15.046	222	91.741	108.362

Insti- tuição	Fundo	Consolidado					Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante		
		Caixa ² /Disponibi- lidades	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações		
BB	Cotas Fundo ¹	-	29.643	78	-	29.721	
Totais		696.840	1.014.807	2.232	354.956	2.068.835	

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

7.3.1.4 - Posição em 31/12/2016

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
LTN	965.410	70,37
NTN-F	50.965	3,71
NTN-B	327.484	23,87
Cotas – Fundo ¹	29.722	2,17
Subtotal	1.373.581	100,12
Ajustes ²	(1.586)	(0,12)
Total	1.371.995	100,00
Imposto de Renda	(2.232)	0,16
Líquido	1.369.763	99,84

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2027, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807
TOTAIS	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807
Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2018	32.223	1.998	97.685	-	-	-	131.906
2019	15.940	1.436	57.656	-	-	-	75.032
2020	15.331	-	20.973	-	-	-	36.304
2021	-	12.877	74.005	-	-	-	86.882
2023	-	11.930	-	-	-	-	11.930
2025	-	8.395	-	-	-	-	8.395
2027	-	4.507	-	-	-	-	4.507
TOTAIS	63.494	41.143	250.319	-	-	-	354.956

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

NOTA – 8 CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	2017	2016
Serviços Faturados	1.551.480	1.435.184
Débitos Internacionais	619.936	437.547
Serviços a Faturar	212.831	173.564
Valores a receber de AGF	52.047	67.711
Cartões de Crédito	22.327	14.156
ACC/Prestação de Contas	1.918	2.360
AGF/ Débitos Negociados	1.847	1.914
Direito a receber AGF – Lei postal	1.311	1.466
AGF/Prestação de Contas	953	208
ACF/Prestação de Contas	306	401
AGC/Prestação de Contas	131	136
Débitos ACC	108	35
Outros Débitos de Clientes	12	3
TOTAL	2.465.207	2.134.685

8.1 - Serviços Faturados

Correspondem aos direitos a receber de clientes, por serviços prestados ou produtos vendidos.

O detalhamento de serviços faturados, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	2017	2016
Vencidos até 30 dias	70.274	86.430
Vencidos de 31 a 60 dias	21.603	16.976
Vencidos de 61 a 90 dias	14.843	10.231
Vencidos de 91 a 120 dias	9.118	4.968
Vencidos de 121 a 180 dias	6.977	27.357
Vencidos de 181 a 365 dias	16.348	22.522
Acima de 365 dias	23.159	17.812
Total de Valores Vencidos	162.322	186.296
A Vencer	1.417.785	1.286.318
Total a Receber	1.580.107	1.472.614
PCLD Total	(28.627)	(37.430)
Total a Receber	1.551.480	1.435.184

8.1.1 - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi constituída ao final do exercício, à base de 24% e 1% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

PECLD – 2017	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2017 (24% do saldo)	27.773
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2017 (1% do saldo)	462
Títulos de empresas em recuperação judicial ao fim de 2017 (100% do saldo – vencidos e a vencer)	392

PECLD – 2017	
TOTAL	28.627

PECLD – 2016	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2016 (31,93% do saldo)	33.110
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2016 (5,92% do saldo)	4.320
TOTAL	37.430

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e das perdas não dedutíveis.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2017	2016
Saldo Total em 1º de janeiro	37.430	18.828
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(93)	(130)
PECLD não dedutível em 1º de janeiro	37.337	18.698
Adições	22.628	50.789
Baixas	(31.395)	(32.150)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	28.570	37.337
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	57	93
Saldo Total em 31 de dezembro	28.627	37.430

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas não dedutíveis é adicionado à apuração do Lucro Real.

8.2 - Serviços a Faturar

Representam os direitos a receber por serviços prestados ou produtos vendidos a clientes, em processo de emissão de fatura.

8.3 - Cartões de Crédito

O aumento de R\$ 8.171 registrado na rubrica é referente ao novo serviço prestado pelos Correios, EDEI - Entrega Direta de Encomendas Internacionais.

8.4 - ACF/ACC - Prestação de Contas:

Referem-se aos direitos junto aos franqueados/ permissionários, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

8.5 - Débitos Internacionais

O valor de R\$ 619.936 corresponde aos direitos decorrentes das relações dos Correios e outros Correios mundiais. O acréscimo de saldo de 2017 deve-se a redução dos recebimentos neste exercício.

Para esta conta foi constituída uma PECLD na ordem de R\$ 5.463, referente aos valores a receber em 2017 e que os Correios ainda aguardam o pagamento.

8.6 - Débitos Negociados de AGF

Referem-se a valores em atraso, a receber de AGF, com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento.

8.7 - Direito a Receber de AGF – Lei postal

Corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

8.8 - Valores a Receber de AGF

Referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

NOTA – 9 ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais.

As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos.

MATERIAIS ESTOCADOS	2017	2016
Material para consumo	39.150	60.327
Material para revenda/almoxxarifados	16.181	23.060
Material em consignação	565	565
Perdas com estoque	(2.699)	(2.695)
TOTAL	53.197	81.257

9.1 - Material para consumo

Em 2017, devido às medidas extraordinárias de contingenciamento de orçamento de custeio e investimentos, aprovadas pela Diretoria em 2016, com vigência no período de 10/2016 a 12/2017, houve a diminuição nas compras de materiais estocáveis.

NOTA – 10 OUTROS VALORES E BENS

Créditos com Pessoas Ligadas

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Serviço Saúde	47.323	47.323	55.199	55.199
Dividendos a Receber	-	-	28	-
TOTAL	47.323	47.323	55.227	55.199

10.1.1 - Serviço Saúde

O valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos) realizados pelos Correios, os quais ainda não foram incluídos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

10.2 - Adiantamentos

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento de Férias	86.275	86.275	121.652	121.652
Demais Adiantamentos	6.224	6.224	5.420	5.420
Adiantamento Salarial	3.418	3.418	3.577	3.577
TOTAL	95.917	95.917	130.649	130.649

10.2.1 - Demais Adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos referentes aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

10.3 - Impostos e Encargos Sociais a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR a restituir	127.513	129.152	203.778	204.873
IR retido na fonte	20.440	20.440	20.687	20.687
CSLL a restituir	19.793	19.793	35.038	35.142
CSLL retida na fonte	5.271	5.271	5.262	5.262

IRRF/Aplicações financeiras	2.552	2.586	3.148	3.227
COFINS a restituir/compensar	2.271	2.271	57	57
ICMS a recuperar/compensar	1.551	1.551	1.401	1.401
ISS retenção por clientes	1.119	1.119	1.223	1.223
PIS a restituir/compensar	480	480	0	0
Outros	14.145	14.159	6.358	6.359
TOTAL	195.135	196.822	276.952	278.231

10.3.1 - IR e CSLL a Restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até o final do exercício por ocasião de apuração de base negativa de CSLL. Estes valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados no exercício seguinte para pagamentos de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

10.3.2 - IR e CSLL retidos na fonte

Corresponde aos impostos e contribuições retidos sobre os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal.

10.3.3 - PIS e COFINS a Restituir/Compensar

Refere-se a créditos fiscais referentes a recálculos decorrentes da política de descontos sobre faturas. A utilização dos créditos fiscais está vinculada ao processo administrativo protocolizado junto à Receita Federal.

10.4 - Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2017	2016
Faturas em cobrança jurídica	1.380	1.146
Débitos de empregados em cobrança jurídica	90	11
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	-	851
Inadimplentes - ACF	-	183
Inadimplentes - ACC	153	62
Inadimplentes - AGF	1.060	3.094
TOTAL	2.683	5.347

10.4.1 - Faturas em Cobrança Jurídica

O montante de R\$ 1.380 refere-se a débitos de inadimplentes cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual utilizado para a constituição de Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD nos processos em “Cobrança Jurídica” foi revisado, conforme o CPC 38, baseado nos levantamentos dos acordos judiciais sob responsabilidade da área jurídica que estão sendo cumpridos pelo devedor, bem como os valores de recebimento dos acordos ocorridos até dezembro de 2017.

PECLD – 2017	
98% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	67.598
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	45.701
100% das empresas em recuperação judicial	745
Saldo final da PECLD em 31/12/2017	114.044
PECLD – 2016	
98,25% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	64.325
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	51.707

PECLD – 2017	
100% das empresas em recuperação judicial	9.197
Saldo final da PECLD em 31/12/2016	125.229

A seguir, o demonstrativo da movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2017	2016
Saldo Total em 1º de janeiro	125.229	116.738
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(51.707)	(68.782)
- PECLD não dedutível em 1º de janeiro	73.522	47.956
Adições	24.666	26.494
Baixas	(29.845)	(928)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	68.343	73.522
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	45.701	51.707
Saldo Total em 31 de dezembro	114.044	125.229

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas não dedutíveis é adicionado à apuração do Lucro Real.

10.4.2 - Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica

O montante de R\$ 90 refere-se aos débitos de ex-empregados, apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial, e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio de folha de pagamento. Mensalmente é constituída perda à base de 99% do saldo acumulado na conta.

10.4.3 - Cobrança Jurídica de Débitos de Terceiros

Refere-se à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. A provisão de perda é constituída à base de 100% do saldo registrado nesta rubrica.

10.4.4 - Inadimplentes ACF

Refere-se a valores não repassados pelas ACFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. A provisão de perda de ACF é constituída à base de 100% do saldo registrado em inadimplentes ACF, inadimplentes em cobrança jurídica – ACF e descredenciados em cobrança jurídica – ACF.

10.4.5 - Inadimplentes ACC

Refere-se a valores não repassados pelas ACCs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. A provisão de perda de ACC é constituída à base de 76% do saldo da conta inadimplentes ACC e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

10.4.6 - Inadimplentes AGF

Refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. A provisão de perda de AGF é constituída à base de 82% do saldo da conta inadimplentes AGF, 89% do saldo da conta de inadimplentes em cobrança jurídica - AGF e 100% do saldo acumulado na conta de descredenciadas em cobrança jurídica - AGF.

10.5 - Outros Créditos

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros Débitos de Terceiros	22.119	22.119	7.515	7.515
Outros Débitos de Empregados	4.434	4.434	4.184	4.184
Outros Débitos de Empregados- Agência	1.366	1.366	1.293	1.293
Vale Postal Internacional- Importação	1.828	1.828	641	641
TOTAL	29.747	29.747	13.633	13.633

10.5.1 - Outros Débitos de Terceiros

O montante de R\$ 22.119 refere-se, principalmente, a multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A variação no saldo do ativo ocorreu, principalmente, em função da redução do percentual da PECLD que em 2016 era de 85% para 52% em 2017.

10.5.2 - Outros Débitos de Empregados

O montante de R\$ 4.434 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, depois de apurada a responsabilidade e a emissão de portaria para desconto em folha.

10.5.3 - Outros Débitos de Empregados – Agência

O montante de R\$ 1.366 refere-se a débitos decorrentes de diferenças de caixa das agências. A provisão de perda é constituída à base de 85% do saldo acumulado na conta.

NOTA – 11 ATIVO NÃO CIRCULANTE

11.1 - Investimentos não Permanentes

11.1.1 - Outras Aplicações – DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina a legislação vigente que trata de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	2017	2016
Participações não Relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda Não-Dedutível no Investimento	(28.062)	(28.062)
Outros Investimentos	895	895
TOTAL	4.411	4.411

11.1.1.1 - Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR

São valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo da conta, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

11.2 - Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	2017	2016
Depósitos Recursais Administrativos	70.057	68.269
Depósitos Judiciais	21.701	21.743
Depósitos Recursais	16.271	16.510
Penhora de Numerários	6.886	5.353
TOTAL	114.915	111.875

Os valores de R\$ 21.701 e R\$ 16.271 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 70.057 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. O valor de R\$ 6.886 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;

b. os depósitos recursais são exigidos para interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente mensalmente;

c. os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;

d. as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pela justiça sem que haja prévia comunicação à empresa. As penhoras são realizadas via sistema Bacenjud, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

11.3 - Tributos a Compensar

	2017	2016
Imunidade Tributária	1.453.916	1.396.158
IR	849.606	849.606
PIS/COFINS	604.310	546.552
Tributos Retidos na Fonte -Contrato Banco Postal	139.492	139.492
TOTAL	1.593.408	1.535.650

Os Correios, amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, ativou créditos tributários de pagamento indevido e protocolizou, em 2016, pedidos de restituição na esfera administrativa, dos valores pagos indevidamente a título de IRPJ. Com o objetivo de interromper a prescrição destes direitos, ingressou com protestos judiciais, no exercício de 2017, para o IRPJ, PIS e COFINS.

O montante de R\$ 1.453.916 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, PIS e COFINS ativados em 31/12/2016, e pelos valores registrados no exercício de 2017 a título de PIS e da COFINS apurados indevidamente sob as regras do regime não cumulativo.

O saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A. Os créditos fiscais foram solicitados, tempestivamente, em 2016, à Receita Federal mediante pedido de restituição.

11.4 - Convênio Postal Saúde

O valor de R\$ 100.000 representa o montante repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PEL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

11.5 - Outros

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Débitos de ex-empregados	1.284	1.284	333	333
CorreiosPar - Ressarcimentos	989	-	2.359	-
Outros débitos de empregados – não circulante	856	856	1.065	1.065
Faturas Renegociadas	613	613	1.293	1.293
Imóveis Funcionais Vendidos	-	-	18	18
Outros créditos a realizar	27	27	166	166
TOTAL	3.769	2.780	5.234	2.875

11.5.1 - Débitos de ex-empregados

Refere-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo. A provisão de perda é constituída à base de 91% do saldo acumulado na conta.

O acréscimo de saldo dessa rubrica deve-se, principalmente, à reclassificação dos débitos de empregados que foram desligados pelo PDI em 2017.

11.5.2 - CorreiosPar - Ressarcimentos

Refere-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios. A redução do montante a receber em 2017 deve-se a liquidação de valores efetuada pela controlada.

11.5.3 - Outros Débitos de Empregados – não circulante

Valores relativos a débitos de empregados que estão com os descontos suspensos em folha de pagamento por motivos de afastamento pelo INSS e/ou por decisão judicial.

11.5.4 - Faturas Renegociadas

Corresponde ao parcelamento de faturas em cobrança administrativa. A redução do saldo em 2017 refere-se, principalmente, à reclassificação para faturamento a receber (ativo circulante) dos valores que deverão ser quitados pelos clientes durante o exercício de 2018.

11.5.5 - Outros Créditos a Realizar

Do montante de R\$ 1.229 nesta rubrica, R\$ 589 refere-se a direito a receber da Correiospar, referente a folha de pagamento e tributos.

NOTA – 12 INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Imóveis Mantidos para Investimento	696.378	696.378	550.406	550.406
Deprec. de Imóveis Mantidos para Investimento	(6.218)	(6.218)	(4.072)	(4.072)
Perda ao Valor Recuperável	(34)	(34)	(34)	(34)
Outros Investimentos	993	993	1.000	1.000
CorreiosPar	27.574	-	28.538	-
TOTAL	718.693	691.119	575.838	547.300

12.1 - Investimentos Permanentes

12.1.1 - Imóveis Mantidos para Investimentos

Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas, são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos, são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 3.9.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2016	Baixas	Transf. entrada	Transf. saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/12/2017
Terrenos Cedidos/Alugados	72.605	-	-	-	-	72.605
Prédios Cedidos/Alugados	5.988	-	-	-	(408)	5.580
Terrenos Desocupados	448.447	(5.300)	151.478	(6.167)	-	588.458
Prédios Desocupados	19.251	-	13.167	(8.894)	(117)	23.407
Impairment Desocupados	(34)	-	-	-	-	(34)

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2016	Baixas	Transf. entrada	Transf. saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/12/2017
Instalações Desocupadas	43	-	681	(613)	(1)	110
TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	546.300	(5.300)	165.326	(15.674)	(526)	690.126

Valores líquidos de depreciação

12.2 -Correiospar

Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

No exercício de 2017 a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 964, diminuindo o saldo deste investimento para R\$ 27.574, ao aplicar o método de equivalência patrimonial.

NOTA – 13 IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 3.9.

Rubrica	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf. Entrada	Transf. Saída	Depreciação/ Amortização	Bens Sucateados	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	3.681.051	716	-	5.947	(151.259)	-	-	3.536.455
Impairment Terrenos	(491)	-	-	-	-	-	-	(491)
Prédios	1.429.462	3.910	-	18.138	(9.677)	(45.462)	-	1.396.371
Impairment Prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	-	(50.435)
Instal. em Prédios Próprios	29.762	3.773	-	59.355	(2.396)	(7.049)	-	83.445
Benefit. em Imóveis de Terc.	40.812	3.725	(6)	14.405	(403)	(19.719)	-	38.814
Obras em Andamento	160.248	18.794	(956)	689	(90.653)	-	-	88.122
Subtotal De Imóveis	5.290.409	30.918	(962)	98.534	(254.388)	(72.230)	-	5.092.281
Moveis e Utensílios	218.089	10.768	(1.469)	2.537	(1.491)	(38.123)	265	190.576
Maquinas e Equipamentos	345.273	84.864	(1.210)	33.024	(56.625)	(41.869)	42	363.499
Veículos Motorizados	488.690	14.484	(1.868)	1.240	(1.240)	(62.244)	26	439.088
Veículos não Motorizados	6.232	1.038	(57)	-	-	(2.163)	8	5.058
Ferramentas e Instrumentos	409	15	(3)	-	-	(124)	3	300
Equip. Processamento de Dados	212.385	3.562	-	2.580	(2.068)	(70.442)	13	146.030
Aquisições em Andamento	85.004	119.821	-	53.168	(24.969)	-	-	233.024
Subtotal de Móveis	1.356.082	234.552	(4.607)	92.549	(86.393)	(214.965)	357	1.377.575
TOTAL IMOBILIZADO	6.646.491	265.470	(5.569)	191.083	(340.781)	(287.195)	357	6.469.856

NOTA 14 - INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado. Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 3.10.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2016	Adições	Transf. entrada	Transf. saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/12/2017
Software, Licenc. Similares	105.947	18.663	2.461	(2.409)	(35.442)	89.220
TOTAL INTANGÍVEL	105.947	18.663	2.461	(2.409)	(35.442)	89.220

NOTA – 15 PASSIVO CIRCULANTE

15.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais, produtos e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

Fornecedores	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Material, Produtos e Serviços	747.123	747.123	785.565	785.565
Consignações	149	149	150	150
Outros	-	-	18	18
TOTAL	747.272	747.272	785.733	785.733

15.2 - Salários e Consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Férias	1.258.279	1.258.279	1.068.500	1.068.500
INSS - Empregado	43.257	43.257	43.578	43.578
Postalís (PostalPrev) - Empregado	41.516	41.516	46.845	46.845
Postalís (BD) - Empregado	13.123	13.123	17.654	17.654
Obrigações Trabalhistas	17.106	17.106	15.731	15.731
Retenção SEST/SENAT	2	2	2	2
TOTAL	1.373.283	1.373.283	1.192.310	1.192.310

O aumento de R\$ 180.973 neste grupo deve-se, principalmente, ao saldo acumulado em férias, decorrente da suspensão da concessão de férias a partir de maio/2017, que estabeleceu que a fruição poderia ser iniciada no prazo de 90 dias antes do término do período concessivo do empregado. A aprovação dessa medida ocorreu na 10ª Reunião Ordinária da Diretoria/2017.

15.3 - Encargos Sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS - Empregador	121.142	121.142	128.553	128.553
FGTS	53.890	53.890	56.928	56.928
PostalPrev - Empregador	39.337	39.337	44.466	44.466
Postalís - Empregador	13.143	13.143	17.822	17.822
Salário Educação	11.493	11.493	11.938	11.938
SENAI Adicional	919	919	956	956
INSS - Contribuinte Individual	369	369	240	240
TOTAL	240.293	240.293	260.903	260.903

A redução nos encargos ocorreu, principalmente, em função dos desligamentos de, aproximadamente, 6 mil empregados pelo PDI/2017.

15.4 - Impostos e Contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Cofins	53.900	53.906	56.213	56.213

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IRF - Retido De Empregados	46.860	46.860	49.273	49.273
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	25.831	25.831	23.706	23.706
Pasep	11.654	11.655	11.272	11.272
ICMS	7.198	7.198	6.167	6.167
ISSQN - Retido De Terceiros	5.320	5.320	5.758	5.758
INSS Empresas - Retenção Fonte	4.989	4.989	6.565	6.565
IRF - Retido De Terceiros	1.909	1.909	2.635	2.635
INSS Retenção - Contribuinte Individual	179	179	122	122
Outras Obrigações Tributárias	-	-	611	611
TOTAL	157.840	157.847	162.322	162.322

15.5 - Arrecadações e Recebimentos

As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Recebimento para o Postalis	24.946	24.946	31.631	31.631
Recebimento de Imposto de Importação	7.933	7.933	6.184	6.184
Emissão Vale Postal Nacional	6.718	6.718	5.632	5.632
Certificado Digital	4.280	4.280	1.814	1.814
Outros Recebimentos/Arrecadações	3.643	3.643	3.219	3.219
TOTAL	47.520	47.520	48.480	48.480

15.5.1 - Recebimento para o Postalis

Refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

15.5.2 - Recebimento de Imposto de Importação

Refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

15.5.3 - Emissão de Vale Postal Nacional

O valor de R\$ 6.718 corresponde à execução do serviço de vale postal nacional eletrônico (VPN-e).

15.5.4 - Certificado Digital

Compreende a comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

15.5.5 - Outros Recebimentos/ Arrecadações

Refere-se, principalmente, a venda de títulos de capitalização e arrecadação de terceiros.

15.6 - Adiantamentos de Clientes

O valor de R\$ 6.427 representa o montante recebido de clientes, proveniente de faturas emitidas e pagas indevidamente ou com valor a maior e de faturas pagas em duplicidade.

15.7 - Contas Internacionais a Pagar

O valor de R\$ 85.774 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

15.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado

Precatórios Judiciais (Circulante)	87.944	87.944	89.145	89.145
Precatórios Judiciais (Não-Circulante)	31.128	31.128	18.642	18.642
TOTAL	119.072	119.072	107.787	107.787

15.9 - Apropriações por Competência - Patrocinadas/Mantidas

	2017	2016
Correios Saúde	411.133	387.894
Previdência	27.959	22.160
Benefício Definido - BD	27.204	20.678
PostalPrev	755	1.482
TOTAL	439.092	410.054

15.10 - Empréstimos e Financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Data	Saldo da Obrigação Inicial	Amortização Principal	Amortização de Juros	Encargos* Financeiros	Despesa do exercício	Saldo da Obrigação Líquida
31/12/2016	750.000	-	-	(29.076)	999	721.923
31/12/2017	721.923	-	(89.629)	-	95.435	727.729

*Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) e Despesas Bancárias

Características	CCB ¹ - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da Obrigação Inicial	750.000
Data de Emissão	28/12/2016
Vencimento Final	28/12/2021
Remuneração ³	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de Juros	Mensal a partir de Jan/2017
Encargos Financeiros Totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais consecutivas a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias.

1 - Cédula de Crédito Bancário.

2 - Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) e Despesas Bancárias.

15.11 - Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O valor de R\$ 26.384 refere-se, em maior parte, a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o respectivo sindicato.

15.12 - Receitas a Apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e/ ou faturamento por estimativa que constituirão receitas em competências seguintes.

Do montante de R\$ 20.474, registrado nesta rubrica, R\$ 19.957 são provenientes de aluguéis de caixas postais e R\$ 517 refere-se a faturamento por estimativa.

15.13 - Obrigações Financeiras a Pagar

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$ 405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL

Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do Distrato (a primeira parcela, paga em 02/01/2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04/01/2016, no valor de R\$ 749.834).

Contudo, em 05/12/2016 foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução prevista no Distrato, que estava prevista para 02/01/2017. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05/12/2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 (um, trinta e seis avos) do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais serão atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, a partir de 05/12/2016 até a data do seu efetivo pagamento, sendo que a 1ª parcela foi paga em 02/01/2017. Assim ao final do exercício a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL				
Data	Saldo da Obrigação	Amortização da dívida	Despesa do exercício	Dívida Total
31/12/2016	1.351.063	(749.834)	253.699	854.928
31/12/2017	854.928	(299.327)	71.152	626.753

15.14 - Convênio Postal Saúde

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ressarcimento de Despesas Administrativas	71.138	71.138	71.295	71.295
Ambulatórios	9.829	9.829	-	-
Saúde Ocupacional	8.707	8.707	4.614	4.614
Benefício Medicamentos	2.166	2.166	948	948
TOTAL	91.840	91.840	76.857	76.857

15.15 - Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Convênio Sesi/Senai	9.306	9.306	7.905	7.905
Caução de Fornecedor	38.673	38.673	27.745	27.745
Outros	3.682	3.682	2.248	2.248
Valores a Regularizar	693	693	394	394
Apuração - Venda do Ativo Fixo	81	81	17.627	17.627
TOTAL	52.435	52.435	55.919	55.919

15.15.1 - Convênio Sesi/Senai

O montante de R\$ 9.306 refere-se à parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao SESI/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

15.15.2 - Caução de Fornecedores

O valor de R\$ 38.673 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

15.15.3 - Valores a regularizar

Compreende, principalmente, a movimentação de numerários para agências próprias.

15.15.4 - Apuração – Venda do Ativo Fixo

Refere-se ao recebimento de valores pela venda de ativo fixo cuja transferência de propriedade ainda será realizada. O decréscimo do saldo de 2017 ocorreu em função da baixa pela apuração da venda de imóveis, decorrente das transferências de propriedade dos bens, ocorrida em 2016.

15.16 - Obrigações Trabalhistas

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido – IFD, oferecido aos empregados aderiram ao Programa de Demissão Incentivada – PDI.

O PDI foi dividido em 2 ciclos, sendo o 1º com desligamentos entre fevereiro e dezembro e o 2º com desligamentos iniciados em dezembro e com previsão de término no início de 2018.

Até dezembro/2017 foram homologadas 6.198 rescisões de empregados que aderiram ao PDI com direito ao recebimento do IFD (6.133 relativas ao 1º ciclo e 65 referentes ao 2º ciclo).

São realizados pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório aos que aderiram ao PDI, denominado IFD. Para os empregados desligados no 1º ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao 2º ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil reais.

Os pagamentos de incentivos ocorridos em 2017 totalizaram R\$ 91.911.

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram anualmente corrigidos pelas projeções do IPCA.

Em atendimento às recomendações do CPC 12, que dispõe sobre o ajuste a valor presente, a taxa de desconto dos fluxos do IFD foi selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration* inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD, sendo selecionada a Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), com vencimento em 01/01/2025. Esse título reflete, adicionalmente, o custo de oportunidade entre o lançamento do PDI e a manutenção dos recursos no caixa.

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PDI – Curto Prazo	124.197	124.197	-	-
PDI – Longo Prazo	797.024	797.024	-	-
TOTAL	921.221	921.221	-	-

NOTA – 16 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

16.1 - Benefício Pós-Emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às obrigações com os planos de aposentadoria e pensão, bem como assistência à saúde, sob responsabilidade da Empresa, calculadas na forma do Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada.

16.1.1 - Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego retratam as expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)			
Descrição	2017	2016	
		Reapresentado	
CorreiosSaúde	3.778.762	6.532.848	
Benefício Definido – BD	3.102.427	2.359.509	
Total da obrigação atuarial¹	6.881.189	8.892.357	
Despesas			
Descrição	2017	2016	
A CorreiosSaúde Ativos	1.467.527	1.522.482	
B CorreiosSaúde Aposentados	306.414	218.029	
C=A+B CorreiosSaúde Total	1.773.941	1.740.511	
D Despesa com Provisão Pós-Emprego Saúde	(2.284.883)	1.059.265	
<i>Custo dos juros/ custo do serviço - corrente</i>	<i>618.000</i>	<i>1.059.265</i>	
<i>Reversão do custo do serviço passado</i>	<i>(2.902.883)</i>	<i>-</i>	
E=B+D Total da Provisão do Pós-Emprego Saúde²	(1.978.469)	1.277.294	
F Despesa Postalís Empregador	266.917	192.444	
G Despesa Administrativa/outros Postalís	(29.082)	(20.810)	
H Despesa com Provisão Pós-Emprego Previdência	(78.656)	148.824	
I=F+G+H Total das Despesas com Pós-Emprego Previdência³	159.179	320.458	
J=E+I Total Provisão Pós-Emprego	(1.819.290)	1.597.752	

¹Devido às peculiaridades do Plano Postalís – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com os valores registrados nas contas Postalís – Empregador, grupo encargos sociais – Nota 15.3 e Benefício Definido - BD grupo Apropriações por Competência - Patrocinadas/Mantidas – Nota 15.9, que em 2017 totalizaram, respectivamente, R\$ 13.143 e 27.204.

²O valor informado em "Total da Provisão do Pós-Emprego Saúde" em 2017 corresponde à soma entre os custos dos juros e dos serviços projetados para o exercício, no valor de R\$ 924.414, somado a reversão do custo do serviço passado no valor de R\$ 2.902.883.

³Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Postalís - BD para 2017.

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

16.1.1. - Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde da Empresa era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo Território Nacional.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre a Empresa e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, constituída em abr/2013, é a operadora do plano assistência à saúde oferecido aos empregados da Empresa, na modalidade autogestão como uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília/DF.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica da Empresa é realizada pela Postal Saúde. Esse processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

O plano de saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados da Empresa e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalís e seus dependentes.

A Empresa tem a obrigação, como mantenedora, de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Em decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) no julgamento do dissídio coletivo relativo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018, para o custeio do plano CorreiosSaúde foi fixada a cobrança de mensalidades de titulares, correspondente a aplicação dos percentuais de 2,3% a 4,4%, de acordo com a remuneração recebida, obedecendo ao teto máximo de mensalidade por faixa etária, da tabela fixada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), prevista na Resolução Normativa nº 63/2003. Além disso, os dependentes passam a contribuir para o plano com mensalidades correspondentes a 60% da mensalidade do titular, no caso de cônjuge/companheiro(a), e de 35%, nos caso de filhos e menor sob guarda. Os participantes também são responsáveis pelo pagamento de coparticipação de até 30% do valor dos custos assistenciais, dependendo do teto máximo fixado na decisão.

Os titulares do plano CorreiosSaúde e seus dependentes, filhos, menor sob guarda e cônjuge/companheiro(as), migrarão para o plano CorreiosSaúde II, a partir de 2018, para atender à forma de custeio do plano definida pelo TST. Os genitores dos titulares permanecerão no plano CorreiosSaúde, com a forma de custeio vigente antes da decisão do TST. Na forma da decisão do TST, os genitores inscritos no plano CorreiosSaúde, a partir de Agosto/2019, migrarão para o plano família ou serão desligados do plano.

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), em 18.01.2018, emitiu as Resoluções CGPAR nº 22 e 23 que estabelecem diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, dentre elas a cobrança de mensalidades, a limitação de dependentes e a paridade das contribuições de participantes e patrocinador no custeio do benefício à saúde em planos na modalidade de autogestão. As Resoluções têm como objetivo fortalecer a gestão corporativa dos planos, favorecendo ao seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Os cálculos atuariais do plano CorreiosSaúde, em 31/12/2017, conforme política descrita na nota 3.19.2, contemplam as alterações no plano decorrentes da decisão do TST e da Resolução CGPAR nº 23/2018. Considerando a alteração das regras de custeio do plano, observou-se uma redução na necessidade de constituição do passivo pós-emprego de Saúde da Empresa, ocasionando a reversão de parte da obrigação como custo de serviço passado no resultado do período no qual o impacto dessa reversão pode ser observado na Nota 16.1.1.14.

16.1.1.2 - Plano de Previdência – Previdência Complementar

Os planos previdenciários são submetidos a avaliações atuariais anuais na Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), seguindo orientações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), para as quais são utilizadas hipóteses e premissas definidas pela Entidade a partir de estudos de aderência realizados pelo atuário responsável pelos mesmos. Na ocorrência de déficit atuarial deverá ser elaborado plano de equacionamento, o qual deverá ser aprovado até o final do exercício seguinte pelo Conselho Deliberativo da EFPC. O plano de equacionamento fixará as contribuições extraordinárias a serem pagas pelos participantes, assistidos e patrocinadoras, na proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que foi apurado o resultado deficitário.

16.1.1.2.1 - PostalPrev – CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido, conforme relatado na nota 3.19.2.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

16.1.1.2.2 - Plano de Previdência - Benefício Definido – PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008. Em 2010 houve a assunção da diferença na forma de provisão do adicional da Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA). Conforme posicionamento e recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento (DEST/MP), atual SEST. Em 2014, o valor original do RTSA acrescido da atualização de INPC mais 6% de juros registrado no Balanço Patrimonial dos Correios não é devido pela Patrocinadora (Correios).

Assim, naquele ano, houve a reversão da provisão a título de RTSA atualizada, no valor de R\$ 1.086 milhões, em contrapartida ao resultado do exercício. Durante o exercício de 2015, a Empresa contratou a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial para emitir parecer técnico atuarial sobre a RTSA do Plano de Benefício Definido (PBD), o qual apresentou interpretação diversa da STN a respeito da natureza da RTSA. Nessa esteira, haja vista a dissonância das posições técnicas, a empresa efetuou consulta formal junto ao órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar, PREVIC, nos termos da Lei nº 12.154/2009.

Nesse contexto, em razão da posição legal vinculante da SEST, a Empresa não reconhece provisão contábil a título de RTSA, aguardando a recomendação do órgão de controle (PREVIC) que ratifique ou eventualmente modifique essa interpretação.

Em 2016 o Conselho de Administração da Empresa destacou o tema RTSA e a Diretoria Executiva aprovou a contratação de serviços especializados para avaliar a conformidade da folha de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de RTSA. A partir dessa aprovação, a Diretoria Executiva estabeleceu como objeto da contratação a inclusão de serviços especializados para avaliar a conformidade da folha de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de RTSA. Esse processo de contratação ainda não foi concluído, permanecendo sob análise dos órgãos administrativos da Empresa.

Para o plano PBD, são previstas no regulamento do plano contribuições normais e extraordinárias a serem realizadas pelos participantes e pela patrocinadora, com base na aplicação de um percentual sobre a remuneração dos participantes. Ainda são previstas contribuições adicionais pelos participantes assistidos, para cobertura de despesas não cobertas pelas contribuições normais e extraordinárias. Os participantes e a patrocinadora, atualmente, além das contribuições normais, efetuam contribuições extraordinárias ao plano para cobertura de déficit atuarial apurado nos períodos de 2013 a 2015.

Todos os benefícios do plano PBD são constituídos na modalidade de benefício definido e têm os seus valores definidos a partir do Salário-Real-de-Benefício de cada participante e do valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, sendo reajustados pelo INPC calculado e divulgado pelo IBGE.

16.1.1.2.3 - Governança e estrutura regulatória

O plano CorreiosSaúde é um plano não adaptado à Lei nº 9.656/98, classificado pelas normas da ANS como Ativo com Comercialização Suspensa. Por determinação legal, aos planos nessa

situação, não é permitida a inclusão de novos beneficiários titulares, sendo cabível a inclusão de novo cônjuge e filhos dos atuais beneficiários.

A Empresa, na qualidade de mantenedora e patrocinadora, é responsável pela garantia financeira do plano de saúde e, conseqüentemente, com poder de gestão no plano.

O Postal Saúde tem como órgãos estatutários: a Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é órgão soberano e tem como principais atribuições eleger e destituir membros dos conselhos deliberativo e fiscal, decidir sobre alterações estatutárias e extinção da sociedade. O Conselho Deliberativo do Postal Saúde é órgão de orientação estratégica, sendo responsável por definir políticas de saúde, elaborar os orçamentos anuais e acompanhar os negócios e atividades, dentre outros. É formado por representantes dos Correios e de participantes do plano. À Diretoria Executiva compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão administrativa e econômico-financeira do plano CorreiosSaúde, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela Empresa, a administração é realizada pelo Postalis regida por seu Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios e pela legislação específica do setor de previdência privada, tais como: Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 10, de 19.12.2012, nº 13, de 04.11.2013, nº 14, de 24.02.2014, nº 16, de 19.11.2014 e nº 22, de 25.11.2015, que preveem as condições e procedimentos a serem observados na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

O Postalis encontra-se, atualmente, sobre intervenção da PREVIC, conforme Portaria nº 955, de 03.10.2017, e tem como objetivo a manutenção dos planos de benefícios, tendo em vista, principalmente, o descumprimento de normas relacionadas à contabilização de reservas técnicas e aplicação de recursos.

16.1.1.2.4 - Quantidade de participantes

QUANTIDADE DE PARTICIPANTE DOS PLANOS								
Descrição	2017				2016			
	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total
CorreiosSaúde	108.650	30.637	253.289	392.576	117.901	24.426	262.654	404.981
PostalPrev	97.584	4.866	-	102.450	103.588	3.344	-	106.932
Benefício Definido - PBD	57.968	30.005	-	87.973	65.301	26.044	-	91.345

16.1.1.3 - Análise de Riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% (cinquenta por cento) para a empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2008.

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO	
Risco de Investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em renda fixa, renda variável, estruturados e investimentos no exterior, entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de Taxa de Juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de Rotatividade	A hipótese atuarial de rotatividade é utilizada para representar a mobilidade dos empregados do patrocinador, com reflexos no plano de benefícios, sendo importante para a projeção dos dispêndios do plano com o pagamento de resgate ou portabilidade. Deve estar relacionada a fatores específicos do patrocinador: política de recursos humanos, periculosidade, localização

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

do emprego, entre outros, e baseada na experiência observada no plano.

Risco de Longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
----------------------	--

16.1.1.4 - Ativos dos Planos: Política de Investimentos, Estratégia de Confrontação de Ativos e Passivos e Categorias de Ativos

O plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros para cobertura da obrigação atuarial, sendo os custos assistenciais decorrentes da utilização dos serviços cobertos pela Empresa e participantes.

A Postalis, entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de benefícios PostalPrev e PBD, estabelece política de investimentos para o período de 5(cinco) anos, com revisão anual, tendo como objetivo orientar, no horizonte estabelecido, as aplicações dos ativos financeiros garantidores segundo a natureza do investimento e limites propostos, observada a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional, visando obter maior segurança, liquidez e rentabilidade dos investimentos e a menor exposição a riscos. A política de investimentos é objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis e para sua formulação são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando:

- taxa esperada de retorno;
- preservação de capital;
- diversificação;
- tolerância a risco;
- estabilidade;
- liquidez; e
- regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. Para o gerenciamento de ativos e passivos dos planos de benefícios é realizado, periodicamente, estudo de Asset Liability Management (ALM).

Para os benefícios definidos do plano PostalPrev, além dos mecanismos de gerenciamento de ativos e passivos, há a constituição de fundo previdencial com vistas a mitigar os riscos de surgimento de déficits atuariais, conforme citado na nota 16.1.1.2.1.

Os principais riscos associados aos planos de benefícios estão relacionados a variações de base cadastral (alteração por experiência) e taxa de juros atuarial, para os quais são previstos, em relação ao Plano PBD, contabilização de superávit, quando houver, em reserva de contingência e, para o Plano PostalPrev, a constituição de fundos previdenciais, além da reserva de contingência.

Os ativos dos planos Postalprev e PBD estão assim distribuídos por categoria:

CATEGORIAS DE ATIVOS	PostalPrev				Benefício Definido (PBD)			
	2017		2016		2017		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Renda Fixa	416.905	72,04	386.939	72,45	2.486.950	62,61	3.388.771	63,35
Renda Variável	98.752	17,06	79.088	14,81	194.947	4,91	249.145	4,66
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	228.722	5,76	240.496	4,50
Investimentos Estruturados	436	0,08	4.878	0,91	244.777	13,83	892.461	16,69
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	103.681	2,61	99.120	1,85
Empréstimos e Financiamentos	49.003	8,47	39.488	7,39	260.170	6,55	347.902	6,51
Outros	13.613	2,35	23.714	4,44	148.193	3,73	130.246	2,44
TOTAL	578.709	100,00	534.107	100,00	3.667.440	100,00	5.348.141	100,00

16.1.1.5 - Avaliação Atuarial

Em 2016 e 2017, a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Empresa.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa.

O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

16.1.1.6 - Principais Premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coletadas em novembro de 2016, para os planos PBD e Postalprev e dezembro/2016, para o plano CorreiosSaúde, bem como, dezembro 2017, para os planos PBD e CorreiosSaúde e novembro/2017, para o plano Postalprev, foram as seguintes:

Descrição	CorreiosSaúde 2017
Financeiras:	
Taxa de juros de desconto atuarial anual	10,25%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,49%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A
Taxa média de inflação anual	3,53%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento (<i>aging factor</i>)	0,12%
Taxa de crescimento real anual dos custos por aumento nos valores dos procedimentos (<i>HCCTR</i>)	2,00%
Demográficas:	
Taxa de rotatividade	1,83% até aposentadoria e 0,00% após
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 Disabled M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Média D60%
Tábua de morbidez	N/A
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento
Composição Familiar para custos de pensão:	
Participantes/aposentados	São utilizados os dados reais de cada usuário titular e dependente São utilizados os d
Principais Hipóteses e Parâmetros:	
Taxa de juros de desconto	10,25%
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 M&F
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	2,00%

Para o plano CorreiosSaúde foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

16.1.1.7 - Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 31/12/2017, os planos administrados pela Postalis e PostalSaúde encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme abaixo:

a) Planos de Previdência Complementar

i. Plano PBD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (9.872.295) encontra-se parcialmente fundado por ativos justos do plano no montante de R\$ 3.667.440, resultando em um valor presente líquido da obrigação atuarial de R\$ (6.204.855), sendo reconhecido 50% (cinquenta por cento) deste valor na forma da Lei Complementar nº 108/2001, ou seja, R\$ (3.102.428). A obrigação atuarial relativa aos participantes assistidos é de R\$ (6.769.827) e aos participantes ativos é de R\$ (3.102.468).

ii. Plano PostalPrev: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor justo dos ativos do plano de R\$ 578.709 supera o valor

presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (462.140), resultando em um superávit de R\$ (116.569), que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro.

b) Plano de Assistência à Saúde (CorreiosSaúde): não existem ativos para esse plano, portanto a obrigação líquida corresponde ao valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (3.778.762). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ (1.877.471) e aos participantes ativos é de R\$ (1.901.291).

16.1.1.8 - Conciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(6.532.848)	(5.917.519)	(346.640)	(366.184)	(9.216.715)	(8.325.253)
Custo dos juros	(744.090)	(1.118.074)	(36.675)	(68.911)	(829.469)	(786.977)
Custo do serviço corrente	(180.323)	(159.220)	(8.177)	(7.637)	(18.227)	(85.908)
Benefícios pagos pelo plano	306.414	218.029	47.649	31.261	526.826	439.465
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	469.202	443.936	(118.297)	64.831	(334.710)	(458.042)
Decorrentes de ajustes de experiência	(183.202)	789.269	(116.254)	58.894	90.719	228.184
Decorrentes de alterações de premissas biométricas	78.999	95.533	5.181	12.267	50.474	(22.086)
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(23.504)	(440.866)	(7.224)	(6.330)	(475.903)	(664.140)
Decorrentes de alteração nos crescimentos de custos médicos	596.909	-	-	-	-	-
Custo do serviço passado	2.902.883	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(3.778.762)	(6.532.848)	(462.140)	(346.640)	(9.872.295)	(9.216.715)

16.1.1.9 - Conciliação do Valor Justo dos Ativos

CONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016 ¹
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	534.107	462.352	5.348.141	5.085.811
Receita de juros	-	-	56.510	68.911	609.153	480.974
Contribuições do patrocinador	306.414	218.029	47.245	44.935	235.988	135.151
Contribuições dos participantes	-	-	51.876	52.943	79.364	71.453
Benefícios pagos pelo plano	(306.414)	(218.029)	(47.649)	(31.261)	(526.826)	(439.465)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	-	-	(63.380)	(63.773)	(2.078.380)	14.217
Valor justo dos ativos do plano no final do período	-	-	578.709	534.107	3.667.440	5.348.141

(1) Divergência nos valores dos ativos do plano Postal BD tendo em vista a reapresentação do exercício de 2016, conforme nota 6.1.

16.1.1.10 - Conciliação do Efeito do Teto do Ativo

O plano PostalPrev apresenta superávit não reconhecido, pois não existem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro. O superávit somente será reconhecido quando atendidas as disposições constantes da Lei Complementar nº 109/01, observando-se ainda as disposições do CPC 33 (R1).

O teto do ativo é reconhecido contabilmente em conta retificadora de despesas em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes.

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO EFEITO DO TETO DO ATIVO	
Descrição	PostalPrev
	2017
Efeito do teto do ativo, no início do exercício	(187.467)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(19.835)
Remensurações do efeito do teto do ativo	90.733
Efeito do teto do ativo, no final do exercício	(116.569)

16.1.1.11 - Conciliação da Mudança na Restrição da Obrigação Atuarial

A obrigação do plano Benefício Diferido (PBD) é reconhecida na proporção dos riscos de participantes, assistidos e patrocinador na forma da Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008. Essa proporção é de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação, e a movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

CONCILIAÇÃO DA MUDANÇA NA RESTRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO	
Descrição	Benefício Definido (PBD)
	2017
Restrição da obrigação, no início do exercício	1.934.287
Mudança na restrição da obrigação atuarial	1.168.140
Restrição da obrigação no final do exercício	3.102.427

A mudança no efeito do compartilhamento de risco é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes.

16.1.1.12 - Status dos Planos e Movimentação dos Passivos/Ativos Líquidos Reconhecidos no Balanço

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.778.762)	(6.532.848)	(462.140)	(346.640)	(9.872.295)	(9.216.715)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	3.102.427	1.934.287
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida	(3.778.762)	(6.532.848)	(462.140)	(346.640)	(6.769.868)	(7.282.428)
Valor Justo dos Ativos	-	-	578.709	534.107	3.667.440	5.348.141
Superávit (Déficit) do Plano	(3.778.762)	(6.532.848)	116.569	187.467	(3.102.428)	(1.934.287)
Efeito do Teto do Ativo	-	-	(116.569)	(187.467)	-	-
Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(3.778.762)	(6.532.848)	-	-	(3.102.428)	(1.934.287)

(1) Divergência nos valores dos ativos do plano Postal BD tendo em vista a reapresentação do exercício de 2016, conforme nota 6.1.

MOVIMENTAÇÃO DO (PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
(Passivo)/ativo líquido no início do exercício	(6.532.848)	(5.917.519)	-	-	(1.934.287)	(1.619.721)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	306.414	218.029	47.245	44.935	235.988	135.151
Valores reconhecidos no Resultado da empresa	1.978.470	(1.277.294)	43.699	45.306	(159.179)	(320.458)
Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	469.202	443.936	(90.944)	(90.241)	(1.244.950)	(129.259)
(Passivo)/ativo líquido no final do exercício	(3.778.762)	(6.532.848)	-	-	(3.102.428)	(1.934.287)

16.1.1.13 - Obrigações Reconhecidas no Circulante e no Não Circulante

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017 ⁽¹⁾	2016	2017	2016
Obrigação Atuarial Líquida reconhecida no Circulante	(317.230)	(227.906)	(40.092)	(45.948)	(245.144)	(232.586)
Encargos Sociais (Nota 15.3)			(39.337)	(44.466)	(13.143)	(17.822)
Apropriações por Competência - Patrocinadas/Mantidas (Nota 15.9)			(755)	(1.482)	(27.204)	(20.678)
Contribuições esperadas para o exercício seguinte	(317.230)	(227.906)	-	-	(204.797)	(194.086)
Obrigação Atuarial Líquida reconhecida no Não Circulante	(3.461.532)	(6.304.942)	-	-	(2.857.284)	(1.701.701)
Obrigação Atuarial Líquida Reconhecida no Balanço Patrimonial	(3.778.762)	(6.532.848)	(40.092)	(45.948)	(3.102.428)	(1.934.287)

⁽¹⁾ Referem-se às contribuições da parte CD do plano a serem pagas em Jan/2018, conforme na nota 15.3.

16.1.1.14 - Valores Reconhecidos no Resultado da Empresa

A variação em Resultado ocorrida no período de 31.12.2016 para 31.12.2017 decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

a) da mudança da taxa de juros em 31.12.2016, utilizada para cálculo dos juros líquidos referentes ao exercício de 2017, que no plano PBD alterou de 19,31% (31.12.2015) para 11,39% (31.12.2016), no PostalPrev, de 19,31% para 10,58% e nos CorreiosSaúde de 19,31% (31.12.2015) para 11,39% (31.12.2016);

b) da alteração dos custos médicos do plano CorreiosSaúde, que em 31.12.2015 é de 1,81% a.a. e em 31.12.2016, 2,00%, do aging factor, que em 31.12.2015 é de 2,52% e em 31.12.2016 é de 1,58%.

c) da adoção da decisão do TST no julgamento do dissídio coletivo 2017/2018, bem como da Resolução CGPAR nº 23, considerando no cálculo da obrigação atuarial do plano Correios Saúde, nos primeiros 4(quatro) anos, a participação da Empresa em 70% do custeio e de 50% a partir do 5º (quinto) ano. Também foi contemplada no cálculo do valor da obrigação atuarial, a decisão do TST que limitou a cobertura do plano em relação aos genitores, por um período de um ano, contado de agosto de 2018. Essas alterações no plano de benefícios pós-emprego CorreiosSaúde acarretaram uma redução no valor da obrigação atuarial, sendo classificadas como custo do serviço passado, com reconhecimento no Resultado da Empresa.

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev ⁽¹⁾		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço corrente líquido	(180.323)	(159.220)	43.699	45.306	61.137	(14.455)
Custo do serviço corrente	(180.323)	(159.220)	(8.177)	(7.637)	(18.227)	(85.908)
Contribuições dos participantes	-	-	51.876	52.943	79.364	71.453
Juros Líquidos	(744.090)	(1.118.074)	-	-	(220.316)	(306.003)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(744.090)	(1.118.074)	(36.675)	(68.911)	(829.469)	(786.977)
Receita de juros	-	-	56.510	99.701	609.153	480.974
Custo dos juros sobre o teto do ativo	-	-	(19.835)	(30.790)	-	-
Custo do serviço passado ⁽¹⁾	2.902.883	-	-	-	-	-
Valores reconhecidos no resultado do exercício	1.978.470	(1.277.294)	43.699	45.306	(159.179)	(320.458)

⁽¹⁾ Valores reconhecidos em contas redutoras de despesas

A parte CD do plano PostalPrev não está contemplada na avaliação atuarial, sendo as contribuições reconhecidas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

CONTRIBUIÇÕES - PARTE CD		
Descrição	PostalPrev	
	2017	2016
Contribuições Normais e destinadas às Despesas Administrativas do Plano	(224.159)	(232.214)

As contribuições destinadas à cobertura das despesas administrativas do plano de Benefício Definido (PBD) foram reconhecidas em despesas, na forma demonstrada abaixo

CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Descrição	Plano de Benefício (PBD)	
	2017	2016
Contribuições destinadas à cobertura das Despesas Administrativas do Plano	(29.325)	(20.811)

Considerando os valores reconhecidos em Resultado objetos da avaliação atuarial dos planos de previdência e assistência médica, as contribuições destinadas à cobertura das despesas administrativas dos planos PBD e as contribuições da parte CD e BD do plano PostalPrev, inclusive aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas, encontram-se registrados em Resultado os montantes abaixo, por plano, por natureza e período:

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO - VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Custo do Serviço Corrente Líquido e Juros Líquidos	(924.413)	(1.277.294)	43.699	45.306	(159.179)	(320.458)
Custo do Serviço Passado	2.902.883	-	-	-	-	-
Contribuições da parte BD de plano superavitário			47.245	44.935		
Contribuições da parte CD do plano	N/A	N/A	(224.159)	(232.214)	N/A	N/A
Contribuições destinadas à Cobertura de Despesas Administrativas do Plano	N/A	N/A	N/A	N/A	(29.325)	(20.811)
Total das (despesas)/receitas reconhecidas no final do exercício	1.978.470	(1.277.294)	(133.215)	(141.973)	(188.504)	(341.269)

16.1.1.15 - Conciliação dos Valores Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes

A variação em ganhos/perdas atuariais, por ajustes de experiência, ocorrida em 31.12.2017, é originada:

a) Planos Postalprev e PBD: variações registradas nos dados cadastrais de participantes e assistidos ao longo do período, bem como de desvios entre os eventos estimados e ocorridos nos planos (mortes, invalidez e sobrevivência) e no fator de determinação do valor real dos benefícios, além da redução no valor justo dos ativos; e

b) CorreiosSaúde: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo do período, bem como de desvios entre os eventos estimados e ocorridos no plano (mortes, invalidez e sobrevivência) e alteração nos custos médicos no período de 31.12.2016 para 31.12.2017.

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2017, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2016, que passaram de 11,39% (31.12.2016) para 10,25% (31.12.2017), nos planos PBD e CorreiosSaúde, e de 10,58% (31.12.2016) para 9,66% (31.12.2017) no plano PostalPrev.

As perdas resultantes de alteração em hipóteses biométricas em 31.12.2017 são resultantes das mudanças nas taxas de rotatividade, que nos planos Postalprev e CorreiosSaúde passaram de 1,04% para 1,83% e no plano PBD de 0,71% para 1,18%.

Os ganhos atuariais decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos são originados da alteração do *aging factor*, que passou de 1,58% a.a., em 31.12.2016, para 0,12% a.a. em 31.12.2017. A inflação médica do plano manteve-se em 2,00% a.a., não ocasionando alterações em perdas/ganhos atuariais.

Descrição	VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ganhos e perdas sobre o valor justo dos ativos do plano	-	-	(63.380)	(63.773)	(2.078.380)	14.217
Ganhos e perdas sobre a obrigação de benefício definido	469.202	443.936	(118.297)	64.831	(334.710)	(458.042)
Ganhos e perdas resultantes da alteração em hipóteses biométricas	78.999	95.533	5.181	12.267	50.474	(22.086)
Ganhos e perdas resultantes da alteração em hipóteses financeiras	(23.504)	(440.865)	(7.224)	(6.330)	(475.903)	(664.140)
Ganhos e perdas decorrentes de ajustes de experiência	(183.202)	789.268	(116.254)	58.894	90.719	228.184
Ganhos e perdas decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos	596.909					
Mudança de teto do ativo	-	-	90.733	(91.299)	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	1.168.140	314.566
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	469.202	443.936	(90.944)	(90.241)	(1.244.950)	(129.259)

16.1.1.16 - Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

As taxas de desconto atuariais foram definidas considerando a duration dos planos: de Benefício Definido (PBD) em 14,4 anos (NTN-F com vencimento em 01/01/2027), Postalprev em 19,2 anos (NTN-B com vencimento em 15/05/2035) e CorreiosSaúde em 14,1 anos (NTN-F com vencimento em 01/01/2027), sendo nos percentuais de 6,13% a.a. para o plano PBD, 6,49% para o plano CorreiosSaúde e 5,44% a.a. para o Postalprev.

16.1.1.17 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos foi aplicado o mesmo método do cálculo das responsabilidades com o Plano nesta demonstração de posição financeira do final do período foi aplicado, ou seja, valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada.

O cálculo foi efetuado estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2017, considerando as premissas mais sensíveis dos planos.

A variação de 0,25% nas hipóteses atuariais de taxas de desconto, custos médicos e crescimento salarial, bem como o acréscimo/decrécimo de 1(um) ano na idade do participante teriam os seguintes efeitos no valor da obrigação:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES							
Plano CorreiosSaúde	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Taxa de Crescimento dos custos de saúde (HCCTR)		Parâmetros
	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(3.696,922)	(3.858.270)	(3.696.088)	(3.865.052)	(3.871.018)	(3.690.193)	(3.778.762)
Valor justo dos ativos	-	-	-	-	-	-	-
Superávit (Déficit) técnico do plano	(3.696.922)	(3.858.270)	(3.696.088)	(3.865.052)	(3.871.018)	(3.690.193)	(3.778.762)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)	(2,17)	2,10	(2,19)	2,28	2,44	(2,34)	-
Aumento/redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)	(2,17)	2,10	(2,19)	2,28	2,44	(2,34)	-

Plano PostalPrev	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Crescimento Salarial		Parâmetros	
	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%		
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(464.182)	(460.302)	(456.733)	(468.095)	(463.433)	(460.875)	(462.140)	
Valor Justo dos Ativos	578.709	578.709	578.709	578.709	578.709	578.709	578.709	
Superávit (Déficit) Técnico	(114.527)	(118.407)	(121.976)	(110.614)	(115.276)	(117.834)	(116.569)	
Variações:								
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		0,44	(0,40)	(1,17)	1,29	0,28	(0,27)	-
Aumento/redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(1,75)	1,58	4,64	(5,11)	(1,11)	1,09	-

Plano Benefício Definido (PBD)	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Parâmetros	
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%		
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(9.992.199)	(9.748.778)	(9.590.746)	(10.168.157)	(9.872.295)	
Valor Justo dos Ativos	3.667.440	3.667.440	3.667.440	3.667.440	3.667.440	
Superávit (Déficit) Técnico	(6.324.759)	(6.081.338)	(5.923.306)	(6.500.717)	(6.204.855)	
Variações:						
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		1,21	(1,25)	(2,85)	3,00	-
Aumento/redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		1,93	(1,99)	(4,54)	4,77	-

16.1.1.18 - Projeção de pagamentos e resultados para 2018

16.1.1.18.1 - Estimativa de contribuições a serem pagas pela Empresa relativas ao exercício de 2018

MONTANTES DE CONTRIBUIÇÕES A SEREM PAGAS PELA EMPRESA NO EXERCÍCIO DE 2018			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Normais	317.230	49.135	102
Extraordinárias (benefício definido)	-	-	245.042
Para cobertura de despesas administrativas do plano PBD	-	-	27.238
Total de Contribuições	317.230	49.135	272.382

16.1.1.18.2 - Projeção de (Despesas)/Receitas para o exercício de 2018

(DESPESA)/RECEITA E PAGAMENTOS ESPERADOS PARA O EXERCÍCIO 2018			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev ⁽¹⁾	Benefício Definido (PBD)
Custo do serviço corrente líquido	(76.264)	42.192	73.327
Custo de serviço	(76.264)	(7.663)	(13.349)
Contribuição dos participantes	-	49.855	90.676
Custo de juros líquidos	(387.323)	-	317.999
Custo de juros sobre obrigação atuarial ⁽²⁾	(387.323)	(44.643)	(693.912)
Retorno esperado dos ativos justos	-	55.904	375.913
Custo sobre o efeito do teto do ativo	-	(11.261)	-
Total da (despesa)/receita esperada	(463.587)	42.192	(244.672)

(1) A ser reconhecido em conta retificadora de despesas

(2) O cálculo do custo dos juros do plano PBD contempla a dedução da parcela de responsabilidade dos participantes, face a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001

16.1.1.19 - Projeção de Pagamentos e Resultados para 2018

Descrição	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS ESPERADOS ⁽¹⁾		
	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Até 1 ano	333.045	30.133	598.873
De 1 ano até 2 anos	347.203	36.373	612.631
De 2 anos até 5 anos	1.038.831	148.944	1.960.863
Acima de 5 anos	10.090.163	5.746.506	26.863.493
Total	11.809.242	5.961.956	30.035.860

(1) Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente

16.2 - Passivos Contingentes

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas de construção civil e ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2017, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

16.2.1 - Movimentação das Provisões Passivas Contingências

Natureza	Saldo em 31/12/2017	Reversão / Conversão ¹	Provisões adicionais	Atualização monetária	Registro Complementar	Saldo em 31/12/2016
DEMANDAS JUDICIAIS						
Trabalhista	308.679	(56.564)	36.259	(7.468)	(73.940)	410.392
Cível	56.158	(9.516)	6.247	4.507	65	54.855
Tributária	8.017	(4.131)	1.897	739	20	9.492
TOTAL	372.854	(70.211)	44.403	(2.222)	(73.855)	474.739
DEMANDAS ADMINISTRATIVAS						
Tributária	12.764	(1)	2.459	10.305	-	1
TOTAL	12.764	(1)	2.459	10.305	-	1
TOTAL	385.618	(70.212)	46.862	8.083	(73.855)	474.740

¹Refere-se à alteração do risco para perda possível ou remota ou conversão para precatório a critério do departamento jurídico.

A redução das contingências trabalhistas deve-se, principalmente, a adequação dos valores provisionados, referentes ação coletiva nº 00829-2007-013-10-00-9, movida pelo SINTECT/DF, relativa a promoção por antiguidade, transitado em julgado cujo montante devido foi apurado pelos Correios e a alteração de risco dos processos relacionados ao tema responsabilidade subsidiária de perda provável para perda remota em virtude da recente alteração jurisprudencial concernente a esse assunto pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que veda a responsabilização automática da

administração pública, só cabendo sua condenação se houve prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais, recursais conforme valores detalhados na nota 11.2.

Em 31/12/2017, os Correios eram réus em 4.970 processos classificados como de perda provável. Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
TAF Linhas Aéreas	Cível Alteração contratual	27.737
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços - e implantação na folha de pagamento	20.985
VARIG	Cível Cobrança de faturas	3.717
INSS - PR	Fiscal Obrigações Previdenciárias	3.020
SINTECT – Bahia	Trabalhista Adicional de periculosidade e honorários advocatícios	2.843
Alexandrino Aparecido Alves da Silva e outros	Trabalhista Anistia constitucional com reintegração e efeitos financeiros	2.270
Maria das Dores Oliveira	Trabalhista Gratificação por função e progressão salarial	2.264
INSS	Fiscal Contribuição previdenciária, multa e juros	2.262
Manhães Advogados Associados	Cível Recebimento de honorários sucumbenciais	2.017

16.2.2 - Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

16.2.2.1 - Perda Possível

A Empresa possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Em 31/12/2017, os passivos contingentes com risco de perda possível são representados por 14.194 processos, conforme demonstrado a seguir:

Em 31/12/2017 Natureza Processual	Âmbito Judicial		Âmbito Administrativo		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Trabalhista	9.988	698.709	17	60	10.005	698.769
Cível	3.029	415.750	51	549	3.080	416.299
Fiscal	737	401.515	369	464.890	1.106	866.405
Criminal	3	808	0	0	3	808
TOTAL	13.757	1.516.782	437	465.499	14.194	1.982.281

16.3 - Tributos a Compensar

O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL.

2017

2016

TRIBUTOS COMPENSADOS	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributos Compensados	13.374	13.374	11.203	11.203
TOTAL	13.374	13.374	11.203	11.203

16.4 - Tributos Diferidos

Com base no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes. Foram considerados também passivos diferidos sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização.

Em decorrência da assunção da Imunidade Tributária Recíproca, os Correios passaram a registrar apenas os valores referentes à CSLL diferida passiva, sendo os saldos de IRPJ desreconhecido no exercício de 2016.

TRIBUTOS DIFERIDOS	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR Diferido	-	-	-	-
CSLL Diferida	477.484	477.484	473.321	473.321
TOTAL	477.484	477.484	473.321	473.321

Estes valores constam explicados na nota 19.2.2.

NOTA -17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 - Capital

O capital social da ECT é de R\$ 3.179.458, constituído integralmente pela União.

17.2 - Ajuste de Avaliação Patrimonial

Valores correspondentes à adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo Atribuído - Imóveis	4.898.916	4.898.916	4.931.965	4.931.965
Tributo Diferido	(440.611)	(440.611)	(443.585)	(443.585)
TOTAL	4.458.305	4.458.305	4.488.380	4.488.380

17.3 - Outros Resultados Abrangentes

Valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2017	2016 Reapresentado
Plano PBD	(2.495.966)	(1.676.238)
Tributo Diferido sobre o PBD	224.637	150.861
CorreiosSaúde	(2.466.332)	(2.935.534)
Tributo Diferido sobre o CorreiosSaúde	221.970	264.198
Plano PostalPrev	(247.162)	(156.218)
TOTAL	(4.762.853)	(4.352.931)

17.4 - Prejuízos Acumulados

O prejuízo acumulado ao final do período é de R\$ 2.715.420, tendo em vista a absorção do lucro líquido apurado no exercício de R\$ 667.308, conforme estabelece o artigo 189 da Lei 6.404/76, e a

realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 33.049, diminuindo o prejuízo acumulado de exercícios anteriores de R\$ 3.415.777.

NOTA – 18 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

18.1 - Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	2017	2016
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	18.309.924	18.886.460
Receitas Nacionais	17.814.431	18.469.796
Receitas Internacionais	495.493	416.664
(-) DEDUÇÕES	973.039	1.204.412
Impostos e Abatimentos sobre a Receita Bruta	949.740	661.479
Receitas Canceladas	23.299	542.933
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	17.336.885	17.682.048

Em 2017 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 17.336.885. Levando-se em consideração os seis maiores destaques nas vendas, que alcançam 84% da receita líquida, o Franqueamento Autorizado de Cartas – FAC e o SEDEX contribuíram com 50% da receita do período.

RECEITAS	2017	(%)	2016	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas - FAC	5.219.056	30	5.440.878	30
Sedex	3.408.395	20	3.017.398	17
Carta	2.552.729	15	2.698.664	15
PAC	2.675.915	15	1.978.787	11
Banco Postal	230.750	1	1.177.102	6
Mala Direta Postal	435.340	3	495.008	3
TOTAL	14.522.185	84	14.807.837	82

18.1.1 - Banco Postal

O novo contrato de Correspondente Banco Postal, firmado em 03/12/2016, estabeleceu uma nova metodologia de remuneração a ser recebida pelos Correios, a qual prevê remuneração por meio de uma parcela fixa e outra variável baseada nas operações realizadas de acordo com a tarifa correspondente a cada operação, que não assegurou o mesmo patamar de remuneração recebida no período em que vigorou o contrato anterior.

18.2 - Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2017 atingiram R\$ 15.984.574. Desse total, R\$ 10.702.614 referem-se a custo com pessoal, encargos, serviço saúde e incentivo financeiro PDI, o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	10.702.614	10.702.614	10.116.468	10.116.468
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	8.416.634	8.416.634	8.375.959	8.375.959
Serviço Saúde	1.773.941	1.773.941	1.740.509	1.740.509
Incentivo Financeiro - PDI/PDV	512.039	512.039	-	-
Transporte de Malas e Malotes	1.444.917	1.444.917	1.459.437	1.459.437

Remuneração de AGF	1.423.293	1.423.293	1.253.361	1.253.361
Serviços Pessoas Físicas/Jurídicas	1.120.409	1.120.409	1.183.302	1.183.302
Aluguéis	448.627	448.627	491.503	491.503
Utilidades	319.748	319.748	351.719	351.719
Depreciação e Amortização	241.836	241.836	201.593	201.593
Material e Produtos	215.331	215.331	292.410	292.410
Internacionais	46.653	46.653	56.194	56.194
Impostos/Taxas/Contribuições	21.146	21.146	23.612	23.612
TOTAL	15.984.574	15.984.574	15.429.599	15.429.599

18.3 - Despesas com Vendas/Serviços

	2017	2016
Remuneração de Unid. Terceirizadas	84.829	106.825
Propaganda e Publicidade	49.399	56.504
Provisão para Perdas	32.453	50.582
Multa de Contratual de Clientes	27.093	9.591
Patrocínio	14.461	112.642
Outros	3.480	4.286
TOTAL	211.715	340.430

18.3.1 - Multa Contratual de Clientes

O acréscimo na despesa deve-se as multas aplicadas pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de 2016.

18.3.2 - Patrocínio

As despesas com patrocínio tiveram redução, se comparadas a 2016, em decorrência das medidas extraordinárias de contingenciamento de orçamento de custeio e investimento, aprovadas na 39ª Reunião Ordinária da Diretoria/2016, com vigência de 10/2016 a 12/2017 e pela limitação imposta pela Lei 13.303/2018, que determina que as despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% da receita operacional bruta do exercício anterior.

Ressalta-se ainda que em 2016 a despesa foi elevada tendo em vista o patrocínio das Olimpíadas Rio 2016.

18.4 - Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	2.179.232	2.181.274	2.265.632	2.267.534
Pós-Emprego (Saúde/ Previdência)	(2.363.539)	(2.363.539)	1.208.089	1.208.089
IFD - PDI/PDV	481.202	481.202	-	-
Outras Despesas	259.661	261.383	309.135	312.757
TOTAL	556.556	560.320	3.782.856	3.788.380

O decréscimo das despesas gerais e administrativas de 2017, em relação a 2016, corresponde, principalmente, a reversão do custo do serviço passado decorrente da alteração dos benefícios pós-emprego com o plano de saúde, no montante de R\$ 2.902.883.

18.5 - Resultado de participação em controlada

O montante de R\$ 964 é decorrente do resultado da Correiospar no exercício de 2017, apurado conforme disposto na nota 3.1.

18.6 - Outras Receitas Operacionais

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Multas de Fornecedores	97.586	97.586	93.222	93.222
Ganhos Contingenciais	56.050	56.050	1.001.903	1.001.903
Ganhos Contingenciais de COFINS	46.431	46.431	370.925	370.925
Ganhos Contingenciais de PIS	9.619	9.619	72.774	72.774
Ganhos Contingenciais de IRPJ	-	-	558.204	558.204
Despesas Recuperadas	44.805	44.805	25.682	25.682
Multas de Clientes	36.629	36.629	37.680	37.680
Outras	25.634	25.634	51.238	51.246
TOTAL	260.704	260.704	1.209.725	1.209.733

A assunção da Imunidade Tributária Recíproca ocasionou o registro de ganhos contingenciais resultantes da cobrança indevida em tempos pretéritos do imposto de renda pago e retido indevidamente na fonte, além da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força de enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos.

No exercício de 2017, houve a ativação de créditos de pagamento indevido de PIS e COFINS, sob o entendimento de que os Correios, por ser imune, não se sujeitam ao regime de apuração não cumulativo. Os valores foram corrigidos monetariamente, sendo a respectiva receita registrada em contrapartida da conta de receita financeira.

18.6.1 - Despesas Recuperadas

Refere-se a despesas recuperadas e retificação de valores de exercícios anteriores. O acréscimo na movimentação neste exercício deve-se ao estorno parcial de valor provisionado, em 2016, para a despesa de mão de obra terceirizada (MOT) e não realizado em 2017.

18.6.2 - Outras

Rubrica composta, principalmente, pela taxa mensal de franquia das AGF's, recuperação com perdas de pessoal e receitas canceladas. A redução da movimentação de 2017 em relação ao exercício anterior deve-se, em maior parte, pelo cancelamento de receitas clientes e provenientes de aplicação de penalidade e recebimento de inscrição de concurso em anos anteriores além da redução na recuperação de perdas de pessoal, que teve movimentação expressiva em 2016.

18.7 - Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Impostos Vinculados à Receita	89.410	89.547	184.645	184.845
Prejuízos na Alienação de Bens	3.243	3.243	14.056	14.056
TOTAL	92.653	92.790	198.701	198.901

18.8 - Receitas Financeiras

A variação do total do grupo revelou-se inferior comparativamente ao exercício passado, devido a não ocorrência de registros relevantes de receita de juros, originada pela atualização monetária dos créditos ativados em observância a assunção da imunidade tributária recíproca.

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	167.917	170.842	183.275	187.540
Varição Cambial Internacional	96.306	96.306	108.884	108.884
Varição Monetária	21.430	21.446	30.450	30.462
Juros	18.186	18.186	429.419	429.419

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IRPJ Imunidade	-	-	291.401	291.401
PIS/COFINS Imunidade	1.525	1.525	102.853	102.853
Outros	16.661	16.661	35.165	35.165
Outras Receitas Financeiras	7.048	7.048	9.222	9.222
Varição Cambial Financiamentos	-	-	11	11
TOTAL	310.887	313.828	761.261	765.538

18.9 - Despesas Financeiras

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Encargos Financiamento dívida interna	167.363	167.363	256.008	256.008
Notificação de Infração – Parcelamento de dívida	110.148	110.148	378	378
Varição Cambial	54.830	54.830	245.569	245.569
Apropriação AVP - PDI/PDV	19.891	19.891	-	-
Perdas em Aplicações Financeiras	9.406	9.406	39.734	39.734
Outras	23.017	23.021	15.360	15.400
TOTAL	384.655	384.659	557.049	557.089

18.9.1 - Encargos/ Financiamento da Dívida Interna

A redução da despesa com encargos financeiros refere-se, principalmente, a amortização do distrato cujo saldo é base para o cálculo da atualização monetária registrada nessa rubrica.

18.9.2 - Varição cambial

A movimentação da rubrica de variação cambial, corresponde, em maior parte, às variações da cotação do DES, moeda utilizada nas operações postais internacionais. Em 2016, a referida moeda apresentou queda considerável, provocando redução nos valores a receber e a pagar vinculados à cotação do DES.

18.9.3 - Perdas em Aplicações Financeiras

Em 2016, foi registrada perda acentuada no rendimento do Fundo 13 C, cambial, tendo em vista a queda da cotação do dólar americano.

18.9.4 - Notificação de Infração – Parcelamento de dívida

Refere-se, principalmente, ao parcelamento de dívidas decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), em outubro e novembro de 2017, em vista dos benefícios fiscais e econômicos oferecidos pelo Programa Especial de Regularização Tributária regulamentado por meio da Lei nº 13.496, de 24 de Outubro de 2017, os Correios efetuaram a adesão para débitos previdenciários e demais débitos, administrados pela Receita Federal e PGFN, vencidos até 30 de abril de 2017.

PERT- PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA			
Débitos	Valor Principal	Encargos/Juros	Débito Consolidado
Previdenciário (a)	74.517	109.497	184.014
Demais Débitos (a)	275	139	414
Total dos Débitos	74.792	109.636	184.428
Valor do Pedágio (b)			(36.799)
Redução de Juros e Multa (c)			(239)
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativas de CSLL (d)			(147.390)
Total Liquidado em 2017			(184.428)

(a) Débitos previdenciários registrados no resultado em "INSS Empregador", sendo os encargos e juros registrados no grupo das despesas financeiras. Os demais débitos referem-se às multas de CLT, registradas no resultado na rubrica "Notificação de Infração".

(b) O valor refere-se ao montante quitado até 31/12/2017, a título de pedágio exigido quando da adesão ao programa. No âmbito da Receita Federal o pedágio representou 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017. Na PGFN o pedágio representou 5% do debito consolidado, quitado em parcela única no momento da adesão.

(c) O valor se refere à redução de juros e multas dos débitos inscritos no programa no âmbito da PGFN.

(d) A liquidação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 147.390 origina-se de saldos apurados até 31/12/2015, pelo Departamento Tributário. A utilização destes créditos ocasionou a realização do ativo fiscal diferido de CSLL de R\$ 3.048, vide nota 19.1, e receitas registradas nas contas de resultado de Imposto de Renda diferido, na ordem de R\$ 83.112 e de CSLL diferida, na ordem de R\$ 61.230.

NOTA – 19 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Em 2017, em observância a tese da imunidade tributária recíproca, os Correios não apuraram despesa ou prejuízo fiscal de IRPJ, por entenderem ser imunes a este imposto conforme art.150, VI, a, da Constituição Federal. Desta forma, o demonstrativo da despesa, na controladora, evidencia apenas os efeitos decorrentes da CSLL.

Em consequência da apuração de base negativa de CSLL, não houve reconhecimento de despesa corrente com este tributo na Demonstração do Resultado. Por outro lado, o resultado foi impactado por registros na rubrica de "CSLL diferida", originados principalmente pela realização de ativos fiscais diferidos sobre movimentações temporárias, evidenciadas por reversões na rubrica de provisão "Reservas a Amortizar Déficit Saúde", vide nota 16.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do JSCP	677.359	676.395	(657.080)	(658.559)
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	(79.300)	(79.300)	(125.667)	(125.667)
Resultado antes do IR e da CSLL	598.059	597.095	(782.747)	(784.226)
Efeito de IRPJ e CSLL da alíquota vigente	53.825	53.498	(266.158)	(266.661)
Efeito sobre as Diferenças Permanentes	4.499	4.503	(180.543)	(180.523)
Efeitos sobre as Diferenças Temporárias	(222.667)	(222.667)	326.601	326.555
Adições	575.187	575.187	516.639	516.703
Exclusões	(797.854)	(797.854)	(190.038)	(190.148)
Efeito Total Sobre o Prejuízo Fiscal/Base Negativa⁽¹⁾	(164.343)	(164.666)	(120.100)	(120.629)
IR e CSLL Correntes	-	-	-	-
IR e CSLL Diferidos:	(10.051)	(10.051)	(832.425)	(832.425)
Reversão/Constituição de Tributos	(157.441)	(157.441)	(11.310)	(11.310)
Receitas com a Utilização de Créditos Fiscais em Parcelamento Especial	147.390	147.390	-	-
Desreconhecimento de IR Diferido Não Recuperável	-	-	(821.115)	(821.115)
Total de Tributos Sobre o Lucro	(10.051)	(10.051)	(832.425)	(832.425)

19.1 - Tributos Diferidos

19.1.1 - Tributos Diferidos Ativos

A Empresa, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, apresenta os ativos fiscais diferidos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL reconhecidos diretamente sobre o resultado, os quais são provenientes das diferenças temporárias, ajustes da Lei 12.973 (impairment e depreciação) e de base de cálculo negativa de CSLL, ou diferidos sobre outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Fiscais Diferidos	31/12/2016 Reapresentado	Constituição	Reversão	31/12/2017
a) Dos Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	33.868	-	(3.049)	30.819
Base Negativa de CSLL	33.868	-	(3.049)	30.819
b) Das Diferenças Temporárias	245.895	-	(147.255)	98.640
Contingências Trabalhistas	17.708	-	-	17.708
Contingências Cíveis	5.022	-	-	5.022
Fornecedores Provisão	36.004	-	-	36.004
Reservas Déficit BD - Postalis	10.268	-	-	10.268

Ativos Fiscais Diferidos	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	147.255	-	(147.255)	-
Outras Contingências	29.638	-	-	29.638
c) Dos Ajustes Lei 12.973/2014	4.715	-	-	4.715
Impairment - Terrenos	44	-	-	44
Impairment - Prédio	4.542	-	-	4.542
Depreciação - Custo Atribuído	129	-	-	129
Total de Ativos Diferidos sobre Movimentações Temporárias e Prejuízos Fiscais (a + b + c)	284.478	-	(150.304)	134.174
d) Das Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	415.060	73.776	(42.228)	446.608
Benefício Pós-Emprego Plano de Saúde	264.199	-	(42.228)	221.971
Benefício Pós-Emprego BD	150.861	73.776	-	224.637
Total de Ativos de Impostos Diferidos	699.538	73.776	(192.532)	580.782

A realização do ativo fiscal na ordem de R\$ 147.256 justifica-se pelo ganho atuarial registrado no resultado em decorrência da redução da obrigação com "Reservas a Amortizar Déficit Saúde", conforme detalhado na nota 16.1.1.9.

O ativo fiscal diferido de CSLL sobre movimentações temporárias e Outros Resultados Abrangentes (ORA) manteve-se registrado, uma vez que a Empresa dispõe de projeções de lucros tributáveis futuros que possibilitam a realização destes valores sob essa expectativa, ou ainda promover a geração de resultado por meio da alienação dos bens imóveis, que foram submetidos ao custo atribuído.

19.1.2 - Tributos Diferidos Passivos

Os tributos diferidos passivos de CSLL são originados pelas diferenças temporárias apuradas entre a despesa de depreciação societária e aquela determinada pelas regras fiscais, ou pelos passivos fiscais diferidos sobre o custo atribuído aos imóveis quando da adoção inicial dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos Diferidos	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
a) Das Diferenças Temporárias Lei 12.973/2014	29.736	7.137	-	36.873
• Depreciação de Bens Operacionais	29.736	7.137	-	36.873
b) Das Receitas Reconhecidas no PL	443.585	7.137	(2.974)	440.611
• Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	443.585	-	(2.974)	440.611
Total de Passivos de Impostos Diferidos	473.321	-	(2.974)	477.484

19.1.3 - Expectativa de Realização de Tributos Diferidos

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL, serão realizados em até 7 anos, uma vez que a expectativa de lucros para os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 580.782, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Lucro Projetado Trazido a Valor Presente	Em milhões R\$	
		Expectativa de Realização do Ativo Fiscal Diferido	
2018	914		82
2019	837		75
2020	906		82
2021	910		82
2022	954		86
2023	912		82
2024	869		78
2025	793		71

2026	735	66
2027	696	63
Total	8.526	767

As estimativas de lucro tributável são baseadas em premissas projetadas pelas áreas geradoras de receitas e despesas, nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e aprovado pela Alta Gestão. O saldo de tributos diferidos ativos é revisado no final de cada exercício, sendo ajustado ou baixo conforme estudo de projeção de lucros futuros.

NOTA – 20 SEGURO DOS BENS (NÃO AUDITADO)

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURO
Edifício Sede/BSB	Tokio Marine Seguradora S/A	337.274
Universidade Correios	Tokio Marine Seguradora S/A	24.027
Edifício Taurisano	Tokio Marine Seguradora S/A	14.685
Edifício Pasteur	Tokio Marine Seguradora S/A	7.022
Edifício Apolo	AIG Seguros Brasil S/A	6.915
TOTAL SEGURO		389.923

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

21.1 - Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

21.2 - Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações Financeiras de 2017, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinada/ Mantida
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado

21.3 - Transações com Partes Relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas Demonstrações Financeiras em questão.

21.3.1 - Transações com a Correiospar

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir

subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Os Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“convênio”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

21.3.2 - Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

21.3.3 - Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios – Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

Os recursos do Postalis são provenientes das contribuições dos participantes e de sua patrocinadora. Em 2017, os Correios, na qualidade de patrocinador da referida entidade de previdência complementar, contribuiu, em paridade de contribuição normal com o participante, o montante de R\$ 543.548, contabilizado na rubrica do Benefício Definido - BD R\$ 263.333 e Postalprev R\$ 280.015, destinado ao custeio dos benefícios previstos nos regulamentos dos planos de benefícios do Instituto e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento desses Planos.

21.4 - Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		Correiospar		Postal Saúde ¹		Postalis	
	2017	2016	2017	2016 ³	2017	2016 ³	2017	2016	2017	2016
Benefícios de Curto Prazo							-	-		
Conselho de Administração/ Deliberativo ²	23	24	337	322	165	143	-	-	209	289
Conselho Fiscal	14	14	161	173	117	85	-	-	135	187
Diretoria Executiva	19	20	6.288	7.367	1.250	1.148	-	-	1.111	1.980
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	56	58	6.786	7.862	1.532	1.376	-	-	1.455	2.456

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

(3) Reapresentação dos valores divulgados nas Demonstrações Financeiras publicadas em 2016 devido a remuneração evidenciada à época não contemplar os benefícios recebidos pelos Dirigentes/ Conselheiros.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

NOTA – 22 OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	2017	2016
Menor Salário	1.614	1.520
Maior Salário	46.728	46.728
Salário Médio	2.457	3.895
Dirigentes		
Presidente	46.728	46.728
Vice-Presidentes	40.663	40.633
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.131	4.475

NOTA - 23 EVENTOS SUBSEQUENTES

23.1 Máquina de Automação da Triagem

A Empresa está adquirindo e modernizando as máquinas de automação da triagem – Mectri e há expectativa de desembolso na ordem de R\$ 156.432 no exercício de 2018.